

TERESA MALATIAN

CLÓVIS MOURA
uma biografia



EdUESPI

CLÓVIS MOURA
uma biografia

Teresa Malatian

CLÓVIS MOURA
uma biografia



EdUESPI
2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Paulo Henrique da Costa Pinheiro
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Rauriys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Maria Regina Sousa **Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
A autora **Revisão**
Wellington Silva **Editoração, Diagramação e Capa**
Editora e Gráfica - UESPI **E-book**

M239c Malatian, Teresa.
Clóvis Moura: uma biografia [recurso eletrônico] / Teresa Malatian. -
Teresina: EdUESPI, 2022.

E-book.

ISBN: 978-65-88108-54-3

1. Biografia intelectual. 2. Clóvis Moura (1925-2003). I. Título.

CDD: 920.71

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região / 1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)

Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

Este livro foi elaborado no âmbito do Projeto FAPESP de Auxílio à Pesquisa Clóvis Moura, das Rebeliões da Senzala ao Dicionário da Escravidão, de n. 2016-20111.

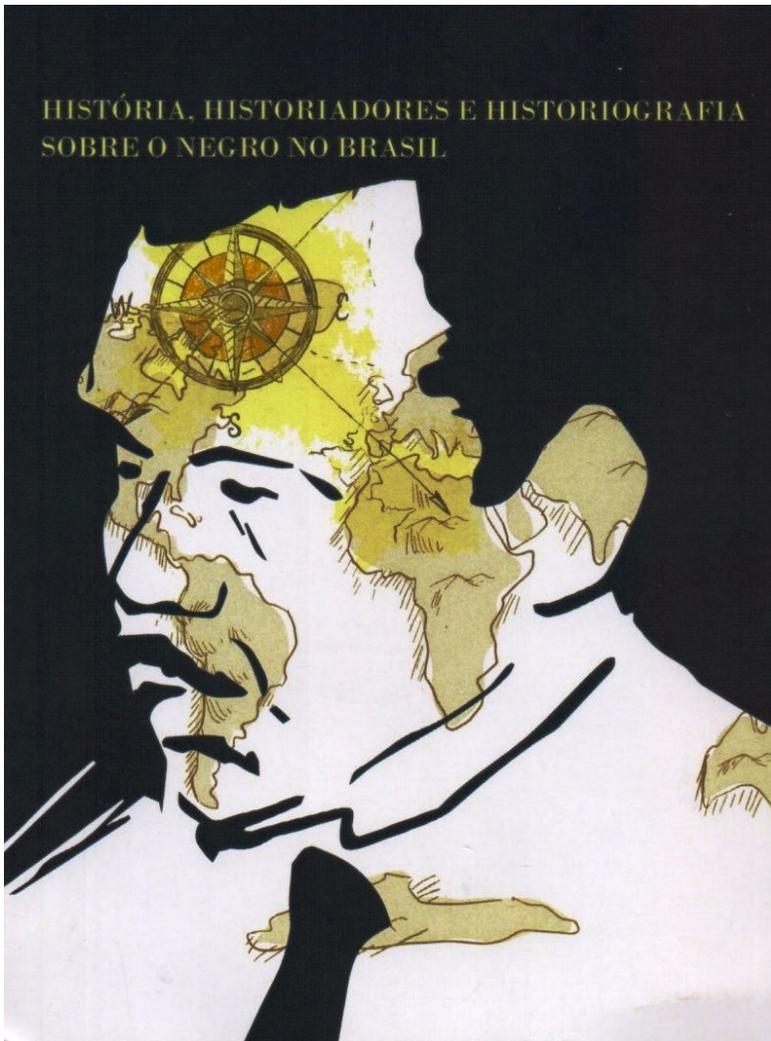


Imagem 1 - Cartaz do Colóquio História, historiadores e Historiografia sobre o Negro no Brasil, realizado pelo departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, campus de Franca, em 2019. Sobre a reprodução estilizada de sua foto, foi acrescentada a Rosa dos Ventos com que caracterizou seus artigos na revista *Flama*. Arte de Luís Roberto Manhani. Arquivo pessoal da autora.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Amarante, o rio e o poeta	19
Bahia de todos os homens	27
Carlos Drummond de Andrade, o poeta do povo	45
Estudos embrionários sobre o negro	57
Aproximações em busca de método	73
A caminho de Rebeliões	93
Rebeliões da Senzala	107
São Paulo, cidade enigmática	123
Combates na revista Flama	135
A constelação baiana	149
Chapada do Corisco	177
Mimbó	191
O que se deve ler para conhecer o Brasil?	211
Araguaia, Sacco e Vanzetti : jornalismo de reportagem	225
Imprensa negra redescoberta	241
O professor que ensinava pelos paradidáticos	249
Palmares, Zumbi e as Injustiças de Clío	265
Um doutor com notório saber	277
Epílogo	295
Referências	303

Apresentação

Quem foi Clóvis Moura?

Para responder a esta questão aparentemente simples o percurso contido neste livro lidou com uma personalidade rica em nuances, complexa, por vezes contraditória, até mesmo ambígua, voltada para múltiplos interesses, conhecido principalmente pelo consagrado livro *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. A consagração ofuscou outras dimensões de sua obra de historiador, sociólogo e jornalista, para não falar dos escritos literários, sobretudo da obra poética.

O desafio desta biografia intelectual reside no cruzamento entre a vasta e diversificada produção e o engajamento político do escritor. Militância partidária e no movimento negro manifesta por meio da palavra, de atividades acadêmicas e outras instâncias de consagração intelectual configuram uma personalidade distante da trajetória unidimensional habitualmente buscada nas biografias. Com essa constatação este livro apresenta outras dimensões de sua vida e obra, para além do “historiador dos quilombos”.

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) passou de intelectual obscuro com escasso reconhecimento desde a publicação de seu polêmico *Rebeliões de Senzala*, em 1959, para o *status* de referência obrigatória para os estudos centrados na resistência negra ao cativeiro, manifesta em múltiplas ocasiões, seja pela participação em revoltas conduzidas pela “elite” contra a dominação colonial, seja em formas específicas de resistência: fugas, rebeliões e quilombos.

Aspectos de sua vida e obra são aqui abordados em perspectiva de redes de sociabilidades intelectuais e políticas, tomando-se como base não apenas os “grandes intelectuais” com os quais manteve vínculos, mas também os chamados “intelectuais menores” e principalmente aqueles que atuaram na releitura do papel desempenhado pelos escravizados africanos e seus descendentes na sociedade brasileira. Esses intelectuais de alguma forma participaram de sua obra, seja na sua concepção, na reunião de materiais, no diálogo sobre interpretações da História, Sociologia e Política, bem como na divulgação dos resultados por meio do acesso a editoras, revistas e jornais além de palestras em diversos ambientes. Participaram da irradiação de seu pensamento até sua apropriação pelo movimento negro e suas lutas centradas nos atuais remanescentes de quilombos e na defesa de direitos sociais da população negra do país no pós-abolição.

Suas obras constituem o ponto nodal de articulação de compromissos e vinculações políticas, expresso em diálogos com intelectuais e ativistas no que se refere à chamada questão negra no Brasil. As redes de sociabilidades em que ele transitou embasaram o cerne desta leitura delineada a partir das correspondências como evidências de sociabilidades, seja na sua concepção, na reunião de materiais, no diálogo sobre interpretações da História, da Sociologia, da Política, na obtenção de apoio institucional de agências de fomento bem como na divulgação dos resultados (SIRINELLI, 2003). Diversas redes inevitavelmente se entrelaçam com a política e revelam matrizes de seu pensamento vinculadas ao marxismo, engajamento que esteve presente ao longo de sua obra de cunho histórico e sociológico. Clóvis Moura transitou entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), adesões decisivas para sua trajetória. Desse compromisso resultaram inserções construídas paulatinamente ao longo de sua vida, em contatos e trocas intelectuais.

O ponto de partida adotado remonta às suas primeiras atividades como jornalista, uma vez que durante toda sua vida Moura foi “homem de imprensa” e nunca chegou a ocupar cargo em universidades, aliás, não possuía formação universitária, tendo se identificado sempre como autodidata, apesar de haver recebido o título de doutor com notório saber pela Universidade de São Paulo. Em artigos publicados

em jornais e revistas divulgou suas primeiras pesquisas e reflexões sobre a sociedade brasileira. Pela imprensa divulgou também poesias, crônicas e crítica literária, entre elas as Crônicas de Sparkenbroke publicadas no jornal *A Folha* de São Carlos e recentemente reunidas no volume *Memórias de Sparkenbroke* (MOURA, 2018). A dimensão literária abre este livro, pois sua poesia, pouco conhecida e valorizada, expressou sua identidade nordestina ancorada no rio Parnaíba, no seu Piauí.

É notável o espectro das trocas intelectuais entre Clóvis Moura, folcloristas, historiadores “de província”, e membros de academias literárias sempre em busca de fontes documentais e bibliográficas para desenvolver estudos sobre o negro na sociedade brasileira. Dessa correspondência emerge sua incansável curiosidade intelectual que o levou a circular em diversos grupos em amplo e diversificado diálogo. O mapeamento dessa instigante atividade epistolar conduziu às respostas buscadas desde o início sobre os bastidores da produção, divulgação e recepção de suas obras, enfim das estratégias adotadas na dinâmica dos campos intelectual e político-partidário. Clóvis Moura jamais foi intelectual isolado ou marginalizado pois desfrutou de diversas instâncias de consagração como suas correspondências evidenciam na miríade de cartas recebidas e muitas outras enviadas, cujas cópias ele zelosamente conservou em sua preocupação em arquivar a própria vida.

Por meio dessa rica documentação foi possível identificar diálogos que estabeleceu com a produção histórica, sociológica e antropológica bem como com intelectuais de todo o Brasil e alguns do exterior com a finalidade de coletar documentação para seus estudos, discutir interpretações e desenvolver estratégias editoriais.

O trabalho histórico de uma biografia não se esgota na dimensão individual de um personagem, mas estabelece laços entre passado e presente, entre indivíduo e sociedade, entre o homem e seus contemporâneos. Tomando como referência as obras de Pierre Bourdieu, pode-se afirmar que a linearidade do percurso de uma vida comporta, com proveito, ser substituída por laços normativos que conectam o indivíduo a um campo social. Considera-se pois o espaço social como

“multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo da produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas)” (BOURDIEU, 1998, p. 153).

O conceito foi utilizado para a análise das relações de dominação ou subordinação, de complementaridade ou antagonismo entre os participantes das redes. Alertou para a existência de “códigos de conduta e expressão, problemas a resolver, possibilidades estilísticas ou temáticas a serem exploradas, contradições a serem superadas, rupturas a serem efetuadas” (BOURDIEU, 1996, p. 261). Permitiu o entendimento de tensões, decisões, problemas que indicam o campo de possibilidades de uma época, escolhas realizadas, enfim como se no percurso de uma vida estivesse também contida a vida de todos que com ele conviveram.

Fragmentos de uma vida, as cartas pessoais são nesse sentido reveladoras de totalidades e racionalidades, de trajetórias relacionadas e entendidas enquanto “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. Agrupar pressupõe com propriedade, desse ponto de vista, definir a matriz das relações objetivas, de construção prévia dos “estados sucessivos”, das alocações e dos deslocamentos no espaço social, dos diversos agentes envolvidos nos mesmos campos. Tal dinâmica, individual e ao mesmo tempo coletiva, depende em grande parte também do *habitus*, que Bourdieu identifica como cabedal ou capital acumulado pelos agentes e utilizados em suas relações nos diversos campos. (BOURDIEU 1997, p. 82)

O campo intelectual apresenta grande riqueza de interações entre autores, críticos, editores, que comportam sempre relações de poder. Nele constroem-se as obras científicas e literárias de diversos gêneros e está incluso o mundo da produção cultural, das universidades, academias e instituições de letrados, regidas por regras próprias em uma dada estrutura interna. Oferece o espaço das “relações objetivas

entre as posições que aí ocupam indivíduos ou grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade” (BOURDIEU, 1997, p. 243).

A partir dessas referências foram selecionados nesta biografia, que não se pretende exaustiva, “acontecimentos significativos”, estabelecendo-se entre eles nexos denotadores de alguma coerência ou sentido, o peso do *habitus* dos agentes envolvidos, sua identidade singular numa teia de relações estabelecidas nos diversos campos. A importância do *habitus* nas trajetórias individuais entrelaçadas em destinos cruzados, a formação e dissolução de grupos, fatores de coesão, dialética das posições e disposições constituem o enfoque principal. O foco analítico incide no percurso de uma trajetória social construída acerca da vida do autor conforme séries de posições ocupadas em diversos espaços, nos quais ele atuou.

A correspondência de Clóvis Moura é volumosa e extremamente diversificada em redes de sociabilidades espalhadas pelo Brasil e no exterior. Muito mais do que sua vida privada, por meio das cartas disponibilizadas aos pesquisadores pode-se alcançar os bastidores da construção de sua obra e as trocas que efetuou com historiadores, sociólogos, poetas e jornalistas, enfim, com escritores que intercambiaram comentários na mesma pauta. Não se encontram ali grandes segredos ou revelações bombásticas, mas o cotidiano de um escritor que se construiu ao longo de décadas entre o Piauí, a Bahia e São Paulo, o esforço para sair do trabalho solitário da pesquisa e dialogar com pesquisadores dos temas de sua predileção. Por meio delas é possível lançar luzes sobre sua inserção institucional em academias literárias e com o meio universitário, que descontroem afirmações de que teria sido um escritor rejeitado nesses campos intelectuais.

Tais características das cartas armazenadas por ele e doadas pela filha Soraya Moura ao Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM após seu falecimento, foram fundamentais para a pesquisa e instigaram a leitura de outros documentos, especificamente os textos deixados em elaboração, não publicados e projetos, aos quais as missivas se referem. Inevitável a seleção de correspondentes, motivada por sua associação à trajetória do autor desde os anos 1946

até seu falecimento. Lacunas e silêncios ocorreram, por certo, entre os missivistas, que se comunicaram também pessoalmente ou por contato telefônico.

Neste percurso ficam registrados os agradecimentos para toda a equipe do CEDEM, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa : Sonia Troitiño Rodrigues, diretora, e as pesquisadoras Genira Chagas, Jacy Machado Barletta, Solange de Souza, Ligia Pereira de Almeida, Renata Cotrim, Sandra Santos e Sandra Moraes. Agradecimentos são endereçados também aos professores Cláudio Pereira, do CEAO/UFBA, que gentilmente acolheu a pesquisa na cidade de Salvador, e Vinicius D. Rezende, da UFBA, que abriu portas para este percurso. Ao historiador Pedro Estevam da Rocha Pomar ficam os agradecimentos pela colaboração com o envio de documentos e diálogos sobre a Guerrilha do Araguaia.

Outros arquivos consultados possibilitaram a complementação da coleta de fontes para este estudo: Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro), Biblioteca Nacional, Museu Edison Carneiro (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo), Biblioteca da FFLCH da Universidade de São Paulo (USP), Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli (Araraquara), Arquivo do Centro de Memória da Universidade - CMU e Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social - AEL (ambos da Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP), Academia de Letras da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

À FAPESP, os agradecimentos pelo apoio ao projeto de pesquisa que deu origem ao livro.

À Editora da Universidade Estadual do Piauí agradecimentos pelo acolhimento e colaboração no preparo dos originais.

Vila Uberabinha, fevereiro de 2021.

Amarante, o rio e o poeta

Argila da Memória, escrito autobiográfico, revela o poeta Clóvis Moura absorto em suas reminiscências ancoradas na cidade piauiense de Amarante, onde nasceu e passou a infância. Vale como uma certidão de nascimento, publicada em 1962, pela Editora Fulgor, de São Paulo. O relato na forma de poesia seria republicado vinte anos depois em Teresina, quando escritor consagrado nos meios literários piauienses e apresentado por Paulo Nunes exaltou o reencontro do “poeta de Amarante” com a cidade natal deixada na infância.

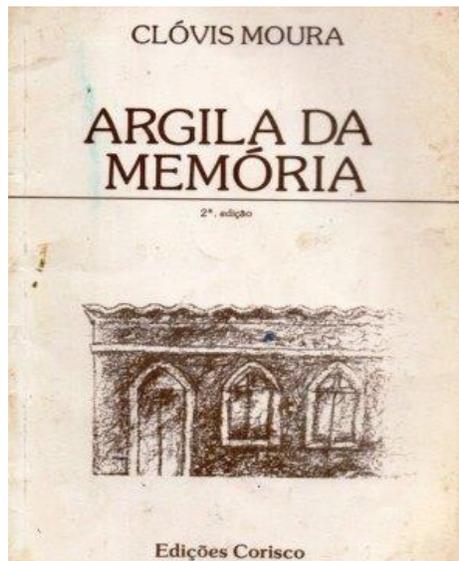


Imagem 2 - Capa da segunda edição do livro de poemas *Argila da Memória*. Arquivo pessoal da autora.

No livro foram reunidos fragmentos da memória de um mundo distante, atualizados na idade adulta porém centrados na infância, apresentada como época de construção de suas raízes traduzidas em um “canto à aldeia” na lira da melancolia e do desencanto. Como artesão do barro, fabricante de esculturas e objetos diversos, Moura trabalhou simbolicamente nos poemas a argila retirada das margens do rio Parnaíba e com ela construiu as figuras da família, dos companheiros, de personagens da cidade, suas lendas e seu cotidiano. Argila que não serviu apenas para a “cerâmica do encontro”, foi também “argamassa do exílio” que lhe permitiu revisitar as lembranças de menino no “pedaço que foi seu berço e chão”. Era um flautista, a acordar memórias adormecidas, eis o autorretrato que repisaria anos depois em *Flauta de Argila*.

Recorrente nos poemas a menção ao Cabeça de Cuia consagrado pela lenda nordestina muito difundida no Piauí. Nela é contada a história do garoto Crispim, morador das margens do rio Parnaíba, em meio à pobreza, imerso em disputas domésticas por alimento que resultaram na morte da mãe e na maldição que o transformou em um ser deformado, com a cabeça em forma de cuia, a perambular pelo rio em busca de amores. Nessas memórias da infância vivências, impressões e imaginação mesclam-se no cenário dominado pela presença constante do rio sem ponte, cujas águas separavam as cidades-irmãs de Amarante e São Francisco do Maranhão, em contato apenas pelos passadores e suas canoas. Às suas margens, o barro vermelho, a argila transformada poeticamente em matéria da memória que escorre em páginas de angústia, onipresente nos poemas modelados pelo trabalho do escritor. É a história de um rio e da cidade sonolenta construída em sua margem, sem heróis nem maravilhamentos, assim foi estabelecido pelo “arauto” na abertura do livro. O cenário emoldurou o painel dos mortos afogados, dos mitos, das cobras, da urtiga, do cansaço, do mandacaru, do facheiro, do buritizal, do calor abrasador, do boi, do vaqueiro. Cidade que “vive de raiva”, sentenciou o poema *Desafio à Geografia*, e “agoniza mansamente” em sua sonolência rural :

*Uma cidade. Apenas. Como jorro
de sangue na epiderme ela circula
na memória: num trânsito invisível
que escreve florações de desalentos.*

*Pequena, sem colégio eleitoral
ponderável. Plebeia. Mastigando
o seu parco suor de camponesa
desalentada ao sol que a ilumina.*

*E maltrata. Não há matéria-prima
para indústrias. Apenas, quando é safra,
colhe-se um pouco de arroz. Somente.*

*Vive de raiva: girassol que escreve
a trajetória de um teimoso empenho
e violenta as lei da geografia.*

Ali nasceu o pai, Francisco de Assis Moura e faleceu o avô paterno, Abdon Moura, o patriarca mulato comerciante próspero que gostava de sentar-se em cadeira na calçada acompanhado pela bengala de castão. Na velha rede se embalava a avó humilde enquanto as tias solteiras definhavam em vida sem esperanças. *Cidade Matriz*, desprovida de “arquivos ou genealogias complicadas”, diz o autor no poema *Luar*, embora sua ancestralidade incluísse a ascendência de latifundiários donos de escravos, os Steiger da linhagem materna, vagamente referida em *Origem*:

*Não há sândalo ou incenso: curral, leite coalhado, estrume e o seu cheiro,
chiqueiros, gibão de couro e urubus famintos é que são sua substância.
Urubus, muitos urubus voando em círculo sobre a cidade, antecipando-
lhe a morte.*

O passado de opulência não foi revolvido, as reminiscências se afastam da origem de proprietários rurais escravocratas e não mencionam as raízes nordestinas na Bahia e no Maranhão. Muito menos o casamento de seus pais, origem da identidade negra que viria a assumir na idade adulta.

As reminiscências têm sempre sabor amargo, do sofrimento, da dor, da revolta do menino atingido pelo impaludismo. Pessimismo, humilhação, desencanto, tristeza, infâmia são as chaves de leitura, de significado jamais explicitado. Talvez o amigo afogado no rio, a pobreza ou o preconceito racial que recaía sobre o garoto que destoava do irmão mais velho, de pele clara e olhos azuis, a decadência

da família e da cidade à época de sua infância, quando movidos pela ausência de perspectivas os jovens partiam para as cidades grandes em busca de oportunidades de vida. Outrora porto importante do comércio da borracha até o esgotamento dessa atividade por volta de 1910, na década de 1920 Amarante perdeu o lugar destacado de entreposto comercial da região do Parnaíba. Desprovida de indústria, vivia da parca agricultura e da pecuária, sem horizontes de futuro para o menino que frustrou o plano do pai de colocá-lo, como foi o seu próprio percurso, em segurança no abrigo do serviço público, seja empregado como fiscal do Imposto de Renda, seja na banca de advocacia. Em lugar disso, sonhador, Clóvis preferiu ser poeta, escritor, talvez por ser considerado “menino fraco”, de saúde frágil e inapto para grandes esforços físicos:

*Meu pai queria que eu fosse
fiscal do Imposto de Renda,
advogado de banca,
noturno membro society,
menino de muitas prendas.
Cheguei a tentar carreira.
Mas o vento que me habita
me impede e impossibilita
de ser apenas suor.
Quero mais: quero as estrelas,
quero a sonata maior
quero o crepúsculo e o espaço
no bolso do paletó. (Definição)*

A família incluía o irmão mais velho, Carlos (Carlito) e Maria do Rosário (Merita) quando se mudou para Natal em 1935; Clóvis então estava pelos seus dez anos de idade. A ruptura com o mundo estreito de Amarante e do rio Parnaíba foi reviravolta considerável nos horizontes intelectuais do menino graças aos estudos que passou a fazer no Colégio Diocesano Santo Antônio. A experiência marcou-o pelo contato com a disciplina escolar rigorosa praticada pelos padres maristas, acompanhada pela divulgação da visão de mundo católica, que na época, inspirada pela Guerra Civil Espanhola, tumultuava seus pensamentos. Recebeu também sua cota de formação anticomunista justificada pelos acontecimentos locais, pois a cidade viveu nesse

ano momentos dramáticos que se seguiram ao levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um contexto bastante explosivo para o menino ainda incapaz de compreender o significado do comunismo. Seu depoimento é eloquente:

Lembro-me bem que estudava no Colégio Diocesano em Teresina em plena Guerra Civil espanhola. Todas as semanas éramos reunidos para ouvir uma preleção do seu diretor (o Padre Cícero), sobre doutrina católica. Mas de doutrina católica havia pouca coisa. Ele falava dos republicanos espanhóis como comunistas violentadores de mulheres, assassinos e profanadores de igrejas. As tropas de Franco, os rebeldes (e ele fazia questão de separar esse tipo de rebeldia da dos alunos também assim chamados) eram, por outro lado, os defensores da civilização cristã, da moral e dos valores eternos do cristianismo. A meninada ficava estarecida com os exemplos que ele dava: igrejas destruídas, imagens da Virgem Maria violadas e o comunismo ameaçando o mundo. Mas, aqueles rebeldes de Franco se ergueram para nos salvar...(ALMEIDA, 2003, p. 9).

Um lapso de memória, provavelmente, pois todos os seus biógrafos situam o colégio na cidade de Natal. Não impede que nesse mesmo texto, depoimento concedido no final de sua vida muitos anos depois do acontecido, ainda se lembrasse do paradoxo vivido nos bancos escolares lustrados pelos rapazes que se preparavam para assumir postos na elite intelectual, social e política, em que Clóvis se incluía em decorrência da inserção profissional de seu pai como funcionário público de certo relevo:

Eles podiam ser rebeldes na Espanha e nós aqui como alunos éramos castigados por qualquer ato de rebeldia... Eles não podiam ser rebeldes, pois se o fossem não estariam sendo elogiados pelo Monsenhor. E fiquei torcendo pelos republicanos ...

Na cidade grande e sobretudo no colégio, iniciou os primeiros passos em direção ao cultivo das letras. Escreveu entre outros, em 1939, um artigo de cunho nacionalista para o jornal do grêmio estudantil, *O Potiguar* (MOURA, 1939. Publicado quando atingia 14 anos de idade, já revelava no título e no tema seu interesse pela história nacional: *Libertas que sera tamem* abordava a Inconfidência Mineira. Em memória construída já nos anos finais de sua vida, essa primeira publicação e

seu caráter conformista aparecem no entanto transfigurados por uma rebeldia que só viria a se manifestar posteriormente. Como assinala Fábio Nogueira de Oliveira nela não há indícios de contestação política, antes uma associação entre História e religião (OLIVEIRA, 2009), pois a descrição da morte de Tiradentes evidenciava mais que qualquer revisão das reminiscências posteriores, o alcance da doutrinação recebida no colégio:

Frei José pede piedade para o criminoso, queria ministrar-lhe os últimos preparos d'alma. Depois desceu recitando o Creio em Deus Padre. No momento que pronunciava a última frase, Tiradentes era arremessado aos ares pelo carrasco. Morreu assim o maior sonhador da liberdade no Brasil.

Seus primeiros escritos além do colégio se direcionaram para a poesia e a literatura em geral, que ocupavam seus estudos nessa fase de residência em Natal, estendida até 1941, quando faleceu Carlito, levado pela tuberculose. Graças a essa produção, que manteve ao longo da vida, tornou-se conhecido como o poeta de sua cidade natal e equiparado ao festejado Da Costa e Silva (1885-1950), autor do Hino do Piauí e membro da Academia Piauiense de Letras (MOURA, 1971). A construção da identidade negra e contestadora viria com o tempo, no contato com intelectuais de Salvador. Já a nordestina esboçada nesses anos de juventude aflora constantemente na obra poética. O poeta Accioly Lopes, amigo desde os tempos passados em Salvador, em carta datada do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1980, sinalizou os vínculos persistentes que Moura construía com o nordeste:

Clóvis Moura, amigo do sertão, quero dizer, onde nos conhecemos, entre as ruas empoeiradas de Juazeiro e os barrancos do São Francisco. De moringa na mão e falação exaustiva soltando esperanças dentro dos ouvidos de pessoas desconfiadas que nos escutavam, sorrindo de malícia .

Foi portanto em suas poesias que ele mais se revelou nordestino. A identidade poética piauiense seria mantida ao longo da vida e solidificada pelas inserções em meandros intelectuais do seu Estado natal. Reconhecido como um dos seus, recebeu honrarias e (re)

publicação de obras. Tais vínculos são pouquíssimo estudados tal o peso avassalador do “historiador dos quilombos” que suplantou quaisquer aberturas interpretativas de sua vida e obra em outra chave de leitura que não aquela tributária de *Rebeliões da Senzala*.

Compartimentos estanques encapsulam a obra poética e a histórico-sociológica . Na primeira, a identidade nordestina, na segunda a identidade negra. Estilos e temas não se misturam, o lirismo permanece no universo poético onde o negro está quase ausente, enquanto a linguagem panfletária e militante caracteriza as obras do cientista social em sua missão de denúncia do preconceito, da escravidão e do capitalismo.



Imagem 3- Praça Dr. José Inácio em Juazeiro, Bahia, primeira metade do século XX. Arquivo Público do Estado da Bahia, coleção Marieta Alves.

Bahia de todos os homens

Foi na Bahia, mais precisamente em Salvador, nos anos 1940, que a atuação intelectual de Clóvis Moura desabrochou e ganhou uma dinâmica espraiada em redes de sociabilidade ligada às conexões políticas. Com a família novamente deslocada, residiu nessa capital em 1941, por pouco tempo, mas o suficiente para que o rapazola com 16 anos de idade estabelecesse contatos com jovens intelectuais de esquerda: os irmãos Epaminondas e Vivaldo da Costa Lima, Clóvis Amorim e Isaías Paim. Alguns desses vínculos persistiriam ao longo de sua vida.

Desse período pouquíssimos registros restaram. Mas com certeza durante a curta passagem por Salvador ele agregou-se ao grupo que costumava se reunir na Feira do Recôncavo, onde aos sábados eram comercializados produtos regionais, atrás da Igreja do Bonfim. Ali discutiam literatura e política e segundo depoimento de Vivaldo da Costa Lima concedido a Fábio N. Oliveira (OLIVEIRA, 2009) levavam uma vida um pouco boêmia, que deixaria suas marcas no tipo de sociabilidade que Moura cultivou. Incluía a frequência à Pastelaria Triunfo e às livrarias, pontos de encontro e discussões sobre política, artes e literatura para soteropolitanos. A perambulação pela Rua Chile, com seu comércio forte e estabelecimentos de serviços, funcionava como vitrine para os que iam ver e ser vistos. Na capital baiana Clóvis aproximou-se do comércio intenso, da redação dos jornais e livrarias, dos cafés Pirangi, Portugal e América, onde era servido o cafezinho sentado (BRANDÃO; MOTA; SILVA, 1958).

O fato de por essa época os Steiger Moura residirem temporariamente em uma pensão na cidade baixa constitui indício de posição social pois essa parte da cidade não era apenas uma categoria geográfica, sugeria também a situação dos seus habitantes (ROSSI, 2015). Em Salvador o pai Francisco de Assis Moura aguardava nomeação para cargo de fiscal de rendas no serviço público, a qual acabou se concretizando e implicou em novo deslocamento.

Resolvida a situação profissional do pai, novamente a vida em família levou Clóvis a outras paragens, desta vez para Juazeiro, no interior da Bahia, em 1942. Na época, a pequena cidade às margens do São Francisco contava com cerca de trinta mil habitantes, distribuídos em ruas sem calçamento. Novamente a presença do rio acrescentava-lhe mistérios de navios afundados, tragédias de meninos afogados e notícias de terras distantes, visitadas pelos vapores e pelas protetoras carrancas propiciatórias instaladas nas proas das embarcações que deslizavam nas águas do Velho Chico. Ali se iniciava a navegação do rio, com destaque para os vapores da Viação Baiana aos quais se juntavam veleiros. Na esteira das cheias, a febre palustre, o impaludismo ou malária que motivou intervenção sanitária oficial para esclarecer sobre seu combate e distribuir medicamentos à população. Na pequena cidade, capital do médio São Francisco, a oferta de escolas era insuficiente, tanto que somente em 1946 foi ali fundado o ginásio (LUNA,s/d). Mas a presença da Delegacia do Tesouro atestava sua importância comercial crescente na região, onde se vendiam produtos sertanejos: rapadura, fumo de rolo, arreios, alpercatas, chapéus de couro, frutas e carne de sol (GARCEZ e SENA, 1992; AZEVEDO, 1952). Em frente, do outro lado do rio, a pernambucana Petrolina, cidade gêmea, embora de menor dimensão, fazia parte da paisagem.

Juazeiro tornara-se também célebre por haver desempenhado papel especial no desenrolar da repressão ao arraial de Antônio Conselheiro. Distava cerca de 30 léguas de Canudos e foi um dos locais que o líder religioso frequentara em busca de víveres e material de construção. Ali teria se iniciado a perseguição aos sertanejos por um coronel, João Evangelista Pereira de Melo. A demora na entrega do material adquirido pelo monge para a construção do telhado de uma igreja motivou desavença, logo interpretada pelo juiz local como ameaça de invasão à cidade pelo bando de “jagunços”, em 1896 e

ato contínuo, iniciaram-se as expedições militares contra o arraial. O episódio permaneceria latente ao longo da vida de Clóvis Moura, um tema regional de repercussão nacional que motivou diversos de textos sobre Euclides da Cunha.

A mudança de residência para Juazeiro não rompeu os vínculos de Clóvis com os intelectuais de Salvador, antes os intensificou mediante correspondência, atividade literária e política além de viagens ocasionais de 500 quilômetros de distância entre a capital e a pequena cidade situada no extremo norte da Bahia, na divisa com Pernambuco. Foi por essa época que ocorreu sua aproximação do Partido Comunista do Brasil (PCB), mas quando se busca o momento dessa adesão, o máximo que se pode fazer é presumir que teria acontecido na conjuntura do pós-Guerra, quando o partido conseguiu existir legalmente e alcançou grande popularidade, na qual a figura de Luís Carlos Prestes sobressaía como grande liderança. O campo político cindido entre comunismo e capitalismo estabelecia um divisor de águas tanto no país quanto no exterior. O fim do Estado Novo alimentava entusiásticas esperanças de novos rumos para a política entre os partidários do PCB e faziam-se presentes na produção intelectual, polarizando o cenário entre os comunistas, considerados progressistas, e os demais, classificados como fascistas. O partido impunha diretrizes aos intelectuais filiados ou que transitavam na sua órbita e de tal forma, que o conteúdo politizado e a expressão realista tornaram-se para eles critérios na avaliação da literatura e da arte.

Nesse ambiente iniciou-se Clóvis Moura na cultura política comunista, da qual não mais se afastaria. Como assinala Dulce Pandolfi, a pertença ao partido opera como uma ressocialização, e o ingresso constitui um momento crucial para o novo membro, pois a partir dali ele irá dedicar-se à causa. Esse envolvimento implica diversos tipos de inserção na estrutura partidária, eleitor, militante, dirigente. Entrar no partido significa adotar o “espírito do partido” e abraçar um “envolvimento não apenas político, mas também existencial”. Para bem manter-se nessa disponibilidade, são necessários muito sacrifício pessoal, estoicismo, subordinação disciplinada ao coletivo e desenvolvimento de ações voltadas para um projeto comum. Essa ruptura com o *status quo ante* implica a “aquisição de novos valores, a renúncia a amizades inúteis à causa e a nova identidade se sobrepõe às

demais pertencas”. Nessa identidade construída, existem os inimigos previamente demarcados, o principal a burguesia, associado ao capitalismo e ao imperialismo. Mas também o pequeno-burguês e o anarquista, entre outros, são apontados como empecilhos à definição da linha política justa (PANDOLFI, 1995).

Com essa dimensão de futuro, os contatos estabelecidos por Moura em Salvador com os intelectuais vinculados ou simpatizantes ao PCB abriram novos horizontes e portas para a publicação de artigos e poesias, ou seja, ele principiou a ter acesso ao mundo jornalístico e às páginas de revistas de cultura em que o PCB tinha penetração. Seus vínculos com o grupo de intelectuais da capital baiana na década de 1940 podem ser percorridos ao longo da correspondência que preservou, onde sobressaem as cartas trocadas com Expedito A. Nascimento, funcionário do serviço médico de Salvador, que em suas constantes viagens a serviço da saúde pública para combater a malária costumava passar por Juazeiro, onde encontrava o amigo piauiense. Durante alguns anos partilharam sonhos e experiências na cultura política partidária, mas deste convívio poucos testemunhos restaram.

Na dinâmica das atividades culturais comunistas no Brasil nessa época inseriu-se o jovem piauiense tentando conquistar espaço na imprensa partidária. Estabeleceu contato com a revista *Literatura*, fundada e dirigida por Astrojildo Pereira, que contava em seu conselho editorial com Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa, editada com periodicidade irregular. Seu propósito consistia em divulgar debates culturais e literários e promover aliança entre intelectuais, tanto que abrigou escritores de diversas tendências, entre eles Jorge Amado e outros filiados ao PCB¹, além de outros sem clara filiação partidária.

1 Jorge Amado (1912, Itabuna-Salvador, 2001), eleito membro da Assembleia Nacional Constituinte por São Paulo, sob a legenda do PCB, em 1945, onde foi autor do projeto da lei que assegura direito à liberdade de culto religioso. Na época da publicação da revista *Flama* era autor de renome internacional, graças à publicação de *O País do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães da areia* (1937), *A estrada do Mar* (1938), *ABC de Castro Alves* (1941), *O cavaleiro da esperança* (1942), *Terras do Sem-Fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Bahia de Todos os Santos* (1944), *Seara Vermelha* (1946), *O amor do soldado* (1947) e *O mundo da paz* (1951). Ainda não havia se desencantado com o stalinismo, o que aconteceu logo depois, quando se afastou do partido sem deixar de ser comunista.

Clóvis encaminhou a essa revista, provavelmente em 1946, uma proposta de publicação, hoje guardada entre os textos recebidos por *Literatura* no Fundo Astrojildo Pereira. O poema engajado *Sangue e manhã nas ruas* expressava sua admiração pelo poeta espanhol e o ambiente político do momento

*Garcia Lorca, Federico, meu irmão:
hoje as mulheres são assassinadas em praça pública
e as crianças, de braços magros, não tem pão.
Garcia Lorca, Garcia Lorca, meu irmão:
chora o silêncio das correntezas estranguladas,
estrelas nascem, rubras e quentes,
das lutadoras assassinadas
e os pequeninos não têm pão.*

*As andorinhas, as pombas brancas,
as virgens sofrem. Goteja sangue!
gotejam lágrimas sobre as corolas e sobre os mortos.
Garcia Lorca, prende em teus dedos este meu canto,
este meu canto em que o protesto se faz bandeira
que rompe as brumas do coração.*

*Ai, companheiro,
ah, meu irmão!*

*Se faz protesto da multidão.
A madrugada já vem surgindo
sobre a mantilha fria da lua,
sobre o rocío que molha as flores.
Na rua o sangue se despetala,
há vozes vindas do amanhecer,
Garcia Lorca brinca com a vida
que vem nas dobras das madrugadas.*

*E o trigo louro será o pão
Das andorinhas e das crianças.*

Na madrugada haverá pão².

O poema laudatório do herói da Guerra Civil Espanhola assassinado havia uma década, mais precisamente em 1936, não foi

2 Cx 11, Pasta 4, ARCH A 2, 7 (3), Fundo Astrojildo Pereira/CEDEM.

aceito pelo diretor da revista, mas encontra-se preservado em seu arquivo pessoal. Uma preciosa carta endereçada em 15 de novembro de 1947 pelo fundador do PCB ao escritor piauiense residente em Juazeiro não deixa dúvidas sobre a busca de Moura por oportunidade de acesso às publicações do partido, e para consegui-lo precisava abrir espaço entre os escritores já consagrados. Ao pleitear publicação de seu texto em *Literatura* obteve - somente passado um bom tempo após enviar duas cartas em 30 de janeiro e 21 de maio de 1947 - a resposta de Astrojildo Pereira pouco encorajadora de suas pretensões: “Como se pode imaginar, temos sempre colaboração na fila, sujeita ao parecer do conselho de redação. Você deverá portanto aguardar a sua vez”. A recusa foi justificada com o argumento da vida precária da revista, a duras penas mantida em circulação e com apenas três números publicados. No entanto, a ducha de água fria jogada sobre a demanda do jovem militante não era de molde a afastá-lo totalmente do periódico, pois foi-lhe solicitada a tarefa de colaborar na venda de assinaturas:

Grande ajuda poderá v. prestar à revista, conseguindo assinaturas de amigos seus não só em Juazeiro como também em outras localidades onde ela não aparece à venda. Envie-nos uma lista de nomes de prováveis assinaturas e autorize-nos a usar o seu nome como recomendação. Remeteremos a revista a cada um com uma carta nossa propondo a assinatura .

Faltava ainda a Moura capital intelectual ou de consagração que legitimasse sua pretensão junto a Astrojildo Pereira, que sem rejeitá-lo de todo, claramente lhe fez ver a desvantagem em que ele se encontrava na concorrida busca de reconhecimento como intelectual do partido. Condescendente, esperava que ele lhe “mandasse notícias”.

De maior e mais decisiva presença nessa época foi Alfredo Darwin Brandão, com quem iniciou correspondência em nove de agosto de 1948. Nascido no Espírito Santo em 1927, portanto pouco mais novo que Clóvis, mudou-se para a Bahia em 1944 e atuou com o amigo Luiz Henrique Dias Tavares na revista *Evolução*, editada no Colégio Central em Salvador . O contato com ambos foi decisivo para a estruturação

da rede soteropolitana de Clóvis e sua circulação no mundo dos jovens intelectuais comunistas da capital baiana.

A revista literária *Caderno da Bahia* foi fundada em 1948 por Darwin Brandão, Heron de Alencar, Vasconcelos Maia, Wilson Rocha e Cláudio Tavares, todos na casa dos vinte anos de idade, e reuniu escritores locais, vários deles ligados às atividades do PCB. A revista surgiu com a finalidade de divulgar e debater literatura e artes, mudando “a forma de se fazer e encarar a arte na Bahia” (GROBA, 2012, p. 9). Foi publicada até 1951, com o total de apenas seis números, pois as dificuldades financeiras do grupo impossibilitaram sua continuidade. Criada fora do ambiente universitário, em sua redação situada na cidade baixa reuniu pessoas que de modo independente atuavam na área cultural. Autointitulada “Revista de Cultura e Divulgação”, saía em formato tabloide, com o número de 20 a 25 páginas, em edições de cerca de mil exemplares que eram vendidos em bancas de jornal e livrarias. Caracterizou-se por assumir um perfil claramente de esquerda, embora plural, uma vez que admitia variada gama de colaborações de escritores e artistas, sem deixar de fomentar o debate sobre o engajamento político dos escritores.

À época da fundação do *Caderno* a vida intelectual em Salvador experimentava uma efervescência significativa, que na esteira de anseios modernizadores do pós-Segunda Guerra Mundial levou à ampliação do espaço ocupado pela literatura na imprensa baiana. Jornais e revistas proliferaram rapidamente e além de veicularem crítica literária passaram a publicar páginas e suplementos específicos dedicados à literatura brasileira e estrangeira (SANTANA, 2003). Na qualidade exótica que lhe foi atribuída de “poeta do sertão”, Moura estabeleceu por essa época contatos em uma rede de intelectuais, entre eles, além dos acima mencionados, Silvio Valente, Adroaldo Ribeiro Costa e Artur de Sales, que sustentavam a revista e patrocinaram a publicação de poemas do “jovem lá de Juazeiro”. A condição de interiorano surpreendeu o grupo ao receber em agosto de 1948 a primeira carta endereçada por Moura a Darwin Brandão, com quem nunca se avistara mas que descobrira pela leitura do primeiro número do *Caderno da Bahia*.

O tratamento de certo modo condescendente e tutorial adotado por Darwin nas cartas seguintes demarcava fronteiras entre o intelectual soteropolitano e o aspirante a essa categoria, “perdido” no extremo norte da Bahia. Não impediu que de simplesmente “Clóvis” na abertura das missivas, a “amigo”, “irmão”, “meu irmão” o tratamento evoluísse para maior proximidade afetiva entre eles, além de revelar o aprofundamento dos laços em torno da escrita literária e da militância política. Intensificou-se depois do encontro pessoal entre Darwin e Expedito, quando este, muito surpreso, constatou tratar-se de um negro o amigo de Moura, conforme seu relato do episódio pitoresco. Teria esperado em vão por Darwin em uma confeitaria de Salvador e não se reconheceram pelo fato de Expedito não esperar encontrar um Darwin “moreno”.

O encontro entre ambos também impressionou Darwin, que em carta de 11 de outubro de 1949 o relatou a Moura com entusiasmo:

Encontrei-me com o Expedito, finalmente. Trata-se, na verdade, de um cara muito bom. Conversamos muito. Saímos algumas noites, andamos pela cidade e ele me contou um bocado das coisas aí de Juazeiro, sobre o São Francisco e sobre você. Fiquei com uma vontade louca de pegar um transporte e ir aí conhecê-lo. Mas, vou deixar tudo para o fim do ano, quando pretendo, sem falta, passar uns quinze dias com você.

O portador dessa carta foi ninguém menos que Heron de Alencar, cearense de nascimento, que estudou e fez carreira universitária em Salvador, onde residia na década de 1940. Jornalista, escritor, aproximou-se do PCB quando ainda estudante e foi um dos mais destacados intelectuais do grupo. Na apresentação epistolar de Heron a Clóvis, Epaminondas salientou: “Você o conhece bastante e ele a você também, através do *Caderno* e do suplemento de *A Tarde*”. Linhas de vida cruzavam-se em torno das atividades literárias e sugerem um jovem Clóvis Moura construindo um lugar nessa sociabilidade que se espalhava, conduzido por Darwin Brandão na constelação de jovens literatos amigos, empenhados em proporcionar a Moura suprimento de leituras e sobretudo, em inseri-lo nas páginas das revistas e dos jornais editados em Salvador. A sociabilidade estabelecida com Brandão seguiu o padrão costumeiro entre os intelectuais comunistas

na época, fazer circular leituras de formação política entre os recém chegados. Ler os livros e repassá-los aos novos camaradas era a dinâmica que parece ter vigorado entre eles. No depoimento autobiográfico de João Falcão, essas leituras, entre outras, consistiam em *O Manifesto Comunista* de Marx Engels, *Os Fundamentos do Leninismo*, *Sobre o materialismo histórico e materialismo dialético*, ambos de Stálin e *O ABC do comunismo* de Bukharin (FALCÃO, 1988).

Da sociabilidade proporcionada pelo *Caderno da Bahia* resultou também o contato com obras de outros autores ali publicados, entre eles Edison Carneiro, nascido em 1912, portanto mais velho que a maioria do grupo. Com ele Moura construiria ao longo de sua obra vínculos intelectuais de grande relevo, mesmo que rarefeita a correspondência. Intensas trocas intelectuais persistiram apesar da distância e do isolamento de Clóvis no interior do semiárido baiano, na pequena cidade portuária às margens do São Francisco. A vida cultural da capital baiana se revela na correspondência, onde troca de informações e publicações constituía prática importante da sociabilidade dos jovens literatos. Moura escrevia poemas e artigos diversos, como “aspirante a literato”, e os enviava à publicação nos jornais e revistas de Salvador. Lentamente fazia-se conhecer principalmente enquanto poeta. Com o interesse voltado para a poesia, fundou em Juazeiro em 1949 o jornal literário *Jacuba*, de que não se tem notícias seguras, foi de vida efêmera. Ali publicou o poema *Garcia Lorca* já referido e uma *Notícia de Arthur Ramos*, antropólogo que se tornaria referência importante em sua formação.

Moura foi convidado em 1949 a enviar artigos para o suplemento de *A Tarde*, jornal em que Heron de Alencar trabalhavam desde 1947 e mantinha uma coluna de crítica literária e política. O jornal dedicava uma página inteira à literatura na forma de crônicas, fábulas, entrevistas, artigos sobre artes, poemas, música, além de ali debater o papel dos intelectuais na sociedade (SANTANA, 2003). As matérias eram fornecidas a Heron por colaboradores, Clóvis entre eles, chamado por Darwin que amparava assim os passos do poeta debutante e contribuía para a ampliação de seu conhecimento sobre cultura política. Entre assuntos de seu interesse, além da Guerra Civil espanhola inspiradora do poema a Garcia Lorca, a batalha

de Stalingrado. Esse episódio da Segunda Guerra Mundial havia repercutido na cidade com a realização de dois grandes atos públicos em Salvador, nos dias 2 e 19 de abril de 1942, em comemoração à vitória das forças aliadas. No grande desfile, o retrato de Stalin foi carregado com entusiasmo em meio aos de outras personalidades destacadas.

Todas essas solicitações de artigos e poemas, enfim, de convites para publicar, indicam que embora sem formação acadêmica, Clóvis Moura era na época autorizado a escrever sobre literatura e a publicar poemas que produzia seguindo sua “inclinação” e formação autodidata no gosto pela leitura. Isso ocorria com frequência naquela época em que os principais mantenedores das publicações trabalhavam no sentido de divulgar obras literárias e temas culturais aos leitores de jornais e revistas, e acolhiam a produção de jovens iniciantes e de certo modo diletantes. Muito do que ele escreveu por essa época está hoje disperso. Por exemplo, não se sabe onde, publicou em 1948 o artigo *Poesia do nosso tempo* no qual desenvolveu sua concepção ainda bastante rudimentar sobre a relação entre o mundo interior do poeta e as circunstâncias, o mundo que o cerca.

O Momento

Desde abril de 1945 circulava em Salvador o jornal semanal *O Momento*, organizado pelo Comitê Regional do PCB, dirigido por Alberto Passos Guimarães, Aristeu Nogueira, João Batista de Lima e João Falcão. Seus objetivos explícitos eram a luta antifascista e democrática, além da convocação de uma Assembleia Constituinte. Embora não fosse órgão oficial do partido, o semanário seguia a orientação do PCB, cujo programa e atividades divulgou. Nesse breve período de liberdade de expressão do partido na legalidade, chegou a divulgar os nomes das células e de seus componentes, bem como detalhes da atividade partidária. É o que se pode facilmente verificar compulsando suas páginas publicadas em 1946, cuja transparência ao fornecer informações detalhadas aos leitores sem dúvida facilitou o trabalho da repressão quando o partido foi colocado na ilegalidade. *O Momento* havia sido fundado no contexto do entusiasmo provocado

pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e sua orientação deveria ser feita

(...) dentro dos princípios que norteavam a nossa luta de unidade das forças antifascistas e democráticas. Seria um órgão representativo dessas correntes e se proporia a lutar por anistia imediata, eleições livres e democráticas, legalização dos partidos, inclusive do Partido Comunista, e pela convocação de uma Assembleia Constituinte (FALCÃO, 1988, p. 267).

Foram “recrutados como focas”, cumprindo tarefa partidária, Darwin Brandão, autor de página esportiva bem conceituada, além de Carlos Anibal Correia, Nilo Pinto, José Borges e Luiz Henrique Dias Tavares. Este último se tornaria historiador de prestígio, vinculado à Academia de Letras da Bahia. Na área editorial Alberto Passos Guimarães destacava-se. O primeiro número circulou em nove de abril de 1945, portanto quando Clóvis Moura residia em Juazeiro. Além de contribuir para a exaltação de Luiz Carlos Prestes, o jornal ecoou as campanhas desenvolvidas pelo PCB e deu destaque a eventos de que o partido participou. Foi o caso da ida de Pablo Neruda à Bahia, em julho de 1945, em continuidade à programação desenvolvida pelo poeta em São Paulo. Palestras, homenagens, visitas à cidade, comício, foi montado todo um esquema de exaltação do destacado militante comunista chileno.

Menos de um ano depois, *O Momento* passou a ser publicado diariamente, em resposta à boa receptividade e ao investimento em propaganda feito pelo partido. Seu primeiro número diário data de 31 de março de 1946 e nele a pauta de temas locais ampliava-se bastante para se aproximar dos “problemas mais gerais de interesse da população, como educação, saúde, saneamento, crédito agrícola, desenvolvimento industrial, autonomia municipal”, além de temas específicos da classe operária da capital e do interior do Estado da Bahia (FALCÃO, 1988, p. 314).

Em suas páginas é possível verificar a importância que o município de Juazeiro desfrutava na época para o partido e, por extensão, a participação de Moura em sua redação, onde ele sempre afirmou ter trabalhado, embora não tenha sido localizada matéria

de sua autoria. Em contrapartida, Juazeiro esteve bastante presente no noticiário em 1946, no contexto das eleições estaduais, quando apoiou a candidatura de Octávio Mangabeira, do PTB, ao governo do Estado, com apoio efêmero do PCB, o qual foi retirado dez dias antes das eleições em 10 de janeiro de 1947. A candidatura parecia contar com o apoio do prefeito, considerado pelo jornal afinado com as “forças democráticas” pois, embora não sendo comunista, teria atuado em “cooperação democrática com o partido ao encampar pautas do partido ao Programa Mínimo Municipal. Por não apresentar “intolerância reacionária”, o governante foi louvado como aliado e suas ações no sentido de construir estradas, mercados e extinguir impostos sobre cargas e canoas, consideradas acertadas. Sobressai no noticiário a informação de que deixava espaço aos comunistas para iniciativas no campo da educação no município, sendo permitido ao PCB manter “pelas suas respectivas células, escolas de alfabetização nos bairros, em concorridas aulas noturnas, distribuição de cartilhas, cadernos, papel e outros materiais escolares”. Seriam quatro essas escolas, com cerca de 150 alunos, onde havia grande procura por “elementos do povo”³.

É possível localizar nesse periódico novos elos da sociabilidade de que Moura participou em Salvador e que incluíram Jorge Amado e seu irmão James Amado. Jorge sem dúvida era figura central e aparecia com grande destaque nas páginas de *O Momento*, que ecoava seu prestígio como escritor internacionalmente reconhecido, além de ocupar o cargo de deputado no legislativo federal em 1946. Entre outras ações, como relator deu parecer favorável ao restabelecimento da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Juazeiro, com jurisdição sobre a região baiana do São Francisco⁴. nessa constelação foi uma das amizades mais duradouras de Clóvis, pois persistiu até o falecimento do romancista.

3 Juazeiro, um exemplo de cooperação democrática. *O Momento*, Salvador, 27 jun.1946.

4 Parecer do Deputado Jorge Amado. *O Momento*, Salvador, 17 jul.1946.

A Associação Brasileira de Escritores

Além da intensa e febril atividade literária e jornalística, esses jovens militavam na Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que procurava congregar intelectuais “progressistas” sob o manto da literatura. Fundada em 1943, no Rio de Janeiro, desde 1945 a associação vinha realizando congressos em diversos Estados nos quais as discussões giravam em torno do papel do escritor no mundo contemporâneo e da defesa de princípios democráticos, uma vez que surgira em pleno Estado Novo, ao qual opôs resistência. Integrada por intelectuais destacados nacionalmente, foi presidida de início por Otávio Tarquínio de Souza. Entre os primeiros membros, figuravam Caio Prado Júnior, Aurélio Buarque de Holanda, Sérgio Buarque de Holanda, Astrojildo Pereira, Sérgio Milliet, Antônio Cândido, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado Carlos Drummond de Andrade e Monteiro Lobato (MELO, 2011). Questões específicas das atividades profissionais dos escritores, como a defesa dos direitos autorais, logo mesclaram-se a outras de caráter político no seio da entidade. Progressivamente a ABDE abrigou maior amplitude no debate político entre dois campos opostos, os chamados democráticos e os comunistas. No primeiro grupo, situavam-se liberais, democratas cristãos, sociais-democratas e comunistas não alinhados com o PCB, entre eles Caio Prado Júnior, Mário Schenberg e outros que haviam rompido com o partido em 1942. A cisão correspondia tanto a um período em que ocorria crescente profissionalização do trabalho intelectual mediante pagamento antecipado de direitos autorais, quanto de grandes mudanças na política nacional na década de 1940.

Na Bahia havia um grupo expressivo de filiados à entidade, provavelmente em decorrência da presença de nomes como o de Jorge Amado, que no congresso realizado em 1945, no Rio de Janeiro, presidiu a delegação baiana. Em Salvador, o grupo a que Darwin Brandão estava vinculado muito se empenhou em 1949 para que Moura aderisse à ABDE e organizasse um núcleo em Juazeiro. Para tal tarefa, foi solicitado a fazer contato com “possíveis sócios” que seriam selecionados segundo um curioso critério, o de serem pagantes: “Não

é preciso que a pessoa escreva. Aceitamos como sócios, médicos, advogados, dentistas, professores, etc.”, esclareceu Darwin ao amigo.

Essa proposta indica a premente necessidade de fundos para manter publicações e outras atividades literárias vinculadas à ABDE, além do empenho dos membros próximos do PCB para ampliar a atuação da entidade no interior do Estado . Daí talvez decorresse o afagar das vaidades e a abertura de espaço nas páginas das publicações de Salvador para manter Moura interessado em colaborar com a associação, filiar-se a ela e fundar um núcleo em Juazeiro, cidade cujas características não permitiam acalentar a expectativa de abrigar grande número de escritores, mas promissora pela localização geográfica, dada a proximidade com a pernambucana Petrolina.

Nesse sentido, Darwin Brandão apelou a Moura para que congregasse ali pessoas de certo nível cultural e financeiro capazes de sustentar o núcleo local planejado pelo grupo de Salvador. A intenção era fundar uma “Casa da Cultura” e dar a ela visibilidade com a presença de um intelectual soteropolitano, a ser enviado especialmente à cidade para a inauguração. O plano não parece ter alcançado êxito, a julgar pela correspondência que é omissa sobre sua concretização. No entanto, a premência do empreendimento evidencia-se nas cartas enviadas por Darwin ao amigo com a solicitação para que colaborasse e assumisse a tarefa: “Caberá a você, agora, trabalhar com o pessoal aí, para ver se consegue meios para isso, isto é, transporte e hospedagem” para o representante que iria à inauguração. Era a contrapartida do apoio recebido para a publicação de suas obras e inserção nas redes de sociabilidade. Muito provavelmente, tratava-se de tarefa decorrente da inserção partidária.

Entre as atividades da ABDE, estava em andamento o projeto do III Congresso de Escritores em Salvador, em novembro de 1949. Foi realizado em 1950 e dele Moura participou como delegado, provavelmente representando Juazeiro. Ademais, estavam programados congressos regionais visando à expansão da entidade . A tarefa de convencimento de Moura para encarregar-se da fundação de um núcleo em Juazeiro passou a ser feita pela dupla Darwin e Expedito. O primeiro contato pessoal entre eles serviu de ponte para a permanência do “poeta do sertão” no núcleo de Salvador da ABDE. Para isso, houve a introdução formal de Expedito no círculo

dos escritores da entidade, apesar de não ter obra publicada. A trama da sociabilidade complexa entre esses escritores resultou na recepção de Expedito em reunião da ABDE em 06 de outubro de 1949, onde se tratou da fundação da sucursal no interior da Bahia. Com muito entusiasmo, conforme relatou a Moura, ali expôs as possibilidades do empreendimento “pondo em relevo o ardente desejo que há muito V. e eu alimentamos por uma organização desse gênero, aí”. Ou seja, apesar das evidentes reticências de Moura, “comprou” a ideia e apresentou-a como projeto comum a ambos, acreditando tratar-se de um benefício para a pequena cidade interiorana, sertaneja, onde grassavam o “indiferentismo da maioria” e “certos preconceitos dessa gente arraigada a um velho reacionarismo, que aliás tem subido de ponto com o eco da cisão no Rio”. Referia-se à cisão havida no interior da ABDE motivada pelas divergências sobre os rumos da associação, quando o PCB, colocado na ilegalidade, procurou “criar uma frente ideológica através do controle de instituições culturais como a ABDE”. Esta entidade foi especialmente visada pela orientação partidária por congregar diversos e importantes escritores ligados ao partido, além de destacar-se por uma atuação de relevo na política nacional. Uma grande crise instalou-se na associação, que perdeu muitos de seus filiados (MELO, 2011, p. 728, 731) e na década seguinte o partido buscou influir na produção dos intelectuais a ele vinculados. Nesse panorama, é possível compreender a insistência do grupo de Darwin para cooptar Moura para a entidade e obter por meio dele a fundação do núcleo de Juazeiro.

Apoiado por Darwin Brandão - ou estimulado por este - Expedito afiançou aos membros da ABDE em Salvador ser Moura capaz de levar adiante o projeto como “fundador e orientador da Casa”. Dificuldades poderiam ser superadas com a presença de um conferencista da capital para abrilhantar o evento de fundação e “empolgar a massa”, mediante o “contato direto de um escritor já conceituado no mundo intelectual baiano”. Provavelmente o único que se dispôs a empreender a longa viagem da capital ao sertão foi o próprio Darwin, pois o escritor Palma Neto, cogitado, esquivou-se da tarefa, ou melhor, sem desejar de antemão comprometer-se, prudentemente postergou sua necessidade, para quando o núcleo estivesse verdadeiramente constituído.

Resistências no local de instalação do núcleo eram previstas, mas Expedido apresentou a Moura o argumento que poderia desarmá-las: “Para os medrosos, prenhes de preconceitos, V. poderá apresentar o fato de se realizarem as sessões da ABDE, aqui, ao lado do Palácio do Governador, no salão da Academia, de portas abertas”. É possível que a associação estivesse claramente identificada com o PCB e essa proximidade gerasse temores, pois o partido havia sido posto na ilegalidade, desde 1947, após desfrutar de breve legalidade durante dois anos. Além disso, houve a candidatura fracassada de Moura a deputado estadual no nebuloso episódio que constituiu mais um indício de seu envolvimento com o partido. Sua atividade política nessa época girou em torno das eleições legislativas de 1947, de que participou por meio da assinatura em um manifesto, em 12 de agosto, intitulado *Protesta o povo de Juazeiro contra os atentados à democracia*, subscrito também por outros. Seu escopo era protestar contra a cassação do registro do PCB e dos mandatos dos parlamentares comunistas eleitos recentemente.

Uma informação mais confiável vem do depoimento de José Carlos Ruy, com quem Moura estabeleceu vínculos em São Paulo na década de 1970. Para Fábio Nogueira de Oliveira, ele rememorou o episódio e afirmou que Moura havia sido “candidato a deputado estadual pela legenda do PSB, na Bahia, e ia aos comícios com uma arma na cintura (um deles ocorreu em Juazeiro, Bahia)” (OLIVEIRA, 2009, p. 67). Um retalho do jornal *O Momento* de 1951 traz mais luz sobre essa candidatura, sob o apelo *Reconquistemos a cadeira de Giocondo Dias!*, guarnecido com uma foto do candidato, uma das raras dessa época de sua vida⁵:

A candidatura Clóvis Moura mobiliza em torno dela todas as forças populares do Estado. Trata-se de reconquistar para os patriotas e democratas a cadeira de Giocondo Dias, o heroico dirigente da insurreição nacional libertadora de Natal de 1935, organizador do primeiro governo popular revolucionário do Brasil, líder querido das massas trabalhadoras da Bahia. A cadeira de Giocondo Dias foi roubada pelos serviços do imperialismo ianque em 1948. Reconquistemo-la agora, levando à Assembleia Legislativa o lutador anti-imperialista Clóvis Moura. Nestes poucos dias que nos restam, lancemo-nos com o máximo de

5 Reconquistemos a cadeira de Giocondo Dias!. *O Momento*, Salvador, 1951.

entusiasmo e iniciativa à campanha pela eleição de Clóvis Moura. Fazemos uma propaganda que atinja vigorosamente todas as empresas e bairros, que abale todas as camadas oprimidas da população. Mas, acima de tudo, façamos vitoriosa a batalha da cédula. Incansavelmente distribuamos as cédulas de Clóvis Moura nos comícios, nas fábricas, nas fazendas e feiras, nas escolas e escritórios, sobretudo através dos comandos de casa em casa.

O que se sabe sobre o episódio? Giocondo Dias (1913-1987) foi militar e liderou em Natal o levante comunista de 1935. Membro do comitê estadual do PCB da Bahia, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1946, mas perdeu o mandato quando, em sete de maio de 1947, o registro de seu partido foi cassado (SOTERO, 2014). Na época da notícia acima transcrita era editor de *O Momento* e provavelmente o manifesto se referisse a esse episódio. O fato é que a memória dessa candidatura fracassada embora fragmentada e plena de incertezas, é sintomática do envolvimento político de Moura e poderia ser um obstáculo à implantação de um núcleo da ABDE em Juazeiro, cogitado após a repressão se abater sobre o PCB. Logo a seguir, em 1950, Moura transferiu-se para São Paulo e provavelmente perdeu o contato com o projeto inicial de expansão da ABDE pelo interior sertanejo baiano.

Uma carta de Darwin a Moura datada Salvador em 11 de outubro de 1949 é bastante reveladora do papel que a adesão ao marxismo veio crescentemente ocupar no pensamento do poeta de Juazeiro. Ao encontrar-se pela primeira vez com Expedito, Darwin teria mantido um diálogo que evidencia o dilema em que viviam os intelectuais comunistas na época: revolução ou evolução? Em tom de cumplicidade didática, Darwin, mais enfronhado na teoria comunista, esclarecera Expedito, simpatizante do PCB porém reticente na convicção comunista, sobre as diretrizes partidárias:

Ele compreendeu tudo. É na verdade um pouco utópico, acha que tudo pode ser resolvido, na verdade, com divulgação, pura e simplesmente, de doutrina. Que a gente deve se dirigir ao povo, aos camponeses e falar, marxisticamente. O resto, acha ele, virá com o tempo, Não é necessário apressar. Acredita, cem por cento, na evolução mas acha quase indispensável a revolução ... A gente sente que ele tem muita vontade de ler, o que parece não era possível fazer aí. Me levou uns quatro livros, satisfeito.

Mas além das poesias e da política partidária, Moura já se direcionava também para outros interesses e desenvolvia estudos preliminares sobre a presença do negro no sertão do São Francisco. Divulgou o plano a Darwin, que logo assumiu a tarefa de auxiliar a pesquisa do “amigo e companheiro” sobre o “assunto de negros”.



Imagem 4 – Recorte do jornal *O Momento*, de Salvador, com a notícia da candidatura de Clóvis Moura à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 1947. Arquivo CEDEM.

Carlos Drummond de Andrade, o poeta do povo

Nos anos 1945 a 1949, Moura experimentou grande entusiasmo com o PCB e o campo político comunista, que partilhava em sua rede de sociabilidades juvenis, inevitavelmente se refletiu em sua produção. Procurava com avidez leituras informativas - em parte atendido por Darwin Brandão- e chegou mesmo a solicitar à Embaixada da União Soviética no Brasil o envio de livros e revistas, que resultou na remessa de exemplares da revista *Literatura Soviética* e da obra *Cuestiones del Leninismo*, de autoria de Stalin. Acompanhou a remessa a carta datada de 22 de setembro de 1947.

Tal adesão entusiástica acabaria por se manifestar no diálogo / duelo intertextual travado com o escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) entre os anos 1947 e 1948. Drummond por essa época era intelectual destacado e pertencia à diretoria da ABDE, onde se digladiavam diversas tendências políticas. Em *O observador no escritório*, suas reminiscências sobre o período revelam o desencanto com o partido e com a ABDE, que ocorreu estrepitosamente, em pública dissidência, no contexto da aliança política entre Prestes e Getúlio Vargas. Após um período de muita proximidade do partido e de ter sido mesmo cogitado a concorrer pela legenda às eleições de 1945 para deputado federal, houve um distanciamento, cujo registro está associado às dissidências ocorridas na ABDE em 1945. Assumindo posição, opunha-se à “carga ativista que ameaça

esmagá-la, desviando-a de seus fins específicos”. Embora cultivasse proximidade com o campo político comunista, nunca se engajou no PCB, portanto não se considerava “militante político” por entender que o partido “como forma obrigatória de engajamento, anula a liberdade de movimentos, a faculdade que tem o espírito de guiar-se por si mesmo e estabelecer ressalvas à orientação partidária “.

Avesso ao controle e à disciplina partidária, no entanto manteve-se próximo do PCB, visitou Prestes na prisão e com ele estabeleceu diversos contatos para discutir sua atuação na imprensa, mais especificamente na *Tribuna Popular*, jornal diário de que foi codiretor por curto período, convidado pelo Cavaleiro da Esperança (ANDRADE, 1985, p. 31-32). Por essa época escrevera o poema *Anistia*, inspirado na luta pela legalização do partido e havia publicado sua obra mais referida, o livro de poemas que alimentou a militância política de muitos, *A Rosa do Povo*. Nele incluiu as poesias antológicas *O medo*; *Carta de Stalingrado*; *Telegrama de Moscou* e *Com o russo em Berlim*, cuja referência encontrava-se na ação das tropas aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. *A Rosa do Povo* foi considerado pela crítica um de seus livros mais eloquentes do ponto de vista político e reuniu 55 poemas escritos entre 1943 e 1945, quando Drummond era chefe de gabinete do Ministério da Educação ocupado por Gustavo Capanema. Poeta reconhecido como modernista, publicou neste livro poemas longos, com recursos dramáticos, alguns com viés narrativo. A crítica literária aponta em seu título duas palavras emblemáticas, rosa e povo, a primeira de uso corrente entre poetas e romancistas engajados, a exemplo de Neruda em *Canto Geral* (1950) e Paul Éluard em *Rose Publique* (1934). Representativa de uma fase de encantamento do poeta pela política de esquerda foi posteriormente relegada por ele a certo esquecimento, pois sintomaticamente, a obra só foi reeditada após seu falecimento, em 2001.

Ao mesmo tempo em que orbitava em torno do partido, nesse mesmo ano de 1945 Drummond distanciou-se das práticas partidárias, em especial no tocante à ABDE, e chegou a participar da criação de uma entidade alternativa, a União dos Trabalhadores Intelectuais (UTI). O II Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em Belo Horizonte, em outubro de 1947, foi crucial nesse processo

de ruptura, ao ponto de tê-lo levado a escrever posteriormente sobre sua divergência em relação aos rumos que os comunistas pretendiam dar à ABDE. Em contraposição, defendia o “caráter não político” da associação, como “órgão profissional, que congregue intelectuais em torno de interesses até hoje não defendidos e até negados”, ou seja, direitos autorais, livres do “controle partidário”. Integrou assim o grupo dos rebeldes, que se intitulavam democráticos e recusavam os “princípios e métodos do PC”, conforme suas memórias registraram com bastante indignação (SANT’ ANNA, 2004, p. 9).

O confronto criou grande antagonismo nas hostes partidárias, afastou-o da política, e foi no contexto desse embate que ocorreu a aproximação entre Drummond e Moura em 1947. Moura atuou junto a ele como defensor das diretrizes partidárias e da postura política engajada de poetas consagrados. Preparava um artigo, o qual seria na verdade uma tentativa de desconstrução de Drummond como intelectual a partir desse pressuposto. Militante da poesia, Moura envolveu-se na polêmica entre o PCB e o poeta mineiro, por correspondência e por meio desse artigo, cujo cerne consistia na discordância sobre posições políticas e seus desdobramentos na forma e no conteúdo da literatura.

No entanto, antes de publicar o artigo, Clóvis iniciou correspondência provocativa com o autor de *A Rosa do Povo*, livro de grande repercussão entre os intelectuais comunistas, para criticá-lo por sua nova posição, assumida entre 1945-47, ao mesmo tempo em que temperava a crítica ao externar admiração pela sua obra. A aproximação de Drummond não resultou como Moura talvez esperasse, a julgar pelas cartas trocadas entre eles, duas enviadas por Moura e uma recebida, reveladoras de profunda discordância. Na primeira delas, datada de Juazeiro, em 4 de fevereiro de 1947, nas três folhas datilografadas em espaço simples, papel timbrado do M.P. Divisão do Imposto de Renda, Moura expôs ao poeta suas angústias e seus (des)encantos em roteiro autobiográfico. Compartilhando a opinião do círculo de sociabilidades baianas sobre o poeta mineiro, externou inicialmente admiração ao

[...] escritor que pode desempenhar um papel dos mais colossais: orientador de uma geração. E de uma geração que até há pouco tempo estava desorientada. Até que a luz foi chegando, foi chegando. Neste crepúsculo do capitalismo a poesia deve tomar uma posição. E no Brasil a posição da poesia frente a este problema de importância tão importante já foi definida por você. Você possui a qualidade de ter esperança e de transmitir a esperança.

No desenrolar dos elogios, surgem mescladas confusamente as confidências de Clóvis sobre sua própria vida, entre elas a admiração por Mário de Andrade, considerado aqui seu guia intelectual, e o choque provocado pela notícia de seu falecimento, ocorrido em 25 de fevereiro de 1945, num dia em que se encontrava em Salvador “*Vivia por este tempo na Velha Salvador. Defronte do meu quarto, num terceiro andar, onde escrevia, o mar*”. Caminhando pela rua da Ajuda, havia sido surpreendido pela notícia nos jornais e o impacto sobre o jovem poeta *flâneur* foi relatado a Drummond em meio à admiração confessada pelo escritor modernista, a qual procurava transferir ao correspondente, em busca de um substituto para o papel de guia intelectual, ao lado de Garcia Lorca e Tagore. Certamente estava informado da grande admiração e amizade que existira entre Drummond e Mário de Andrade e desenvolvia a estratégia de buscar pontos de afinidade no diálogo epistolar, que seria melindroso. Na carta datada de Juazeiro, 4 de fevereiro de 1947, assim expressou-se:

Hoje resolvi lhe escrever. Lhe confesso que até por o papel na máquina ainda estava irresoluto. Achava, porém, que precisava escrever a alguém e, naturalmente, em razão de sua atitude nas letras nacionais, essa pessoa só podia ser você. Vejo em você o escritor que pode desempenhar um papel dos mais colossais: orientador de uma geração. E de uma geração que até há pouco tempo estava desorientada. Até que a luz foi chegando, foi chegando. Neste crepúsculo do capitalismo a poesia deve tomar uma posição. E no Brasil a posição da poesia frente a este problema de importância tão importante já foi definida por você. Você possui a qualidade de ter esperança e de transmitir a esperança.

Entre as leituras que havia feito da obra de Drummond, significativamente Moura evocou o poema *Anistia*, um marco em sua formação . Daí em diante teria assumido atitude política mais

aproximada da realidade brasileira, embora o encontro com o marxismo já houvesse acontecido anteriormente. Todas essas mudanças teriam sido intensificadas pela leitura da *Rosa do Povo*:

Houve em mim um duplo efeito produzido pelo seu livro: de um lado me reconciliava com os escritores brasileiros, de outro lado mostrava-me as possibilidades estéticas, abertas, pela atitude de luta, a um poeta que quisesse ser fiel a seu povo. Quando li o poema “Nosso tempo”, no qual você declina de toda a responsabilidade na marcha do mundo capitalista compreendi que ali você falava por todos os poetas do Brasil. Dos poetas que declinam dessa responsabilidade e assumem outra bastante maior: a de construir um novo mundo, não o da exploração nem o do conto de fada, porém o do Homem. Sabemos que a velha máquina burguesa e o sutil verme da exploração tudo farão para que as poesias desses poetas sejam rasgadas pois são rubras e eles querem a arte rosa, etérea, passiva, neutra. Tudo, porém, passa. Somente a dignidade humana resiste à vaga da reação e à derivação de recalques mórbidos. Porque nós: nos lábios a esperança, a palavra, o poema, o discurso e a ação. Eles: a força, a ira impotente, eunuca, ira do moribundo que não se conforme com a morte...

Atuando como intelectual mediador entre o partido e o poeta, prosseguiu a missiva em tom doutrinário, conforme sua missão requeria. Acreditava que a “nossa inteligência” estava comprometida com uma “tarefa histórica”, a luta pelo “progresso da pátria” na qual *A Rosa do Povo* constituía uma referência decisiva:

É o sangue brasileiro, proletário da nossa gente, dos “jecas”, dos impaludados da minha cidade, das margens do São Francisco, dos famintos: é o grito de toda essa massa que está adquirindo esclarecimento político e já encontrou sua expressão estética no seu livro. É a afirmação do povo que tinge de cores de aurora o horizonte, neste momento de desenvolvimento pacífico e de derrota do *nazi-fascismo e vitória do socialismo nos quatro cantos do mundo*.

Talvez para apresentar credenciais que o qualificariam a ser crítico de Drummond, enviou-lhe junto com a carta alguns poemas, pedindo avaliação: “Mande dizer a verdade sobre eles: se prestam ou não... Ficarei imensamente grato a você por isso, mesmo que o seu julgamento seja arrasador”. E não se deteve diante de uma dúvida como que externando cumplicidade e buscando confidências, quiçá

confissões: “ Soube, vagamente, que Oswald de Andrade deixou o Partido. É verdade?”

O início dessa carta surpreendente pela desenvoltura foi tomado em repique pelo destinatário na resposta que veio rapidamente. Veio logo, em 18 de março, e meticulosamente datilografada com cópia conservada em seu arquivo pessoal juntamente com as recebidas de Moura, o que comprova a relevância pessoal e política da conversa. Nela o diálogo epistolar assumiu um tom conflituoso e rebarbativo que cortava pontos de contato e excluía Moura de uma rede onde as credenciais eram outras, desmarcadas da adesão às diretrizes partidárias:

Receio muito que você tenha feito mal em me escrever. Sua carta, afinal, é dirigida a um homem que eu não sou, como a um poeta que eu não sou. Se gostei muito do seu jeito natural e violento de se abrir e me comunicar sua certeza, a verdade é que, em conjunto, sua carta me causou um grande mal-estar. De maneira alguma continue a ver em mim o “orientador de uma geração”. Não oriento nada, ninguém, nem a mim próprio. E como poeta, sinto dizer-lhe que, ao contrário do que você pensa, a “Rosa do Povo” não foi uma definição. Não me filiei a nenhum partido, não adoto nenhuma verdade política, estou só, e não orgulhosamente só, como indivíduo que provou a sem-razão dos ajuntamentos; estou simplesmente só, sem vaidade nem ferocidade: porque não achei jeito de “marchar com as multidões” porque me parece, ao fim de tudo, que “marchar com as multidões” é simplesmente uma frase - de um homem honesto, mas quem não faz as suas frases? Apenas elas não significam nada, senão a ilusão do seu autor.

A referência às diretrizes partidárias sobre posicionamentos assumidos por Prestes não poderia ser mais clara. Ainda assim, Drummond continuou explanando os motivos desse distanciamento e ao mesmo tempo recusando ser identificado como reacionário:

Tranquelize-se: não me vendi a ninguém, não renego o que já escrevi, não me arrependo do meu antigo esquerdismo. Apenas peço licença para me declarar que não me fiz o poeta ou escritor político que as circunstâncias pareciam reclamar de mim, e que muitos já supunham criado. Deixo essa responsabilidade aos mais novos, nascidos em um outro clima intelectual, capazes de uma certeza que a mim não me visitou, como até hoje não me visitou o dom da graça. Poderei eventualmente cantar Espanha ou China oprimida, mas esteja certo de que minha poesia não será nunca

arma conscientemente política, senão que se aplicará em, através de tema político ou de qualquer outro, enunciar um estado poético.

Quanto aos versos enviados por Moura, apontou sem reboços que “você se debate no cipoal de influências, e influências nacionais, muito próximas, das quais desejo que se liberte; e você tem uma grande força verbal”. As considerações sobre forma e estilo foram igualmente incisivas e valem por uma aula de redação poética com a exemplificação de pontos fortes e fracos da poesia moureana. Ponto por ponto, a resposta alentada chegou até o distanciamento de Oswald de Andrade, que atribuiu ao desacordo com a política do “Partido de Prestes”, e sobretudo à divergência de Drummond da “espantosa decisão de apoiar o ditador Getúlio Vargas”, decisão que teria sido “disciplinadamente” acatada por Oswald¹.

A tréplica foi escrita por Clóvis em Juazeiro, em 22 de abril de 1947, num tom irado, exaltado, aliás claramente admitido: “Tudo isto declarado em sua carta sacudiu um pouco meus nervos. Me emocionou mesmo com as palavras nela contidas (sou um leitor emotivo)”. Prosseguiu em tom polêmico, insistindo em avaliar, criticar, resgatar e redimir Drummond como possível orientador de uma geração por sua obra poética, em especial, para em seguida enveredar pelo ponto crucial deste diálogo, a relação dos comunistas com Prestes. Diálogo teimoso, insistiu sem cerimônia nos pontos de vista anteriores e rebateu com petulância o interlocutor, de igual para igual, cobrando coerência com a imagem que havia construído dele:

Carlos Drummond! Você já era, nesse tempo, um poeta maduro. Representava uma tendência, um estado de espírito da nossa inteligência. Mas a representava como síntese e não pela sua pessoa isolada. Daí a “Rosa do Povo”, livro que você teima em não considerar uma definição.

A desilusão para com Drummond era grande, enorme. Mesmo porque estava em andamento a escrita do artigo sobre ele encomendado pelo *Caderno da Bahia*. Moura parecia querer certificar-se da irremediável transformação do interlocutor:

1 Carta de Carlos Drummond de Andrade a Clóvis Moura, Rio de Janeiro, 18 de março de 1947, Arquivo Casa de Rui Barbosa.

Você conseguiu uma maturidade violenta, através de uma evolução que muito tempo durou. Porém essa evolução – escute bem – veio quando condições objetivas e subjetivas impediam que você compreendesse o que ela significava “praticamente”. Daí ter dado um sentido heroico às coisas, pessoas e ideias que lhes eram caras então. Porém veio a realidade. Os heróis se transmudaram em homens. Lembra-se você de um artigo escrito na “Tribuna” intitulado, se não me engano” “Um encontro com Prestes”? Era o mito ainda intacto e virgem em sua imaginação de poeta. Você, como grande parte de intelectuais, teve uma decepção quando se chocou com a realidade safada. Os super-homens se transformavam em homens de carne e osso... e veio a desilusão política de tudo e de todos!

São páginas de um acerto de contas doloroso, o reconhecimento de uma decepção profunda que Drummond não parecia pretender superar, enquanto Moura ainda permanecia naquele ano de 1947, aparentemente acreditando no partido e na sua condução por Prestes.

Talvez você – e lhe confesso que também eu - tivesse uma ideia completamente diferente do movimento comunista em nossa terra. Via – tomando-se Prestes para centro do nosso raciocínio – um homem predestinado, enviado, sem humanas paixões, profeta a anunciar aos simples sua filosofia. Via-o impoluto, bíblico na sua pureza, um poeta finalmente, Ou então um teórico, homem de uma erudição, uma montanha de erudição dialética, marxista profundo, escrevendo coisas ainda mais profundas, com notas e pé de página, etc...

A realidade o chocou. Prestes não passava de um homem como [sic] todas as poucas virtudes e muitos defeitos oriundos da sua condição humana. Com suas virtudes e erros. Com seus sestros, seus amuos, suas falhas. Muitos, como você, se desiludiram. Então a frieza da política enviou-lhe o fogo do marxismo. A teoria foi vencida pela prática. Você se retirou resolutamente para o seu caro mundo particular de coisas raras e perfeitas, com uma desilusão silenciosa, uma dor talvez inconfessada de ver todas as suas caras verdades de ontem derrotadas pelo seu próprio julgamento: uma fase que não considero definitiva, porém uma etapa dolorosa de incerteza – não de vacilação – em que sua faculdade de julgar as coisas deteve sua marcha política para alguns instantes de reconsideração. Talvez depois a certeza o visite. Ou o dom da graça, que será outra espécie de certeza. Aí, então, talvez seja a definição.

Moura lutava contra essa decepção, esse dilaceramento interno e procurava acatar a versão de que Prestes até podia ter errado, mas reconhecia nesse erro sua humanidade.

Em notas que fiz sobre sua poesia assinalei essa qualidade: você dá às palavras o seu significado único, insubstituível. Não as usa em “estado de dicionário”, pelo contrário imprime às mesmas um sentido subjetivo, subconsciente mesmo, para o qual nunca será excessivo chamar-se a atenção.

E concluiu a longa e apaixonada carta com a revelação de que havia feito “Notas” sobre a poesia de Drummond, que insistia ainda em louvar como o poeta da *Rosa do Povo*².

Pouco depois, veio o seu artigo, insistentemente cobrado por Darwin Brandão: “A turma toda espera. Sei que você vai fazer uma coisa muito boa, séria e equilibrada e por isso estou com muito interesse”. Darwin atuou como porta-voz do grupo do *Caderno*, que encomendara o artigo a Moura e para convencê-lo utilizara argumentos radicais: “Há necessidade de se fazer um estudo da poesia atual de Drummond, do poeta traidor, falso”, mas um estudo “sério e equilibrado”, ou seja, que traduzisse essa linha de julgamento, instava em carta de 13 de outubro de 1948. *O poeta e o medo*, assinado por Moura, foi publicado no *Caderno da Bahia* em 1949. Incisivo, radical, questionou sem rodeios a postura política de “poetas consagrados”, acusou a poesia de Drummond de “oportunismo político e social” e passou a deturpar *A Rosa do Povo*, que “apesar de toda a tendência popular e mesmo política que o poeta procurou imprimir nos seus poemas, é onde mais se pode notar a aristocracia, o alheamento de C.D. (sic) ao povo”.

O artigo foi por certo aplaudido por Darwin, pois expressava a diretriz partidária de solicitar dos escritores a missão social de analisar e expressar a realidade brasileira, em perspectiva de uma arte para o povo. Enviou ao seu autor elogios derramados e por que não, exagerados na carta de 9 de agosto de 1949: “O mais estudado e o mais sério dos artigos que já se publicou sobre Drummond”, escrito pelo “poeta perdido no São Francisco”. *O Caderno da Bahia* assumiu por meio do artigo de Moura a crítica do partido a Drummond, tomando posição clara no debate.

2 Carta de Clóvis Moura a Carlos Drummond de Andrade, Juazeiro, 22 de abril de 1947. Arquivo Casa de Rui Barbosa.

Não era para menos: afinado com a concepção do papel esperado dos intelectuais comunistas, Moura louvou-lhe as qualidades de forma porém encontrou nele ressalvas por assumir posição contraditória ao enveredar pelo “simbolismo hermético” preocupado com a forma, numa palavra, preciosista. Após expressar profissão de fé socialista em poemas sobre Stalingrado e *O Russo em Berlim*, o poeta teria se afastado do mundo real, fugira com medo de participar do mundo exterior e sua poesia não mais alcançava as massas³. As críticas choviam sobre *A Rosa do Povo*: “apesar de toda a tendência popular e mesmo política que o poeta procurou imprimir aos seus poemas, é onde mais se pode notar a aristocracia, o alheamento”.

Somente em 1962, passados 13 anos, o contato entre eles seria retomado de poeta para poeta, por iniciativa de Moura que enviou a Drummond uma carta relatando a publicação de seu livro de poesia *Espantinho na feira* e com atrevimento e arrogância pediu-lhe a opinião:

Meu caro poeta

Carlos Drummond de Andrade:

Há quase 15 anos lhe fiz uma carta, mandando-lhe uns versos desconchavados. Você me respondeu com a inteligência que lhe é própria, embora àquela altura estivéssemos divididos por problemas ideológicos que não devem ser recordados aqui.

Hoje estou lhe enviando o meu primeiro livro de versos. Gostaria de saber a sua opinião sobre. Seria possível?⁴

A carta permaneceu sem resposta, conforme o destinatário anotou a lápis no final: “*Não respondi. CD*” foi o piparote lacônico que encerrou o assunto e arrematou a polêmica. Se temos acesso a esses documentos preciosos, deve-se ao hábito de Drummond de tudo registrar e guardar, que resultou no imenso arquivo pessoal com 14.564 documentos manuscritos e datilografados, dos quais a correspondência pessoal constitui conjunto alentado (TRAVANCAS, 2013).

3 Carlos Drummond de Andrade. Rascunho datilografado. CEDEM, caixa 23, pasta 01, 1948.

4 Carta de Clóvis Moura a Carlos Drummond de Andrade, São Paulo, 12 de setembro de 1962, papel timbrado Star Press reportagens internacionais.

A poesia de Moura encaminhava-se nesses anos para a literatura engajada mas nem tudo eram flores, Em 1949 seu poema de louvor a Neruda foi encaminhado pelo amigo Darwin a Edson Regis, editor da revista *Correio das Artes* . O *Poema de Solidariedade a Pablo Neruda* foi recusado, com a justificativa do editor de que sua publicação era problemática naquele contexto de ilegalidade do partido.

Estudos embrionários sobre o negro¹

Imerso no campo literário, sobretudo da poesia e da crítica, sem descurar da militância política, Moura começou a transitar durante os anos de juventude, pelos estudos de cultura, Sociologia e História do negro, influenciado pelos intelectuais da capital baiana e pelo contexto de descoberta da cultura trazida pelos escravizados da África. As grandes referências nesses primeiros passos foram Nina Rodrigues e os autores ligados à Antropologia cultural, sobretudo Arthur Ramos e Edison Carneiro, que se tornariam presença constante em seus textos.

Nas décadas de 1930 e 1940 a situação do negro no Brasil deu origem a movimentos sociais e a estudos antropológicos e históricos bem como a produção literária relevantes, entre eles os que incidiam sobre aspectos culturais da população de origem africana, com destaque para suas manifestações de religiosidade. Em suas reminiscências, o amigo Darwin Brandão registrou o encantamento que elas produziam na cidade de Salvador:

As festas dos candomblés são a poesia das noites baianas. Os atabaques, agogôs, cabaças e adjás, num ritmo bárbaro e nostálgico, chamam o povo para participar das grandes festas dos negros. E esse chamado,

1 Este capítulo constitui uma versão do artigo Da Antropologia cultural ao materialismo histórico: primeiros estudos de Clóvis Moura sobre o negro, publicado na Revista de Teoria da História, UFG, v. 22, n. 02, dez.2019, p. 123-135.

verdadeiramente amoroso, é atendido por uma sôfrega multidão que ruma para os “terreiros” da cidade, na evocação sincera dos seus orixás (BRANDÃO. MOTA; SILVA, 1958, p. 55).

Ele próprio frequentador dos candomblés, assim como muitos dos intelectuais da época, denunciou as “sórdidas perseguições policiais” que tentavam impedir sua existência apesar de os terreiros serem frequentados por todas as classes sociais. Na “velha e misteriosa Salvador”, havia “uma profusão de músicas, de cânticos propiciatórios - trazidos da África pelos negros escravizados”. Eles davam esperança a “uma população desamparada pelos donos da terra”.

O II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, realizado em 1937, deixou marcas expressivas na intelectualidade baiana ao sistematizar e divulgar reflexões sobre essa cultura. Em sua organização, atuaram com destaque Edison Carneiro e o jornalista Aydano do Couto Ferraz, ambos vinculados ao PCB. Além disso, o I Congresso de História realizado em 1949 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com o intuito de comemorar o quarto centenário da capital baiana, ampliava o interesse pela história do negro no Brasil.

Nessa época os estudos antropológicos retomaram e submeteram à crítica a obra *Os africanos no Brasil* (1932) do médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) que afirmava serem irredutíveis, mesmo insuperáveis as diferenças entre culturas superiores e inferiores e rejeitava a possibilidade assimilacionista/civilizatória do negro em uma sociedade onde coexistiam diferentes estágios evolutivos, ou seja, desníveis culturais hierarquizados (REIS, 1988). Adepto de racismo científico, que pretendia validar a suposta superioridade racial branca, a partir desse referente desenvolveu reflexões sobre contatos culturais na sociedade de destino dos africanos e as revoltas de que participaram. No entanto, essa postura teórica não o impediu de defender a urgência do estudo de sua cultura, pois acreditava estar próximo o desaparecimento dos africanos que para cá vieram e de sua cultura, em decorrência do fim do tráfico e da miscigenação.

Seu discípulo e igualmente professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Arthur Ramos (1903-1949) desenvolvia novas interpretações não deterministas baseadas no conceito de aculturação. Desde a publicação de sua obra *O negro brasileiro* (1934) dedicou-se ao chamado

problema negro, interpretando-o no âmbito da defasagem cultural que estaria presente nas “classes atrasadas”. Neste texto despontou também uma perspectiva de análise a partir do conflito social, quando abordou as revoltas de escravos como resultado da situação do cativo e em especial as revoltas dos malês na Bahia no século XIX, que eram objeto de debate sobre o papel da religião islâmica em sua eclosão. O conceito central dos estudos de Ramos nesse período, a aculturação, foi utilizado para explicar os contatos culturais e seus resultados, também traduzidos pela Sociologia em modificações da cultura por meio de justaposição, acomodação, assimilação e sincretismo, conforme as condições do contexto permitissem. Intenso dinamismo entre culturas tão diversas, provocado pela vinda dos africanos escravizados, foi assinalado por Ramos na obra *A aculturação negra no Brasil*, publicada em 1942, onde reuniu ensaios e artigos, nos quais aplicou essa teoria na análise de casos específicos de diversas manifestações culturais, entre elas a religiosidade².

Ocupou-se também com particular destaque da situação do negro no pós-abolição, no que denominou o “problema do negro”, inserido na narrativa modelar consagrada pela Historiografia, que apresentava a clássica sequência da opção pela supostamente menos conflituosa escravidão africana para substituir a problemática escravização dos indígenas pelos colonizadores. Em seguida, encadeava-se o tema de sua captura e escravização na África, a vinda para o Brasil e a conseqüente situação de cativo. Nessa narrativa historiográfica a saga não termina com a Abolição, mas vai além da Lei Áurea e continua, em sua análise, com a denúncia do preconceito e da dificuldade de inserção dos libertos na sociedade regida pelo trabalho assalariado, que privilegiou os imigrantes europeus principalmente no sul do país, embora o desamparo dos recém-libertados ocorresse também nas demais regiões. Não sendo esse seu tema principal de estudo, Ramos não aprofundou a questão e privilegiou, como o título de seu livro indica, a aculturação, cujo objeto foram as manifestações de cultura popular, entre elas as línguas faladas pelos africanos e seus descendentes.

2 Outras obras do autor nesse período foram *O negro brasileiro* (1934); *O Folk-lore negro do Brasil*. (1935), *As culturas negras no Novo Mundo* (1937).

Porém um tema relevante que abordou em contraponto à aculturação foi o das revoltas e resistências individuais ou coletivas dos escravizados, entre elas associações diversas creditadas ao “espírito associativo dos negros” e principalmente na forma de quilombos, atento que esteve em não apresentar sua história como processo de submissão e docilidade. Palmares e a epopeia de Zumbi estão presentes na narrativa sobre o século XVII e ainda que o antropólogo não tivesse feito pesquisa original sobre o tema, arriscou-se a abordar o episódio controverso do suicídio desse líder, baseado na Historiografia que acatou as versões de Rocha Pita, Oliveira Martins e Nina Rodrigues³. Avaliou a formação desse quilombo como “a mais perfeita organização de defesa do período da escravidão” e ao fazer tal afirmação refutou a tese de Nina Rodrigues sobre a passividade e resignação do negro cativo, ao contrário do índio que teria sido mais rebelde e por isso preterido pelos colonizadores portugueses na implantação da economia agroexportadora. O negro reagiu, afirmou Ramos: “Foi bom trabalhador, porém mau escravo” ao rebelar-se de diversas maneiras. O personagem quilombola está presente com destaque na obra, que ao estudar os conflitos entre senhores e escravos abriu portas para a conciliação entre Antropologia cultural e análise da história sob o prisma da luta de classes.

Clóvis Moura, embora leitor de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, não deixou esquecido o materialismo histórico desde suas primeiras reflexões sobre o tema à época em que estabeleceu também contato com a obra de Edison Carneiro que já trabalhava nessa perspectiva analítica. O elo constituído nessa sequência parece ter sido um dos suportes em suas pesquisas, as quais aos poucos passaram de uma postura híbrida da Antropologia cultural com o materialismo histórico para uma predominância deste referente. Essa justaposição inicial pouco estruturada organizou seu projeto pioneiro nos anos 1940, pois já na época desses primeiros passos transitava no campo político

3 Sebastião da Rocha Pita publicou em 1730 a História da América Portuguesa que em suas diversas reedições, foi uma das principais fontes utilizadas pelos estudiosos do quilombo de Palmares. O historiador português Oliveira Martins publicou O Brasil e as colônias portuguesas, em 1880, entre outras obras, e tornou-se igualmente referência na Historiografia brasileira.

do PCB ao mesmo tempo em que, paralelamente buscava aportes metodológicos que tornassem viável sua pesquisa antropológica.

Foi durante o período de residência em Juazeiro que Moura iniciou a pesquisa sobre a cultura negra e a “situação racial” na região do vale do rio São Francisco, cujos resultados seriam publicados somente em 1959, no artigo *Notas sobre o negro no sertão* (MOURA, 1959 a). Para enfrentar o desafio de uma pesquisa de campo, consciente de sua formação específica rala, para não dizer ausente, mas muito motivado e dotado de notável perseverança, passou a peregrinar entre intelectuais acadêmicos. Com eles estabeleceu intercâmbio epistolar no sentido de obter indicações de leituras, textos publicados e orientações informais sobre os rumos que deveria seguir na coleta e interpretação de dados. O referencial macro já estava então delineado pelo materialismo histórico e pelos conceitos de modo de produção e luta de classes.

Para começar, tomou a iniciativa de estabelecer contato com Arthur Ramos em 1945, quando tateava os meandros da Antropologia cultural e procurava ansiosamente superar as deficiências de sua formação diante da tarefa que se propunha realizar. Desde a publicação de suas pesquisas sobre *O Negro Brasileiro*, Ramos tornara-se a grande referência da Antropologia sobre o tema e a ele Moura recorrera para obter orientação segura, além de acesso a obras específicas da área. A correspondência trocada entre ambos revela a intensidade do empenho de Moura em realizar estudo conforme os cânones acadêmicos da época validavam.

São apenas três as cartas constituintes desse conjunto documental, localizadas no CEDEM e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 11 de novembro de 1945 o jovem de Juazeiro tomou coragem para iniciar o diálogo epistolar com o consagrado mestre para pedir-lhe “conselhos a respeito de problemas antropológicos e sociológicos sobre o negro no Brasil, que o meu senso de responsabilidade humana pede solução”. Na carta datada de Juazeiro, em 11 de novembro de 1945, apresentava uma justificativa sem dúvida humanitária, baseada no reconhecimento do estado da população negra após a Abolição, mas também levou ao interlocutor distante e desconhecido um jorro autobiográfico enigmático, breve e

inesperado, que permite ao leitor supor sua condição de filho de pai negro e mãe de ascendência europeia:

desde menino fui despertado por um forte e quase instintivo desejo de conhecer e estudar os problemas sociológicos do Brasil. Daí até o meu interesse pelo negro e pelas condições de contato culturais e pelas consequências das misturas étnicas, foi um passo.

E mais não disse, passando a relatar o resultado de sua observação empírica estreante, porém longe de desinformada, sobre a cultura da região que habitava. O que se segue é um diálogo intermediado pelas obras de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, pois os temas abordados referem-se a elas e claramente visavam apresentar credenciais ao destinatário reconhecido desde já como mestre, pois na condição de discípulo Moura colocou-se nessa correspondência.

Muitos anos depois, em entrevista concedida em 1988 ao *Jornal do Brasil*, Clóvis retomou a motivação latente desse interesse, ou seja sua origem familiar, para afirmar-se “negro convicto”, neto do austríaco Ferdinand von Steiger, barão da Casa da Prússia, e neto do piauiense Abdon Moura, apresentado como “rico mulato latifundiário”. Ele próprio, porém, “jamais se distinguiria, pela cor da pele - um moreno saudoso de sol”, foi o seu depoimento⁴.

Em seu percurso biográfico, a identidade negra foi plenamente assumida por Moura em outra entrevista concedida para *O Jornal de Alagoas*, em 1995, na qual atribuiu seu interesse pela cultura negra e as pesquisas sobre o tema da escravidão à sua ascendência africana: “porque se eu não me localizo dentro do contexto da sociedade e etnicamente, eu sou aquilo o que Sartre chamava um ser não-situado, uma pessoa que boia dentre de um contesto sem saber onde se ancora”. Conforme Gustavo Orsolon de Souza, a ascendência europeia foi obliterada por Moura, que inclusive não assinava Steiger, nome de família que identificava a origem materna (SOUZA, 2015). Pode-se dizer que ela sempre esteve latente porém não claramente assumida nem rejeitada em declarações públicas. De fato, nesse balanço

4 Entrevista de Clóvis Moura a Lina de Albuquerque, *Jornal do Brasil*, 19/04/1988, lauda original datil.

autobiográfico conduzido por suas escolhas e posicionamentos do presente, Moura relembrou os tempos de Salvador, e mais amplamente da Bahia, como determinantes de sua identidade:

Na Bahia, como minha família era de classe média, ninguém me situava como negro, e sim como branco. Então, eu tinha o meu polo de análise de cima para baixo. Queria estudar os negros como se eu não fosse um deles. Hoje não. Hoje eu chego à conclusão de que todos nós, que temos ascendência africana, devemos assumir nossa negritude. Seria inviável assumir minha ascendência alemã, todo mundo acharia graça porque eu não tenho absolutamente nada que lembre a terra do meu bisavô. Do ponto de vista da língua, da cor, do comportamento, das estruturas mentais, eu guardo tudo o que os africanos trouxeram. Eu sou um afro-brasileiro (VALENÇA, 1995).

Voltando ao contato com Arthur Ramos, o tema escolhido para abertura da primeira carta a ele enviada fora as esculturas em forma de carrancas colocadas na proa das embarcações que então navegavam pelo rio São Francisco. O assunto ocupara Ramos e merecera uma pequena referência no relato de uma viagem feita por ele à região, no percurso iniciado em Juazeiro em 24 de outubro de 1929, subindo o rio a bordo da gaiola *Saldanha Marinho*. A descrição da paisagem de caatingas, de vazantes e da população local sem dúvida calou fundo em Moura, que além da descrição antropológica contava com a experiência de viver essa realidade. No percurso o viajante avistou barcas carregadas de rapadura, movidas a remo, que considerou embarcação típica: “um barco tosco, com dois toldos de palha de buriti; na proa, em forma de emblema a figura da cabeça de um animal, Sobrevivência totêmica? Antiga tradição romana ou assíria? Quem o sabe?” (RAMOS, 1942, p. 277).

Essa breve referência de Ramos foi tomada por Moura como gancho para iniciar uma discussão epistolar sobre a questão do totemismo na cultura de origem africana. Seu entusiasmo ao ver sua região referida por Ramos é notável, se bem que soubesse ter sido precedida por Nina Rodrigues que também se ocupara do tema das famosas carrancas, levantando a hipótese de se tratar de sobrevivência totêmica de origem controversa. Inquietava o jovem morador de Juazeiro a possibilidade de compreendê-la, indeciso entre

a origem africana e a indígena e assim contribuir para o resgate de tais sobrevivências transformadas pela aculturação.

Esse foi um dos pontos do diálogo triangular mantido por meio da carta, pode-se dizer uma âncora do discurso de Moura, que encontraria eco na resposta de Ramos. E nesse diapasão ele prosseguiu em sua carta-relatório, narrando suas impressões sobre os “vestígios culturais” dos bantos nas congadas, nas macumbas, nos candomblés e nas festas. O fio condutor de sua narrativa contemplava a hipótese da “influência da cultura negra na região do São Francisco”, negligenciada pelos pesquisadores que centravam o foco das análises na presença do negro na orla litorânea, onde a economia voltada para a grande produção açucareira a requisitara preferencialmente e com predominância. Certamente adotou uma linha impressionista em sua descrição, única possível a ele na época, para descrever as manifestações culturais que teve oportunidade de observar *in loco* e sobre elas arriscou tímidas tentativas de interpretação. E fez mais. Impetuoso, transpôs ousadamente os limites geográficos que constituam sua principal referência para dialogar com Ramos sobre outra manifestação religiosa de origem africana, a Língua de Fogo, descoberta na região paulista de Piracicaba.

Naturalmente desviou-se da interpretação determinista, que marcou de modo indelével a obra de Nina Rodrigues, com cautela não abordada na carta ora em análise e se ateu ao problema social do negro no Brasil. Guardou porém para uso posterior o conceito de “colonização negra” do país, que Nina utilizara em *Os africanos no Brasil* e desdobrava-se em considerar os africanos para cá trazidos como “colonos”. Esta pequena digressão justifica-se pela complexidade do contato multifacetado de Moura com os autores aqui abordados e que o levaria à adoção de um referencial eclético em obras posteriores.

Para finalizar a análise desta carta, a primeira da sua jornada juvenil de complementação de estudos, registre-se que sua intenção parece ter sido acima de tudo demonstrar ao interlocutor uma bagagem cultural que lhe permitia esperar tratamento sério e científico, não apenas com o envio de obras, mas também fornecimento de endereços de possíveis correspondentes como estratégia de superação do autodidatismo, “com objetivismo e honestidade”. Prova de seu

empenho forneceu ao destinatário com o pequeno recorte de jornal sobre o candomblé em Juazeiro, anexado à carta.

A resposta de Ramos veio meses depois, datada de 15 de março do ano seguinte, da cidade do Rio de Janeiro. Nela comentou ter passado pela região do São Francisco na condição de médico legista e concordou com a importância atribuída pelo jovem à população negra na região, pois ali realizara um “*survey*”. Sua viagem pelo vale do São Francisco em 1929 de fato iniciara-se em Juazeiro, e lhe permitira observar costumes e manifestações culturais dos habitantes das localidades que visitou. Referendou assim as intenções de Moura de realizar pesquisa na área de Antropologia cultural e enviou-lhe material de apoio. Além disso, estimulou o jovem a persistir nos estudos nessa direção afirmando que “É possível, é quase certo, que a influência negra aí tenha sido maior do que se pensa, podendo mesmo ter sobrevivido em certos costumes”. E afinal, sobre o tema das carrancas, sugeriu ao antropólogo debutante que realizasse pesquisa “cuidadosa” na região, “nos seus momentos de lazer”.

A última carta desse diálogo foi enviada por Moura ao mestre logo depois, datada de 15 de abril de 1946, e nela percebe-se a consolidação do seu interesse pelos estudos de aculturação sempre na perspectiva de comprovar a importância do negro no povoamento da região do vale do São Francisco mediante o resgate de sobrevivências culturais resultantes do contato com o branco. Era em grande parte influenciado também pelos estudos que Edison Carneiro vinha desenvolvendo na cidade de Salvador. O assunto lhe parecia “quase virgem” e com muita possibilidade de sucesso na coleta de material empírico. A partir daí a correspondência interrompeu-se, provavelmente em decorrência das mudanças na vida de Arthur Ramos que além de ministrar cursos em diversas instituições de ensino superior, no Brasil, foi chamado a ser em 1949 o primeiro diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, onde teve atuação destacada até seu falecimento repentino nesse mesmo ano (BIBLIOTECA NACIONAL, 2004).

Foi nesse ambiente dominado pela Antropologia cultural e pela busca de uma chave interpretativa conciliada com o materialismo histórico que em 1946 Moura elaborou suas notas preliminares de estudo sobre “*O Negro contra o Branco*” e “*O Negro na sociedade brasileira*”.

Nelas abordou o choque cultural, sobretudo no terreno da religião, sem descurar daquele que acabaria por se tornar o tema predominante de sua obra, as formas de resistência do negro escravizado. Em seu estudo inaugural do tema, *O negro contra o branco (contribuição para o estudo do choque entre as duas culturas)*⁵ como o próprio título sugere, a pauta da análise foi construída a partir do conflito, analisado nas diferenças culturais presentes nas revoltas, como as dos malês no século XIX. Embora admitisse sua motivação religiosa, abriu espaço para a luta de classes explicitamente como chave interpretativa paralela ao enfatizar a dicotomia senhor versus escravo, que estaria acima do fator religioso na determinação dos movimentos de rebeldia. Chegou mesmo a ver em Palmares uma república “em moldes nitidamente socialistas”, embora, tal como Ramos, não tivesse realizado estudos específicos inéditos sobre o tema a partir de fontes da época, ou seja do século XVII. Reconheceu nesse texto filiação explícita ao mestre, ao tratar da “vida cooperativa “ do negro em associações de diversa natureza e finalidade, abordagem que manteria e refinaria em obras posteriores. E principalmente recusou a hipótese da “inferioridade intelectual constitucional nem psíquica de nenhuma das raças consideradas como afirmam certos doutrinadores cheios de Gobineau e de arianismo suspeito”. Logo depois, em 1948, mais familiarizado com o tema, organizou um plano de pesquisa onde mesclou os fatores culturais, principalmente o religioso, ao de classe, do oprimido contra o opressor, e destacou nessas revoltas os “choques de cor e de classe”, que se tornaria o tema principal de sua obra .

O interesse pelo tema do negro nessa época também está bastante presente na correspondência trocada entre Moura, Darwin Brandão e Expedito de A. Nascimento entre 1948-49, quando Clóvis já entrara em contato com esse campo de estudos, que o guiou às pesquisas sobre o sertão do São Francisco. As *Notas sobre a aculturação negra no Brasil*⁶ constituem o embrião daquele que se tornaria seu grande projeto de pesquisa. O texto com rasuras e emendas contém

5 Texto datilografado, datado de 1946, CEDEM.

6 Todos os textos mencionados como embrionários , inclusive os estudos preliminares, são originais datilografados e manuscritos, Cx 23, pasta 1, Fundo Clóvis Moura, CEDEM.

talvez a primeira sistematização de suas ideias em direção a um projeto mais alentado e resultaria no artigo publicado na *Revista Brasileira*, em 1959, portanto uma década depois do início desses estudos e no mesmo ano em que *Rebeliões da Senzala* foi publicado. Dessa pesquisa resultou o texto sobre os malês em *A Grande insurreição dos Escravos baianos*, publicado na mesma revista.

Na época, o cerne do projeto híbrido moureano consistia no estudo do “processo de aculturação no Brasil” ocorrido no contexto da “aparição do capitalismo”, quando as culturas negras trazidas pelos escravos entraram em contato com as culturas “aborígene” e lusa, em uma sociedade organizada pelo latifúndio e pelo trabalho escravo. Com a fusão desses elementos, afirmou, estabeleceu-se “todo um sistema econômico e social” de colonização, cujo centro dinâmico localizou-se no nordeste com a produção açucareira. O patriarcalismo estruturou a organização dessa sociedade caracterizada pelo escravagismo.

Ao assinalar a diversidade das culturas africanas trazidas pelos escravizados ao Brasil, admitiu diferentes graus de desenvolvimento entre elas, das mais “elevadas”, como a dos camitas até as mais “atrasadas”, como a dos hotentotes. A questão da diversidade cultural, correspondente à diversidade regional de origem dos africanos deslocados para o Brasil, foi referida também num lampejo aos estudos de Sílvio Romero, João Ribeiro, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Mas por se tratar de um projeto ainda muito embrionário, não se encontra nele discussão teórica ou historiográfica, apenas o alinhamento das referências e a estruturação dos tópicos, como se verá.

Em busca de informações mais detalhadas sobre a diversidade cultural, Moura se propunha a estudar os viajantes que estiveram no Brasil no período colonial: o conhecido Martius e Schlichtorst, alemão que veio para o Brasil como mercenário no exército de D. Pedro I, e se encantou com as vestimentas dos escravos. Igualmente seduzido, Moura retomou esse elemento cultural para tentar alguma identificação dos bantos e sudaneses a partir das roupas brancas, dos turbantes, dos panos da costa e a partir desses autores chegou ao esboço dos grupos regionais de negros que para cá vieram. Embora faltem duas páginas do documento, sobra a informação de que Moura reconheceu

também a importância da “inter-aculturação tribal” ocorrida entre eles, tema que posteriormente abandonaria.

O esquema analítico proposto no projeto se divide em três eixos : Características da aculturação no Brasil; Condições dessa aculturação e Problemas gerais de aculturação. Não há porém uma definição do conceito de aculturação, simplesmente apresentada como religiosa, folclórica e dos costumes. No entanto, subentendido o conceito, já esboçou a abordagem dos diferentes “graus de aculturação”, sem deixar de lado o marxismo e a indefinida “questão colonial”, referidos a Caio Prado Júnior e sua *História Econômica do Brasil*. Os castigos de escravos aparecem timidamente e só mais tarde iriam ocupar lugar destacado em sua obra. Por ora, ocupava-se principalmente da diversidade cultural e das possibilidades de aculturação do negro no Brasil a ser trabalhada nos itens abaixo:

Culturas africanas: *As culturas negras no novo mundo; Introdução à Antropologia brasileira; O negro no Brasil: problemas de aculturação; O folclore negro no Brasil.*

Aculturação religiosa : *Os africanos no Brasil; O folclore negro no Brasil; O negro brasileiro; As culturas negras no Novo Mundo; Os africanos e seus costumes no Brasil; O negro na Bahia; Negros bantos.*

Aculturação folclórica: *Os Africanos no Brasil; Através dos folclores; Mitos africanos no Brasil; O negro brasileiro; A influência africana no português do Brasil; O negro e o garimpo em Minas Gerais; O folclore cristão no Brasil.*

Aculturação costumes: *O negro no Brasil; Os africanos no Brasil; Casa grande & Senzala; A aculturação negra no Brasil.*

As duas últimas páginas do documento trazem importante sequência denominada Um método de pesquisa no estudo dos cultos afro-brasileiros, que contém um roteiro de observação onde a direção geral é bastante influenciada pela linha interpretativa dos candomblés na Bahia, que ocupava lugar destacado nas pesquisas antropológicas e vinha sendo feita também por Edison Carneiro, aparentemente sua grande referência no assunto :

1.o - *Localização do Culto: (Há algum significado mágico na localização do mesmo?)*

2.o - *Instrumentos: Ferramentas - objetos de adorno do candomblé - bebidas (presença ou ausência delas) - comidas (idem)- Instrumentos de música*

3.o - *Culto: Danças - Ritual - Sacerdotes (só há homens ou há sacerdotisas?)- Cânticos - Registrá-los - Ídolos (descrevê-los, se houver) Suas funções- Se possível fotografá-los - Dias da semana consagrados aos deuses - Correspondentes católicos - Procurar ouvir lendas.*

4.o - *Ritual: Tomam parte no rito todos os presentes? Só os iniciados? Há ritos de iniciação? Descrevê-los.*

5.o *Curandeirismo: Sagrado e profano- Objetos usados para - Influência sincrética da religião: espiritismo, catolicismo, protestantismo, etc..*

6.o - *Época em que funciona o culto: Há dias especificados? Quais são?*

Na última parte do projeto, o esquema de uma síntese foi apresentada com o título *Aculturação Negra no Brasil (subsídio para o seu estudo)*, no qual o tema é dividido em quatro capítulos:-O problema geral do negro no Brasil; Tribos negras importadas; Culturas negras e O fenômeno da aculturação no negro do Brasil. Graus e aspectos Religioso, Linguístico e Folclórico.

O artigo publicado na *Revista Brasiliense* com o título de *Nota sobre o negro no sertão* seria republicado com acréscimos na segunda edição de *Rebeliões da Senzala*. Nele percebe-se o esforço em coletar dados que permitissem a comprovação da hipótese da presença física e da influência cultural do negro no sertão de áreas do Leste, Norte e Nordeste do Brasil, contrariando a tese de sua ocorrência restrita à franja litorânea, onde foi implantada a atividade agrícola em larga escala, sobretudo a da cana de açúcar. O folclore e outras manifestações da cultura material, além da inegável presença das comunidades remanescentes de quilombos foram invocadas por Moura para comprovar sua hipótese. Para a coleta de informações contou com a colaboração do amigo Expedito, com quem conviveu em Juazeiro. A contribuição de Expedito nesse projeto foi condensada em um texto datilografado, onde Clóvis mencionou “prováveis fontes para pesquisas da influência do negro no Vale do São Francisco: as lendas do Nego d’Água, autos e festas populares em cidades ribeirinhas A base bibliográfica do ensaio remonta a Capistrano de Abreu e se mescla com muita ênfase ao estudo das revoltas dos escravizados.

Entre os autores referenciados no projeto, o mais próximo de Moura era Edison Carneiro, entre outras razões porque no primeiro número do *Caderno da Bahia* Darwin Brandão havia publicado um artigo que colocou em relevo a obra do antropólogo e seus estudos sobre o candomblé na Bahia. O artigo nada mais era do que uma apresentação do autor e a delimitação de um terreno ou campo intelectual que se manteria dali em diante presente no periódico. O artigo *Edison Carneiro e os estudos afro-brasileiros* inaugurou a inclusão desse tema no periódico, apoiado também pelos estudos sobre cultura popular e negra em manifestações de festas, cultos religiosos e vida cotidiana do povo baiano que sinalizavam a intenção de superar o forte preconceito enraizado em Salvador àquela época. O artigo abordou o livro de Edison Carneiro *Candomblés da Bahia* (1948) recém publicado, e realçou sua importância para o estudo do homem e da cultura negra no Brasil. O ambiente era propício a esse debate, muito diferente daquele de 1937, quando por ato de censura durante o Estado Novo foram queimados os exemplares da primeira edição de *Jubiabá* de Jorge Amado e fechada a União de Seitas Afro-Brasileiras que Carneiro havia fundado. Mas a produção de Carneiro ia além: seu livro mais difundido, *O Quilombo de Palmares*, havia sido publicado em primeira edição no México em 1946 e em primeira edição em português no ano seguinte. Nele abordou significados da história e da cultura africana no Brasil, com grande repercussão, pois alcançou reedições em 1958 e 1966. Nesses estudos definiu sua abordagem da evolução paralela e desigual das raças no tempo com ênfase na “opressão de classe sofrida pelos negros na sociedade burguesa e capitalista”, expressa na “violência social e policial contra os candomblés” (ROSSI, 2015, p. 174).

É importante destacar, aqui concordando com Gustavo Rossi, o significado político dessa nova vertente híbrida que surgia entre os estudiosos do negro vinculados ou orbitando em torno do PCB. Este autor alerta para o tipo de análise que tem sido mais difundida e que incide sobre os aspectos considerados “científicos” dessas análises em termos de rupturas de paradigmas racistas e organicistas. No seu entender, desenvolvem-se discussões sob tal prisma,

(...)enquanto se minimiza o modo como esse elemento recém-valorizado na formação da nação, o “negro”, se convertia num móvel de disputa entre distintos modelos de intervenção: não apenas aqueles modelos formalizados por intelectuais, cujos trabalhos traziam a chancela do Estado e de suas instituições médicas, educacionais, correcionais e policiais, mas também modelos que passavam a reivindicar os segmentos afro-brasileiros, ainda que no plano simbólico, como objetos de interesse doutrinário e ideológico por parte dos grupos da cena política da época, a exemplo dos comunistas, dos integralistas e do próprio movimento negro nascente (ROSSI, 2015, p. 177).

Não é pois descabido levar em conta o engajamento comunista de Moura nessa busca de um caminho para a análise que pretendia realizar, e realizou apesar da precariedade de bibliografia disponível e da dificuldade de acesso - ou ao menos de leitura - de fontes manuscritas conservadas no Arquivo Público do Estado da Bahia. Esse obstáculo provavelmente direcionou sua pesquisa antropológica para a coleta de material junto à população negra da região do São Francisco, mediante questionários.

Essa trajetória pouco conhecida do autor foi obscurecida pela Historiografia específica, que privilegiou sua contribuição a partir da obra *Rebeliões da Senzala* e a ela se sobrepôs. Ao lado do direcionamento teórico-metodológico diretamente vinculado à obra de Ramos, sem dúvida havia a aproximação do materialismo histórico, que Moura procurava conciliar com suas análises iniciais. Posteriormente o vínculo com a Antropologia cultural foi minimizado e desde a finalização da obra *Rebeliões da Senzala* predominou a chave de leitura referida ao marxismo e à luta de classes na análise da escravidão no Brasil e seus diversos aspectos, sobretudo de resistência ao sistema escravista. Não obstante, a referência a Ramos persistiu em sua obra ao longo de décadas no que se refere à cultura do negro no Brasil.

Aproximações em busca de métodos sociológicos e antropológicos

Com igual intuito de buscar referências veio na mesma época o contato com Ralph L. Beals, antropólogo da Universidade da Califórnia nos Estados Unidos e membro da American Anthropological Association . A ele Moura enviou seu projeto de pesquisa e solicitou auxílio porém não foi atendido, nem mesmo com o envio da *Acta Americana*, publicação da sociedade destinada apenas aos seus membros. Foi um contato infrutífero, logo abandonado após uma única carta enviada por Beals a Moura em 4 de dezembro de 1946, talvez devido ao fato de ser ele especialista em estudos sobre o México, portanto distante da realidade do negro no Brasil.

Muito mais produtivos foram os contatos com Emilio Willems e Donald Pierson, claro indício dos persistentes e continuados esforços de Moura para obter bases metodológicas seguras para suas pesquisas, desta vez no mundo acadêmico de São Paulo. De tudo que resta dessas iniciativas no contexto das pesquisas que desembocariam em *Rebeliões da Senzala*, destacam-se as correspondências trocadas com ambos. Como chegou a eles ainda é algo não explicado pois Clóvis residia em Juazeiro e estava distanciado da vida acadêmica paulista, aparentemente. O certo é que esses destacados interlocutores pertenciam a uma mesma rede de sociabilidade nucleada na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Alcançaram reconhecimento ao atuar na formação de

pesquisadores, além de terem criado lugares institucionais para que tais pesquisas se desenvolvessem também na USP (CORRÊA, 1987,).

Pierson havia publicado em 1945 a obra *Pretos e Brancos na Bahia*, com a qual estabeleceu uma importante referência na Antropologia cultural brasileira ao abordar a origem do preconceito em termos de cor, raça e condição socioeconômica. É possível que esse tenha sido o elo inicial com o que viria a seguir, o primeiro contato documentado entre Moura e Willems.

Willems e as diversas formas de peneiramento

Foram encontradas cinco cartas, enviadas por Emilio Willems a Clóvis Moura no período de menos de 2 anos, de julho de 1946 a abril de 1948. Assim como ocorreu em outros conjuntos da sua correspondência, não foram encontradas as cartas enviadas a ele por Moura. As missivas disponíveis foram escritas na época em que Clóvis residia em Juazeiro e estava à procura de orientação metodológica que lhe possibilitasse superar o autodidatismo e alcançar voos mais altos. Para isso, seguindo o mesmo procedimento adotado com Arthur Ramos, recorreu ao experiente pesquisador Willems (1905-1997), uma vez que o materialismo histórico e dialético como teoria analítica com que havia se familiarizado parecia-lhe insuficiente para a coleta e o tratamento de dados empíricos.

Willems deixara Berlim em 1931 premido pela crise econômica e pela ascensão do nazismo. Radicou-se no Brasil, mais especificamente na cidade catarinense de Brusque, onde conseguiu emprego como professor de grego, latim e francês em um seminário católico (WILLEMS, 1987). Sua formação acadêmica era sólida, pois ao emigrar portava os títulos de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim e licenciado em Ciências Econômicas, além da bagagem cultural que lhe permitiu desenvolver pesquisas relevantes no Brasil sobre temas de Sociologia e Antropologia¹. Na Alemanha havia entrado em contato com as

1 Publicou entre outras obras *Assimilação e populações marginais; Aculturação dos alemães no Brasil - estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes; Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo; Cunha - tradição e transição em uma cultura rural do Brasil; Buzios Island - A caiçara community in Southern Brazil.*

obras de Simmel, Troeltsch, Leopold von Wiese e Max Weber e desses estudos resultou seu interesse pela vida associativa, especialmente na dimensão cultural, que motivou pesquisas mediante observação direta de comunidades de imigrantes alemães e italianos radicados no sul do país.

Uma vez estabelecido em São Paulo, em 1936, em poucos anos sua carreira como cientista deslanchou, pois foi aprovado em um concurso de livre-docência em Sociologia Educacional e nomeado assistente no Instituto de Educação - Liceu Rio Branco. Em 1941, vieram a nomeação para a disciplina de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, sob o patrocínio de Fernando de Azevedo (PEREIRA, 1994), e o exercício da docência em Antropologia e Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (BOAS, 2000), onde o departamento de Sociologia era dirigido por Donald Pierson. Seu depoimento sobre a convivência com Pierson atesta o valor desse cientista em sua formação:

(...) de todos os cientistas sociais estrangeiros, convidados para lecionar em São Paulo, deixou a impressão mais profunda e duradoura. Aproveitei imensamente da amizade desse homem extraordinário que me pôs em contato com as obras pioneiras da Antropologia Social, realizadas nos Estados Unidos (WILLEMS, 1987, p.119).

Willems desenvolveu trabalho de campo que incorporou jovens pesquisadores em formação, entre os quais Florestan Fernandes, e conviveu com outro pesquisador de relevo, Herbert Baldus, com quem estabeleceu importante parceria intelectual. A ele e a Fernando de Azevedo prestou testemunho de reconhecimento pela importância que tiveram em sua trajetória como cientista social, em uma rede intelectuais que estruturava esses primeiros anos da FFCL da USP. A respeito de Baldus deixou um testemunho notável pelo grau de humildade intelectual de quem muito aprendeu em contato com os colegas:

(...) na companhia de Herbert Baldus aprendi mais etnologia do que se poderia extrair do melhor dos manuais, pois ele irradiava a autoridade de um exímio pesquisador de campo que se impunha pelas experiências acumuladas em contato direto com sociedades indígenas. Juntos

*organizamos uma pesquisa na região de Registro, no Estado de São Paulo, onde se havia estabelecido uma das primeiras colônias japonesas no Brasil, e juntos publicamos os resultados da nossa investigação na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*_(WILLEMS, 1987, p.119-120).

O contato com a realidade brasileira lapidava e punha à prova a formação teórica europeia de Willems. Nessa chave de entendimento pode ser analisada a correspondência em pauta, a qual traz informações sobre as relações entre professor/orientador e jovem pesquisador que se estabeleceram entre ele e Moura, por curto tempo, é bem verdade, a partir de 1946. Além de diretrizes para a pesquisa, Moura necessitava de bibliografia especializada, numa época em que havia grandes dificuldades no Brasil para a aquisição de obras da área, pois o acesso à literatura publicada no exterior era dificultado inclusive pela barreira da tradução.

A correspondência iniciou-se em 16 de julho de 1946, por iniciativa de Moura, que teria feito um “desabafo” ao interlocutor bem posicionado no mundo acadêmico paulistano. Essa expansão emocional dizia respeito à sua dificuldade em avançar na pesquisa e buscava para isso a orientação de Willems, que havia se tornado referência na organização do campo teórico e conceitual da Sociologia e da Antropologia no Brasil ao traduzir conceitos e publicá-los em 1939, em coautoria com Herbert Baldus sob a forma de verbetes no *Dicionário de Etnologia e Sociologia*. Por ocasião do início da correspondência, seu autor preparava obra similar, o *Dicionário de Sociologia e Antropologia Social*, que sairia em 1950. A tentação do dicionário começava a insinuar-se muito lentamente em Moura e culminaria muitos anos depois com a publicação de seu próprio conjunto de verbetes sobre a escravidão.

No desempenho de seu papel de orientador, que parece ter aceitado de bom grado, Willems recomendou a Moura outras leituras de formação, *O Homem*, de Ralph Linton e *Teoria e Pesquisa em Sociologia* de Donald Pierson, além da revista *Sociologia*, fundada por ele. Diversos textos foram remetidos em separatas a Moura, que posteriormente revelaria na adoção da teoria do peneiramento o aproveitamento que fez deles ao longo de sua obra. Esse conceito difundido por Willems foi adotado por Moura como chave explicativa da dinâmica

das práticas de exclusão do negro na sociedade brasileira durante o período escravista e após a abolição, o peneiramento e a barragem. Disseminou-se quase imperceptivelmente ao longo de sua obra mesclado ao conceito de luta de classes e se manifestou em plenitude em *O negro: de bom escravo a mau cidadão*, publicado em 1977. O conceito é particularmente interessante porque ao explicitá-lo, Willems se valeu da situação do negro na sociedade escravista, com isso fornecendo uma chave inestimável de leitura do tema para Moura. Nas palavras daquele pesquisador,

Todo indivíduo ou todo grupo entra, durante determinadas fases da vida em contato com os valores existentes. Em virtude da diferenciação biológica de indivíduos e grupos, cada contato exige ajustamentos específicos cujo sucesso é, frequentemente, posto em dúvida. Alguns ajustam-se, outros não. Os indivíduos são, portanto, peneirados. O sistema de valores constitui o critérios de peneiramento. Há indivíduos que “passam” pela “peneira” e outros que não “passam”. Estes constituem “resíduos”. (WILLEMS, 1938, p. 333).

A ênfase dada por Willems ao sistema de valores na dinâmica do peneiramento em uma dada sociedade tomou como um dos exemplos a situação do escravo, o que veio a ser de grande valia para Moura naquela época de definições teórico-metodológicas. Sendo a escolha de valores pelos indivíduos nem sempre possível, restou para os escravizados a imposição:

Contato e peneiramento sucessivo nem sempre significam que os indivíduos possam escolher os ajustamentos que lhes exige a sociedade e que determinam a sua integração na atual organização social. Escravos, por exemplo, não podem “escolher” a sua especialização. A grande maioria deles costuma ter, invariavelmente, os mesmos contatos que lhes exigem ajustamentos a padrões rígidos de atividades. Mas alguns sucumbem, pois falta-lhes a capacidade física exigida pela espécie de trabalho. Outros “defendem-se” pela vadiagem, insolência ou rebeldia. O escravo fujão, tão comum nas escravocracias modernas representa, talvez, o tipo extremo de desajustamento. Escravos vadios, indolentes, rebeldes, agressivos e principalmente, os arredios e fujões constituem resíduos sociais (WILLEMS, 1938, p. 333).

É possível acompanhar nas cartas enviadas por Willems a Moura a evolução do diálogo entre eles no contexto dos questionamentos que as Ciências Sociais atravessavam no Brasil no período, quando Willems demonstrou ter encontrado no jovem residente na Bahia um campo fértil a ser trabalhado no sentido da sua formação. Ademais, o tema do estudo do negro que Moura se propunha fazer interessava também o professor, ao ponto de este solicitar que lhe fossem enviados os resultados da pesquisa.

Willems direcionara suas investigações para estudos da aculturação que ocorre entre os estrangeiros que se deslocam de uma cultura para outra. Desde sua chegada ao Brasil começou a estudar os imigrantes alemães em Brusque do ponto de vista da vida rural, urbanização, religião e as formas de sociabilidade. Influenciado por John Dewey, na obra *Democracia e Estado* e por W.J. Thomas e F. Znaniecki, na obra *The polish peasant in Europe and America*, procurou estabelecer as conexões entre meio ambiente/meio social e o indivíduo, em perspectiva interativa e dinâmica que atentava para as mudanças sociais. Afastou-se de interpretações economicistas da sociedade e atribuiu peso a outros fatores que influíram no “peneiramento” como forma de seleção dos emigrantes alemães que os direcionou para a América, em que a religião e a política ocuparam papel preponderante. Desses estudos resultou a publicação de *A aculturação dos alemães no Brasil* em 1946.

Pode-se afirmar concordando com Glauca Villas Boas, que

“Willems assentou as bases de uma perspectiva cognitiva que o acompanharia ao longo de suas pesquisas - distinguiu raça de cultura, insistindo em uma abordagem isenta do determinismo físico/biológico; recusou a redutibilidade dos fenômenos sociais às leis da economia, libertando, também, seu esquema analítico de qualquer visão orgânica ou sistêmica da vida social; acabou desvendando as relações sociais nas esferas da economia, da religião, do direito e da política. Seu interesse estava sobretudo no conhecimento das interpretações coletivas que se impunham às condutas de homens e mulheres (BOAS, 2000, p. 178).

Parece que naquela época Moura necessitava também de orientação sobre a prática de pesquisa, ou seja, técnicas e métodos de coleta e análise dos dados empíricos, independentemente de posições

teóricas amplas e estruturantes. Se não temos meios para desvendar as indagações que fez a Willems, pelas repostas é possível intuir a dificuldade de conciliação entre a teoria marxista e a observação e sistematização dos dados no sentido empregado pelo pesquisador alemão. Isto porque uma carta datada de São Paulo em 30 de julho de 1946 contém conselhos que Willems enviou a Moura para bem levar a termo sua pesquisa, diante da precariedade de conhecimentos teórico metodológicos evidenciada pelo jovem de Juazeiro:

1- Limite-se a fazer estudos meramente descritivos, fazendo “história natural” de fatos que tiver ensejo de observar. Evite interpretações e comparações.

2- Procure descrever os fenômenos em sua totalidade, inclusive o seu lado material (instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.). Estude, por exemplo, tudo que observar nos candomblés e não apenas certos aspectos que lhe pareçam atraentes.

3- Não faça nunca referências a determinadas correntes, escolas, teorias antropológicas ou sociológicas, pois elas se transformam em verdadeiras “arapucas” que agarram o autodidata e tiram-lhe toda espontaneidade, chegando mesmo a anular completamente o valor científico de seus trabalhos.

A missiva parcialmente transcrita sugere que o diálogo já apresentava tensão e se direcionava para o questionamento da validade da aplicação do materialismo histórico na análise sociológica/antropológica, conforme explicitado no projeto inicial de Clóvis sobre a aculturação do negro no Brasil acima referido. O fato de Willems ter demonstrado grande interesse em conhecer o resultado dessa pesquisa e se disposto a publicá-lo na forma de artigo na revista *Sociologia*, inclusive propondo-se a dar sugestões “para torná-lo publicável” constitui indício do valor que o professor atribuía ao tema .

A correspondência também revela certo aspecto da personalidade de Moura, do qual ele nunca se distanciou, antes exacerbou, ou seja, o ressentimento e a convicção de ser injustiçado, externando o que Willems classificou como “críticas psicológicas” ao meio acadêmico, as quais sem explicitar porém, impaciente, rebateu afirmando que

(...)talvez seja interessante para o Sr. saber que aqui em São Paulo já formamos um pequeno grupo de pesquisadores que, sem narcisismo e

outros “ismos”, se dedicam, profissionalmente, a estudos da realidade social brasileira. Temos naturalmente a nossa “pontinha” de vaidade como todos os homens, mas, entre nós, ninguém se julga “dono de assunto” ou coisa semelhante. É um começo apenas, mas creio que, aos poucos, o nosso número aumentará.

Percebe-se que de início, Willems ministrou a Clóvis lições de método e mesmo examinou o plano de pesquisa que ele lhe enviou, considerou-o “muito viável” e forneceu-lhe um modelo de questionário que afirmou ter aplicado em suas próprias pesquisas em “algumas dezenas de cidades do Estado de São Paulo” e poderia ser também utilizado por Moura na Bahia. No entanto, ao tentar aplicar questionários entre os habitantes da região do São Francisco, Moura teria se defrontado com dificuldades - certamente o meio era iletrado - e por essa razão, o mestre o orientou a substituí-los por entrevistas:

O questionário não é processo aconselhável nesse meio. Também será em vão qualquer tentativa de interessar alguém pelo seu trabalho ou a formação de um grupo de pesquisadores. Parece-me que o único processo viável é a entrevista que deverá ser feita em forma de conversa sem que o pesquisado saiba das intenções do pesquisador.

A orientação metodológica provinha da experiência de Willems em 1945 em uma comunidade rural de São Paulo, onde teria procedido “exatamente como um etnólogo entre índios”. Guiado pelos princípios da Etnologia, ele prosseguiu alertando Moura para o fato de que poderia encontrar alguns “intelectuais” do local pesquisado e deles obter alguma ajuda (Carta de São Paulo, datada de 9 de fevereiro de 1947). A obra de Znaniecki constituía sem dúvida uma referência fundamental para o estudo de campo direcionado para a coleta de entrevistas. Nessa época os procedimentos metodológicos utilizados na Antropologia e na Sociologia, notadamente a técnica da entrevista, tal como era feita pelos pesquisadores dessas ciências, passava a figurar também no horizonte da Historiografia ainda que sujeita a desconfianças e restrições.

A adesão de Willems à técnica dos questionários em suas pesquisas de campo evidenciava sua atualização metodológica com as Ciências Sociais tal como praticadas nos Estados Unidos. Neste

país a técnica alcançou grande projeção e um marco significativo foi estabelecido pela abordagem sociológica da Escola de Chicago, que a desenvolveu para observação participante. Pressupunha um contato amplo do pesquisador com o entrevistado e até mesmo a convivência entre ambos, para que a história contada adquirisse validade como instrumento privilegiado de análise direta da realidade social, vivida pelos seus próprios sujeitos. O Federal Writer's Program, criado nos anos 1930 pelo governo norte-americano, engajou escritores e pesquisadores de ciências humanas atingidos pelo desemprego, permitindo-lhes realizar entrevistas direcionadas para o conhecimento da voz do *povo*. Grandes programas de entrevistas voltaram-se para o estudo dos afrodescendentes, canalizando as contestações e os movimentos pelos direitos civis. A escravidão segundo a interpretação de descendentes de escravos constituiu-se em tema destacado. A obra *These are our lives*, de W.T.Couch, publicada em 1939, constitui referência para tal tendência, uma vez que resultou na organização de um acervo de memórias depositado na Library of Congress em Washington. Neste projeto procurou-se rever a História sobre a escravidão nos Estados Unidos construída pelos “brancos” e ao recolher a memória sobre o regime, resultou em grande levantamento de dados sobre a cultura dos afrodescendentes.

Com generosidade, Willems ofereceu ainda outras indicações a Moura, mas algumas solicitações apresentadas por ele eram de certo modo desprovidas de senso de realidade e não encontraram acolhimento, como se percebe no trecho a seguir, datado de São Paulo, em 5 de dezembro de 1946, que contém a resposta à solicitação de um amparo intelectual e material aparentemente inalcançável:

A sua sugestão acerca de livros de ciências sociais a serem indicados por uma comissão de especialistas e que seriam enviados pela revista Sociologia não é exequível por enquanto. Conheço bem a sua situação pois eu também morei muitos anos no interior. Infelizmente, ainda não dispomos de recursos para por em prática semelhante plano. A base econômica de Sociologia [revista] continua precária e todos os seus colaboradores fazem grandes sacrifícios para que a revista possa sobreviver.

Percebe-se que os limites dos trâmites acadêmicos ainda não estavam claros para Moura, habituado ao universo da camaradagem comunista, onde era rotineira a troca de livros, e superestimava a disponibilidade de ajuda que poderia obter de professores para sua pesquisa. Ainda equivocando-se sobre os mesmos trâmites, havia solicitado a Willems contato com o grêmio estudantil da Escola Livre de Sociologia e Política para troca de ideias sobre problemas sociológicos. Novamente Willems se encarregou de atalhar a pretensão, esclarecendo com delicada firmeza não ser o momento oportuno por estarem no final do ano letivo.

Mas Clóvis acertou ao enviar a Willems e a pedido deste alguns textos de sua coleção de orações, que interessavam ao pesquisador e lhe abriram um novo patamar de relacionamento, pois logo passou a ser tratado por ele como prezado amigo em lugar do formal prezado senhor das primeiras cartas. Em breve porém viria a ruptura que estivera latente desde as primeiras considerações sobre as relações entre teoria e método .

O estudo antropológico de Willems sobre a cidade de Cunha feito em 1945-1946 foi publicado com o título de *Cunha - tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (WILLEMS, 1947). Dele participaram entre outros Gioconda Mussolini, Alceu Maynard de Araújo e Florestan Fernandes, os quais realizavam estágio de formação. Os estudos não se pautavam pela concepção da história enquanto processo evolucionista, abordagem que lhe valeu inúmeras e pesadas críticas: foi acusado por intelectuais comunistas de ser culturalista, empirista, conservador, não obstante seu reconhecido mérito de rigor científico. Trata-se de seu livro de maior repercussão no Brasil e também o mais criticado. Para Gláucia Villas Boas, a crítica foi “implacável” e colocou o estudo de Willems no centro das discussões da época em que foi publicado, “introduzindo uma enorme controvérsia metodológica, cuja origem talvez se possa remontar à dura crítica feita por Caio Prado Júnior na revista *Fundamentos*, em 1948” (BOAS, 2000).

Caio Prado apontou a exterioridade e a superficialidade dos estudos de Willems sobre fatos sociais, a ausência de nexos entre eles na interpretação e o equívoco de atribuir a objetividade à descrição rigorosa da observação. A polêmica tinha como móvel a defesa do

materialismo histórico e dialético enquanto teoria e método de uma ciência que deveria ocupar-se em desvendar as leis do desenvolvimento histórico e por extensão, colocava em xeque o critério de verdade utilizado por Willems. Demolindo os resultados do estudo sobre Cunha, Caio Prado afirmava de modo exorbitante que seu autor além de desprezar o embasamento teórico, era conivente com a exploração e a miséria da população e o livro nada mais seria além de um “relatório burocrático de dados”.

Em meio à repercussão negativa da obra, foram trocadas as últimas cartas dessa correspondência. O diálogo se radicalizou com Willems revelando-se irrevogavelmente contrário ao uso do materialismo histórico como suporte teórico e a ele contrapondo a posição de Mannheim. A carta é importante por revelar não apenas divergências teórico-metodológicas com relação ao papel das classes sociais nas análises sociológicas, mas também divergências políticas, que o passado antinazista do mestre autorizava em sua aversão ao totalitarismo. O diálogo não foi escrito com meias-tintas. Na última carta Willems colocou claramente a divergência de pontos de vista, que encerrou o diálogo. Certamente a carta ecoava a polêmica viva e violenta que seu livro havia despertado e sugere que Moura havia tomado partido em defesa dos posicionamentos de Caio Prado, que na época exercia sobre ele grande influência. A aspereza do diálogo colocava às claras as divergências políticas e de visão de mundo que os transformou em antagonistas:

Concordo com muitos de seus pontos de vista e discordo de outros. Tenho a impressão de que o Sr. atribui ao problema ideológico uma importância que realmente não possui. Grande, se não a maior parte das pesquisas sociológicas e antropológicas de modo algum ou só muito remotamente pode ser relacionada com aquele problema. É naturalmente possível proclamar ‘desconversa’, ‘despistamento’ etc. todo trabalho que não se relacione com a questão das classes sociais e que não esteja rigorosamente de acordo com a linha justa traçada nas sagradas escrituras do marxismo. Mas isso nada mais significa senão o endosso ao interesse específico e limitado que certos grupos políticos têm numa dada solução do problema das classes sociais. Como essa solução já está fixada, toda a ‘ciência’ consistiria em interpretar ou prognosticar os acontecimentos reais de acordo com as profecias estabelecidas.

A polêmica esgarçou a relação amistosa até então mantida, ambos irredutíveis em suas posições perante a neutralidade da ciência e o papel da ideologia na produção do conhecimento científico. Willems insistiu na defesa da posição de Mannheim - de que foi tradutor no Brasil - cuja leitura recomendava ao seu discípulo, bem como a da “rica bibliografia indicada pelo autor”. para fundamentar a discussão sobre as questões referentes às relações entre ideologia e conhecimento científico.

Segundo Willems esclareceu na carta datada de São Paulo, em 26 de setembro de 1948,

Justificar essa orientação com a afirmação de ser impossível a imparcialidade em ciências sociais é outro ponto de vista discutível. Parece-me que essa imparcialidade é possível e a melhor prova está no fato de a Sociologia ter descoberto métodos muito eficientes no desmascaramento de posições ideológicas. Nesse sentido, o livro de Karl Mannheim, Ideologia e Utopia, significa uma conquista de suma importância.

O Sr. dirá talvez que aí está uma das conquistas que se devem, em última análise, ao marxismo. Não há dúvida. Ao marxismo deve-se isso e muitas outras coisas ainda. Mas parece-me que a doutrina de Marx já percorreu todo o ‘aparelho digestivo’ das ciências sociais que lhe assimilaram tudo o que era realmente aproveitável cientificamente. Daí o fato corriqueiro de se encontrarem elementos marxistas integrados, desde o tempo do ‘socialismo de cátedra’ e da ‘Neue Zeit’ do velho Bebel, no corpo teórico das diversas ciências sociais.

A discussão provocara em Willems a retomada de questões pessoais que motivaram sua vinda ao Brasil, notadamente a perseguição nazista, e que o faziam rejeitar com veemência toda forma de ingerência política sobre a atividade científica e a expressar a visceral repulsa aos totalitarismos, alcançando assim o cerne da posição defendida por Moura, ou seja, a falta de liberdade de pensamento sob o regime soviético:

É possível também assumir uma atitude radicalmente diferente e declarar, como única e verdadeira ‘ciência social’, a apologética do Stalinismo. O resto seria ‘ciência burguesa’... Ora, essas tentativas pitorescas cheiram tanto a ‘matemática nazista’ ou ‘física ariana’ que dispensam qualquer comentário.

Por trás dessa radical postura vislumbrava-se sua própria autobiografia, sua experiência com a ascensão do nazismo na Alemanha e com os confrontos entre nazistas e comunistas, conforme narrada a Oracy Nogueira:

Nesse ano (1930), a grande depressão econômica, que assolava o mundo inteiro, havia atingido sua fase mais crítica. A situação era tal que não havia a menor possibilidade de achar emprego. Ao mesmo tempo, a situação política deteriorava-se a olhos vistos. Naquele momento, a Alemanha havia entrado, quase imperceptivelmente, numa fase de guerra civil entre nazistas e comunistas que, apesar do policiamento intenso, se combatiam em arruaças quase diárias. Eu já não tinha a menor dúvida de que, mais cedo ou mais tarde, o radicalismo da direita ou da esquerda haveria de prevalecer. Como repórter de tribunal - atividade que exercia em 1930 – assisti a muitos processos contra nazistas acusados de crimes de violência, notáveis pela crueldade bárbara que foram executados.(...) eu já não tinha ilusões quanto à natureza bestial de um possível regime nazista (WILLEMS, 1983, p. 121).

O golpe desferido pela crítica de esquerda foi profundo e, embora não atribuisse a ele o motivo da decisão, logo a seguir, em 1949, Willems emigrou novamente, deixando atrás de si o posto de professor catedrático de Antropologia da USP, disciplina que fundara na instituição, desta vez para se tornar professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade Vanderbilt nos Estados Unidos. Justificou parcamente a drástica decisão, apenas mencionando a expectativa de com sua “transmigração” ter mais e melhores condições de realizar suas pesquisas sobre o Brasil. Prosseguiu ao longo da vida fazendo viagens ao país para coletar dados e focalizando a sociedade brasileira em estudos posteriores, apoiado por poderosas instituições de fomento norte-americanas (WILLEMS, 1987).

Mas o prefácio de seu livro *Uma vila brasileira* : tradição e transição publicado em 1961 - na verdade, uma reedição do estudo sobre Cunha em que o nome da localidade aparece como sendo Itaipava - foi feito pelo intelectual comunista Nelson Werneck Sodré, o que coloca algumas novidades na rede de sociabilidades. Foi de certo modo uma reparação significativa, provavelmente sintoma da discordância de Werneck Sodré em relação às posições tomadas pelo PCB na década de 1940. Decorridos treze anos do incidente, em

três páginas Sodré reconheceu o valor da contratação de professores universitários estrangeiros, tanto para a formação de quadros para o magistério superior, quanto para o contato com o pensamento europeu nos diversos campos da ciência. Salientou que tais iniciativas muito contribuíram e foram mesmo essenciais para a superação do panorama de “autodidatas inveterados” predominante no Brasil. Por isso mesmo, valorizou especialmente os métodos de pesquisa e análise trazidos por esses professores estrangeiros, “instrumental básico, sem o que, nenhuma pesquisa pode apresentar rendimento, nenhuma análise pode levar a conclusões válidas”. E, mais ainda, realçou o fato de que “fizeram escola”. Sem citar nomes, admite que ocasionais abusos talvez tivessem ocorrido pelos mestres estrangeiros ao enfatizarem a dimensão metodológica em detrimento do conteúdo, sem que o resultado pudesse ser considerado negativo. É possível que se referisse discretamente às partes suprimidas na segunda edição do livro: o estudo antropométrico da população e notas sobre objetos arqueológicos da região. Igualmente significativo pode ter sido o fato de Willems atribuir à crença religiosa o papel de fator de equilíbrio em uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais(SODRÉ, 1961).

Especificamente sobre Willems, seu depoimento revela um episódio inédito: sua participação na edição do *Dicionário de Sociologia*. Assim foi que em lugar de mencionar as críticas de Caio Prado à obra sobre Cunha, apenas resvalou na questão metodológica para louvar as qualidades do autor como pesquisador, seu rigor científico pautado pela atenção aos detalhes, às minúcias, do qual o livro *Uma Vila Brasileira* é apontado como exemplo. Detalhou os meandros da vida intelectual do campo comunista, que envolveu Willems ao abordar o episódio do dicionário:

Emílio Willems organizara para conhecida casa editora do país pequeno dicionário de Sociologia, cujas provas foram entregues, para exame, a um dos nossos intelectuais típicos, isto é, um curioso de todos os assuntos e em todos neófito. Despreparado para opinar sobre o conteúdo das definições alinhadas rigorosamente por Willems, deteve-se em problemas formais, dando destaque a deficiências de expressão peculiares não ao autor, estrangeiro que dominava já com naturalidade o nosso idioma, mas à língua portuguesa, em que apenas começavam a surgir os vocábulos

apropriados à expressão de determinados fenômenos sociológicos, como apenas começavam a surgir, e logo avultaram, os vocábulos apropriados à expressão de determinadas técnicas próprias dos meios industrializados. Transferido a mim o exame do problema, tive oportunidade de fazer sentir, como era imperioso, que não se poderia, em caso algum, antepor a forma ao conteúdo, e que, quanto a este, a relação dos verbetes de Willems apresentava uma precisão indiscutível, passível de emenda, em um ou outro caso, pelo que a própria língua dificultava, na sua carência de expressões correspondentes a outras que, na língua de origem, eram correntes e consagradas. Na organização do dicionário, tarefa das mais difíceis a que se pode dar um especialista, e só própria de especialistas, verificava-se o rigor, o método, a idoneidade do professor universitário, senhor do seu ofício, o desejo de transferir aos brasileiros uma parte do instrumental que manejava (SODRÉ, 1961, p. 6).

Passando então à apresentação propriamente dita da obra, após ter feito a do autor, Sodré externou novamente sua admiração e o respeito pelo método utilizado na coleta e análise de dados no estudo de comunidade, cuja versão original havia sido publicada há mais de 10 anos. Não obstante, resguardou sua autonomia e a não adesão aos métodos e critérios de análise do autor, ou seja, avaliou a obra dentro da proposta teórico-metodológica de Willems e a considerou assim coerente, um lugar onde vigoravam o rigor científico, a honestidade no ofício e capacidade de especialista. Em suma, “um livro de mestre”, no qual Clóvis Moura inspirou-se para o estudo sobre o sertão do São Francisco.

Donald Pierson e os africanos no Brasil

Veio então o contato com Donald Pierson no papel de orientador extramuros da academia, registrado em apenas cinco cartas trocadas entre 1947 e 1950. Mais uma vez, a aproximação foi iniciada por Moura, movido pela inquietação que o acometia em meio à pesquisa sobre a cultura negra na região do rio São Francisco. Pierson dirigia na época o programa da Smithsonian Institution/ Institute of Social Anthropology, na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo e é bastante plausível que o contato tenha sido um desdobramento de leituras e informações obtidas por intermédio de Willems. O norte-americano viera ao Brasil em 1935 para desenvolver estudos sobre

a sociedade brasileira, para após um interregno, retornar em 1939 já como professor catedrático de Sociologia e Antropologia. Além de realizar pesquisas, formou novos pesquisadores que agregou a seus trabalhos, seguindo sua formação na Universidade de Chicago. Tratava-se de um centro universitário de renome internacional e referência em pesquisas em Ciências Sociais, onde a obra de Durkheim marcava as posturas teóricas.

A primeira e breve vinda de Pierson ao Brasil, à qual seguiu-se uma longa permanência de 18 anos, conforme seu depoimento, foi patrocinada pelo Social Science Research Community de Chicago e segundo seu registro, "a fim de fazer estudo pormenorizado da 'situação racial e cultural' existente no velho porto da Bahia". Antes de vir para cá e com o intuito de preparar-se para a pesquisa, o jovem Pierson estabeleceu contato com o sul dos Estados Unidos onde a presença das sequelas da escravidão ainda podia ser observada e, inspirado pela leitura da obra de Nina Rodrigues *O Africanos no Brasil*, partiu em busca de entrevistas de trabalhadores de fábricas do sul do país . Era seu primeiro contato com o *Deep South* e os problemas de segregação racial, uma espécie de estágio preparatório para a situação que supunha iria encontrar no Brasil, especialmente na Bahia (CORRÊA, 1987, p. 34).

Seu relato sobre o período de 22 meses passados em Salvador, entre 1935 e 1937, permite lançar luzes sobre a construção das redes de intelectuais baianos com os quais manteve contato. Contemplado com a "hospitalidade baiana" parece ter se tornado centro de inúmeras atenções, amabilidades e gentilezas de pessoas de variadas inserções institucionais e políticas, Arthur Ramos e Jorge Amado entre eles. Desses contatos, chama a atenção aquele estabelecido com Edison Carneiro, por ele chamado de "meu companheiro pelas redondezas de Salvador, e também durante uma noite inteira enquanto assistimos cerimônias de candomblé a convite do Pai Manoel Paim" (CORRÊA, 1987, p. 39). Carneiro estava imerso nos estudos afro-brasileiros e desempenhou importante papel de contato entre intelectuais e o mundo dos candomblés baianos por desfrutar de acesso diferenciado aos cultos e terreiros. Foi assim que facilitou a entrada de Pierson

e outros intelectuais nesses ambientes para a coleta de dados etnográficos e deu enorme contribuição para pesquisas.

O tempo passado em Salvador possibilitou a Pierson um sem fim de andanças em mergulho vertiginoso na cultura local, no qual sobressaiu seu interesse pelo candomblé, ao ponto de ter sido convidado por um pai de santo a ser seu *ogã*, isto é, uma espécie de sacerdote escolhido pelo orixá para participar dos trabalhos do culto. Os estudos por ele desenvolvidos naquela cidade resultaram na tese de doutoramento publicada, já traduzida, em 1945, com o título de *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. A ele Moura dirigiu-se com a carta datada de São Paulo, em 16 de outubro de 1947, pautando um diálogo que se pode acompanhar pelas respostas enviadas por Pierson. Em primeiro lugar, o lamento pela ausência de pesquisas de campo sobre as populações do Brasil, especialmente da região do São Francisco era compartilhado por ambos os correspondentes. Suas palavras a respeito dessa dificuldade e sobre o potencial que a pesquisa de Moura anunciava são eloquentes:

Interessam-me muito sua descrição e análise da comunidade, sociedade e cultura de Juazeiro, lugar aliás que há tempos achei de interesse e importância capitais para a pesquisa social. Agradeço especialmente os dados sobre a 'situação racial' daí, cujos pormenores são de valor tal que lamento sinceramente não sido ainda possível ao amigo levar a efeito pesquisas propositadas sobre a mesma. Talvez possa visitar algum dia a sua cidade. Não sei por certo ; tenho porém vivo desejo de assim fazer .

O diálogo epistolar prosseguiu com entusiasmo evidente do professor, que via nesse novo interlocutor a possibilidade de estabelecer contatos e formar redes de pesquisadores em torno de comunidades interioranas, conforme sua resposta datada de São Paulo, em 27 de outubro desse mesmo ano:

Terá interesse em saber de que, com o auxílio de um aluno post-graduado, Carlos Borges Teixeira, terminei recentemente um 'survey' de 48 localidades na parte sudeste do estado de São Paulo e nas áreas contíguas de Minas e Rio de Janeiro, escolhendo depois uma destas para 'field work' mais demorado, estando trabalhando aí, com Carlos e outros alunos, desde fevereiro passado. O meu colega da Smithsonian Institution, Dr. Kalervo Oberg, está escrevendo agora resultados do seu 'field work' entre

os Cadueo e Terena do Mato Grosso, feito em companhia de dois outros alunos da Escola, Fernando Altenfelder Silva e Maurício Segall. Todas essas pesquisas constam de um programa de pesquisas e treino de jovens pesquisadores em que o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian, sob minha direção, está colaborando com a Escola Livre.

Veio em seguida o recorrente tema da penúria de leituras sobre Ciências Sociais disponíveis no Brasil, que despertou em Pierson solidariedade e desejo de ajudar o jovem pesquisador no sentido de enviar-lhe livros da coleção Biblioteca de Ciências Sociais por ele editada e endereçada não apenas a seus alunos da Escola Livre de Sociologia e Política. Destinava-se também a bibliotecas públicas e “pessoas especialmente interessadas no assunto”, entre as quais incluiu Moura. Realizava mediante tal prática importante trabalho de irradiação de amplo espectro que tentava suprir as deficiências da literatura da área disponível no Brasil. Resultou no envio ao endereço de Juazeiro de obras que constituíram uma orientação metodológica pelo seu caráter didático: *Estudos de Ecologia Humana* e *Estudos de Organização Social*, ambos organizados por Pierson e direcionados para a área de estudos de “vida-em-comum ou cultura”. Além dessas obras, Moura também recebeu *Princípios de Criminologia*, de Edwin H. Sutherland, da Universidade de Indiana, segundo a carta datada de São Paulo, em 17 de julho de 1950. Auxílio perfeitamente adequado ao projeto de estabelecer

(...)correspondência com jovens brasileiros interessados em Antropologia, Sociologia e outras Ciências Sociais, porém sem oportunidade, naquele tempo, nas cidades onde residiam, de estudá-las em aula, ao menos até o ponto em que que queriam (CORRÊA, 1987, p. 81).

Segundo o depoimento onde condensou suas atividades no Brasil, Pierson insistia na necessidade de utilização de conceitos claramente definidos na pesquisa, de hipóteses e teorias que a norteassem, em suma, em rigor metodológico na abordagem empirista e descritiva da realidade social, com distanciamento de análises teóricas que considerava ainda prematuras nesse campo científico. Essa foi a conduta adotada em seus estudos sobre origem e desenvolvimento de comunidades do interior do Estado de São Paulo, notadamente sobre

vida rural paulista ou cultura paulista, a exemplo do famoso estudo sobre Araçariguama, publicado sob o pseudônimo de Cruz das Almas.

O terceiro ponto de pauta da conversa epistolar foi a indicação de referências de pessoas com as quais Moura poderia se corresponder : os professores Oracy Nogueira, Octávio da Costa Eduardo, Fernando Altenfelder Silva, Juarez Lopes e Carlos Borges Teixeira. Em Salvador, Joaquim Costa Pinto e no Rio de Janeiro, Luís de Aguiar .

Tanto Willems quanto Pierson estavam trabalhando no sentido de irradiação de pesquisas e formação de redes de pesquisadores em Ciências Sociais no país e nesse curto período Moura integrou-as por meio da correspondência. As diretrizes adotadas pela política cultural do PCB naqueles anos podem explicar o afastamento de Moura em relação a esses autores, mas de todo modo ele começava a se fazer conhecido como jovem pesquisador da cultura sanfranciscana. A influência seria duradoura nos levantamentos antropológicos realizados posteriormente.

A caminho de Rebeliões

O depoimento concedido por Clóvis Moura a Luiz Sávio de Almeida, já no final de sua vida, embora construído com os inevitáveis filtros do distanciamento temporal, trouxe a público lampejos parcimoniosos da trajetória de Clóvis Moura no campo teórico e político do marxismo:

Não houve propriamente uma aproximação (minha) ao marxismo imediata, mas uma necessidade permanente de encontrar respostas para as grandes interrogações do mundo contemporâneo. É um aproximar-se paulatino na medida em que você encontra nele, no início quase intuitivamente, como foi o meu caso essas respostas (ALMEIDA, 2003, p. 9).

O brevíssimo relato autobiográfico é um dos poucos que restaram sobre esse percurso, de que falam muito mais sua obra e sua correspondência, que o apresentam como intelectual militante no campo político referido ao marxismo. Rebelde ele próprio a restrições e obrigações, Moura escolheu como tema principal dessa trajetória de estudos e escritos a rebeldia escrava que deu origem à obra *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições guerrilhas*, a mais difundida e estudada entre todas que publicou.

O itinerário de sua concepção e elaboração passou por contatos com intelectuais com Caio Prado Júnior e Edison Carneiro, diálogos motivados por inseguranças e ansiedades, nem sempre com acolhimento favorável.

Caio Prado Junior

Com Caio Prado Júnior Clóvis Moura estabeleceu contato epistolar em 1949, quando ainda residia em Juazeiro. Uma vez mais, a iniciativa do início da correspondência coube a ele, que enviou ao historiador longa carta, hoje extraviada, para solicitar auxílio na pesquisa que estava desenvolvendo na região sobre a presença do negro no vale do São Francisco.

Paulista originário de família de latifundiários cafeicultores, Caio Prado (1907-1990) teve intensa participação na vida política do país, vinculado ao PCB, foi eleito deputado estadual suplente em 1945 e deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1948, por pouco tempo, pois teve seu mandato cassado quando o partido foi colocado na ilegalidade. Prisões e exílio marcaram sua trajetória política, que combinou com intensa atividade como escritor e editor. Em 1943, fundou juntamente com Monteiro Lobato, a editora Brasiliense e, em 1955, a *Revista Brasiliense*, publicada até 1964. Autor de inúmeras obras, na época do início do contato epistolar com Moura já havia publicado diversas obras. *Evolução Política do Brasil* (1933), quando estava com 23 anos de idade, é considerado um marco na historiografia brasileira e pioneiro na interpretação da História do Brasil do ponto de vista do materialismo histórico; *URSS - um novo mundo* (1934), resultou de uma viagem à União Soviética; *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), avaliado como um dos pontos altos de sua produção historiográfica sobre o período colonial, com o estatuto de clássico; finalmente, *História Econômica do Brasil* (1945).

“Companheiro amigo” foi o tratamento que Moura recebeu do intelectual proeminente no cenário nacional e mais especificamente no interior do PCB. Nessa condição, Caio Prado enviou a Moura em 8 de março de 1949 uma carta que praticamente situava o jovem piauiense como discípulo diante de um mestre experiente e conceituado. Naquele momento Moura consolidou uma escolha teórica e metodológica que iria manter ao longo de suas pesquisas: a adesão ao materialismo histórico e dialético como base de seus trabalhos, sem no entanto rejeitar os aportes da Antropologia e da Sociologia.

Porém não encontrou acolhida entusiástica para a pesquisa em andamento, que já prenunciava uma guinada temática, é bom salientar, antes encontrou algumas resistências, pois em primeiro lugar Caio Prado não era especialista em estudos sobre o negro. Na leitura do avesso da carta, o texto enviado por Clóvis ao escritor paulista pode ser intuído e indica que seu interesse já se voltava para o estudo das rebeliões escravas e em grande formato: com amplitude nacional. Talvez por essa razão, Prado enviou-lhe logo em resposta à solicitada ajuda na pesquisa, a indicação da obra *Quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro, a título de orientação temática específica. Vale ressaltar que referendou dessa maneira a obra e o autor de estudos sobre quilombos, que não destoavam do campo intelectual comunista no qual se moviam. Não parecia muito à vontade ao fornecer orientações sobre o tema específico, porém para o panorama histórico geral, recomendava com segurança a leitura da sua obra *História Econômica do Brasil*. Outras indicações bibliográficas não houve, pois Prado julgou exagerado, talvez exorbitante o pedido de Moura nessa direção e externou a impossibilidade de remeter-lhe apoio amplo para a pesquisa,

(...) uma biblioteca sobre o assunto; o que aliás não resolveria o seu caso, porque se V. deseja, como penso, fazer obra original, que não seja simples repetição do que já foi dito anteriormente, são necessárias outras fontes, como documentos, pesquisas demoradas nos arquivos e grandes bibliotecas do país.

Ou seja, remeteu Moura à pesquisa documental em arquivos e paternalmente, diante do jovem de 24 anos de idade, externou sua pequena convicção de que ele fosse capaz de levar adiante a pesquisa pretendida, embora demonstrasse “grande anseio de criação e produção intelectual”. Ao mesmo tempo, cuidava de não o desanimar e para tal propôs um caminho alternativo, isto é, redução das dimensões do estudo projetado e abandono da perspectiva de “buscá-lo no seu íntimo, trabalhar como que de dentro para fora”. É possível que Moura tenha externado quão profundamente sentia-se tocado, em decorrência de sua própria biografia, pela temática das rebeliões escravas no Brasil e ao deixar transparecer a alta carga emocional que

o movia na pesquisa, anunciava o perigo da escrita conduzida por motivações psicológicas.

Nada disso, disse Prado. “O caminho a seguir é o inverso: é procurar inspiração no mundo ou no meio que o rodeia”, isto é, a realidade onde vivia Clóvis, em Juazeiro. Para o iniciante em estudos de História, o caminho seguro seria partir do próximo, do conhecido, do acessível, enfim, do possível. E justificava a orientação que atalhava os grandes voos pretendidos pelo pupilo:

V. vive numa região onde a escravidão nunca teve grande papel. Acrescente-se a isso o fato de não se encontrarem a seu alcance fontes informativas convenientes, e a conclusão se impõe: para realizar seu trabalho, V. terá que desenvolver um esforço descomunal e ele não alcançará com certeza o nível a que V. aspira.

A carta é longa, como longas foram as indicações de Prado para que Moura abrisse os olhos para a realidade que o cercava, cujo estudo considerava muito interessante, relevante e exequível:

(...) não faltam à sua volta assuntos do maior interesse em que não somente V. se sentiria à vontade, como ainda estaria em condições de trazer contribuição apreciável para as nossas letras. Sua situação é no coração de uma das mais características regiões brasileiras, aliás duplamente interessante : como sertão, e como ribeirinha de uma das grandes artérias históricas do Brasil. O que mais V. quer?

Segundo a concepção de Caio Prado, o estudo de Moura deveria ser descritivo, narrativo, baseado em entrevistas de moradores, consulta a arquivos locais e sobretudo observação direta da região. No caso de a análise pender para a história, uma das possibilidades aventadas, forneceu orientação precisa no sentido da construção de uma narrativa que descrevesse a sociedade local em perspectiva temporal e portanto sem voos teóricos, para aos quais avaliava estar o jovem pouco preparado. Para esta dimensão teórica, a indicação implícita era a própria obra de Prado, a ser enriquecida com a pesquisa empírica específica de âmbito regional, conforme se pode verificar neste trecho da carta:

Basta-lhe pegar da pena e contar com toda a simplicidade o que V. observa à sua volta, e estará fornecendo a todos quantos se interessam pelas coisas brasileiras, informações preciosas. Se o assunto escolhido for a história, consulte as tradições locais, conversando com velhos moradores: eles sempre têm algo de interessante para contar; é possível também que existam por aí velhos arquivos, públicos ou privados: para quem sabe manuseá-los, e o faz com interesse, a riqueza que encerram é inesgotável.

Em seu intuito de dissuadir Moura de tentar um salto além de suas forças, Prado apresentava ainda outra possibilidade para o encaminhamento da pesquisa, sempre em âmbito regional, em perspectiva semelhante ao estudo de comunidade, de enfoque antropológico e sociológico, ainda descritivo, porém estruturado pelas relações de produção, como se pode verificar no trecho a seguir:

Mas se em vez de história V. prefere economia e sociologia, não haverá limites para seu trabalho. Observe como trabalha e vive a população local; como se dividem as propriedades rurais; como se exercem nelas as atividades, como se estabelecem as relações entre empregados e patrões. Estude a vida urbana e suas atividades econômicas, sociais. Enfim, não sei onde terminaria essa enumeração que é infundável.

Nessa perspectiva, assegurava a Moura que não sentiria falta de material de estudo, pois o teria “ao alcance da mão” e nada mais requeria se não “olhos para ver, língua para conversar e inteligência para interpretar”. Prevendo uma reação desfavorável a esse plano, Prado insistiu no valor do estudo regional em que a história da humanidade se repete e constitui uma amostra do universal:

Mas V. talvez julgue modesto e mesquinho um tal trabalho. O seu contato cotidiano e rotineiro com o meio que o cerca, parece que lhe tira o valor. E depois, pensará V., o que significa Juazeiro e esse pobre sertão em confronto com o Brasil e esse grande mundo em que vivemos? Nada mais errado. Os homens são homens em toda parte. As alegrias, os sofrimentos humanos não têm pátria: estão em todo lugar. E é dessas alegrias e desses sofrimentos que se faz a história do mundo, em S. Paulo, em Nova York ou em Juazeiro. O valor de uma obra não se mede pelo assunto, mas pelo seu conteúdo, lembre-se disso.

Para finalizar, a carta trouxe importante orientação e apelo à militância comunista, da qual Moura foi aconselhado a jamais se distanciar em sua produção intelectual e que deveria estar presente em sua obra. Conselho que foi seguido, ao longo dos livros e artigos publicados por ele, apesar dos tropeços político-partidários e do trânsito do PCB para o PC do B. Entre camaradas, os conselhos de Caio Prado reforçaram a necessidade de uma ciência engajada e comprometida com o combate à exploração :

Há uma coisa a mais, contudo, que não pode faltar se V. deseja produzir algo que perdure. É o espírito que anima seu esforço. Objetive alguma coisa, vise uma finalidade. A ciência pela ciência, como a arte pela arte, não existe senão em diletantes que raramente vão além da torre de marfim em que se encerram. Pela sua carta, vejo que V. tem consciência política, e compreende portanto que seu trabalho intelectual deve estar a serviço de uma causa. E se V. é realmente comunista, como afirma, essa causa já está traçada. Empregue seu esforço de escritor, de um lado, para resolver os grandes problemas humanos da miséria e da exploração que V. encontrará aí à sua volta com a mesma abundância que em outro lugar qualquer do mundo capitalista. E de outro lado, difunda seus conhecimentos, sua cultura, sua consciência política, pelo povo oprimido e explorado, que se sente e sofre essa opressão e exploração, ainda não sabe, em tantos casos, como lutar contra elas. É essa sua missão, e é nesse caminho que V. poderá realizar alguma coisa.

O conselho sobre a militância intelectual foi acatado como diretriz de toda uma vida, porém os rebeldes estudos sobre a rebeldia prosseguiram e da perseverança resultou o livro *Rebeliões da Senzala*.

Edison Carneiro

Uma carta do amigo Darwin Brandão dirigida a Moura em oito de maio de 1949 revela que o novo tema de estudos por ele escolhido solicitava mais apoio. Uma das iniciativas nessa direção foi a ponte que Darwin lançou entre Moura e Edison Carneiro, talvez atendendo à sugestão de Caio Prado, com a convicção de que o consagrado antropólogo poderia ajudá-lo :

Sobre seu assunto de negros, devo lhe informar que já tomei algumas providências, inclusive escrevendo para o Edison Carneiro que poderá

nos orientar bastante nas pesquisas. Aliás, se quiser se dirigir a ele diretamente poderá fazê-lo. Endereço : Pereira Guimarães 11 - apt 201 - Leblon - Rio. O Edison é um sujeito muito bom e por certo terá prazer em trocar opiniões com você.

O documento sugere inexistência de contato direto anterior entre Moura e Edison Carneiro, que na época morava no Rio de Janeiro, mesmo que ambos mantivessem vínculos com o jornal *O Momento*. Dada a relevância dessa proximidade para a obra de Moura, de fato é lamentável o conhecimento lacunar de missivas trocadas entre ambos, talvez em decorrência da perda/destruição parcial dos arquivos de Carneiro após seu falecimento. Sendo assim, sua influência sobre Moura pode ser avaliada principalmente por meio de referências e citações do antropólogo em sua obra. Na década de 1940 Edison publicava artigos no jornal *O Momento*, de que Moura era leitor assíduo e colaborador, como se viu. Seus artigos versavam sobre temas de política internacional e História do Brasil, que surge em textos sobre Luís Gama e o batalhão de libertos de 1823.

Carneiro havia sido membro da Academia dos Rebeldes, que surgiu na cidade de Salvador no final da década de 1920, formada por jovens com idade entre 15 e 28 anos, “que aspiravam à projeção intelectual e literária”(ROSSI, 2015, p. 109): Jorge Amado, João Cordeiro, Alves Ribeiro, Aydano do Couto Ferraz, Dias da Costa, Guilherme Dias Gomes, Da Costa Andrade, Sosígenes Costa, José Bastos, Otávio Moura e Walter da Silveira. Esse grupo visava “renovar as letras baianas a partir do significado do modernismo” por meio da “valorização da cultura popular regional, africana e afro-baiana” (OLIVEIRA, 2009, p. 39). Entre eles, alguns se aproximaram do PCB e publicaram obras voltadas para a estética proletária: *Cacau*, de Jorge Amado (1933); *Alambique*, de Clóvis Amorim (1934).

Os caminhos percorridos pelo antropólogo nos anos que antecederam seu contato com Moura passaram pelos estudos de caráter etnográfico sobre a cultura afro-brasileira e neles deu voz ao seu encantamento pela religiosidade em sua manifestação do candomblé. Esse interesse marcaria por toda a vida sua produção bem como as posições que tomou no campo intelectual. Várias referências guiaram Moura até ele: Caio Prado e Darwin Brandão mais não parecem ter

feito que reforçar sua aproximação das obras daquele que se tornou uma das mais importantes referências para os estudos da cultura afro-brasileira na Bahia.

O percurso dessa aproximação foi idêntico ao que guiou Moura em direção a outros intelectuais de projeção: o início parece ter sido uma carta com pedido de auxílio para o desenvolvimento da pesquisa à qual sucedeu-se a resposta datada de 17 de setembro de 1951, portanto cerca de dois anos após a indicação de Darwin acima mencionada. Nesta época, Moura já residente em São Paulo havia se decidido pelo estudo das rebeliões em amplitude nacional, sem no entanto abandonar totalmente aquele já iniciado sobre os habitantes do São Francisco, e do qual resultaria o já mencionado artigo publicado em 1959. Mas não aprofundou esse estudo e acabou seguindo a trilha dos estudos específicos sobre a rebeldia escrava, que já haviam se consolidado na obra de Carneiro, autor de *Religiões Negras* (1936), *Negros Bantos* (1937), *O Quilombo dos Palmares* (1947), *Candomblés da Bahia* (1948) e *Antologia do Negro Brasileiro* (1950).

A carta em análise é a única remanescente do diálogo epistolar inteiramente pautado pela pesquisa antropológica/sociológica sobre o negro no sertão da Bahia e pelo novo tema de seu interesse, as revoltas de escravos, que Moura estava desenvolvendo e das quais Carneiro dizia já ter notícias. Ao “companheiro e amigo”, em tom afável, lançou diplomáticas pontes para a troca de informações e opiniões sobre elas:

Há muito tempo desejava estabelecer contato com você, porque sabia das interessantes pesquisas que você estava realizando, mas nunca escrevi porque uns me disseram que você trabalhava no Momento, outros que você estava catando material na zona do São Francisco.

Porém, apesar de considerar a pesquisa de Moura “extremamente importante”, discordava do destaque que ele pretendia dar ao estudo dos líderes das rebeliões pelo simples motivo da falta de informações disponíveis nas fontes que conhecia e vinham em parte da obra de Nina Rodrigues. Carneiro havia produzido um recorte específico e bastante definido de interpretação do negro como objeto de estudo que associou a valorização da cultura dos descendentes dos escravos à chave de leitura proporcionada pelo materialismo histórico. Não apenas

embrenhou-se nesses estudos e na luta pelos direitos dos descendentes dos escravizados, no sentido de preservar sua religiosidade a despeito da repressão policial e das forças conservadoras, mas também atuou nacionalmente como

(...) um atravessador ou facilitador ao acesso de intelectuais de diferentes regiões do Brasil e do exterior a objetos e dados etnográficos que, naquela época, começavam a se tornar paradigmáticos para o estudo das relações raciais e da cultura africana no Brasil e no Novo Mundo, como foi o caso da Bahia (ROSSI, 2015, p. 165).

Com tal disposição, introduziu muitos intelectuais brasileiros ou estrangeiros em casas de santo para que desenvolvessem pesquisa de campo. Quando se deu o contato epistolar entre Carneiro e Moura, o antropólogo baiano já havia produzido diversos estudos além daqueles sobre religiosidade. Além da volumosa obra publicada pela imprensa, havia publicado livros em editoras de prestígio. Com tal bagagem de consagração teve segurança para afirmar ao jovem Clóvis, também frequentador de candomblés, mas iniciante nos estudos sobre o negro que

Em geral as informações sobre os chefes e os elementos de destaque nas revoltas negras são sumárias e, quando encontramos nomes, já nos podemos considerar felizes. Se teve a pachorra de ler o meu trabalho sobre os Palmares, terá visto como são deficientes as informações sobre o Zumbi, que ocupou as atenções gerais durante tanto tempo. Quanto mais os chefes das pequenas revoltas baianas!

Diante do obstáculo constituído pela falta de dados empíricos, aconselhava Moura a adotar o procedimento de “ligar e encadear essas revoltas no tempo e no espaço e relacioná-las com os acontecimentos gerais da Bahia”, ou seja, escrever a História contextualizada dos movimentos de rebeldia. Se não aprofundava as sugestões, dizia, era por desconhecer o plano da pesquisa. O tema central desse diálogo historiográfico epistolar abordou o acesso às fontes e sua interpretação, que sugere o manejo de um repertório reduzidíssimo se comparado aos estudos posteriormente feitos nessa área. O foco da discussão foi dirigido para as insurreições dos malês, que no estudo

de Carneiro tinham como principal fonte o livro de Nina Rodrigues, dada a dificuldade para a leitura das fontes manuscritas, ainda não publicadas ou transcritas do árabe, como muito honestamente admitiu. Para saná-la, sugeriu a Moura a consulta ao Livro do Tombo, às Atas da Câmara da Bahia e às *Memórias Históricas* de Accioly.

Importante lembrar a leitura feita por Carneiro da obra de Nina Rodrigues, a qual embora referida ao racismo explícito, defendeu a tolerância às práticas religiosas afro-brasileiras e condenou a repressão aos candomblés como sintoma de ignorância, incivilidade e violência inútil. Nela Carneiro tomou elementos para sua interpretação e procurou compatibilizá-los com a leitura marxista da história para afirmar ser ela “a expressão candente de uma opressão de classe sofrida pelos negros na sociedade burguesa e capitalista”, como bem sintetizou Rossi (ROSSI, 2015, p. 174).

Outro ponto importante da orientação de pesquisa aqui percorrida não pode ser negligenciado, apesar de sua rápida aparição na carta ora analisada. Trata-se da interpretação do caráter religioso dessas insurreições, sobre o qual Carneiro foi incisivo ao insistir nas teses do materialismo histórico, problema que enfrentou em suas próprias pesquisas:

Como não tinha a possibilidade de remexer os papeis do Arquivo para estudar as insurreições malês mais de perto, não sei de outras fontes além de Nina [Rodrigues]. Uma coisa, entretanto, desejo dizer. O motivo religioso mascarou, certamente, os motivos econômicos desses levantes, mas espero que não subestime, por isso, a sua importância. Basta lembrar que o substantivo quilombo significa ajuntamento religioso. A religião era o vínculo nacional entre os escravos - arma de dois bicos, porque, se propiciava a coesão entre eles, como no caso dos malês, por outro lado impedia a sua união política - como escravos. A esse respeito é muito interessante o documento do conde dos Arcos que publiquei na minha Antologia, reproduzido no livro de Nina [Rodrigues]. Ao menos no caso dos escravos, a religião foi um elemento revolucionário e não seria justo esquecer esse papel no seu trabalho.

É de se supor que Clovis Moura se debatesse em dúvida sobre a conciliação entre a interpretação materialista da história e a abordagem das revoltas dos malês a partir da motivação religiosa. Carneiro insistia em defender sua interpretação e acrescentava alguns

dados empíricos já coletados e divulgados no seu artigo sobre os malês, publicado em *Fundamentos*. Clóvis deve ter tido contato com o texto, conforme a carta sugere, tanto que Carneiro julgou oportuno ressaltar que se tratava de artigo “sem maior importância”, texto de divulgação, mas evidenciou, em suas indicações, ser conhecedor do assunto e estribado na autoridade das referências construídas por Nina Rodrigues:

Depois da invasão holandesa, houve uns quilombos no Rio Vermelho e no vale do Paraguaçu. Nas insurreições malês, creio que a de 1826, aparece o quilombo do Urubu, em Pirajá, descoberto e destruído por acaso. Braz do Amaral cita um documento sobre o quilombo do Orobó. E agora, quanto ao Dandará, veja o Nina [Rodrigues]. O negro estava preso em 1835 e os malês não conseguiram libertá-lo da cadeia, embora o tentassem por duas vezes. Não parece ter sido, por isso mesmo, processado, talvez apenas citado no processo.

Afinal prevaleceu no texto de Moura sobre os malês a interpretação desvinculada da motivação religiosa das revoltas, especialmente a de 1835, que considerou dirigida por escravos nagôs, embora envolvesse outras nações africanas. Sua hipótese foi a de que “os escravos já haviam sedimentado um certo nível organizativo e assimilado uma tradição de luta contra os seus senhores, através de um longo rosário de lutas”, que os habilitara a essa rebeldia em que o fator religioso não teria exercido importância decisiva embora houvesse a presença de escravos islamizados entre eles (MOURA, 1958).

É possível que a mudança de Clóvis Moura para São Paulo em 1950 tenha inviabilizado a continuidade da pesquisa em Juazeiro. Não se conhece o estágio da pesquisa quando ocorreu esse deslocamento, mas é certo que entre 1946 e 1951 ele transitou do estudo de uma comunidade ou de uma realidade regional para outro mais amplo, as rebeliões de senzala em âmbito nacional, embora ainda bastante centrado na Bahia, que foi o recorte original da pesquisa. Os contatos e estudos que sustentaram a pesquisa podem ser verificados no artigo *O escravo Negro e o sertão*, e em *A grande insurreição dos escravos baianos*, publicados somente em 1959. Nesse mesmo ano veio a primeira edição de *Rebeliões*, onde incluiu o estudo já publicado sobre os malês.

No artigo sobre *O escravo Negro e o sertão* Clóvis sustentou a tese contrária à “ pouca ou nenhuma influência cultural e étnica do negro nas áreas convencionalmente chamadas de ‘sertão’ do Leste, Nordeste e Norte do Brasil” e para isso dirigiu o foco analítico para a tese da “influência das culturas africanas e da raça negra no debrum litorâneo”. Propôs uma revisão do tema, amparado em estudos de Etnografia, História e Sociologia para “repor o problema em bases científicas”, a partir do pressuposto da existência, no chamado sertão, de “uma parcela de reminiscências negras muito maior do que a que foi inventariada até o momento”. Admitia ser esse um estudo ainda pouco aprofundado, mas que poderia servir de base a outros, enfim, admitia serem “simples notas”. No segundo artigo, que se tornou capítulo da obra *Rebeliões da Senzala*, seguiu os passos de Nina Rodrigues e utilizou fontes do Arquivo Público do Estado da Bahia, mas não realizou grandes avanços em termos de vinculação dos rebeldes ao islamismo, associação que viria a ser desenvolvida posteriormente pela Historiografia.

Em defesa de sua tese sobre a presença do negro no sertão, evocou a autoridade de Arthur Ramos, que o antecedeu no interesse pelo tema, e adotou a abordagem etnográfica e sociológica, que incluiu pesquisa participante em sessões de candomblé em terreiros Jeje-nagô. Naqueles anos da década de 1940, o candomblé embora “descoberto” pelos estudiosos da cultura afro-brasileira, estava na berlinda da repressão policial, ocupava as discussões políticas, as crônicas da cidade e os intelectuais baianos. Moura menciona também outros indícios da presença africana na cultura popular, não apenas em Juazeiro mas também em outras cidades do interior da Bahia onde o folclore conservava vínculos com a presença dos negros. Juntou assim elementos para por meio de manifestações culturais e etnográficas (traços físicos, mestiçagem), bem como dados de demografia justificar a tese da importância da presença do negro na região. Percebe-se nessa dimensão da pesquisa a influência dos diálogos mantidos com Emilio Willems.

A leitura do artigo deixa a impressão de que foi também com as orientações de Caio Prado em mãos que a pesquisa foi realizada: Moura abriu os olhos para o que o rodeava e pôs - se a descrever o

que via, sem preocupar-se porém com métodos de coleta e análise do material. Embora as lições de Willems e Pierson sequer fossem mencionadas, cantos populares foram lembrados nessas páginas a título de ilustração:

Quem arranca mandioca

É nego nu

Quem tinguija a lagoa

É jaburu

O segundo eixo da construção do texto é a obra de Euclides da Cunha, também objeto de estudos de Moura dos quais resultaria em 1962 na publicação do livro *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*. A epopeia de Canudos surge no texto sobre o sertão do São Francisco como resultado do interesse de Moura pelos oprimidos e explorados, que o levou ao estudo do arraial, mas também como exemplo da presença do negro no sertão. O tema era candente de atualidade, pois estava em pauta no bojo da efeméride dos 50 anos da publicação de *Os Sertões* (1902). Sobre este tema chegou a publicar dois artigos na revista *Fundamentos: No cinquentenário de Os Sertões* (1952) e *Euclides da Cunha e a Realidade Nacional* (1954). Novamente, percebe-se a filiação intelectual a Caio Prado e à sua recomendação de que não se descuidasse da denúncia desses problemas sociais. É possível também que em Euclides tenha encontrado a inspiração inicial para o estudo do tema do sertão.

Acima de tudo, o texto dá uma segunda guinada temática ao se tornar um estudo - preliminar é certo - sobre os quilombos que existiram na região onde Moura habitava. Afirmou que o negro foi introduzido parcamente como escravo na região do São Francisco em fazendas “ou entrou nas matas, nas caatingas e nos morros como fugitivo, como quilombola”. Os vestígios e as comunidades remanescentes de antigos quilombos constituem elementos agregados a outras evidências para validar a tese da presença do negro na região. Neste aspecto o texto abandona o viés antropológico e sociológico para adentrar o território histórico propriamente dito. O recurso à Historiografia é marcante, inclusive com referências tomadas de Capistrano de Abreu em *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil* e de outros historiadores,

em cujas obras Moura buscou além de informações já consolidadas fontes documentais transcritas, pois não teve oportunidade de consultar os originais. A preocupação com o acesso às fontes para legitimar a construção historiográfica está muito presente no texto embora seu acesso a elas tenha sido indireto, nada indicando que tenha realizado pesquisas próprias em arquivos naquele momento. As lições de método de Caio Prado surtiram seu efeito e Moura foi deslizando para o campo historiográfico com bastante desenvoltura.

A partir de referências de diversos autores, desenvolveu a hipótese de que a principal presença negra no sertão baiano foi a de quilombolas, forma possível de resistência ao sistema escravista, uma realidade paralela à escassa presença de escravos que a economia pastoril não comportava na mesma extensão que o litoral agrícola nordestino. Dado o isolamento geográfico, o Vale do São Francisco, havia sido região ideal para acolher os fugitivos, os quais se aliaram a índios revoltados para se aquilombarem.

Baseado em Borges de Barros, na obra *Bandeirantes e Sertanistas Baianos* (1919), levantou o tema da rebeldia na forma de guerrilhas em que se uniam esses fugitivos para “assolarem” a região do sertão do São Francisco e aos quais os bandeirantes e sertanistas deram combate. Desse confronto o exemplo de Palmares surge no texto como aquele onde os negros “deram muito mais trabalho” aos governantes. Foi também ao abordar o episódio de Palmares que Moura explicitou a leitura incorporada da obra de Edison Carneiro em *Antologia do Negro Brasileiro*, enquanto contribuição para um estudo mais profundo da região onde esses escravos se aquilombaram e de sua cultura.

Rebeliões da Senzala

R*ebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*, o primeiro livro publicado por Clóvis Moura, constitui um marco em sua trajetória intelectual pois trazia além do tom marcadamente militante do materialismo histórico expresso em linguagem envolvente, a novidade do tratamento privilegiado do tema da resistência negra à escravidão. Tema que certamente não era desconhecido pelos estudiosos da História, mas adquiria nesta obra o lugar central, iluminado pelos holofotes da pesquisa documental e da narrativa contundente. Além da parte introdutória sobre a escravidão no Brasil, a obra focalizou rebeliões de diversa natureza, com destaque para aquelas ocorridas na Bahia, valendo-se da historiografia que já havia abordado o tema e das fontes localizadas no Arquivo Público desse Estado. Na apresentação, propunha resgatar a “dimensão épica” da história dos escravos até 1888 em uma síntese dos estudos sobre o negro que havia feito anteriormente, desde a década de 1940. Anunciou aos leitores explicações para “uma série de fatos relacionados com a atual situação do negro no Brasil” e embora inicialmente planejada para sair em dois volumes, a obra acabou por ficar em apenas um, pois temas que seriam abordados no segundo volume, como as lutas de escravizados em São Paulo, acabaram por ser incorporados somente à segunda edição.

Moura possuía experiência de redação em jornais onde publicava crônica policial, crítica literária e outros textos autorais. Com tal bagagem, coletou e analisou as fontes documentais para

esse estudo, com o objetivo de restaurar a “verdade histórica” sobre a posição do negro na sociedade brasileira desde o período colonial. Em um primeiro momento, o livro concluído foi de difícil aceitação pelo mundo editorial e o autor amargou recusas, como a da prestigiosa editora Brasiliense, propriedade de Caio Prado Júnior. Não valeu ao autor a inserção no grupo agregado em torno da liderança desse historiador e nem mesmo os artigos que por essa época escreveu para a *Revista Brasiliense* abriram-lhe o caminho para a editora. A casa editorial havia sido fundada em 1943 por Caio Prado, Monteiro Lobato e Arthur Neves. Publicou títulos variados de tendência de esquerda e sua Livraria “tornou-se, em São Paulo, um importante lugar de encontro para a crescente formação de um público atraído pela presença de Monteiro Lobato”. Entre 1955 e 1964 publicou a *Revista Brasiliense* onde foram mantidos debate nacionalista e crítica ao projeto desenvolvimentista (LEMOS, 2014, P, 180).

Moura acabou publicando a obra em 1959 pela editora Zumbi, cuja trajetória nebulosa recebeu diferentes interpretações. A pequena editora foi fundada em São Paulo, em dezembro de 1957 pelos paraguaios Elvino Eligio Romero e Emiliano Daspett e pela brasileira Maria Antonieta Dias de Moraes, membros do PCB e interessados em publicar obras afinadas com a linha editorial do partido. Elvino e Maria Antonieta eram próximos de Moura na época, mas assim como eles, a editora aparentemente não possuía ligações com o associativismo negro e distanciada desse universo editou 16 títulos entre 1957 e 1960¹, quando encerrou as atividades devido a problemas financeiros. Entre essas obras, a única ligada ao tema da população negra no Brasil foi *Rebeliões da Senzala*, fato surpreendente dado o nome da casa editorial. Logo após essa publicação, a editora encerrou suas atividades e seu estoque foi transferido em consignação para a Livraria Bandeiras, vinculada ao PCB. É de se assinalar que o livro de Moura - assim como os demais editados pela Zumbi - teve a impressão de três mil exemplares, número elevado se considerado o panorama editorial brasileiro da época. De sua distribuição não restaram traços, evidência de ter sido precária e deficiente, conforme sugere o diálogo do autor

1 A lista dos livros editados pela Zumbi pode ser consultada em SOUZA, Gustavo Orsolon. 2015, p. 73, nota 241.

com correspondentes que noticiavam a ausência do título em livrarias de diversas regiões do país.

Lançado na UBE (União Brasileira de Escritores), em São Paulo, onde o autor residia na época, *Rebeliões* não despertou interesse de crítica, dela restaram apenas duas notas informativas de divulgação, publicadas em *A Gazeta* em 26 de dezembro de 1959 e 9 de janeiro de 1960. A crítica mais consistente da obra foi feita por Caio Prado Júnior, em 21 de julho de 1952, portanto antes de sua publicação, após examinar os manuscritos submetidos à editora. Em seus comentários sobre os motivos que inviabilizaram a publicação em sua editora, valorizou o trabalho como

(...) uma grande contribuição para o assunto, que anda esparso em nossa literatura histórica, trazendo as maiores dificuldades para aqueles que com ele se ocupam. Além disso, aborda certos aspectos de conjunto da luta dos escravos que ainda não foram tratados de maneira sistematizada, como em particular o que diz respeito aos processos da luta, que você estuda em particular no último capítulo. A esse propósito, é pena que você não se tenha detido no movimento abolicionista aqui no sul do país, particularmente no que se refere a S. Paulo, onde a participação ativa da massa escrava foi considerável.

Apesar desse parecer, o consagrado editor justificou a recusa dos originais com “atividades paralisadas” da editora, razões de ordem comercial e financeira, além de concentração de esforços na edição de obras de Monteiro Lobato. É possível entrever que não apostava no sucesso comercial de *Rebeliões* e apresentou sugestões que poderiam melhorar a obra, o que de fato foi feito por Clóvis na posterior revisão do texto encaminhado à segunda edição. Além desses comentários, Caio Prado insistiu na necessidade de o livro se ocupar de São Paulo. Entendia que Moura deixara de lado a análise do recorte geográfico, em região onde considerava ter sido mais ativa a participação dos escravos no processo abolicionista, ao contrário do norte do país, onde na época havia “economia decadente e em decomposição”. Por localizar em terras paulistas o centro dinâmico da economia nos anos finais da escravidão, e sobretudo *a posteriori*, com o surto cafeeiro e a industrialização, atribuiu grande destaque a tais lutas:

Em S.Paulo, pelo contrário, assistimos ao crescimento das forças produtivas, e apanhamos ao vivo a destruição do regime servil por efeito de tal crescimento. Destaca-se assim a contribuição progressista da luta dos escravos, que se batendo pela sua liberdade, abriam amplas perspectivas para o desenvolvimento econômico do país. É pena também que você não tenha desenvolvido o item de seu último capítulo que se refere aos ‘ensinamentos para nosso povo’, pois acredito (e tenho muitas vezes pensado no assunto), que a luta dos escravos, pela maneira que foi conduzida, particularmente aqui em S.Paulo, projete grande luz sobre táticas e medidas concretas a serem utilizadas em nossas futuras e certamente próximas lutas do campo.

Caio Prado valorizou a obra na perspectiva das lutas camponesas, porém sugeriu ser ela incompleta, imatura e com franqueza expôs seu julgamento ao camarada, embora com cortesia e até mesmo condescendência, pois, ao apresentar sugestões na pauta de convivência da camaradagem comunista demonstrava apreço pelo autor e sua obra. Assumia mesmo o papel de orientador do trabalho:

Não é evidentemente minha tarefa estar a ensinar o padre-nosso ao vigário, nem dar os temas que desejaria ver desenvolvidos. Desculpe-me essas incursões em terreno que lhe pertence. O que você apresenta e traz para o melhor conhecimento de nossa história, já é muito, e representa por certo um ponto de partida, que nos faltava, para a sistematização e compreensão geral de um assunto de considerável importância para nossa historiografia, que são as lutas de classe entre escravos e senhores. Aceite por isso as minhas felicitações .

Os trâmites empreendidos com a editora Brasiliense uma vez mais sugerem que Moura movia-se no mundo editorial abrigado ou mantido pela sociabilidade comunista. Quando afinal a obra veio a público, pela editora Zumbi, os laços de pertença política foram evidenciados pela capa escolhida, elaborada por Otávio Araújo, inspirada no realismo soviético presente nas cores vermelho e amarelo da bandeira do PCB, além do preto, ademais muito chamativas para seduzir leitores, bem como na postura dos personagens de punho direito erguido em sugestiva atitude de contestação e luta, sobre grilhões e correntes rompidos situados na parte inferior da ilustração. A busca de acolhimento em editoras interessadas em publicar livros de autores de algum modo vinculados ao partido viria a se repetir logo

a seguir com a edição de dois livros de poesias pela editora Fulgor, de São Paulo: *Espantinho na feira* e *Argila da memória*.

O significado atribuído pelo autor a *Rebeliões da Senzala* veio às claras muitos anos depois em depoimento autobiográfico, evidentemente na memória construída em visão retrospectiva do conjunto de sua produção, já no final de sua vida, quando alcançara consagração com esse estudo. Reafirmou o que já se podia intuir a partir de sua trajetória: a influência do contexto social de Salvador nas décadas de 1940 e 1950 em seu pensamento e a auto-identificação como negro, que embora não claramente afirmada constituiu diretriz de sua militância historiográfica. A proximidade das fontes do Arquivo Público do Estado da Bahia - sobretudo os processos de escravos participantes das revoltas do século XIX - foi fator decisivo para a realização da pesquisa iniciada com viés regional baiano e focado nas revoltas dos malês para espriar-se em temas e regiões ampliados. Clóvis seguiu os primeiros conselhos recebidos de Caio Prado, quando se interessou pelo tema do negro no sertão do São Francisco, de estudar o que lhe estava próximo, porém adotou outra perspectiva, e em decisiva virada historiográfica descolada da Antropologia cultural, fez a ponte entre o período da escravidão e o da pós-abolição, em leitura anunciada como a contrapelo da História. Muito claramente demarcou o novo território de sua pesquisa histórica, distanciando do “campo etnográfico ou folclórico” e vinculado à situação do negro no Brasil. Assim avaliou essa trajetória em 2001:

Rebeliões da Senzala não foi uma obra para obter títulos universitários, mas debruçada sobre a realidade dramática em que a população negra vivia (e vive) em Salvador e no resto do Brasil até hoje. Numa cidade na qual cerca de 90% são negros e, ao mesmo tempo, tem uma história cheia de revoltas contra o sistema escravista, por que houve um processo de acomodação nessa classe, as suas lideranças perderam o ethos e vive numa situação de miséria quase absoluta? Quais as causas da diversificação do comportamento do negro baiano enquanto escravo de um lado e negro livre, de outro? (ALMEIDA, 2003, p. 10)

Em 1962 o livro receberia outra crítica abalizada, enviada pelo escritor Nelson Werneck Sodré, que aconselhou uma revisão total, com vistas a uma segunda edição, por encontrar nele inconsistências

e fragilidades, conforme se verá adiante. A hipótese desde o início desenvolvida por Moura foi a do protagonismo do escravo como “agente revolucionário na sua época, e cuja forma de luta deveria ser analisada pelas gerações de negros no presente”, entre os quais se sentia incluído, sem no entanto afirmar-se com todas as letras: sou negro . Não impede que dedicasse a obra às suas origens, Francisco de Assis Moura e Elvira Moura, seus pais, bem como à sua continuidade, a filha Soraya.

Ainda que não desenvolvida com tanta radicalidade, como faria posteriormente, a obra poderia ser - e foi ao longo de gerações - utilizada como “ferramenta de politização e de recuperação da consciência negra”, premissa de que nunca se afastou e manteve ao longo de suas cinco edições. Alcançou com ela seu intento político primordial, a denúncia da exploração que alicerça a divisão da sociedade em classes antagônicas . Nesse sentido, pode-se concordar com a avaliação de Luiz Sávio de Almeida de que a obra faz parte da historiografia essencialmente militante produzida por Moura, pois nela o negro “não é visto como simples tema: é tomado como compromisso e, ao mesmo tempo, em sua evidência de sujeito histórico” (ALMEIDA, 2003, p. 1). Descontadas as divergências de inúmeras interpretações ao longo da recepção da obra, essa é a convicção que persiste após sua leitura.

Desde a primeira edição, o contraponto foi colocado dialeticamente como diretriz metodológica, em especial por contraste à obra de Gilberto Freyre, embora *Casa Grande e Senzala* conste também como referência positiva no desenrolar de sua argumentação. Não por acaso, a esse ângulo analítico que apresentava as relações escravistas de certo modo simbiótico e complementar, Moura contrapôs o título que prioriza o conflito e a rebeldia contra a casa-grande. Em suma, uma interpretação globalizante do Brasil e da formação da sociedade brasileira, desde o período colonial até a persistência atávica das sequelas da escravidão.

A narrativa contempla a historiografia tradicional sobre o tema ao periodizar a presença do negro no Brasil desde a substituição do escravo indígena por povos africanos considerados mais evoluídos, mais habituados ao trabalho e que já conheciam a situação de cativo na África. O segundo momento apresentado é o do estabelecimento dos

escravos trazidos para a colônia e sua situação miserável e desumana. Afloram as resistências e lutas que antecederam a desagregação do sistema, porém o texto pouco avança na pesquisa sobre a vida dos negros na África, embora em alguns tópicos recorra a ela para explicar a organização do quilombo de Palmares.

A obra

Rebeliões da Senzala foi construída e reconstruída ao longo de várias edições. O tempo decorrido entre uma e outra permitiram a Moura absorver críticas, estabelecer diálogos, refinar conceitos, melhorar a redação, ampliar os fundamentos fornecidos pela bibliografia e pelas fontes documentais. Portanto só se pode concordar com a crítica que vê na segunda edição um novo livro, que embora mantenha as teses iniciais, amplia a interpretação na dimensão espaço-temporal e procede à revisão de seu imperfeito “livro de juventude”, conforme o próprio autor afirmou no prefácio à segunda edição. A partir da terceira edição, a obra não seria mais alterada, afirmou o autor. Havia alcançado o limite da abordagem dessa temática, na forma como a desenvolveu no livro e passaria a outros temas, mas tendo sempre como referente as teses que marcaram sua produção posterior. Tanto que quilombo é o termo mais frequente em seus títulos publicados sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Diálogos historiográficos foram estabelecidos no processo de reflexão de que resultou a obra. Já de início, com o indefectível Nina Rodrigues, que teria segundo Moura cometido equívocos ao abordar o ciclo das insurreições baianas. Com Gilberto Freyre, o diálogo aparentemente foi tímido, salpicado de aceitação de sua tese sobre o papel dos jesuítas na escravidão indígena em aldeamentos, sendo este um tema de passagem obrigatória para a explicação da introdução do escravo africano no século XVI no Brasil. No entanto, o diálogo com *Casa Grande e Senzala* está subentendido ao longo da obra diametralmente oposta à tese freyreana da existência de democracia racial na sociedade patriarcal escravista. Ao interpretar a configuração sistêmica global do modo de produção nessa sociedade, o pensamento de Moura ainda se debatia com a dificuldade teórica de conciliar escravidão e capitalismo

comercial, mas afirmava a compatibilidade entre ambos na estrutura da sociedade colonial e a dicotomia entre senhores e escravos como o principal antagonismo. Como conciliar essa configuração social com a leitura etapista da História que fornecia uma chave de leitura com a análise do escravismo primitivo da Antiguidade?

A grande ênfase do texto reside nas práticas de rebeldia na interpretação da luta de classes a partir do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Entre os autores adeptos do materialismo histórico, Moura apoiou-se em Rodolfo Ghioldi, Caio Prado (*História Econômica do Brasil*) e Everardo Dias (*História das lutas sociais no Brasil*). O menos referenciado na área temática foi Rodolfo Ghioldi (1897- 1985), deputado federal pelo Partido Socialista da Argentina entre 1932 e 1943. Destacou-se no Partido Comunista Argentino, atuou junto ao PCB na década de 1920 e manteve contatos com Prestes durante seu exílio na Argentina. Participou da organização do levante armado de 1935 da Aliança Nacional Libertadora, no Brasil. Enquanto escritor colaborou no periódico argentino *La Hora* e publicou *Gilberto Freyre sociólogo reaccionário*, obra utilizada com certa frouxidão por Moura para a redação de *Rebeliões*,

Outros autores referenciados rápida e positivamente na abordagem das lutas de que o escravo participou foram Rocha Pita, a grande referência para Palmares (*História da América Portuguesa*), Aderbal Jurema (*Insurreições negras no Brasil na revolta do Quebra Quilo*) Edison Carneiro (e suas diversas obras sobre o quilombo dos Palmares e os levantes dos malês, além da *Antologia do Negro Brasileiro*) e Aydano do Couto Ferraz (*O guerrilheiro da independência*). Com exceção do indefectível e irremediavelmente incorporado à historiografia Rocha Pita, todos estavam inseridos na cultura historiográfica baiana em que havia se formado o apego de Clóvis ao estudo do tema .

Desse alinhavado de autores e fontes coletadas no Arquivo Público do Estado da Bahia emerge o conceito basilar da obra, que se constituiu em tese ao longo de toda a produção de Moura: o protagonismo dos negros escravos e libertos contra a opressão de classe nas formas de quilombos, insurreições e guerrilhas. Dessas ações de rebeldia, privilegiou o quilombo, “forma fundamental de resistência”, prova do “inconformismo do negro frente à escravidão

que lhe fora imposta”. O quilombola lutou de diversas formas, individual e coletivamente, em fugas, tumultos, ataques a fazendas, mortes de senhores, feitores e capitães do mato, guerrilhas, afirmou o autor. Essas práticas teriam minado o regime de trabalho escravo e dessa forma exerceram influência na legislação antiescravista na medida em que promoveram desgaste do sistema .

A segunda edição do livro saiu em 1972, decorridos longos treze anos da primeira e desta vez por uma editora consagrada, a Conquista, do Rio de Janeiro, na coleção Temas Brasileiros dirigida por Arthur César Ferreira Reis. Na mesma coleção publicaria em 1977 outro título, *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*. Com a nova edição, finalmente o livro alcançou um circuito de maior prestígio e presença no mercado editorial, que se repetiu nas edições posteriores. Coincidiu com as comemorações do Sesquicentenário da Independência e dos 20 anos de existência da casa editora, além de e sobretudo, ter sido a época em que o PC do B desenvolveu a luta guerrilheira no Araguaia. A radicalidade estava no ar e a militância historiográfica ou historiografia militante de Moura afinava-se com o contexto.

Uma das suas novidades foi a capa padronizada da coleção, um mapa-ornamento de 1555, elaborado pelo francês Pierre Desceliers, representando a fauna e flora do Brasil em moldura para cena de combate entre índios, inclusive “canibais”. A novidade específica para *Rebeliões* foi a inserção de ilustrações que mostram o negro em situações de trabalho forçado, castigos físicos e ações de rebeldia, todas de grande impacto visual. Entre as inovações textuais, a obra reescrita foi definida pelo autor como “ensaio histórico-sociológico” e contemplou sugestões feitas por Caio Prado acerca dos quilombos de São Paulo, introduziu um tópico sobre a ocupação holandesa no nordeste com vistas à maior compreensão de Palmares, além da reorganização de alguns capítulos que deram maior coesão ao conjunto do ponto de vista teórico e factual. Firmou-se com ela a tese de Moura de leitura da história a partir das contradições e da luta de classes presentes na sociedade brasileira alicerçada no trabalho sob o “regime servil”. Não foi porém esquecido o estudo sobre *O escravo negro e o sertão*, onde abordou do ponto de vista cultural a presença do

negro no sertão do São Francisco, e que constitui o embrião de toda essa trajetória historiográfica.

A rebeldia do escravo se agiganta no conjunto do livro pois é reafirmada com contundência e veemência ainda maior enquanto elemento dinâmico que “solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época”. Desse desgaste, diz o autor indo além de sua primeira formulação, resultou o processo social que sustentou o abolicionismo pois nele os negros afrontaram o sistema. A radicalidade no campo historiográfico consiste na insurgência do autor contra a tese da acomodação dos escravos negros, defendida por Gilberto Freyre, cujas obras estão relacionadas na bibliografia mas não comentadas no corpo do texto. Constitui referência implícita na oposição à “ótica paternalista ou filantrópica” que autorizou intérpretes da obra de Moura a classificá-la como libelo contra *Casa Grande e Senzala*.

Na leitura da obra *Metamorfoses do escravo* de Octávio Ianni, livro publicado em 1962, encontrou argumentos para combater a tese da docilidade e passividade do escravo. Considerou esse livro “modelar tanto no que diz respeito à coleta de dados como à sua interpretação”. A obra *Capitalismo e escravidão* de Fernando Henrique Cardoso, “jovem mestre renovador da sociologia entre nós” foi igualmente referenciada. E outros mais foram utilizados como Florestan Fernandes (*A organização social dos Tupinambá*) e Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*). O procedimento metodológico sem dúvida era pautado pelo ecletismo, no grande esforço de construir um arcabouço interpretativo abrangente do período colonial e do Brasil independente até a Abolição, compreendido a partir da dialética das forças produtivas no modo de produção capitalista. Moura atualizou sua interpretação com autores com os quais se sentia afinado: “trabalhos valiosos apareceram e foram por nós largamente aproveitados”.

Percebe-se assim que houve uma guinada no pensamento de Moura entre a primeira e a segunda edição de *Rebeliões* de tal modo que passou a apoiar-se também em autores vinculados à Escola Paulista de Sociologia, refinando suas interpretações com novos conceitos sociológicos e análises históricas. Acrescentou a esse novo olhar sobre

a situação do escravizado na sociedade pré-abolição o uso de novas fontes documentais, que obteve graças à colaboração de intelectuais que incluíram Luís Henrique Dias Tavares, Vivaldo da Costa Lima, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues. Segundo seu depoimento, havia solicitado em “centenas de cartas” informações aos estudiosos do tema em cada região do país, às quais teria recebido menos de 10 respostas. O percurso de sua correspondência de fato evidencia esse trabalho exaustivo de busca de fontes dispersas, para melhor fundamentar seu trabalho, definido como “história-ciência”, cuja abrangência espacial solicitava deslocamentos a arquivos que ele não estava em condições de realizar. Essa rede de solidariedade o acompanhou com mutações e acréscimos ao longo da vida e dela não foi apenas beneficiário, mas houve reciprocidade em torno de informações, indicações de leitura, envio de textos e fontes documentais.

A publicação do livro já reformulado em 1972 coincidiu com o período de seu envolvimento com a militância no PC do B e a elaboração da obra onde realizou outra virada radical, a *Sociologia posta em questão*, publicada pela Livraria Ciências Humanas da USP, em 1978. Esta obra, por dificuldade de acesso a editoras no país, foi publicada primeiramente com o título de *Sociologia de la praxis* no México pela editora Siglo XXI em 1977. A guinada significou o aprofundamento da radicalidade no pensamento de Clóvis em relação à rebeldia escrava e do negro no pós-abolição. Porém o que mais surpreende o leitor do conjunto de sua obra é que este livro constitui uma peça de acusação contra a Sociologia acadêmica, com a qual anteriormente se mostrara afinado. Persiste a dúvida sobre o motivo dessa divergência.

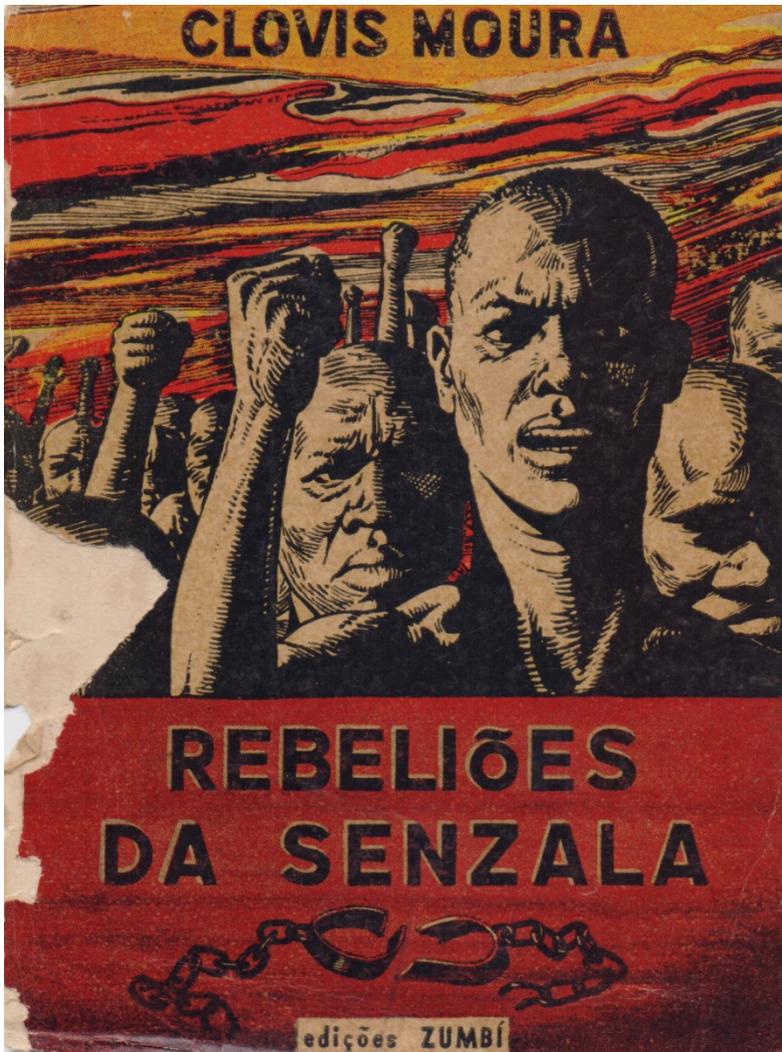


Imagem 5 – Capa da primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, exemplar raro. Arquivo pessoal da autora.

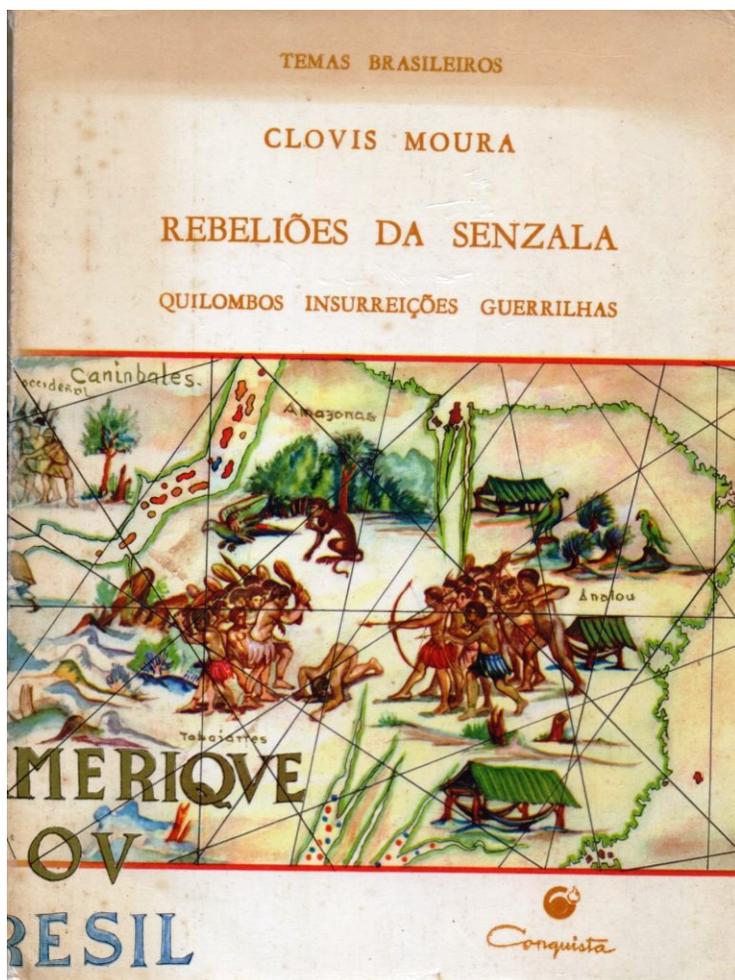


Imagem 6 – Capa da segunda edição de *Rebeliões da Senzala*. Arquivo pessoal da autora.



Imagem 7 – Capa da terceira edição de *Rebeliões da Senzala*. Arquivo pessoal da autora.

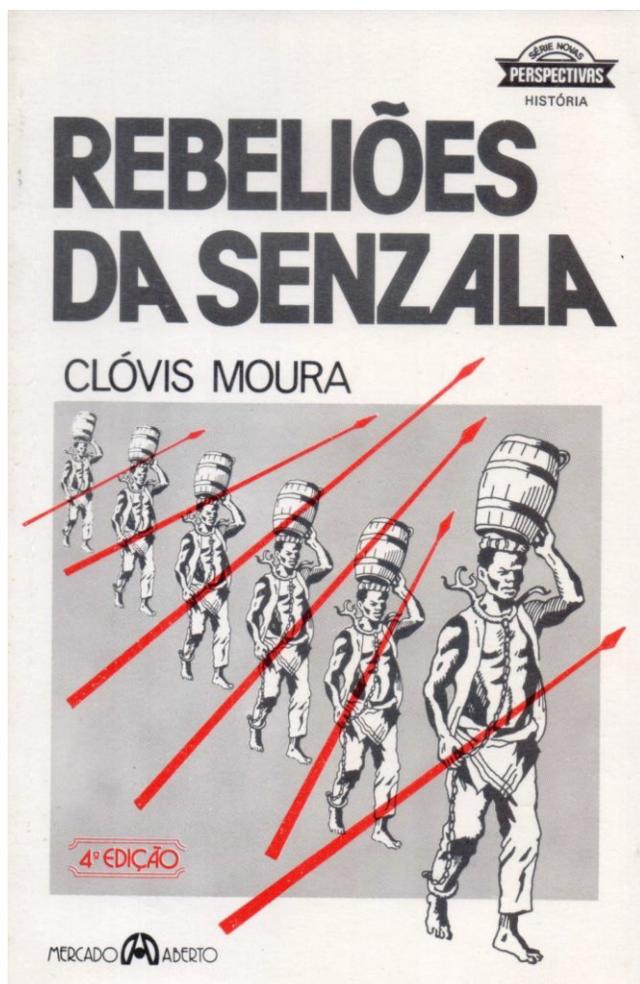


Imagem 8 - Capa da quarta edição de *Rebeliões da Senzala*. Arquivo pessoal da autora.

São Paulo, a cidade enigmática

Em interessante reflexão de autoanálise, em 1955 Clóvis Moura enviou ao escritor piauiense Arimathéa Tito Filho um comentário sobre a poesia que criava e comparou em veia nostálgica sua vida no nordeste com a situação em São Paulo. O impacto causado pelo deslocamento para a cidade grande e inóspita, em 1950, trouxera-lhe dificuldades para viver e exercer o ofício de escritor, inclusive porque a mudança para o sul do país parece ter sido motivada pela busca de melhores perspectivas de vida, afinal obtida com a inserção no jornalismo profissional. Foi sozinho mas logo após a família o acompanhou e passou a conviver com os pais e a irmã Merita. É provável que tenha sentido os efeitos da desagregação do grupo de jovens nucleado em Salvador, pois laços foram abalados ou desfeitos mas na capital paulista, pouco a pouco uma rede ampliada de contatos abriu-se e paradoxalmente os vínculos com Jorge Amado se fizeram muito presentes, mais do que na época em que residia na Bahia, como uma âncora que lhe garantia navegar com segurança nos meios intelectuais. Passados cinco anos da mudança de residência, casado com sua primeira esposa, Iracema, continuava atuando na área cultural do PCB mas parecia ainda pouco à vontade no meio literário paulistano conforme relatou ao amigo Arimathéa em primeiro de dezembro de 1955:

Isto aqui, meu caro, é um verdadeiro demolidor de personalidades. Muitas vezes, mesmo com todas as limitações que os intelectuais daí enfrentam

chego a invejá-los. Aqui não há mais possibilidades de um mínimo de autenticidade. Não sei se você já reparou na dramaticidade dolorosa dos meus poemas que abordam a realidade paulistana. Não há possibilidades para o otimismo. O estereótipo, o clichê, a repetição são promovidos a regra geral de julgamento.

A nova vida, marcada pelo estranhamento inspirou poemas reunidos no volume *Espantinho na feira* (MOURA, 1961). O prefácio de Jorge Amado ao livro publicado em 1961 traduziu a transição de Clóvis entre a origem nordestina e a inserção na vida paulistana, na “cidade industrial de arranha-céus e fumaça”. Foi nessa veia interpretativa que o consagrado escritor baiano identificou nos poemas do jovem “o canto de São Paulo na boca do retirante que chega batido pela miséria e que se incorpora à alucinante vida paulista e nela vive sua experiência de luta, desespero e esperança”. Moura seria mais um desses deslocados assombrados pelo horror e pela beleza da cidade que se tornara o novo chão do “moço nordestino”. Na apresentação da obra, Jorge Amado revelou que há muito tempo acompanhava a caminhada do poeta. Mais que isso, o texto original datilografado chegou a Clóvis acompanhado de um comentário breve porém afetuoso: “O livro é bom de verdade, encheu-me de alegria.

Moura adotou a identidade de poeta da “cidade enigmática” em reverência ao sempre admirado, embora criticado, Carlos Drummond de Andrade e seu livro *Claro Enigma*. Ao cantar o amor em “labirinto de tule” e objetos de uso cotidiano, entre os quais sobressaem os sempiternos cachimbo e máquina de escrever, insinuou ser ele próprio o espantinho, personagem grotesco sobreposto à paisagem urbana da capital paulista. O Tietê substituiu o Parnaíba como referência geográfica e âncora da memória, ambos “rios da vida”, “rios da angústia” que se arrastava na cidade da garoa fria. Sem alegria, o poeta lamentou os “apartamentos trancados”, a “discoteca nojenta”, a vida difícil, e mais uma vez o afogamento se fez presente na lama do rio onde boiam os mortos. *Sobolos rios da vida* evocou na epígrafe o modelo implícito, Camões. Cidade do silêncio, da solidão, onde “os homens perderam a fala” e a capacidade de fazer poesia, onde a morte desponta a cada passo na “capital do silêncio”, onde ocorreu a *Descida(sem anúncio) dos anjos*. A arraigada identidade nordestina a

contragosto era enxertada no cenário metropolitano onde a luz do sol era menos intensa.

O compromisso de Jorge Amado com a obra prefaciada persistiu após sua publicação, pois movimentou seus contatos na Bahia para promover o amigo e o livro. Com esse intuito escreveu-lhe em 27 de setembro de 1962:

*Querido Clóvis,
Já entreguei todos os exemplares de teu livro que eu trouxe. O Eduardo Portela¹ pede que lhe envies um exemplar de “Rebeliões na Senzala”.
Junto a esta encontrarás os endereços de pessoas daqui para quem acho valer a pena o envio de teu livro de poemas. Escrevem ou se interessam.
Abraços de James e do amigo certo.*

À distância, de sua residência no Rio de Janeiro, Amado manejava a tessitura da rede de trocas intelectuais entre o sul e o nordeste, intermediando a distribuição de livros de Moura entre os seus conhecidos, que identificava como “o pessoal da Bahia”². Dizia apreciar muito a poesia do camarada de Juazeiro, tanto que o livro publicado logo depois, *Argila da memória*, também despertou nele interesse, bem maior que *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, que passou por suas mãos e seus olhos praticamente invisível. Considerou mesmo “excelente” a coletânea memorialística sobre Amarante.

Trocas implicavam reciprocidade e para o equilíbrio das relações, Jorge enviou a Moura *Pastores da Noite*, recém-publicado, com expectativa de resenha. Escrevia cartas curtas, quase bilhetes, que se atinham apenas ao tópico essencial: a produção poética de Moura, sua divulgação e promoção entre os intelectuais baianos. Estendeu sua proteção ao amigo e camarada, nordestino sempre com um pé na Bahia, e tanto fez que o colocou em contato com o escritor Antônio Olinto, que fazia parte do círculo dos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL).

1 Eduardo Mattos Portella (Salvador, 1932 - Rio de Janeiro, 2017), escritor e político brasileiro, eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1981.

2 Cartas de Jorge Amado a Clóvis Moura, Rio de Janeiro, 14 e 23 de novembro de 1962 e 6 de julho de 1963.

Passados cerca de dezesseis anos de residência na capital paulista, Moura ainda se revelava deslocado, conforme confidenciou ao amigo Jorge Amado em carta datada de São Paulo, 26 de outubro de 1967:

(...) as coisas aqui em São Paulo estão cada vez mais comedoras da medula humana. Felizmente prá você aquela distância necessária e as visitas periódicas talvez o façam sentir São Paulo dentro de uma perspectiva menos desumana. Mas, para quem vive o dia a dia desta selva a coisa silva... e se a gente não “pula de lado” como se diz no interior da Bahia, o veneno entra fácil.

Como seria de se esperar, a identidade baiana integrava em filigrana a nordestina e aflora, mais que a piauiense, na correspondência com Jorge Amado durante os anos 1960-70. Em sua obra poética a identidade multifacetada construída ao longo dos empurrões da vida atribulada revela-se em plenitude na expressão “bandeirante baiano nos sertões de São Paulo”. Nada faz supor identidade negra, o apelo regional se sobrepõe ao étnico e conduz o fio das narrativas memorialísticas ou inspiradas nas vivências. Jorge Amado teve sem dúvida grande participação nesse extravasar pois apesar de elogiar *Rebeliões da Senzala* sempre afirmou preferir a esta obra os poemas do amigo. Várias foram as manifestações dessa predileção mesmo que o tivesse incentivado a publicar o livro por julgar o tema lacunar, ressaltando ser seu conhecimento sobre a matéria escasso: “li um pouco de história, embora não pareça”.

Em São Paulo, Clóvis Moura definiu-se “homem de imprensa”. Em jornais e revistas divulgou poesias, resultados de pesquisas e reflexões sobre a sociedade brasileira, sua história e perspectivas, desde os tempos em que residia no Piauí, até estabelecer-se finalmente na capital paulista, onde passou a maior parte de sua vida. Trabalhando em vários periódicos, adquiriu inestimável experiência e facilidade para a escrita, muito oportunas para a produção de sua extensa obra, desde os tempos mais recuados de vinculação aos pequenos jornais até sua inserção na chamada grande imprensa. Atuar simultaneamente na imprensa e na escrita de livros foi estratégia que lhe garantiu a sobrevivência material, graças à inserção profissional como secretário

de redação ou redator em jornais onde permanecia no anonimato, mas criava laços e contribuía para o fortalecimento de redes amplas. A articulação da sua vida jornalística desde a inserção em *O Momento*, de Salvador, teve como *locus* principal a inserção no PCB e posteriormente no PC do B, que lhe abriu portas para a colaboração na imprensa periódica, onde publicou inúmeros artigos.

Essa dupla inserção no mundo das letras era bastante comum e resultava tanto de razões práticas quanto da intersecção dos gêneros literários. Como propõe Thérenty,

Uma profunda circularidade entre as formas literárias e as formas jornalísticas, devidas à coincidência essencial entre os dois sistemas profissionais durante algumas dezenas de anos - o mesmo pessoal circula nos campos jornalístico e literário - mas também e sobretudo à concorrência desigual que se estabelece entre os dois regimes textuais (VAILLANT; THÉRENTY, 2001, p. 18).

O contexto pós - Segunda Guerra Mundial foi marcado pela polarização dos blocos de países capitalistas e comunistas, que além de ameaças de armas nucleares envolveu programas de propaganda cultural por meio de congressos, intercâmbios, discussões sobre cultura e sobretudo atividades editoriais na forma de jornais, revistas e publicação de livros. Conhecida como Guerra Fria Cultural a dinâmica ensejou no PCB a política de Frente Cultural, projetada para contrapor-se aos desdobramentos da Doutrina Truman, anunciada em 1947, que visava enfrentar o avanço do socialismo em países ainda não afetos à influência soviética. A propaganda cultural desenvolvida pelo partido no Brasil reproduzia a pauta definida em nível internacional e para viabilizá-la foi decisiva a criação de jornais e revistas, sem contar a importante atividade literária de escritores engajados.

A estratégia coincidiu com a decretação da ilegalidade do partido e a consequente cassação de seu registro pelo Supremo Tribunal Eleitoral, bem como de seus representantes eleitos após o curto período de legalidade de que desfrutou entre 1945 e 1947. A medida debilitou o partido porém apesar da repressão, foi mantida sua vasta rede de jornais e publicações disseminada em âmbito nacional, alinhada com a política moderada de defesa da união nacional pela

consolidação da democracia e combate ao fascismo. O panorama editorial de algum modo vinculado ou referido ao partido indica a grande penetração do PCB entre os intelectuais no período, apesar das prisões de escritores, do fechamento de redações e confisco de obras. Por outro lado, evidencia por sua amplitude e persistência, a grande valorização que a organização partidária conferia à imprensa e principalmente ao jornal como meio de propaganda de seus ideais por ser capaz de alcançar grande público (SANTOS, 2016).

Nessa dinâmica inseriu-se Clóvis Moura após o fim do Estado Novo tentando conquistar espaço na imprensa partidária. Ao mudar-se para São Paulo, atuou na Frente Cultural do PCB, que nessa cidade era liderada por Caio Prado Júnior, Villanova Artigas e Arthur Neves (ARBEX, 2012). Nesse contexto, passou a trabalhar como redator do jornal Última Hora, periódico da chamada grande imprensa fundado e dirigido por Samuel Wainer, onde permaneceu até 1958. Paralelamente, atuou até 1955 como secretário de redação de *Fundamentos*, revista fundada por Monteiro Lobato, publicada trimestralmente pelo PCB em São Paulo de 1948 a 1955, por Armênio Guedes, Villanova Artigas e Caio Prado Júnior. Abordava temas culturais, os quais correspondiam ao anúncio de tratar-se de “revista de cultura moderna”, expressa em assuntos variados.

Em *Fundamentos*, além de trabalhar na secretaria da redação, encontrou acolhida para sua produção e uma interlocução respeitosa que reconhecia a contribuição que ele poderia dar ao periódico na captação de artigos, expectativa sem dúvida autorizada pelos contatos que mantinha. Publicou entre 1952 e 1955 quatro artigos sobre Literatura e História, os quais traduziam não apenas uma de suas preocupações da época, o estudo sobre Euclides da Cunha e *Os sertões*, mas também pautas do PCB em seu programa anticapitalista, anti-imperialista e de valorização das lutas populares. Foram eles: *No Cinquentenário de Os Sertões*; *José Martí, herói do povo cubano*; *Euclides da Cunha e a Realidade Nacional*; *A Situação do Brasil como Nação Soberana*.

O primeiro artigo versava sobre o cinquentenário de publicação de *Os Sertões*, e nele discutia a hipótese da inclinação ao socialismo de Euclides. Por meio da carta datada em São Paulo, 8 de maio de 1952, recebeu do editor Villanova Artigas um parecer aprovando-o

para publicação e incentivando-o a não só enviar outro artigo mas também a atuar no sentido de buscar colaborações para publicá-las na revista:

Recebemos o artigo que você mandou; está programado para o número 28. Veio mesmo a calhar porque estamos publicando uma série de estudos sobre Euclides. Um deles, de Gonçalves Machado, foi reproduzido em “Jornal de Debates” (título - Euclides Socialista).

Dedicar um dos próximos números a Euclides como matéria central é boa ideia. Pergunto se poderemos contar com você para um artigo. Um número sobre Euclides poderia ser por volta de setembro / outubro.

As críticas foram aceitas em geral. Não encontramos realmente uma maneira de comemorar o trigésimo [?] e dormimos com o aniversário de Stalin. Em compensação fomos a única revista a cumprir as deliberações do Conselho Mundial da Paz comemorando Vitor Hugo e Da Vinci. Um dos nossos artigos sobre Da Vinci foi lido na rádio de Moscou no dia do 5.º aniversário de Leonardo.

Não esqueça de “Fundamentos” e sempre, que possível mande uma colaboração. Não há por aí alguém interessado em assuntos econômicos, café, algodão que queira escrever? Se não for possível conseguir artigos, reportagens sobre situação econômica de certos produtos, condições de exploração de trabalhadores do campo etc....

Um último comentário de Artigas no documento sugere divergências com editores e zelo pela autonomia demonstrado por Clóvis em inúmeras ocasiões: “O seu direito de criticar ficou intacto; não deixe de escrever-nos”. Solicitação atendida com o envio de *Euclides da Cunha e a realidade nacional*, publicado em 1954.

O diálogo epistolar com Artigas indica que Moura vinha realizando estudos sobre Euclides e sua obra há algum tempo, em consonância com a política partidária de democratização da cultura para a transformação da sociedade brasileira, que visava também a valorização de escritores cujas obras haviam marcado o panorama literário anterior ao modernismo. Nesse sentido, *Fundamentos* desenvolveu pauta predominantemente literária de orientação anti-imperialista, em artigos sobre temas da atualidade.

Essa orientação é visível no artigo laudatório de Moura sobre José Martí, escrito a propósito do centenário do nascimento do herói cubano das lutas pela independência, coerente com as teses do PCB associadas à luta contra o “imperialismo yanque”, e deixava

em segundo plano o colonialismo espanhol instalado secularmente na ilha. As qualidades de mártir da liberdade e defensor de ideias progressistas de Martí foram lembradas ao lado da revolta dos “homens de cor, composta na sua maioria de escravos e ex-escravos que trabalhavam nos canaviais da ilha e foi esmagada”, indício de que o tema das rebeliões da senzala não estava adormecido.

O direcionamento das atividades de Clóvis Moura na imprensa evidencia a dupla dimensão de sua obra, de jornalista e escritor multifacetado em obras de ficção e Ciências Sociais, que se entrelaçavam e preparavam voos maiores. Alcançara ainda que com limitações, o estatuto de intelectual do partido. Paralelamente ao trabalho em *Fundamentos*, em 1951 fundou a revista *Flama* em Araraquara que teve curta existência e exerceu ainda atividade jornalística em 1953, como redator e chefe de reportagem do jornal oficial do PCB, *Notícias de Hoje*.

Em 1958, Moura passou a publicar na *Revista Brasiliense*. Fundada e dirigida por Caio Prado, a revista seguiu orientação nacionalista porém seu editor divergia da linha oficial do partido por negar a existência de feudalismo no Brasil e não aceitar a orientação política personalista, além de defender intransigentemente a democracia. Segundo Limongi, era uma revista de cultura que veiculava temas políticos e encerrou tragicamente suas atividades em 1964, com o golpe militar que resultou na apreensão e destruição do seu 62.o número. Conforme seu *Manifesto de Fundação*, seu objetivo era constituir uma publicação “em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos” visando superar o “atraso econômico do país (...). a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura” (LIMONGI, 2017). Sua recepção nos meios acadêmicos e literários de São Paulo e em outros estados era significativa e entre os principais colaboradores figuraram Florestan Fernandes, Jamil Almansur Hadad, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Segundo Limongi, os principais colaboradores da *Revista Brasiliense* e principalmente seu diretor e mantenedor Caio Prado, “já se encontravam definitivamente aliados dos centros de poder do PCB “ desde o início da publicação. Para justificar esse distanciamento,

Limongi afirma que a revista defendia uma organização partidária mais democrática, em linha reformista no sentido de procurar melhorar as condições de vida do povo brasileiro. O distanciamento da linha oficial do partido levou seus dirigentes a “dirigir-se ao público externo ao Partido e evitando deliberadamente qualquer confronto com o aparelho partidário”, tornando-se “a expressão da resignação ante a derrota e a marginalização no Partido e, neste sentido, como a acomodação possível a este” (LIMONGI, 2017).

Ainda está por ser explicada a admissão de Moura entre seus colaboradores. Teria ele assumido também posição dissidente em relação ao PCB? Certamente a proximidade com Caio Prado sinalizava algo. Note-se que deixou de ser secretário de redação de *Fundamentos* em 1955, no mesmo ano da fundação da *Revista Brasiliense*, onde sua colaboração foi bastante esparsa. Ausente dos quadros de colaboradores principais, nela publicou entre 1958 e 1962 apenas três artigos sendo dois deles relacionados a “assunto de negros”: *A Grande insurreição dos escravos baianos* (1958) e logo no ano seguinte *Nota sobre o Negro no Sertão*, que iriam integrar *Rebeliões da Senzala*. Publicou ainda um artigo com ferozes ataques à sociologia acadêmica, intitulado *III Congresso Brasileiro de Sociologia* (1962). Esse antagonismo adquiriu espaço cada vez mais ampliado em suas obras e passou a ser repetido em diapasão que incluiu também a historiografia produzida nas universidades.

Não se tratava de artigos de análises de conjuntura ou de política, e é possível que embora o autor não fizesse parte do núcleo duro da revista. Havia sido convidado a colaborar no periódico que enfrentava problema sério de falta de colaboradores. A diretriz editorial baseava-se em uma rede flutuante e esparsa para a composição dos números, conforme assinalou Limongi:

A rede de colaboradores tinha por centro seus mentores, que tratavam de obter o concurso de amigos. Estes, por sua vez, poderiam recrutar seus amigos e assim sucessivamente. O fato é que a montagem desta rede, por mais extensa que fosse, não garantia uma produção regular de artigos (LIMONGI, 2017, p. 6).

Dessa maneira, cada membro do conselho editorial solicitava artigos entre seus amigos extra grupo, colaboradores heterogêneos que publicaram artigos sobre temas diversos. A estratégia permitiu a Moura ali publicar também e além disso, a proximidade de Caio Prado pode ter influído positivamente para a inserção de seus artigos.

No vaivém de confidências e comentários sobre temas literários, Moura manifestou a Jorge Amado em 1967 uma avaliação de sua trajetória pessoal como escritor, que não abandonava a poesia, ao mesmo tempo em que desdobrava sua produção nas áreas de Sociologia e História. Assim expressou-se na carta datada de São Paulo, 26 de outubro de 1967 :

De poesia vou indo muito bem. Fazendo algumas pesquisas mas fundamentalmente desenvolvendo-me na linha lírico-dramática, que parece é aquela na qual estou mais de acordo comigo mesmo.(...) Estou preparando um volume que terá poesia do meu primeiro livro até inéditas. O critério de seleção é meio de preferência individual, mas que fazer?... Todos temos dentro de nós mesmos um pouco de juízes sentimentais do que fazemos! Acho o título muito bom, embora não muito original: "Verbo Pretérito & Presente". Creio que, mesmo sem ter conseguido nos meus livros de poesia anteriores a aceitação da crítica "bem pensante" irei conseguir com este livro não bombons e chocolate, mas pelo menos um reconhecimento discreto dos donos das colunas literárias. Mas não é para eles que eu faço poesia, como não é para eles que você faz romances. Há um público. Ele é que deverá julgar o que criamos.

Ainda em confidência, Moura dizia ao amigo aguardar sem muita esperança de sucesso a tão desejada reedição de *Rebeliões da Senzala* em versão revista:

Não sei quanto tempo ficará na "fila" até ser editado pois as editoras na sua esmagadora maioria preferem a tradução ao livro nacional, salvo quando se trata de autores consagrados. Vamos ver quando será editado pois a minha parte já cumpri.

Foi por essa época, talvez à procura de uma nova perspectiva diante do panorama desalentador em São Paulo, que Moura externou a Jorge Amado em 1969 o plano de mudar-se para a Bahia. A resposta desencorajadora não se fez esperar, mesmo que ressalvada pela

afirmação de que não se animava a dar um conselho. Diante do plano de viagem de Clóvis a Teresina, o romancista sugeriu, em carta datada de 10 de março de 1969, que passasse por Salvador também, “para um bordejo por aqui capaz de levá-lo a uma opinião própria. Há um incipiente surto industrial. Terá continuidade ou morrerá no nascedouro?(...) uma coisa é certa: a vida é menos inumana do que no Rio e em São Paulo”.

O intento não prosperou e Moura acabou por não dar ouvidos aos apelos de sua identidade nordestina e na cidade enigmática afinal alcançou projeção como sociólogo e historiador. O enigma da cidade, decifrado, se desfez com iniciativas que tomou, obras que publicou e causas que defendeu.

Combates na revista *Flama*

Logo após estabelecer-se em São Paulo, Clóvis e sua irmã Maria do Rosário Meira da Cunha (Merita) fundaram em 1951, na cidade paulista de Araraquara, a revista de cultura *Flama*. A equipe de redação no primeiro número era constituída por Clóvis (diretor), José de Oliveira e Souza (redator-chefe), Maria do Rosário (secretária) e Sidney Schiavon (diretor do departamento artístico). No segundo número o expediente registra alterações com a inclusão de João Evangelista Ferraz (gerente) e José Magalhães de Castro (chefe de publicidade), enquanto o diretor de departamento artístico foi excluído.

No Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli de Araraquara encontram-se os exemplares dos números da revista publicados entre 1951 e 1952¹, “de Araraquara para o Brasil”, como anunciado em suas capas. A proposta explicitava a pretensão de “ser o veículo progressista e honesto da vida social artística, esportiva e cultural do Município”, ainda que lutando contra incompreensão e outros obstáculos inclusive de ordem financeira. Propunha publicar “matéria de interesse geral: reportagens, colaborações de outros pontos do País, noticiário dos acontecimentos nacionais e internacionais”, e “ser útil em todo o Brasil”².

1 Foram publicados os números 1 (nov. 1951), 2 e 3 (dez. 1951 e jan. 1952) , 4 e 5 (fev. e mar. 1952), reunidos em 3 volumes.

2 Apresentação. *Flama*, Araraquara, n.1, nov. 1951, p. 1.

Por que Araraquara? A busca dos motivos que teriam levado Moura a fundar uma revista no interior do Estado aponta um dado relevante, a residência de sua irmã e de seu pai na cidade, portanto a presença de uma base de contatos necessária à captação de recursos e à circulação do periódico. Ademais, tratava-se de um município de médio porte, formado pelos distritos de Araraquara, Américo Brasiliense, Bueno de Andrada, Gavião Peixoto, Motuca e Santa Lúcia, com 63.388 habitantes segundo o Censo de 1950 (IBGE, 1951, p. 37). Em franca expansão comercial, abrigava um parque industrial que aos poucos ia suplantando a atividade agrícola ligada à cafeicultura antes pujante. A fábrica de meias Lupo era o carro chefe do setor industrial da economia regional, e se expandia para além da modesta empresa familiar criada em 1921. Nestlé, Dianda Lopez e Anderson Clayton despontavam igualmente no cenário fabril de uma cidade em crescimento demográfico e econômico.

Os sumários publicados em *Flama* entre novembro de 1951 e março de 1952 revelam um projeto de militância cultural e para viabilizá-lo a revista foi organizada com uma estrutura de seções definidas, com artigos assinados por Moura e outros intelectuais de pequena projeção. As matérias compreendiam um “Panorama do Mundo”, notícias locais e internacionais, e principalmente resenhas literárias e artigos sobre cultura em geral (cinema, rádio, esportes, festas populares) que ocupavam o maior espaço da publicação, além de coluna social sobre a cidade. Os temas eleitos ecoavam a pauta nacionalista do PCB, bastante amplos: o pacifismo, o conflito entre Estados Unidos e Coréia, a luta contra o nazi-fascismo e o Estado Novo, o uso da bomba atômica, o macarthismo, que eram desenvolvidos juntamente com a valorização da expressão popular por meio de concursos de contos e crítica literária. A criação de “heróis positivos” na literatura ocupava lugar importante nessa estratégia (RIDENTI, 2011, p. 165-166). É de se ressaltar que com o partido atuando na clandestinidade, seu programa não constituía pauta política explícita mas expressava-se em função pedagógica de formar os leitores por meio da apresentação de aliados e inimigos. A censura impedia a apresentação ostensiva dos ideais comunistas que eram considerados ameaçadores dos valores estabelecidos na sociedade brasileira, porém,

como assinala Mariani, “falar sobre o adversário político sempre foi e será tão importante quanto falar do próprio programa partidário” (MARIANI, 1998).

Para os iniciados nas temáticas, não foi difícil identificar a orientação partidária de *Flama*. Resenhas de obras traziam o posicionamento político de seus editores, mas apareciam também pequenas notícias pouco chamativas por meio das quais eram veiculadas mensagens fortuitas formadoras de opinião. Havia adesão às pautas orientadas pelo nacionalismo, anti-imperialismo, defesa da democracia, da liberdade de pensamento e de expressão e denúncia da exploração entre classes sociais, especialmente identificada na configuração “feudal” dos latifúndios. O artigo *Os cassacos* assinado pelo redator-chefe José de Oliveira e Souza ilustra bem essa estratégia, pois no excerto de seu livro homônimo ambientava no arraial de Canudos, no sertão baiano, a exploração de classe a que estavam submetidos os operários que trabalhavam na construção de estradas³. A leitura da história noticiava a revolução democrático-burguesa já ocorrida na Europa, bem como o aparecimento da classe operária na sociedade capitalista. Desde o manifesto de Prestes de 1.º de agosto de 1950, conhecido como o Manifesto da Mantiqueira, o partido adotara uma nova linha mais combativa contra o imperialismo norte-americano mediante proposta de expropriação dos monopólios e latifúndios, além do estabelecimento de controle estatal sobre setores da economia, liberdades democráticas e promoção da educação obrigatória e gratuita.

A revista ecoou essas diretrizes ao conceder destaque ao IV Congresso da ABDE à qual pertencia Clóvis Moura, e que ocupou grande parte da pauta do noticiário cultural. Após a cassação do registro do PCB, a entidade foi importante para o partido no sentido de manter espaço de difusão de seu programa de Frente Cultural, que expressava a busca de novas formas de articulação e propaganda no contexto adverso de ilegalidade. O campo de disputa político-ideológica acirrou-se após 1947, com a defesa comprometimento de intelectuais e artistas com os ideais do partido.

3 SOUZA, José de Oliveira e. *Os Cassacos*. Flama, ano 1, n. 4 e 5, v. 3, 1952, p. 11 e 26.

Em 1951, a seção paulista da ABDE realizou o III Congresso Regional com o objetivo de reunir escritores para “discutirem seus problemas profissionais e estéticos, problemas relacionados com as instituições políticas e com a Cultura do povo”. A divulgação do evento incluiu a Declaração de Princípios aprovada na ocasião em que foram tratados temas específicos e gerais:

(...) defesa da nossa cultura ameaçada por uma sublitteratura cosmopolita, decadente e antinacional; a defesa do escritor e dos livros nacionais; a contribuição de São Paulo à cultura brasileira e, finalmente, a defesa da paz mundial, anseio de homens de inteligência do mundo e clima único em que poderá a cultura se desenvolver⁴.

O comparecimento de intelectuais destacados de São Paulo evidencia a importância do evento: Caio Prado Júnior, Afonso Schmidt, João Acioli, Galeão Coutinho, Jamil Almansur Hadad, Helena Silveira, Mario Donato e Gonçalves Machado. Mais ainda, uma delegação da entidade em nível nacional presidida por Graciliano Ramos significou apoio à iniciativa paulista.

Foi de grande relevo na época a declaração de princípios que resultou do encontro: defesa da cultura nacional da influência estrangeira, liberdade de pensamento, repúdio à Lei de Segurança Nacional e à censura prévia, defesa da paz entre Estados Unidos, União Soviética, República Popular da China, Inglaterra e França. Acusado de tendência golpista e antidemocrática, o partido enfrentava onda de prisões de seus militantes e ataques às suas publicações ostensivamente alinhadas, que para sobreviver tiveram que alterar seus títulos. Entre eles, *Tribuna Popular* do Rio de Janeiro passou a ser denominada *Imprensa Popular*, enquanto *Hoje*, de São Paulo, teve seu título substituído por *Notícias de Hoje*.

O envolvimento de Moura com a ABDE resultou em intensa divulgação de notícias sobre a entidade. Paralelamente a revista atendeu aos princípios que a ABDE postulava e manteve uma seção de literatura intitulada Rosa dos Ventos, onde eram distribuídas resenhas e críticas literárias ora laudatórias de escritores afinados com o ideário

4 III Congresso Paulista de Escritores. Flama, ano I, n. 1, 1951, p. 20.

comunista, ora demolidoras daqueles que não abraçavam igual opção. Com seu retrato colocado no centro da ilustração correspondente que encabeçava a seção, Clóvis irradiava a todos os pontos cardeais os princípios que abraçara na política e na literatura, defendidos também pela revista *Seiva*, mensário de cultura editado na cidade de Salvador, cuja propaganda discreta inseriu nas páginas de *Flama*. Aos vinte e seis anos de idade, ele instalou nas páginas inflamadas de combatividade um tribunal de escritores que teve curta duração, suficiente para que exprimisse sua visão de mundo em crítica literária, poesias e excertos de diversa extração.

Por meio dessa pauta compartilhada Moura expressou aderência à revista *Fundamentos* e aos intelectuais que nela divulgavam seus textos, e tornou realidade um periódico de cultura. Desde o Manifesto de Agosto de 1950, o partido enfatizava o valor do compromisso dos intelectuais com a transformação social direcionada aos chamados interesses populares. A distinção entre os intelectuais legítimos e os pseudointelectuais (a serviço do imperialismo e das forças reacionárias) pautava o alinhamento. Em tal perspectiva, distinguia-se entre a cultura nacional, a verdadeira, e a antinacional vinculada ao imperialismo. A tomada de posição de Moura em *Flama* em relação aos seus pares de *Fundamentos* reforçou seu reconhecimento como intelectual do partido. Ao fazer crítica literária expressava vínculos com a prática de julgamento dos autores nacionalistas versus antinacionalistas. Sua revista constituía um elo a mais na cadeia de disputas intelectuais próprias do período e do meio.

Entre os autores louvados, Afonso Schmidt, jornalista e romancista, diretor-responsável e redator - chefe de *Fundamentos* entre 1948 e 1955, ocupou lugar destacado nas páginas de *Flama* não apenas por suas qualidades literárias mas também pela biografia, já que em decorrência de sua “coragem cívica” havia sido processado por “crime de opinião”. O mesmo critério norteou a notícia sobre a expulsão do poeta Pablo Neruda da Itália e a denúncia dos fascistas como responsáveis pela medida⁵. O poeta chileno exilado na Europa mobilizou intensa solidariedade internacional amparada pela condição

5 Chacais da cultura . *Flama*, ano I, n.1, 1951, p.2 .

de militante do Partido Comunista chileno. Monteiro Lobato, fundador de *Fundamentos*, embora já falecido em 1948, portanto alguns anos antes da fundação de *Flama*, tornara-se um símbolo do nacionalismo e foi lembrado por sua obra de literatura infantil e pela apreensão de sua obra pela polícia. A exploração do homem nordestino na epopeia de Canudos, outro tema recorrente na pauta das publicações da Frente Cultural do PCB foi também posta em evidência.

Em contrapartida, e por razões ignoradas, Graciliano Ramos, apesar de ser um dos editores de *Fundamentos* e de seu enorme prestígio na literatura e na política, foi apenas mencionado como presidente da ABDE nacional.

No rol dos autores desqualificados, encontrava-se Vasconcelos Maia com sua obra *Contos da Bahia*. O contista baiano, autor de *Fora da vida* - aliás avaliado positivamente - decepcionou Moura que o interpretou como autor “pequeno burguês”, por haver criado na obra resenhada personagens de idêntica extração social. Ao opinar sobre o literato, aproveitou para expor seu ponto de vista sobre a responsabilidade do escritor:

O escritor é aquele elemento que, dentro da sociedade, tem a sensibilidade mais desenvolvida e capaz de expressar esteticamente os grandes acontecimentos do seu tempo, a linha central da evolução de determinado período .

E para isso, deveria “estudar novas teorias causadas pelas classes em ascenso“. Não escapou igualmente à sua vigilância doutrinária o autor Mário Donato, apontado como “corifeu existencialista”, defensor de uma filosofia “anti-humano, reacionária, depravada”. A condenação foi justificada pelo seu recém publicado “livro dissolvente”, *Galatéia e o Fantasma* . A crítica de Moura traçou uma continuidade entre a obra resenhada e a *Presença de Anita*, que esse autor publicara em 1948, provocando grande celeuma pelo seu conteúdo erótico e que vinha de ser divulgada como tema de filme . A crítica combativa ao livro e ao autor retoma surpreendentemente os argumentos moralistas da Igreja Católica que também havia condenado ambos:

Explora o autor o mórbido e o escabroso para fins sensacionalistas, desligando-se assim daqueles escritores que, em nosso país, durante

*todo o transcurso de sua história literária, vem procurando retratar com honestidade e o realismo a situação econômica e social de nosso povo e imprimindo às suas obras um fundo conteúdo nacional e popular”(...) assimilando o que há de mais condenável e negativista em certos autores estrangeiros, cai para o pornográfico como recurso literário, copiando toda a putrefação daqueles escritores que, por injunções estranhas à vontade de nosso povo, hoje estão sendo traduzidos e privilegiadamente apresentados como o que existe de mais ‘avançado’ em matéria de novelística no mundo*⁶.

A cartada final foi o veredito draconiano sobre a obra avaliada segundo os valores já assumidos pela revista: livro ”inteiramente desligado dos problemas do homem brasileiro, falso”, que “não passa do mais deslavado folhetim de segunda ou terceira categoria”.

Outros temas da pauta revelam a orientação nacionalista do periódico: a reação anti-imperialista no Egito e o cinema infantil dominado pelos filmes de Hollywood. Evidentemente, havia que fazer concessões para tornar a revista palatável e insuspeita aos olhos do grande público: o primeiro número trazia na capa em fundo azul uma foto inócua do Parque Infantil de Araraquara, enquanto o segundo estampava uma imagem evocativa do Natal, “data máxima da cristandade”, e o terceiro, uma foto alusiva ao Carnaval, afagos inofensivos ao público leitor que importava conquistar.

6 MOURA , Clóvis. Rosa dos Ventos. Flama, ano 1, n. 1,1951, p. 18 e 20.

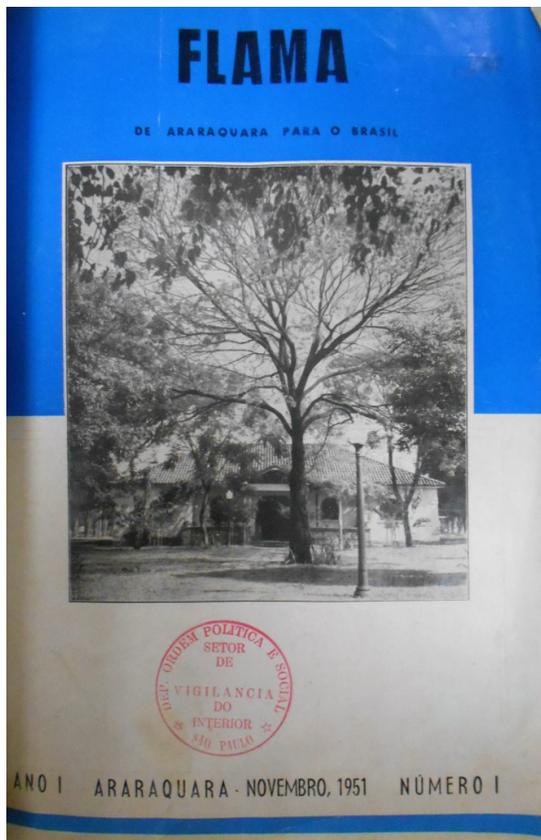


Imagem 9 – Capa do número 1 da revista *Flama*, exemplar apreendido pelo DOPS/SP. Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli (Araraquara).



Imagem 10 - Capa dos números 2 e 3 da revista *Flama*. Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli (Araraquara).

Chama a atenção o engajamento de *Flama* na campanha nacionalista em defesa do petróleo com o noticiário sobre a posse da nova diretoria do Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo na Economia Nacional, realizada no salão do Sindicato dos Bancários da capital do Estado. A extensa lista dos presentes incluía o general Leônidas Cardoso (presidente da entidade), outros militares, sindicalistas e intelectuais, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior e a viúva de Monteiro Lobato⁷. Estava no auge a campanha polêmica que precedeu a criação da Petrobrás, no bojo

⁷ São Paulo em defesa do Petróleo, *Flama*, ano I, n. 2-3, 1951, p.5.

das campanhas nacionalistas de diversos matizes políticos que entre 1952 e 1953 reivindicavam medidas protecionistas para o petróleo, ferro, manganês, entre outros recursos naturais. Nesse contexto, *Flama* rendeu tributo a Monteiro Lobato considerado um símbolo do nacionalismo na defesa da exploração do petróleo e do ferro.

São desconhecidas as relações de Moura com o Comitê Central do PCB ou outras instâncias dessa organização partidária, portanto fica em suspenso a elucidação de um hipotético apoio financeiro para sua publicação. Para manter a revista ele sem dúvida contou com a captação de propaganda comercial paga, presente em abundância nas páginas do primeiro número. A cidade acorreu com anúncios de casas comerciais de todo gênero, como a fábrica de meias Lupo, que alimentaram a esperança de que a empresa jornalística se manteria. Porém logo após a saída do primeiro número veio a escassez de recursos, que levou Clóvis a acionar sociabilidades comunistas na tentativa de obter apoio partidário. Foi o que ocorreu com Jorge Amado, que na época do lançamento da revista residia em Praga (1950-1952), exilado após ter sido expulso da França em decorrência de suas atividades políticas. O pedido foi frustrado pela negativa do romancista baiano, conforme carta datada de São Paulo, março de 1952, plena de despistamentos compreensíveis sobre sua residência e contatos, onde dizia não ter recebido os exemplares da publicação enviados por Moura, o “bandeirante baiano nas terras de São Paulo”:

Não posso, pelo menos por enquanto, mandar chover maná sobre as páginas pagas de sua revista, por uma razão muito simples: nada tenho programado para o interior de S.Paulo, a não ser anúncios de automóveis (Mercedes-Benz) para jornais. Além [sic], Araraquara nunca existiu, nunca foi descoberta. Agora sim, com a inspiração bandeirista do baiano, é capaz que venha a ter alguma importância futura.

Ou seja, enquanto convivia com a mais seleta intelectualidade internacional em seu exílio parisiense e posteriormente em países socialistas, *Flama* lhe parecia obra insignificante, de alcance restrito, editada em uma pequena e obscura cidade do interior paulista, e portanto não considerava importante ou possível promovê-la. Nessa peculiar sociabilidade política e literária, apesar dos elogios mútuos,

expressos em cartas e prefácios, auxílio à publicação e divulgação de obras, também houve espaço para reticências e evasivas, porém independente delas, o vínculo de amizade foi mantido .

O Conselho Mundial pela Paz, entidade internacionalista fundada pelo governo soviético em 1949, reunia simpatizantes da esquerda de tendências diversas e pautava também a revista *Flama* inclusive com a referência a Jorge Amado, que havia publicado uma obra específica sobre o tema, *Mundo da Paz*, posteriormente renegada pelo seu autor quando se distanciou do stalinismo por considerá-la excessivamente colada às diretrizes do partido. *Flama* ecoou essa pauta que se manifestava por meio de organizações diversas, entre elas Movimento Nacional pela Proibição de Armas Atômicas (1950) e Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz (1951) além do referido Conselho que visava denunciar principalmente a Guerra da Coreia e o imperialismo norte-americano. O conflito despertava a convicção da iminência da Terceira Guerra Mundial e a aliança entre Brasil e Estados Unidos sinalizava a possibilidade de formação de um corpo expedicionário brasileiro.

De duração efêmera, no entanto *Flama* logo atraiu a atenção dos órgãos da repressão. Não admira que externando as principais campanhas do partido na época, a revista não tenha passado ileso perante a censura. O prontuário Clóvis Steiger de Assis Moura⁸ revela que a publicação se tornou objeto de suspeita e investigação em 1952, quando a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo localizou o editor. Na verdade, a investigação ocorreu no âmbito de uma determinação do delegado auxiliar do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) ao delegado de polícia regional de Araraquara, em junho de 1952, para que realizasse “investigações reservadas nessa cidade, a fim de averiguar quais os elementos de mais destaques que se dedicam às atividades comunistas”. A investigação estendeu-se à Bahia, de onde veio a informação de ser Moura “*leader comunista*”, secretário do comitê municipal do PCB em Juazeiro e candidato de Prestes à Câmara Federal em 1947, pela legenda do PSB, cujo registro foi cassado pelo Tribunal Eleitoral Regional⁹. Foi identificado por

8 Prontuário n. 81.327, DEOPS, São Paulo. APESP.

9 Ofício do Delegado Auxiliar do DOPS ao Delegado Regional de Polícia de

meio de relatório reservado da Divisão de Informações, que informava também ser a revista por ele dirigida “de fundo de caráter comunista”¹⁰. A investigação estendeu-se a Maria do Rosário e a João Evangelista Ferraz, relacionado com Hermes Valente, “velho militante comunista” da cidade¹¹ e revela que desde o tempo em que residia na Bahia, Moura era monitorado em razão de sua proximidade do PCB, mas a partir da atividade com a revista, passou a ser “mantido em constante vigilância com relatório”.

A malha da investigação estendeu-se à família Moura, e foi por meio dela constatado serem ambos filhos de Francisco de Assis Moura, funcionário da Recebedoria de Rendas, todos originários da Bahia e residentes em Araraquara. Merita trabalhava também nessa repartição pública federal, “lugar este arranjado para ela pelo próprio chefe da referida repartição federal”. A investigação esbarrou assim em um funcionário federal que provavelmente era reputado idôneo e alheio à política. Tanto que a investigação não prosseguiu com a costumeira busca e apreensão, pois segundo os agentes encarregados, o delegado da Polícia Regional os dissuadira dizendo que

(...)seria tempo e trabalho perdido, porquanto nada iríamos encontrar, pois o mesmo traz constantemente os elementos vermelhos ali residentes em observação. Adiantou-nos ainda aquela autoridade que os mesmos estão quietos e fora de atividade(...).

Ou seja, os investigados não atuavam no meio sindical, que despertava muito maior interesse da polícia pois o PCB, em aliança

Araraquara, São Paulo, 2/7/1952, n. 50-Z-142-339-B e Informe do Serviço de Informações do Departamento de Ordem Social, São Paulo, 10/5/1972. APESP.

10 Informe n. 2.028/75-DSS, DEOPS, São Paulo. APESP; Informe n. 1.719/76, Prontuário 81.327, DOP, São Paulo. APESP; Informe SS - 4-/468 de 18 de 12/12/1953 do delegado Chefe do Serviço Secreto ao Delegado Regional de Polícia de Araraquara. APESP, 150-Z -142-183-443-3.APESP.

11 Posteriormente, na década de 1970 ,foi identificada no mesmo prontuário a proximidade de Clóvis Moura em relação ao PC do B (como colaborador) e de seu dirigente Pedro Pomar, na época jornalista de O Movimento. Em 1980, Clóvis, sua filha Soraya Moura e José Carlos Gianini aparecem associados no prontuário ao CIPES (Centro de Intercâmbio de Pesquisa e Estudos Econômicos e Sociais).

tácita com o PTB, a partir de 1952 intensificara sua atuação em movimentos grevistas.

Duas outras informações relevantes surgem nesses documentos: a ausência de Clóvis Moura da cidade - indício de que provavelmente continuava residindo na capital do Estado - e a afirmação de que “não exerce profissão alguma”, ou seja, o jornalismo não era considerado profissão pelos órgãos policiais¹². Foi incorporado ao seu prontuário um exemplar do primeiro número da revista, porém na ocasião ela já deixara de circular, provavelmente em decorrência de dificuldades financeiras.

Encerrada a iniciativa de uma revista cultural que deveria circular no interior do Estado de São Paulo, Moura permaneceu atuante na rede de publicações do PCB como redator e chefe de reportagem do jornal *Notícias de Hoje* entre 1953 e 1954, tanto que teve seu aniversário registrado pela redação do jornal :

Aniversaria hoje o nosso companheiro de redação Clóvis de Moura, jovem talentoso, estudioso dos problemas de nossa história, poeta de recursos, de reputação firmada no seio da intelectualidade de vanguarda, Clóvis é ao mesmo tempo um combativo homem de imprensa, que se colocou a serviço das lutas patrióticas¹³.

Os “ ecos do aparecimento de *Flama*”, segundo a revista divulgou, foram registrados nos jornais *O Estado de S. Paulo*, da capital, de 18/12/1951 e *Correio de São Carlos*, que circulava na cidade vizinha a Araraquara. A revista exerceu a missão de informar e obter credibilidade dos leitores para a pauta do partido na época.

12 DOPS, Serviço Secreto, Prontuário de 11/06/1952, informe n. 1.719/76. Ver especialmente o documento sobre investigações procedidas em Ibitinga, Borborema, Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Bálsamo, Catanduva, Tanabi, Cosmorama, Monte Aprazível, Nova Granada e Araraquara em torno das atividades comunistas. (11/6/1952), APESP.

13 Sociais. *Notícias de Hoje*, São Paulo, 10 jun.1954.

A constelação baiana

Vivaldo e Epaminondas, os irmãos Costa Lima, amigos de Clovis desde os anos de juventude em Salvador, mantiveram com ele vínculos sólidos que resistiram ao passar do tempo e aos percalços . Muito embora separados geograficamente, conservaram ao longo da vida laços intelectuais e afetivos nucleados na capital baiana e espaiadas em diversas redes de sociabilidade. Luís Henrique Dias Tavares completa esse pequeno grupo originariamente constituído em torno do PCB e do jornalismo.

A saída de Moura da Bahia em 1950 e sua fixação em São Paulo não alteraram os pontos de interesse em comum: com Vivaldo e Luís Henrique, os estudos sobre o negro; com Epaminondas, a veia poética. Por meio dessa interlocução alcançou inserção no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), que teve desdobramentos importantes para sua vida de pesquisador. Por outro lado, a atividade poética levou-o às portas da Academia de Letras da Bahia (ALB).

O CEAO, vinculado à Universidade Federal da Bahia e apoiado pela Prefeitura Municipal de Salvador, foi fundado em 1959 pelo professor português Agostinho da Silva (Porto, 1906-Lisboa, 1994) como instituto de pesquisa voltado para o estudo da África e de suas relações com o Brasil. Com trânsito no Itamarati, este professor exerceu influência sobre a política externa brasileira em relação à África nos anos 1950 e 1960 . Ao chegar à Bahia, em 1959, Agostinho tinha como objetivo “aprofundar o conhecimento, em nível universitário, das culturas africanas e asiáticas, empenhando-se, por

outro lado, na pesquisa das influências dessas culturas no Brasil”. Para isso, propunha-se a realizar estudos, acolher alunos e professores em intercâmbio com os nascentes Estados que surgiam no contexto da descolonização. Foram então criados os setores de Sociologia, Antropologia, História, Geografia e Linguística, que passaram a atuar por meio de cursos, conferências, exposições e intercâmbio de professores e alunos (CENTRO DE Estudos Afro-Orientais, 1965, p. 125).

Um dos primeiros professores enviados à África foi Vivaldo da Costa Lima, que coordenava o setor de Estudos Antropológicos e Sociológicos do CEAO e se especializara em estudos sobre o candomblé na Bahia, que frequentava com devoção, tanto que chegou a tornar-se ogã do terreiro de mãe Senhora. Nascido em Feira de Santana na Bahia em 1925 portanto da mesma idade de Moura, sua primeira formação foi na área médica, mais especificamente na Escola de Odontologia da Universidade da Bahia, mas abandonou a profissão de cirurgião-dentista para dedicar-se à Antropologia e fixou-se em Salvador em 1954 após período de especialização naquela área no Rio de Janeiro. Sobre seu retorno a Salvador, o pesquisador da UFBA Jeferson Bacelar traça um quadro bastante instigante desse “boêmio e andarilho dos bares e das ruas de Salvador”, erudito e bibliófilo:

Novos tempos, novo olhar. A cidade conservadora era abalada pela intensa efervescência cultural, com uma nova geração de produtores de ciência, arte e boemia, capitaneada pela Universidade do Reitor Magnífico Edgard Santos. A Odontologia começava a perder seu jovem discípulo, direcionado cada vez mais para a Bahia pobre e negra, africana, mítica e mística. Para as suas andanças pelas ruas tortuosas, íngremes de “cabeça-de-nego”, para a cidade antiga, com seu arruinado, mas resplandecente barroco, com seus casarios plenos de pobres, párias e putas (BACELAR, 2007, p. 12).

Tornou-se professor da UFBA, onde fez carreira e alcançou grande prestígio nacional e internacional, que se traduziu em inúmeras conferências e estágios no país e no exterior sobre o mundo religioso do candomblé jeje-nagô e estudos afro-brasileiros. Em 1960, logo após a criação do CEAO, seguiu para trabalhar por dois anos como Leitor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na Universidade de

lfé, na Nigéria, no contexto em que ocorreu a instalação da embaixada do Brasil nesse país (1962). Paralelamente, desenvolveu estudos sobre a cultura local .

O convênio prosseguiu com o envio de novos membros do CEAO, os professores Yeda Pessoa de Castro e seu esposo Guilherme de Souza Castro que em 1962 estiveram na Nigéria, seja ministrando aulas de Língua e Literatura Brasileira, seja estudando descendentes de expatriados brasileiros, os escravos libertos conhecidos como retornados que ali se estabeleceram (CASTRO, 1995,). Em 1964 foi a vez do professor soteropolitano Waldir Freitas de Oliveira(1927-), do setor de Estudos Geográficos do CEAO, fazer visita a Angola, na época ainda “província ultramarina de Portugal” a convite do governo português. Por uma semana, conforme relatou em suas impressões, notou com surpresa a desproporção de nível econômico, social e cultural entre negros e brancos em Angola. Registrou esse impacto que destruía as expectativas de ali encontrar uma sociedade em que os negros tivessem posição mais digna:

Não há, pois, como negar-se que o elemento negro em Angola vive terrivelmente inferiorizado em relação ao branco. Este constitui a classe privilegiada, possui a riqueza e o comando da vida econômica, política e administrativa da colônia.

Chocado com tais condições da sociedade angolana, não podia deixar de compará-la com a sociedade da Bahia, que evidentemente não era igualitária, mas o motivara a buscar uma África idealizada. A comparação entre as duas realidades norteou sua breve visita e o levou a concluir que em Angola o colonizador português fracassara “por não haver conseguido construir a sociedade multirracial existente hoje no Brasil” (OLIVEIRA, 1965, p. 35). Sua observação da sociedade desse país era calibrada por sua formação em Direito, Geografia e História obtida na Bahia, além de Geografia Humana e Econômica, na Universidade de Estrasburgo, na França. Assumiu a direção do CEAO com a saída de Agostinho em 1961 e nesse cargo permaneceu até 1972.

Na década de 1960 esses professores ocupavam lugar destacado no Centro, exerceram sucessivamente sua direção e podem ser

considerados agentes de uma política cultural de aproximação da Bahia com o continente africano. A instituição prosseguiu suas atividades com estágios de professores nos dois lados do Atlântico e recepção de estudantes, com interesse centrado na África Negra, no contexto da descolonização que estimulava a identificação com os povos africanos, o cultivo da solidariedade, o resgate de um passado penoso e a construção de um futuro melhor que o presente.

Internamente, embora os relatos desses tempos épicos de intercâmbio sejam, como natural, homogeneizadores de conflitos, a realidade comportava rivalidades e competição entre docentes e destes com a direção da universidade. Como sempre, a documentação não oficial revela meandros de bastidores que enriquecem a narrativa ao matizar as relações interpessoais e interinstitucionais, que aconteciam em ritmo efervescente. Cartas enviadas pelo pesquisador e docente da UFBA Pierre Fatumbi Verger (Paris, 1902-Salvador, 1996) ao amigo Vivaldo da Costa Lima e por este publicadas na revista *Afro-Ásia* são de grande interesse para a compreensão das relações diplomáticas em jogo, do mundo acadêmico e de suas relações com o mundo do candomblé. Escritas durante estadias de Verger na Bahia, em Nigéria, Daomé e Gana de 1961 a 1963, para a realização de pesquisas, revelam nas palavras de Vivaldo, “com engenho e bom humor” os meandros da vida dos dois pesquisadores na África e no Brasil.

Mais ainda, a correspondência esclarece a inserção dos pesquisadores do CEAO no mundo do candomblé de Salvador, que não apenas estudavam, mas de que participavam ativamente, de modo que essas vivências com os orixás sobrepujavam-se e norteavam suas pesquisas. Verger e Vivaldo em seu trabalho pioneiro viam-se a braços com a enorme quantidade de informações que conseguiam acessar nos países africanos e seriam posteriormente compiladas em livros e outras publicações. Na escrita saborosa de Verger o contato com a África negra era extraordinariamente rico: “Estou meio afogado dentro de todos os papéis meus e vós nadando com energia para sahir deste assunto e terminar o trabalho”. Ou ainda: “Estou trabalhando o tempo todo para me livrar das várias arrobas de papéis que enchi de notinhas”; “depois disso serei livre de novo” (respeitada a grafia original).

As relações entre o reitor da UFBA e o CEAO nesses tempos de implantação do Centro nem sempre foram fáceis, embora o discurso oficial tenha sido o de céu azul, como seria de se esperar. Mas em privado, Verger demonstrava as resistências encontradas, que com possível exagero assim descrevia a Vivaldo, então na África :

Ele, o Magnífico, parece mesmo ficar irritado diante da possibilidade de alguém se interessar por pessoas de cor e pretos em específico... então o CEAO lhe deve parecer uma espécie de pesadelo... uma coisa inoportuna, pelo menos... (CARTAS DE PIERRE VERGER, 2007,p. 241).

Idêntica resistência Verger relatou sobre o acolhimento dos estudantes africanos bolsistas. Descontados os exageros desse noticiário, é importante registrar fricções internas para se compreender resistências à ida de Clóvis Moura ao CEAO, como se verá.

Em 1961, em decorrência de mudança na política externa do Brasil no governo do presidente Jânio Quadros, Agostinho da Silva deixou a direção do CEAO, que passou a ser ocupada por Waldir Freitas de Oliveira. Uma vez estabelecido e implementado o programa de ação do Centro, foi criado em 1965 seu porta-voz, a revista *Afro-Ásia*, onde foram publicados resultados de pesquisas, documentos, resenhas e noticiário. O periódico surgiu seis anos após a criação do Centro, cuja existência justificava-se pelo intuito de “alcançar um melhor conhecimento das realidades africana e asiática”, bem como sua difusão no Brasil e na América Latina, conforme assinalado em seu número inicial.

Por essa época o contato de Clóvis com Vivaldo foi reatado, com o envio de seu livro de poesia *O Espantalho na Feira*, dedicado a este amigo, início de correspondência bastante espaçada entre eles. Em Salvador, Vivaldo retornara de viagem a Gana e Daomé, não havia ainda lido *Rebeliões*, e seu interesse fora desperto para novo tema de pesquisa, a cultura material expressa na cozinha afro-baiana do ponto de vista etnológico. Empenhava-se também em uma revisão dos clássicos, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, que Moura consultou quando começou estudos sobre o negro no sertão do São Francisco. Assinalou em tom de cumplicidade ao amigo: Ramos “foi uma das figuras de nosso autodidatismo, V. se lembra? Quando V. bolava um ensaio de

interpretação de nossa cultura”. O revisionismo alcançava também Gilberto Freyre e procurava expurgar as pesquisas de “saudosismos” e “imaginação”. Antigas vivências afloram na correspondência trocada nessa época, onde passagens da vida em comum foram revisitadas e indicam o quanto ambos estiveram próximos na década de 1940:

Lembre-me à sua Mãe e ao velho Moura. Sua irmã está aí? E a menina (já ia escrevendo a garota, Silvinha) [provavelmente se refere a sobrinha de Clóvis], deve estar moça... A chegada atrasada em Juazeiro da Lordeza, rua do Apolo, depois do cinema e a ilha do Fogo... E o velho Moura, e o rio...”



Imagem 11 - Capa do livro *Espantalho na Feira*. Arquivo pessoal da autora.

Reminiscências de um encontro ocorrido em Juazeiro nos anos de mocidade, quando Moura ali residia. E de outro ainda, desta feita em São Paulo, onde, recordou Vivaldo, em 1950, Clóvis foi a um Congresso, provavelmente da ABDE, e passou frio “nos seus linhos baianos”. Ou seja, o vínculo amistoso ordenado pelas referências da baianidade foi reavivado e daí em diante o contato manteve-se, embora intermitente. Lacunas de contato são intuídas porque Moura queixava-se a outros amigos de não receber respostas das missivas que enviava a Vivaldo. Até que, em 1970, em carta alentada datada de Salvador em 25 de setembro de 1970 Vivaldo manifestou desejo de esclarecer em conversa ao vivo assuntos pendentes que qualificou como “desconfianças pequeno-burguesas”. Acrescentou um convite a Moura para que viesse à Bahia, participar de uma atividade no CEAO e ficar um tempo na cidade. O tom era de renovação de amizade, cuja solidez pode ser medida pela oferta de hospedagem a ele em sua residência e que se desdobrava no convite para atividade acadêmica. Venha, disse.

Mande dizer quando poderá ser isto, para eu preparar um esquema universitário que justifique “oficialmente” um convite formal para uma palestra sua aqui ou um “seminário” sobre o assunto do messianismo (grifô original) nos termos em que v. o entende. Arranjei as coisas aqui no CEAO e V. ficará hospedado comigo, com tempo e livros à sua disposição para uma revisão do assunto que o interessa tanto e também a mim.

Na verdade o tema do messianismo era uma das constantes nas reflexões de Moura e já havia sido abordado por ele em estudos anteriores publicados em artigos, mais alentadamente no livro *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, publicado em 1964. Mas ao delimitar o tema, Vivaldo clarificava o que interessava ao Centro ouvir, e não se tratava das rebeliões ou dos quilombos que haviam se tornado o objeto principal de pesquisa de Moura. Generoso, colocou sua biblioteca à disposição do amigo e sugeriu entre outros autores, Eric Hobsbawm, sinal de proximidade de um giro historiográfico significativo no campo teórico do materialismo histórico.

Na época Moura lutava para conseguir segunda edição de *Rebeliões* e reescrevia o livro em meio à peregrinação às editoras. Por

essa razão, o diálogo com Vivaldo girou em torno da sociedade secreta dos Ogboni e seu eventual envolvimento nos levantes de escravos islâmicos de 1835. A revista *Afro-Ásia* divulgou nos anos 1960 pesquisas sobre o tema, entre eles o artigo de R. Reichert sobre os documentos escritos em árabe constantes do Arquivo do Estado da Bahia e Vivaldo o informou dessa importante publicação. Finalmente, se empenhou em desfazer a má impressão causada por suas reticências, sendo “amigo, velho e certo”, como assinou, reatando inclusive a ponte com seu irmão Epaminondas, de quem forneceu a Clóvis o endereço em Salvador.

Desde 1973, passaram a ser registrados intensos contatos de Moura com o CEAO, especialmente com Waldir Freitas de Oliveira e Guilherme de Souza Castro. A eles enviou *Rebeliões*, recém reeditado, pois o livro era sua apresentação, seu cartão de visitas entre intelectuais e o mundo acadêmico que passara a cotejar. Para Waldir, foi o primeiro contato com a obra. Respondeu com a promessa de escrita de um “pé-de-página” sobre ela para o jornal *A Tarde*, “analisando-a e acentuando o seu valor para os estudos sobre o Negro Brasileiro”. Parecia não ter restrições ao seu conteúdo, antes concordância, embora com sutileza assinalasse tratar-se de posição teórico-metodológica não hegemônica no CEAO, pois “tais estudos vão sendo sistematicamente desprezados entre nós talvez pelo receio de que aflorem para o conhecimento geral, certos fatos e noções sobre os quais se pense não se deva falar”. Ainda vigorava a censura no país e as interpretações marxistas da História encontravam resistência, é o que se deduz nas entrelinhas. Relatou ainda as dificuldades pelas quais passava o Centro, que “vai definhando, completamente neutralizado na sua ação de vanguarda, por uma burocracia esterilizante, a mais importante arma da atualidade contra os intelectuais que dependem dos cofres públicos”. Concordava com Moura sobre a “necessidade de uma ação urgente neste campo de investigações. Talvez muitos outros reconheçam essa urgência, mas prefiram calar-se. E de nada adianta protestar”. Prova dessa situação era a interrupção da revista *Afro-Ásia*: “Nem a ‘onda africana’ da atualidade foi suficientemente forte para salvá-la”, lamentou¹.

1 Ofício 91/73 de Waldir Freitas de Oliveira a Clóvis Moura, Salvador, 7 de maio de 1973, Arquivo CEAO.

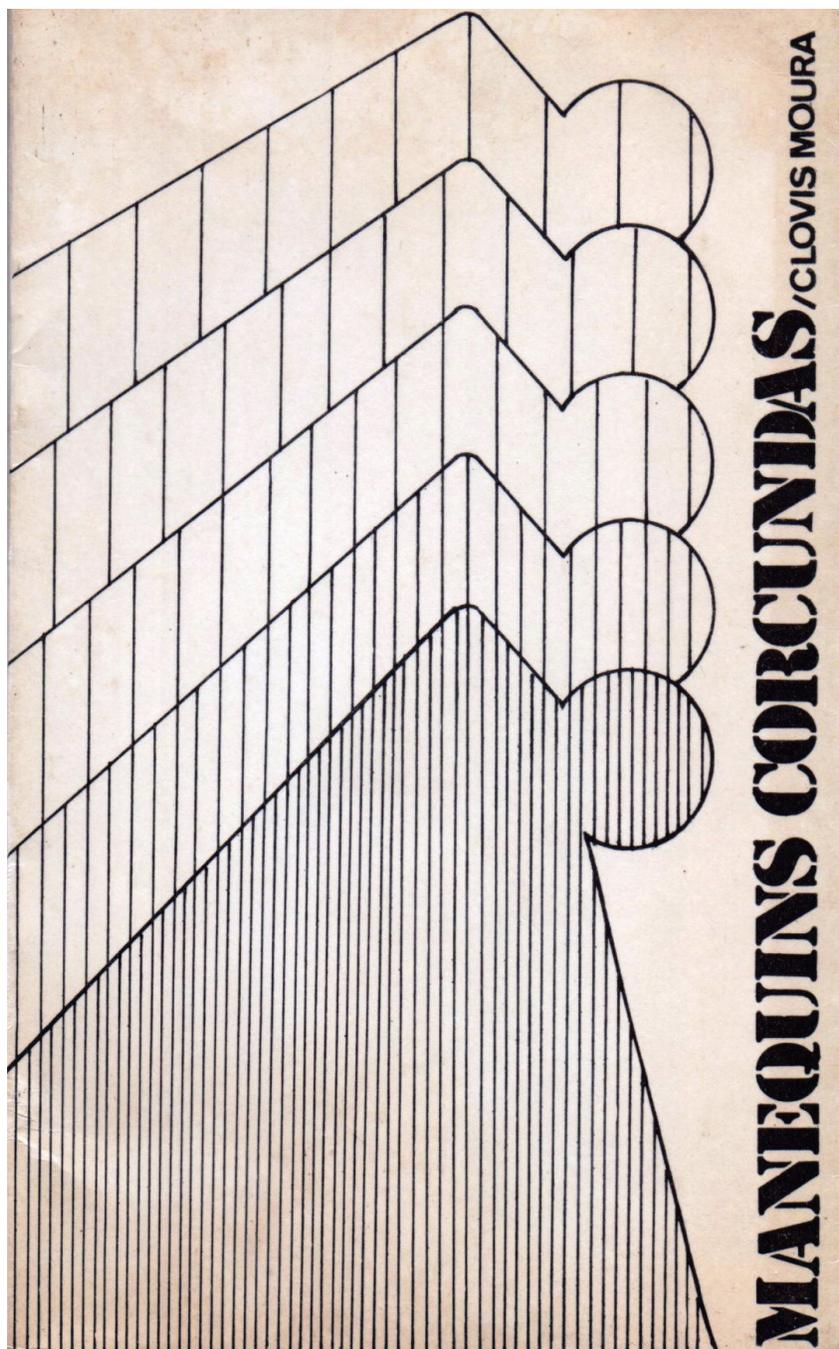


Imagem 12 – Capa do livro *Manequins Corcundas*. Arquivo pessoal da autora.

CLÓVIS MOURA

Manequins corcundas

Ào
Waldir Freitas com a amizade
fraternal do poeta



IMPRESSORA
MOURA W. L. A.
JURACIA W. PALMA

Clóvis Moura
Salvador, 11/
11/
92

Imagem 13 – Dedicatória do livro *Manequins Corcundas* de Clóvis Moura para Waldir Freitas de Oliveira. Arquivo pessoal da autora.

Dacar - O ano senegalês

Entre 7 e 14 de janeiro de 1974 realizou-se em Dacar um evento de que Clóvis participou juntamente com outros membros do CEAO . Promovido pelo governo do Senegal, o Colóquio sobre Negritude na América Latina trouxe para ele a oportunidade de participar de debates acerca desse conceito. Sua participação resultou do contato estabelecido com o professor René L.F.Durand desde 1971 muito provavelmente com a intermediação dos amigos do CEAO. De início enviou-lhe um exemplar de *Rebeliões*, para se fazer conhecer pelo diretor do Centro de Altos Estudos Afro-Ibero-Americanos da Universidade de Dacar. Junto com o volume, fez chegar a ele o desejo de entrar em contato com essa universidade, o que veio a se efetivar no decorrer do ano seguinte, quando a segunda edição de *Rebeliões* finalmente ficou pronta e foi enviada. Já estavam em andamento os preparativos para a realização do Colóquio e Durand acolheu muito favoravelmente a demanda de Clóvis para “facilitar-lhe uma viagem ao Senegal” . Não seria apenas para o Colóquio pois a solicitação incluía uma temporada mais longa, para a realização de pesquisas, conforme desejo do interlocutor brasileiro a ele expresso. O arranjo incluiria também a ministração de algumas aulas na universidade. Mas faltavam verbas e para superar o obstáculo foram feitas gestões para que a embaixada do Brasil no Senegal custeasse as despesas da viagem. A universidade garantiria a hospedagem, cabendo a Moura prover sua própria alimentação. Diversas cartas enviadas por Durand a Clóvis Moura em 1971 e 1972 permitem acompanhar as negociações.

Afinal tudo arranjado para a viagem, Moura enviou o texto de sua comunicação a Durand, que a considerou “trabalho notável” e adequado ao evento, cujos temas eram: Aportes das civilizações africanas à América Latina (vida social, religiões, folclore, literatura, artesplásticas,música,artesculinárias,linguística,medicina);Negritude e indigenismo; O papel do negro na emancipação da América Latina. Dentre eles, o escolhido por Moura foi *O papel do negro na emancipação da América Latina*, que motivou as 26 páginas de sua comunicação assim intitulada, conforme texto datilografado existente em seu arquivo e

posteriormente publicado em *O Negro: de bom escravo a mau cidadão* (1977).

Segundo esse documento, a exposição programada por Moura desenvolveria a tese de que na História da América Latina colonial o negro atuou “procurando abrir o leque das alternativas ao rumo da emancipação nacional e continental”. Examinado em comparação com sua obra já publicada, trata-se de uma síntese, cujo ponto central consiste na análise da rebeldia escrava no contexto da sociedade escravista brasileira . Ou seja, uma crítica à tese da abolição como movimento branco e afirmação da ação violenta de rebeldia do escravo que resultou no fim do cativeiro. Na época já direcionado para o desenvolvimento da teoria dos “movimentos projetivos”, Clóvis criticou e excluiu da interpretação do processo da emancipação “aqueles negros que conseguiram pessoalmente através da mobilidade social vertical, colocar-se em posição de privilégio dentro das estruturas oligárquicas, aceitando os seus valores”. Teriam eles se associado a forças conservadoras, aos valores tradicionais, tornando-se incapazes de estabelecer um movimento para o futuro, após a abolição.

Inspirado pelas teses do PC do B e dos movimentos armados que se desenrolavam no Brasil na década de 1970, tal como a Guerrilha do Araguaia, Clóvis afirmou nesse texto que somente a participação da “massa negra” nos processos de emancipação (movimentos projetivos) da América Latina foi transformadora, e poderia no futuro fazer sua libertação dos “vínculos coloniais e da dependência do capital monopolista internacional”. A conclusão era um claro apelo à sociologia da *práxis* em contraponto ao conhecimento acadêmico sobre o negro no Brasil, tese que desenvolveria nas obras *Sociologia da Práxis*, *Sociologia do Negro Brasileiro* e *Sociologia posta em questão* .

Antes da viagem, fez rufar os tambores do jornal *A Folha* de São Carlos, de que era diretor, para divulgar o empreendimento, ao qual atribuía grande relevo, pois o colocaria em contato com a África dos ancestrais². A primeira notícia sobre a recepção à sua fala por parte dos participantes do evento veio de Durand que lhe agradeceu a participação e fez uma sutil referência à sua saída intempestiva da

2 Clóvis Moura a caminho do Senegal. *A Folha*, São Carlos, 15 nov.1973 ; Clóvis Moura participará de Congresso. *Idem*, 17 nov.1973.

cidade antes do tempo previsto, que parece tê-lo surpreendido. De fato, Clóvis retornou ao Brasil inopinadamente. Sua primeira manifestação ao chegar foi uma carta com data de 3 de fevereiro de 1974, enviada a Guilherme Souza Castro, num tom de conversa retomada, ou mesmo de prestação de contas: “Cheguei. Vivo. Com todos os ossos nos lugares. Para alívio do anfitrião (Rosiev), o reumatismo não permitiu que ficasse mais tempo em Dacar”. A menção à chegada “vivo” alerta para o embate que ali ocorreu e do qual participou ativamente. Parecia ter se desgarrado de Vivaldo, de quem pediu notícias ao amigo comum e, tecendo novos enredos, não deixou de lembrar Guilherme da “promessa”, que o motivava a aguardar instruções para viagem a Salvador. A saída precipitada de Moura causara comoção, segundo Guilherme, que ao externar alívio por sabê-lo são e salvo no Brasil reforça a suspeita de querela. Assim se expressou em carta enviada de Salvador, em 11 de fevereiro de 1974 :

Ainda bem que você chegou . E está vivo. Ontem ou anteontem - comentava eu com Yeda, minha mulher, que estava meio preocupado por não saber que fim você tivera depois de chegado ao Brasil. Nossa última conversa, em Dacar, especulando sobre possíveis consequências daquele “embroglio” no Colóquio, me deixou com alguma preocupação quanto à sua “saúde” institucional ...

“Saúde institucional” parece um eufemismo usado para abordar a situação em que Moura colocou se ao romper o compromisso assumido de ficar no Senegal por algum tempo e que implicava concessão de verbas oficiais. Uma pista que pode ser percorrida com segurança está no relato que deixou dessa experiência senegalesa. De sua leitura pode-se inferir que em contato com outros pesquisadores ele despertou para o questionamento do conceito de Negritude, o que não lhe havia ocorrido fazer explicitamente em sua comunicação. O movimento da Negritude surgiu na década de 1930 em torno da revista *Légitime Défense* criada por estudantes antilhanos e sustentado posteriormente por outros grupos de estudantes que procuravam divulgar a existência de uma cultura africana. Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Senghor lideraram o movimento que divulgava em poesia e prosa a civilização africana negada pelos colonizadores

européus. O movimento provocou reações de intelectuais negros críticos dos vínculos desses ativistas com a cultura europeia.

O relato publicado por Moura em jornal e enviado ao anfitrião Durand sugere ter ocorrido confronto com a intelectualidade acadêmica, atitude que se tornava cada vez mais radical e frequente em seus escritos. Mais especificamente, expressou um duelo com Abdias do Nascimento e sua atuação no Teatro Experimental do Negro (TEN) sobre o protagonismo do movimento negro no Brasil. De fundo altamente politizado, o artigo discute a validade do conceito de negritude como “categoria científica no quadro das Ciências Sociais”, apresentando dialeticamente duas posições contrárias expressas durante o Colóquio. Uma, que qualificou de estereotipada por conceituar a negritude “apenas como uma atitude dos negros face ao mundo dos brancos”, um “conceito a ser estudado, nunca uma ideologia para ser vivida”. Em contraposição, propunha nova interpretação da negritude enquanto

(...) a possibilidade de ser usada como instrumento do conhecimento e ação no processo de transformação de uma realidade problemática. Porque se a negritude é apenas uma atitude de revolta inconsciente e vaga de negros frustrados no mundo dos brancos, então não tem nenhuma validade científica, perdendo-se entre as milhares de vozes sem eco no imenso deserto do protesto social não racionalizado.

Apoiado em Hans Freyer (“só sabe algo sociologicamente quem quer algo socialmente”), o texto vai num crescendo de radicalização da crítica ao Colóquio para dizer que não se tratou de uma reunião sobre o negro mas sobre a negritude relacionada à América Latina. Nesse diapasão, Moura passou a atacar com todas as letras os que “desejavam um encontro ‘higienizado’, segundo a expressão de Nicomedes Santa Cruz, do Peru”, que teve a oportunidade de ouvir e com ele debater em plenário. O relato sugere que deve ter havido confronto de posições, e não sem boa dose de agressividade contra os que “queriam o negro como objeto de estudo sociológico ou antropológico para enriquecimento aos seus conhecimentos acadêmicos” daqueles “sábios acadêmicos” que “se aproveitam do

problema do negro para teses de doutoramento como se estivessem fazendo pesquisas com a ‘*Drosophila Melanogaster*’ “ [sic].

Após ter solicitado com insistência à Universidade de Dacar que lhe financiasse a ida ao Colóquio, Clóvis expressou-se de modo inflamado contra o tom geral do colóquio e o posicionamento do presidente do Senegal:

A negritude nasceu de um protesto intelectual de negros de formação cultural europeia. Tomando conhecimento da diferença e da inferiorização que os europeus impunham à sua ‘raça’, escritores como Aimé Césaire, L. Sédar Senghor e outros, aproveitando-se, inclusive, de ritmos políticos brancos (Césaire aderiu ao surrealismo) iniciaram o movimento chamado negritude e que, em última instância era um movimento europeu. Isto correspondia ao grau de conscientização que essas elites tinham da sua problemática, ainda embrionariamente, sem um horizonte projetivo clarificado e definido. Esses intelectuais transformaram-se, assim, de um lado em camada consciente da opressão que sofriam como negros letrados mas, ao mesmo tempo, não incorporavam o seu protesto estético ao projeto social passivo e algumas vezes ativo de milhões de negros africanos, que, sob as condições do colonialismo sobreviviam explorados na África Negra (MOURA, 1974a).

A referência aqui utilizada para a delimitação do campo adversário foi o movimento cujo foco incidia sobre o entendimento de negritude como cultura e identidade no contexto africano. Essa crítica foi um pouco amenizada por Clóvis ao dizer que Senghor foi capaz de ajustar seu protesto estético ao movimento político. No entanto, foi extremamente polêmica por atingir o presidente do país que o acolhia, intelectual e político de grande prestígio, que mantinha relações amistosas com o Brasil e especialmente com a UFBA. Léopold Sédar Senghor (1906-2001) originário de família de comerciante abastado do Senegal, teve acesso à educação formal que se estendeu a estudos em Paris, onde entrou em contato com o martinicano Aimé Césaire e Léon Gontran Damas, da Guiana Francesa. Desenvolveu carreira acadêmica na França, onde produziu escritos de filosofia e poesia. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi aprisionado pelos alemães e no cativeiro escreveu o célebre *Hóstias Negras*. Após a liberação, engajou-se na política do Senegal e elegeu-se deputado na Assembleia Nacional francesa entre 1946 e 1958, onde se empenhou

pela independência do seu país, então colônia da França. Após a independência do Senegal, tornou-se seu presidente de 1960 a 1981, apoiado pelo Partido Socialista Democrático. Com esse apoio tentou melhorar as condições de vida da população mediante programa de reformas. Visitou o Brasil várias vezes e recebeu em 1964 o título de doutor *honoris causa* pela UFBA.

A contenda de fato era desproporcional. Porém Moura afirmou sua independência, não recuou e prosseguiu nos ataques aos que não compartilhavam sua posição política. Provavelmente inspirado pelas apresentações que teve a oportunidade de ouvir, ao abordar a situação do Brasil lembrou-se dos “movimentos de negros” que desde a abolição, sem vinculação com o conceito de negritude, lutaram pela ruptura de “barreiras que marginalizavam o negro brasileiro”.

Finalmente, já esquecido o texto da comunicação, Moura passou a atacar no artigo publicado seu adversário principal nesse duelo, e talvez o alvo preferencial desde o início escolhido, Abdias do Nascimento, o grupo do TEN e o Instituto Nacional do Negro que seriam a seu ver expressão da “aristocratização da negritude”, de uma elite negra que visava difundir nos negros estilos de comportamento de classe média e superior. O porta-voz desse grupo, nos anos 1948-1950 foi o jornal *Quilombo* no qual colaboraram diversos intelectuais com os quais Moura teve contato: Arthur Ramos, Edison Carneiro, Carlos Drummond de Andrade, além de Roger Bastide e Gilberto Freyre, e sobretudo aquele que foi considerado um dos principais teóricos dessa corrente, Guerreiro Ramos, sociólogo e ativista do Teatro Experimental do Negro (TEN)(NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2003).

O tiroteio se encerrou no artigo com a afirmação da “negritude dinâmica” que seria para ele o saldo positivo do evento nesse balanço sobre o significado do conceito que, conforme sua concepção, deveria implicar ação revolucionária. Finalizou com o apoio à posição de Alioune Sene, ministro da cultura do Senegal, cuja proposta de negritude no contexto do Terceiro Mundo considerou compatível com a sociologia da práxis. Alioune Sene (1932-2005) entrou para o governo do Senegal em 1969 como secretário de Estado da informação e tornou-se ministro da cultura e da informação em 1970. Licenciado

em Direito, diplomado em Ciências Políticas, foi conselheiro em política exterior, membro do gabinete da Presidência da República e embaixador. Difícil avaliar a repercussão da polêmica no Brasil e especialmente no CEAO, mas deve ter ali respingado, como sugere a carta de Guilherme acima abordada. Segundo a memória oralmente transmitida e não oficial, o motivo da volta intempestiva e antecipada de Moura teria sido a polêmica que criara.

O certo é que logo após o retorno ao Brasil, Clóvis recebeu outra carta de Guilherme, cumprindo a mencionada “promessa” feita durante a viagem a Dacar, a qual parece ter sido um convite para Clóvis participar da II Mostra do Filme Etnográfico - o Negro, no Simpósio sobre a Imagem do Negro na Sociedade Brasileira a realizar-se no CEAO entre 3 e 7 de julho desse mesmo ano de 1974. Convite formalmente feito e aceito, faltava porém o provimento dos recursos, que a UFBA tardava em liberar. Tanto que em maio do mesmo ano ele assim se manifestou ao diretor do CEAO: “guardo suas ordens esperando que a cornucópia da Universidade passe sobre o Centro inundando-o de ‘possibilidades’”. Mas ao mesmo tempo e talvez prevendo um revés, sugeriu que fosse convidado o professor Álvaro Rizolli da Universidade Federal de São Carlos, que contaria com apoio financeiro de sua própria instituição para a viagem. Os artigos sobre o Colóquio de Dacar publicados em *A Tribuna* de São Carlos e no *Jornal de Debates* foram enviados a Guilherme, com pedido de avaliação³.

A falta de verba para sua ida a Salvador, afinal foi confirmada, talvez por ter se tornado problemática sua presença no Centro. Não se deve descartar a hipótese de que o chamado “embroglio” de Dacar tenha pesado negativamente na liberação de verbas, conforme Guilherme fez ver a Moura, em 4 de junho de 1974, em carta onde apresentou com muita diplomacia e circunlóquios sua opinião sobre o posicionamento de Moura expresso no Senegal. Ao pedido de

3 MOURA, Clóvis. Uma reunião de alto gabarito científico: Colóquio sobre Negritude e América Latina. *A Tribuna*. São Carlos, 17fev.1974. Outra versão do relato foi publicada no *Jornal de Debates*, com o título de Negritude: uma solução, nunca um dilema, em 1974. Um relato mais brando foi publicado em Teresina, na verdade um relatório conciso e sóbrio do evento. (*O Estado*, Teresina, 13 mar.1974).

avaliação do artigo feito por ele, respondeu muito diplomaticamente: “excelente”, a ser discutido um dia. Mas registrou sua discordância de modo muito sutil e indireto ao associar as posições ali tomadas com a intenção de Moura de participar do Simpósio e deixando entrever sua inviabilidade :

Creio que essa será a linha ideológica que você irá seguir no Simpósio sobre a Imagem do Negro na Sociedade Brasileira, pois não? ‘Mutatis mutandi’ a consciência do problema por parte do nosso negro é ainda essa que você apresenta. Há, naturalmente, que se levar em consideração as nuances particulares que o problema tem nas várias regiões do país. Às vezes, a determinante de uma certa atitude alienadora por parte do nosso negro é fruto da pura e simples ignorância (não propriamente do negro), outras vezes é escolha consciente, por interesses pessoais a preservar, ou, então, alienação psicológica devido a três séculos e meio de lavagem cerebral. Nesse particular, aliás, parece-me estar concentrada a maior parte dos aspectos distintivos regionais do problema. Conforme o tipo de atividade econômica que se desenvolveu numa dada região, teve lugar um tipo particular de sociedade multirracial com os seus elementos constitutivos mais ou menos próximos socialmente .

Um texto codificado, é evidente, dava razão parcialmente a Moura mas deixava entrever a situação difícil em que ele se colocara. E não era para menos. Para o CEAO foram de fato inoportunas a querela e a publicação do artigo, pois estavam em andamento as tratativas para um programa de cooperação cultural entre o Brasil e países africanos, afinal assinado em 4 de março de 1974, com a participação da UFBA e da Prefeitura de Salvador. Destinava-se ao desenvolvimento de estudos afro-brasileiros e seu executor seria o CEAO, em amplo campo de ação que incluía a criação do Museu Afro-Brasileiro em Salvador, a realização de seminários, cursos, pesquisas, intercâmbios de professores, bolsas de estudos para alunos africanos, “missão intelectual “ de professores na África etc. Provavelmente para costurar os acordos Guilherme foi ao Senegal para o Colóquio onde apresentou comunicação sobre *A Bahia como centro dinâmico de cultura africana*, estendeu a visita a instituições do Daomé e da Nigéria e estabeleceu contatos de grande interesse para o CEAO, que mantinha na universidade de Dacar um curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira(INFORMAÇÕES, 1976).

Assim foi que já entrado o mês de agosto, Guilherme reiterou com muita sutileza e duplo sentido a falta de recursos para trazer Clóvis a Salvador, pois a “política de pobre” do CEAO consistia em

(...) incluir os que possam pagar suas passagens e hospedagens e obsequiar os que não puderem fazê-lo. Você, por vício ideológico, creio, está entre os pobres (Diabo de vocação!). Portanto, não se vexa que as coisas se arrumarão no devido tempo.

O evento realizou-se como previsto de 3 a 7 de julho de 1974 e dele participaram Pierre Verger, Álvaro Rizolli (UFSCar), José Maria Nunes Pereira (diretor do CEAO do Conjunto Cândido Mendes), Thales de Azevedo, Nelson Sampaio, Vivaldo da Costa Lima, Júlio Santana Braga, Yeda Pessoa de Castro, Maria Brandão e o próprio Guilherme. Nele foram exibidos filmes do Brasil e do senegalês Blaise Senghor.

Contudo, os contatos entre Clóvis Moura e o CEAO persistiram apesar do “embroglio” e o texto que deveria ser apresentado no evento em Salvador foi publicado em *O negro - de bom escravo a mau cidadão*, com o título de “Dilemas da Negritude”. O incidente não parece ter deixado maiores sequelas, mas na revista *Afro-Ásia* ele publicaria apenas um artigo, quase uma década depois, em 1983, intitulado *Escravidismo, colonialismo, imperialismo, racismo* onde retomou a tese de Dacar, apresentada em comunicação no 11.º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na cidade do Panamá de 17 a 21 de março de 1980. Nele, em síntese apresentou o cenário do negro no pós-abolição, naquele que afirmou ter se tornado o foco da segunda fase de sua produção intelectual, antes centrada no período escravista. Nessa direção desenvolveu a tese de que o cenário dos negros no pós-abolição no Brasil não sensibilizava cientistas sociais a analisar profundamente o modo de produção escravista e suas marcas na sociedade atual. Com bastante desenvoltura e agressividade, no artigo desclassificou as pesquisas que estavam sendo realizadas na época, “simples levantamentos empíricos quantitativos, os graus de preconceito racial, marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra”. Negou o valor desses estudos por não incidirem sobre o modo de produção ou o que entendia ser esse

conceito em sua radical dimensão política revolucionária. Trata-se de um artigo de combate contra os marxistas universitários que “mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar os seus esquemas metodológicos” (MOURA, 1983b, p. 126). A linha de interpretação era diametralmente oposta àquela desenvolvida no CEAO, como se pode verificar pelos artigos publicados na sua revista.

Mesmo assim, a polêmica não impediu que por ocasião de seu falecimento fosse publicado na revista *Afro-Ásia* um artigo de Érika Mesquita em sua homenagem. Nele a doutoranda em Sociologia da UNICAMP apresentou uma pequena biografia e uma importante relação parcial de suas obras publicadas (MESQUITA, 2004).

Logo depois da ida a Dacar, em São Paulo, Moura criava em 1975 seu próprio centro de pesquisa, o IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas) onde poderia desenvolver suas teses e sua militância com maior autonomia.

Acadêmico por um triz: Academia de Letras da Bahia

A Academia de Letras da Bahia foi fundada em 7 de março de 1917, segundo o modelo da Academia Francesa e da Academia Brasileira de Letras. Seu objetivo conforme os Estatutos consistia em “cultivo da língua e da literatura nacionais, a preservação da memória cultural baiana e o amparo e estímulo às manifestações da mesma natureza, inclusive nas áreas das ciências e das artes”. Instituição de grande prestígio, abrigou intelectuais de diversas áreas em suas quarenta cadeiras. Nela houve uma proposta de admissão de Clóvis Moura em 2001.

A trajetória da tentativa aparentemente frustrada de ingresso nessa instância de consagração passa pela recuperação dos contatos que ele manteve com acadêmicos. Paralelamente aos vínculos com o CEAO, Clóvis manteve por décadas laços com intelectuais pertencentes à academia: Luís Henrique Dias Tavares, Epaminondas Costa Lima e Waldir Freitas de Oliveira entre outros. O contato com o historiador,

literato e jornalista Luís Henrique Dias Tavares⁴ foi retomado em 1955, por iniciativa de Moura, que procurou reatar os vínculos aparentemente adormecidos desde que deixara a Bahia :

Tenho tentado contato com vocês da Bahia, inutilmente. Parece que não querem minha amizade. Já escrevi para você, o Walter da Silveira, o Wladimir, finalmente para todos os velhos amigos e resposta que é bom, nada! O que será que está se passando entre vocês? Já não se lembram mais dos velhos amigos ou não tem mais tempo para um bate-papo por correspondência?

Estava de fato distanciado do mundo jornalístico baiano. Secretariava em São Paulo a revista *Fundamentos* e pedia aos amigos que enviassem artigos para nela serem publicados, especialmente sobre o “movimento cultural da Bahia”.

A correspondência entre eles foi intensificada nos anos 1960, após a publicação da primeira edição de *Rebeliões* com a habitual troca de obras, resenhas, divulgação. Orquestrando sua distribuição aos intelectuais mediadores, do alto de sua prominência política e intelectual Jorge Amado indicava quem da constelação baiana deveria receber as obras e organizava as listas dos que seriam com elas agraciados, como relatou Luís Henrique Tavares: “De vez em quando o mestre Jorge indica-me para distribuir entre amigos os livros dos baianos, e você é muito baiano, entre os amigos comuns, que escrevem nos jornais. Tenho o maior prazer em atendê-lo”.

Tavares ocupava posição estratégica privilegiada para essa tarefa pois escrevia para o *Jornal da Bahia*, dirigido por João Falcão. Assim como outros dessa rede de sociabilidade, admirava o “bom poeta” Clóvis Moura, ecoando Jorge Amado, que sempre louvou essa obra e a preferiu às obras sociológicas e históricas do piauiense. Na retomada de contato, logo o tema passou a ser a História do negro no Brasil pois

4 Luís Henrique Dias Tavares (1926 - 2020) , baiano de Nazaré, ocupou a cadeira 1 da ALB, cujo patrono é Frei Vicente do Salvador, portanto de um historiador, da qual tomou posse em 14 junho de 1968. Seu extenso currículo acadêmico centrado na Universidade Federal da Bahia é completado pela inserção em diversas academias literárias do Brasil e do exterior. Realizou diversos estágios de pesquisa no exterior e além da obra de ficção é autor de vasta obra de História voltada para a Bahia, a qual inclui estudos sobre revoltas nesse Estado como tema preferencial.

Tavares também desenvolvia estudos nessa área. Embora espaçada, a correspondência registra conversas em torno de fontes históricas sobre revoltas de escravos, decorrência da familiaridade de Tavares com o tema de sua tese sobre *O movimento revolucionário baiano de 1798*. Era pesquisador de arquivos, conhecedor de documentação, inclusive aquela que em suas pesquisas encontrara na Biblioteca Nacional sobre a Revolta dos Alfaiates. Embora tivesse recebido *Rebeliões da Senzala* absteve-se de comentar o livro, nessa época, e nada mais disse além de que se tratava de “uma contribuição realmente nova para a historiografia brasileira”. Seu cargo de diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia abria possibilidades de obtenção de documentos e Clóvis não deixou passar a ocasião de solicitar-lhe informações sobre a revolta dos malês, de que se ocupava o diretor do arquivo. Empenhado na revisão de *Rebeliões*, Clóvis buscava completar a documentação que havia utilizado na primeira versão da obra e nesse sentido a correspondência entre ambos foi rica em informações sobre arquivos do país e do exterior, sobretudo Portugal. Dado o contexto em que Clóvis vivia na época, mergulhado nas lides do jornalismo, é pouco provável que tivesse aproveitado essas informações para solicitar documentação a Lisboa conforme sugerido por Tavares.

Em 1980, embora não desenvolvesse pesquisa sobre quilombos, Tavares continuava a trocar informações com Clóvis sobre documentação e autores, entre eles Stuart Schwartz, que havia descoberto “notável documentação de escravos fugitivos de Ilhéus, fins do século 18. Acho que é único: senhores e escravos fizeram um acordo para terminarem a revolta”. Inclusive forneceu a Moura o endereço desse historiador da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos. Introduzia o piauiense no giro historiográfico em direção ao marxismo heterodoxo, que ele passara a conhecer embora ainda apegado à ortodoxia.

Em 1981, finalmente Tavares dispôs-se a comentar *Os Quilombos e a rebelião negra*, obra paradigmática publicada por Moura nesse mesmo ano pela editora Brasiliense na coleção Tudo é História, coincidindo com a terceira edição de *Rebeliões*. Pareceu encantado com a edição em pequeno formato: “dono do tema, você cometeu o feito de sintetizar com perfeição questões que exigem livros! É muito boa a Introdução,

na qual encontro colocações preciosas e lúcidas”. Também elogiou a apresentação gráfica do livro e reiterou a pertença ao campo intelectual comunista ortodoxo partilhado por ambos, ao comentar outra obra, *O silêncio dos vencidos*, de Edgar de Decca, com prefácio de Marilena Chauí. Em carta de 19 de julho de 1981 encontra-se uma interessante expansão crítica que esperava ser acolhida por Clóvis:

Esses marxistas lavados em Limpol (para ficarem limpos do marxismo de Marx, Engels, Lenin e Stalin) são de encher. Como pulham! Contudo, o que considero pior é o artigo ser vendido como ‘verdade científica’ e não ter ao menos o cuidado de revelar pesquisa em fontes manuscritas e impressas. É tudo conversa fiada.

Por sugestão de Moura, Tavares escreveu ao editor da Brasiliense, na época Luís Schwarcz, e dele recebeu carta-convite para apresentar um texto de 60/80 páginas sobre o movimento de 1798, uma “exposição altamente resumida da chamada ‘conjuração dos alfaiates’” de 1798, conhecida como Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana que pretendeu romper os laços coloniais entre Brasil e Portugal. Suas esperanças de publicar na coleção Tudo é História desmancharam-se, porém, com a recusa do editor, justificada por considerar o texto inadequado à linha da coleção.

Nesse mesmo ano de 1981, a planejada ida de Moura a Salvador, pela ALB, foi inviabilizada pela greve dos professores, conforme relatou Tavares ao amigo. A viagem acabou se realizando por outros caminhos, a convite de Vivaldo da Costa Lima, então presidente do IPACBA (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia). Clóvis foi a Salvador na qualidade de diretor do IBEA para prestar assessoria na organização do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro e nos programas sociais desenvolvidos pela entidade⁵. As trocas intelectuais na ALB foram pautadas pela ascendência de Tavares, intelectual consagrado na Bahia. Sentiu-se autorizado a dar-lhe um “puxão de orelhas” a respeito de uma resenha publicada sobre o livro de Kátia Matoso, *Ser escravo no Brasil* e que mais uma vez o caracterizou como colecionador de polêmicas. No suplemento cultural *Folhetim* do

5 De todo o mundo, visitantes deixam colaboração no IPACBA. Monumento, Salvador, v.2, n. 11, jan.-fev. 1981.

jornal *Folha de S.Paulo*, em 16/5/1982, Moura havia investido contra a obra da professora da UFBA (1932-2011), recém publicado pela editora Brasiliense, com prefácio de Ciro Flamarion Cardoso. Fez crítica contundente por discordar dos encaminhamentos da pesquisa nele divulgada e que estavam sendo bastante valorizados por sua contribuição à Historiografia. Reconhecia o valor da empatia da historiadora para com a situação do escravo negro no Brasil, mas - e aqui surge a adversativa - dirigiu ataques à sua pesquisa documental de modo que a obra foi classificada como carente de fundamentação empírica sobre o tráfico africano para o Brasil e sua configuração triangular com as Antilhas. Igualmente foi criticada a postura “maternalista” em relação ao escravo e em especial contestou sua interpretação sobre os “ganhadores”, os escravos de ganho que trabalhavam para seus senhores. A obra foi desqualificada em um ataque aparentemente leviano e sectário, que viria logo depois a receber a réplica de outro historiador envolvido em suas críticas, Ciro Flamarion Cardoso, em artigo publicado por este professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense, no mesmo suplemento, em 30 de maio de 1982, sob o título *Resposta a Clóvis Moura, um sociólogo apressado*⁶.

Logo depois, veio a reação de Tavares em carta datada de Paris, 26 do mesmo mês:

Li o seu artigo sobre o livro de Kátia Matoso, Ser escravo no Brasil. E pareceu-me um dever de estima lhe expressar que você deve reler este trabalho, que eu conheço e considero uma linha nova na historiografia brasileira. É bom. É um livro importante. Não pode ser tratado como você o tratou. Ademais, é o resultado de anos de pesquisa, estudo e meditação de uma colega da maior seriedade e lisura intelectual. E como sei que você não jaz no tablado, mas, ao contrário, compreende o marxismo na sua lição dialética, peço que volte a ler o livro de Kátia - um livro rico de anotações e [?ilegível] e carregado de informações absolutamente novas. Ambos merecem a releitura - o livro de Kátia e você, meu caro e bom poeta.

6 A polêmica iniciada aparentemente por Clóvis Moura foi republicada por ele em *Sociologia do Negro Brasileiro*, de 1988, com o título *O negro visto contra o espelho de dois analistas*. Nesse ano a professora tornou-se titular da cadeira de História do Brasil na Sorbonne, cargo que ocupou até 1999.

O comentário revela a situação elevada de Tavares nessa rede, tanto pelas posições institucionais que ocupou quanto pela obra, além de proximidade com a colega docente da UFBA radicada na França. Estava em Paris, onde residia Kátia Mattoso, e passou por Londres, Lisboa e Porto onde realizou pesquisas de que resultou a obra *Comércio proibido de escravos* (1988). A ausência de documento em resposta à sua crítica não anula o fato de que a amizade entre eles continuou apesar da divergência. Não impede que Moura sustentasse sua crítica com a republicação do artigo polêmico em 1988 na forma de capítulo em sua obra *Sociologia do negro brasileiro*.

O segundo membro dessa rede é o poeta Epaminondas Costa Lima, irmão de Vivaldo, profissional da área de propaganda, que publicou *Do simples viver, Retrato desfeito, Tempo e circunstância, A noite de glória de João da Silva*. Foi membro da ALB de 1989 a 2010 e com ele Moura manteve trocas significativas de arranjos editoriais e elaboração de prefácios de livros de poesia. Para Epaminondas, Clóvis escreveu a orelha do livro *Exercício do soneto*, publicado em 1998 e é possível ir além para localizar na correspondência a lembrança do “velho Moura” que Epaminondas guardava desde os tempos de juventude. No prefácio de *O retrato desfeito*, de 1978, Moura derramou elogios que muito agradaram o autor, conforme este relatou ao editor:

O prefácio de Clóvis me tocou o coração. Não quero, por isso mesmo, arguir a procedência dos elogios (se mereço a amizade, por via de consequência “faço jus” ao elogio por ela gerada). O período final me levou a apertar o nó da gravata, endireitar a espinha e olhar em volta com muito mais confiança. Agradeça a ele por tudo, inclusive pelo trabalho que ainda terá nas providências da publicação. Diga, também, ao Clóvis, que ele assume com admirável rigor, o papel de padrinho, pai espiritual.

A divulgação dessa obra foi também orientada por Clóvis e na Bahia o livro foi noticiado e saudado por Jorge Amado e outros acadêmicos. Em 1979, foi a vez de *Tempo e circunstância*, enviado a Clóvis para avaliação. Clóvis escreveu a orelha do livro de poemas, acompanhado por texto de Jorge Amado. Epaminondas confiava na capacidade de Clóvis enquanto crítico literário e a ele solicitou diversas vezes parecer sobre seus poemas: “Exerça sua função de

crítico predileto e corte, modifique, suprima, sugira... enfim, dê o seu *imprimatur*”.

O terceiro elemento dessa rede construída em torno do ingresso de Moura na ALB era ninguém menos que Waldir Freitas de Oliveira, que representa um elo entre CEAO e ALB. Juntamente com Vivaldo da Costa Lima realizou importante trabalho de seleção e publicação da correspondência trocada entre Edison Carneiro e Arthur Ramos (OLIVEIRA, 1987). Em sua obra, abordou temas da História social, econômica, política e cultural da Bahia .

Na década de 1990, Clóvis parece ter se aproximado bastante do mundo literário da Bahia, o que lhe valeu fazer o lançamento de *Dialética Radical do Negro* em Salvador em 1994 e no ano seguinte a obtenção do título de cidadão soteropolitano, pela iniciativa do vereador Daniel de Almeida, do PC do B. Desses contatos resultou a Proposta indicando-o para membro correspondente da ALB, em 26 de julho de 2001, assinada por Waldir Freitas de Oliveira, Myriam Fraga, Luís Henrique Dias Tavares, Cid Teixeira, James Amado e Epaminondas Costa Lima. No seu currículo, além das atividades jornalísticas, constavam a produção histórica e literária e a evocação da baianidade como elemento identitário necessário para sua admissão na academia.

Em um fragmento de texto de 1981, preparado para apresentação de palestra sobre Euclides da Cunha na ALB, Clóvis deixou registrados seus contatos nos anos de residência em Salvador. Eram as “recordações baianas” relacionadas à ALB em um de seus raros momentos de expansão autobiográfica preservados:

(...) quando eu aqui morava e frequentava a chamada turma do largo de Boa Viagem, que era a nossa saudosa e estrelada academia, ritmada pelo marulho do mar em Itapagipe, quando nos encontrávamos para discutir Marx, Freud e comentarmos Romain Rolland e André Gide. Lembro-me também de outros espaços culturais como a revista “Seiva”, na sua segunda fase, da qual fui secretário de redação apenas por um número, perdendo o cargo por indisciplina partidária... E também da revista Cadernos [sic] da Bahia da qual fui colaborador(...). Da mesma geração aqui se encontram James Amado, Luís Henrique Dias Tavares Epaminondas Costalima e Waldir Freitas de Oliveira com os quais, na época da juventude romântica andamos juntos ou nos cruzamos nas lides político-culturais e estudantis.

A presença de James Amado, irmão de Jorge, entre os patrocinadores da candidatura à imortalidade, mostra vínculo com o consagrado escritor que havia falecido recentemente e relembra os tempos de participação de Moura como redator no jornal *O Momento*, nos anos 1940, quando James ali publicava artigos assinados. No entanto, a transferência de prestígio entre os irmãos não parece ter sido suficiente para vencer resistências ao ingresso de Moura entre os imortais da Bahia.

Contava com uma roda de intelectuais acadêmicos que procuravam manter seu nome em evidência e o apoiavam. O louvor constituía o mais visível traço de identidade entre eles, em compromissos mútuos externados em convites para palestras, prefácios e orelhas de livros além do noticiário na imprensa, que influía decisivamente na consagração ou no descrédito de autores. Entre esses episódios, consta o convite do secretário de Cultura do Estado da Bahia, José Carlos Capinam, para participar do Colóquio 1789-Conexão Brasil, de que participou com a exposição sobre *A influência das ideias da Revolução francesa na Inconfidência Mineira*, em 28 de setembro de 1989.

O patrocínio de Tavares à candidatura de Moura foi fundamental. O parecer dos acadêmicos João Eurico Matta e Waldemar Magalhães Mattos considerou “notável” sua produção e recomendou sua aprovação em 28 de novembro do mesmo ano. Logo a seguir, ofício de Waldir Freitas de Oliveira, secretário da ALB, a Clóvis, comunicou-lhe ter sido eleito sócio correspondente por unanimidade na sessão de 28 de novembro de 2001. No entanto a história para aí pois tudo indica não ter ocorrido a posse. A documentação liberada à consulta na ALB não fornece informações sobre os desdobramentos da proposta, mas o certo é que Moura nunca mencionou essa pertença importante em seu currículo. A revista publicada pela academia não a menciona igualmente em seu noticiário, ausência que reforça a interpretação de ter sido esse mais um dos episódios nebulosos da sua vida conturbada.

Coincidência ou não, nesse mesmo ano em 20 de dezembro faleceu Léopold Sédar Senghor, sócio correspondente do Senegal da cadeira de número 4. A documentação acessada não permite ir além de conjecturas sobre as correntes que surdas ou altissonantes digladiavam-se no sodalício.

Chapada do Corisco

Os vínculos construídos entre Clóvis Moura e outros intelectuais nordestinos após 1950, quando deixou Juazeiro, sua última residência nessa região antes de mudar-se para São Paulo, podem ser reconhecidos em sua participação em redes de grupos do Piauí. Dessa inserção resultaram (re) edições de suas obras e outros sinais de prestígio e consagração, revelados pela abundante correspondência mantida com escritores piauienses ao longo de sua vida. Sociabilidades literárias importantes foram intensificadas nas décadas seguintes, quando ao lado da obra poética, a temática do negro passou a pautar também seus itinerários. A identidade nordestina ancorada no nascimento em Amarante, na residência em Natal e em Juazeiro, foi mantida na sua poesia. Nela, mais do que em quaisquer outros escritos, revelou-se o homem do sertão do Piauí, acolhido pela cidade de Teresina, a capital situada na Chapada do Corisco. Dessas pertencças literárias e porque não políticas, resultaram seu reconhecimento em instâncias de consagração, como a Academia Piauiense de Letras (APL) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), além da realização de pesquisa de campo sobre a comunidade rural negra do Mimbó. Corriam paralelas essas atividades, ora cruzando-se, ora encontrando-se no infinito, expressão muito de seu agrado.

Nesse contexto ocorreu a polêmica concessão do título de sócio honorário da Academia Piauiense de Letras (APL) em 1969, em reconhecimento pelos “grandes e apreciáveis serviços que tem

prestado”¹, um episódio orquestrado pelo intelectual piauiense José de Arimathéa Tito Filho (Barras,1924-Teresina,1992). Desempenhou funções como fiscal previdenciário, professor e escritor, além de exercer diversos cargos na administração pública e privada . Bacharel em Direito, destacou-se como jornalista na imprensa estadual e mesmo além dessa fronteira ; desde 1971 até seu falecimento ocupou a presidência da APL. É incontestemente seu papel de relevo no panorama cultural do Estado, onde desfrutou do epíteto de “enamorado de Teresina”, que deu o mote para diversas de suas obras pelas quais se consagrou cronista da cidade². Na década de 1970 escrevia uma coluna diária do *Jornal do Piauí*, intitulada Caderno de Anotações, com o propósito de divulgar o movimento literário local e nacional, especialmente por meio de

(...) lançamento de livros, recomendações de leituras, novidades no campo literário, prefácios escritos pelo colunista e por outros. Publicava questões que versavam sobre política, cidade, sociedade, cultura e, até mesmo, religião. A.Tito Filho também publicou um vasto material relativo à correspondência que mantinha com literatos e intelectuais do Piauí e de outros estados (NASCIMENTO, 2015, p. 22).

Em sua coluna de crônica e divulgação da correspondência recebida promovia a consagração de escritores ao atribuir-lhes lugares de destaque nos cenários regional e nacional das letras. Foi um intelectual mediador no seu sentido estrito, a tecer pontes e tramas literárias de largo alcance. Seu protagonismo no campo institucional que deu sustentação a essa atividade foi notável pela amplitude e pelos resultados.

Arimathéa parece ter sido o principal contato de Clóvis com o mundo literário piauiense . A correspondência mais remota entre eles data de 1955. Revela ainda um Arimathéa contumaz escritor de

1 Título de Sócio Honorário da Academia Piauiense de Letras. Teresina, 17 de agosto de 1969.

2 Entre as obras de Arimathéa Tito Filho destacam-se Teresina, meu amor; Memorial da cidade amada; Sermões aos peixes; Teresinando em cordel; Gente e humor; Memorial da cidade verde Colaborou nos jornais O Dia, Jornal do Piauí, O Pirralho, O Estado e Jornal do Comércio. Publicou crônicas nos Cadernos de Teresina, na Revista da APL e na revista Presença.

cartas, por vezes simples bilhetes, rápido na resposta e ansioso pela reciprocidade. O fato de ter publicado poemas de Moura em jornais e se referido a ele em seus artigos na imprensa indica a extensão em que ele “adotou” o poeta de Amarante e o colocou sob seu patrocínio nos espaços culturais que ocupou. Trabalhou pelo acolhimento de Moura nos meios letrados de Teresina, entre eles, a prestigiosa APL, para onde encaminhou o escritor amarantino. Em dois de junho de 1965, enviou a Moura carta formal laudatória da obra poética do “ilustre conterrâneo”, uma “poesia forte, social - uma exata fotografia da terra distante, que ainda talvez seja a mesma dos tempos afastados da infância”. Arimathéa foi mais longe ainda, colocando-se à disposição para a segunda edição do livro do “distinguido piauiense” e divulgação do “que quiser ordenar”. Era o início de uma longa amizade intelectual expressa em volumosa e frequente correspondência, troca de obras, elogios e divulgação mútua dos escritos, além de outros vínculos que se formaram ao longo de décadas.

Não tardou para que Moura tentasse obter por meio de Arimathéa informações sobre a presença do negro no Piauí, envolvido que estava com a reescrita de *Rebeliões da Senzala* com vistas a uma nova edição. Em resposta, de 30 de junho do mesmo ano, obteve a promessa de que o interlocutor iria enviar-lhe dados sobre “a população de pretos e pardos destas terras”, embora se encontrasse distanciado do tema. O compromisso veio acrescido pela consulta sobre o interesse de Clóvis em ingressar na APL. O convite decorria da ação conjunta de intelectuais e políticos para convidar pessoas de todo o país a fim de movimentar a vida cultural de Teresina, como estímulo à produção literária e historiográfica sobre o Piauí, denominada Movimento de Renovação Cultural (MOURA, 2010, p. 16).

A resposta de Moura, que parece ter sido surpreendido com a consulta, foi cautelosa, dizendo estar com “disposição de concorrer a uma vaga. Isto porém dependerá muito mais da benevolência de vocês do que dos meus méritos”. Apesar da ressalva feita em nome da modéstia, o projeto de immortalizar Moura no seio da APL deslancharia em 1969, em reconhecimento do valor de suas obras no campo da cultura, num longo trâmite orquestrado por Arimathéa. Entende-se assim a concessão do título de sócio honorário da agremiação a

Moura, concessão essa de que Arimathéa participou ativamente como amigo e mais ainda, secretário da instituição. Como credenciais, o candidato a acadêmico contava com a publicação de *Rebeliões da Senzala*, *Espantalho na feira*, *Argila da Memória*, *Âncora no Planalto* e *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, que traziam olhares sobre a temática nordestina, escritos na pauta da consagrada “sensibilidade sertanista piauiense”. Publicara também poemas avulsos e reunidos em coletâneas : *Violão de Rua* (II), *Caminheiros da Sensibilidade* e *Jeunes Poètes Brésiliens*, que foram devidamente valorizadas em seu currículo.

Respaldado pelo cargo de Secretário da Educação e Cultura do Estado, em 1969 Arimathéa conseguiu e enviou a Clóvis Moura o diploma de sócio honorário da entidade, juntamente com o convite para que comparecesse à sessão de posse, com a garantia de passagens aéreas que viabilizariam o deslocamento do novo acadêmico de São Paulo a Teresina. O episódio pouco esclarecido, pois não foram revelados detalhes da eleição, suscitou grande mal-estar entre os acadêmicos devido ao não comparecimento do poeta amarantino ao evento. Foi uma ruptura flagrante com a praxe de valorização das solenidades de posse, as quais desfrutavam de grande visibilidade, pois constituíam verdadeiros rituais acadêmicos bastante concorridos, que conferiam aos ingressantes a imortalidade literária em cerimônias públicas às quais acorriam pessoas de prestígio.

As pompas acadêmicas teatralizavam a imortalidade literária inclusive por meio de simbologias, a exemplo do manto bordado que os novos acadêmicos recebiam na ocasião, vaga referência adaptada do fardão em uso na Academia Brasileira de Letras. Para marcar a distinção, acrescenta-se o discurso de posse que cada novo admitido deveria proferir e desse modo consolidar o reconhecimento de sua atividade literária. Diante de incertezas, o patrono aconselhou o candidato a abordar “uma apreciação crítica da moderna poesia brasileira”. E animava o talvez reticente amarantino: “cabe-lhe bem, perfeitamente, o gênero literário que está abraçando”, a literatura.

Sobre essas práticas da APL é bastante esclarecedor um depoimento de Arimathéa em 1971, já eleito presidente da academia, no qual abordou os ritos acadêmicos, os escritores admitidos, seu papel na estratégia de consagração, o patrocínio estatal da entidade,

que sua presença na Secretaria de Estado assegurava, o brilho das solenidades. Porém, significativamente, omitiu a eleição de Moura e sua frustrada posse em 1969:

(...) a Vida da academia não se vinha caracterizando por marasmo. Em 1967, Presidência de Simplício Mendes, comigo na Secretaria Geral, foram empossados, em notáveis solenidades, quase todos os acadêmicos escolhidos(...). No fim de 1967, com brilhantismo extraordinário, comemorou-se o cinquentenário da Academia, ano seguinte, circulou o primeiro volume da Revista, comemorativo dos cinquenta anos de fundação. Deveras bonitas as festas acadêmicas de 1969, com a posse de Odilo Costa Filho, a distribuição das medalhas comemorativas e a cintilante conferência de Cristino Castelo Branco, vindo especialmente da Guanabara. Em 1970, em Teresina, a Academia homenageou um dos seus mais admirados sócios, Martins Napoleão. Princípio de 1971, realizou-se sessão solene de saudade a Simplício Mendes, falecido em janeiro. Por consequência do falecimento desse preclaro intelectual, assumi a presidência do Sodalício, para completar-lhe o mandato. Não seria justo que eu adotasse programação num posto provisório(...) Realizou-se igualmente jantar de confraternização acadêmica com a presença honrosa do Governador Alberto Silva, cujo discurso de agradecimento sensibilizou sobretudo os sócios presentes. Embora paupérrima, com setecentos e oitenta cruzeiros de seu, a casa de Lucídio Freitas vem cumprindo os seus deveres, e mais não faz porque não pode (TITO Filho, 1971).

Anos depois, ainda persistia a seqüela do estrago causado pela ausência de Moura à sua projetada posse. O fato, que à época provocou grande desconforto, perplexidade e desapontamento a Arimathéa, como fez questão de sublinhar na correspondência, havia sido logo noticiado por ele em sua coluna *Caderno de Anotações do Jornal do Piauí*. Ali se viu forçado a explicar sua versão do episódio, ressaltando que autorizado pelo presidente da APL, o desembargador Simplício Mendes, escrevera a Moura no início de 1969 convidando-o para “festividades acadêmicas de agosto”. Diante da resposta positiva do “poeta magnífico, piauiense de Amarante e hoje expressão consagrada nos meios intelectuais de São Paulo”, enviou-lhe passagens aéreas, provavelmente subsidiadas pelo governo do Estado, pois a APL não dispunha de recursos para tanto. Porém não houve resposta nem comparecimento à cerimônia pelo escritor, que posteriormente justificou a ausência com o atraso no recebimento da

correspondência. Em consequência, Arimathéa viu-se obrigado a ir às suas *Anotações* para fornecer explicações aos confrades e à sociedade ilustrada de Teresina.

O retalho do jornal arquivado no Fundo Clóvis Moura, no CEDEM, testemunha que Arimathéa não descurou de comunicar ao poeta a repercussão negativa e o constrangimento causados por sua ausência ao evento programado para consolidar sua consagração literária. Articulador da candidatura e com posição de destaque, o patrono devia resguardar-se, aplinar mágoas e ressentimentos, não fornecer flanco aos inimigos, que certamente havia. Durante sua presidência na APL, Arimathéa desenvolveu ações em parceria com o governo do Estado, o MEC, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Prefeitura e instituições culturais diversas, inclusive obtendo verbas estaduais e federais para o pagamento do aluguel do prédio onde a entidade se instalara provisoriamente, até conseguir uma sede permanente. A capital do Estado contava em 1960 com noventa mil habitantes e passou por grande crescimento demográfico para atingir na década de 1980 mais de quinhentos mil habitantes.

Porém um olhar mais atento à personalidade de Clóvis Moura torna difícil a compreensão de que ele aceitaria submeter-se aos rituais acima mencionados. Mais ainda, em 1969, período de intensa repressão aos intelectuais de esquerda; para Moura, já vinculado ao PC do B, poderia não ser conveniente expor-se em situação de grande visibilidade no contexto da repressão às atividades da Aliança Libertadora Nacional, que resultou nesse mesmo ano na morte do militante baiano Carlos Marighela. De fato, a situação de Moura perante os órgãos de segurança nacional era bastante difícil na época. Seu prontuário no Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) revela que esteve sob constante vigilância policial nesse ano e foi convocado a depor em fevereiro de 1970 para explicar seu envolvimento com o recebimento de jornais comunistas encontrados em seu antigo endereço onde exercia atividades publicitárias na firma “Vanguarda Publicidade Limitada”. Varejado pela batida policial, o local onde funcionara seu escritório continha material de propaganda política, como o jornal *A classe operária*, órgão do Comitê Central do PC do B, materiais vindos da Albânia e outros do PC do B sobre a

luta armada. Negou-se o jornalista a admitir que tais materiais lhe tivessem sido endereçados e qualquer envolvimento com o partido, estratégia de sobrevivência que o livrou da prisão, mas não do constante monitoramento.

O episódio descrito não abalou aparentemente as relações entre Moura e Arimathéa, pois mantiveram amiúde correspondência sem sobressaltos e mesmo evocativa de sua condição de “confrades” para justificar solicitação de envio de livros para evento beneficente do Nosso Clube de Teresina, além de outras bibliotecas, entre elas a da própria APL. Era nada mais que desdobramento das implicações de reciprocidade que a consagração requeria. A troca de informações e impressões sobre escritores e suas obras, além do costumeiro envio de publicações pontilham as cartas e iluminam o painel de leituras que ambos faziam. Não faltavam também as resenhas de obras trocadas. Entre os autores lidos e comentados, figura o destacado historiador acadêmico Odilon Nunes, igualmente amarantino e amigo de infância do pai de Moura, com quem este outrora se encontrara em uma viagem a Amarante e discutira “problemas historiográficos”. Entre outras obras, escreveu *Pesquisas para a História do Piauí, Devassamento e conquista do Piauí* e *O Piauí na História*. Dele Moura esperava receber “subsídios piauienses” para a obra que estava escrevendo - o projetado Dicionário da Escravidão, uma vez que não realizara pesquisas próprias sobre a História do Piauí e encontrava-se muito distante geograficamente dos arquivos e fontes locais³. Para atender a essa demanda, em 31 de dezembro de 1975 Odilon Nunes enviou-lhe observações decorrentes de suas pesquisas:

Como sabemos, logo após a abolição, muitos escravos ficaram com seus senhores, outros abandonaram as fazendas e se puseram em migrações. Isso é registrado pelos que estudaram o assunto.

O Piauí tinha terras vazias de gente, mas ricas em caças e frutos silvestres. Os fazendeiros acolhiam-nos para ocupar suas terras ainda não demarcadas pela subdivisão das sesmarias. Eles serviriam de marcos divisórios. Assim parece.

O fato é que seu número cresce proporcionalmente mais do que noutras

3 Cartas de Clóvis Moura a Arimathéa Tito Filho, São Paulo, 15 de fevereiro de 1989 e 6 de janeiro de 1990.

províncias. Isso se verifica confrontando seu recenseamento nos diferentes anos do período imperial e do republicano.

Já era um começo, um caminho aberto para os questionamentos de Moura sobre a presença do negro no sertão, que de longa data tentava responder. É possível que Odilon Nunes tenha sido sua principal leitura para o que viria a seguir, o estudo sobre a comunidade rural negra do Mimbó.

É de se ressaltar o papel central ocupado por Arimathéa nessa rede, onde atuou como articulador dos contatos, reverências e consagrações, graças à sua posição de prestígio e poder na imprensa, na APL e na política, pois não apenas era filho de desembargador, mas participava ativamente da vida política. Entre 1972 e 1975 publicara 15 livros sobre história, literatura, crônicas, etc. e entre elas a *Viagem ao Dicionário* (1972), que pode ter exercido efeito sugestivo na intenção de Moura de publicar também seu próprio dicionário. Manejava esse capital simbólico para chancelar o seu próprio reconhecimento e o dos piauienses que considerava ilustres, contando com a parceria do Estado e atuando dessa forma como mediador cultural. Seu principal apoio político nessa época parece ter sido o governador Alberto Tavares Silva, da ARENA, que exerceu dois mandatos, de 1971-1975 e 1987-1991.

Em diversas ocasiões convidou Moura a proferir conferências na APL, oferecendo passagens aéreas, com patrocínio do governo do Estado. Um desses convites deveria viabilizar a participação de Clóvis no Encontro das Academias de Letras, em data a ser fixada pelo governador do Estado. Política e Letras andavam de mãos dadas no mundo acadêmico piauiense e o evento era destinado a “público culto”, ressaltava o anfitrião ao convidá-lo a proferir conferência sobre o cinquentenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922-1972), por considerá-lo “doutor no assunto”. Moura exercia entre 1972 e 1973 o cargo de diretor de redação de *A Folha* de São Carlos, publicado na cidade homônima no interior de São Paulo e já acumulava experiência como secretário de redação e crítico literário do *Correio Paulistano* (1960-1969), entre outros jornais. Os diálogos epistolares inevitavelmente passaram pelo tema da censura a livros,

que se exacerbara nessa época, contra a qual Moura se posicionou. Com tal atitude, despertou reação em Arimathéa, que não discutiu seu cunho político que suscitava indignação em Clóvis, mas aceitou enquanto procedimento necessário à moralização da literatura livrando-a do sexo e da pornografia, do “desasseio da linguagem” e da “estupidez dos instintos baixos”⁴. Na verdade, a questão era muito mais profunda e grave pois o Decreto-Lei 1077/69, denominado Lei de Segurança Nacional e complementado no ano seguinte pelo Decreto-Lei 1077/70 estabelecia censura prévia às publicações que mobilizou a instalação de censores nas redações dos principais jornais e revistas circulantes ; cabia a eles decidir a possibilidade de publicação de matérias. Atuante no jornalismo, Moura deve ter passado pelos constrangimentos decorrentes dessa política.

Apesar da vitória alcançada por Clóvis com a difícil e muito aguardada segunda edição de *Rebeliões da Senzala*, em 1972, é de se notar que os convites a ele enviados pressupunham que abordaria temas de literatura, provavelmente mais palatáveis aos acadêmicos e ao patrocínio estatal que o da rebeldia escrava. Ademais, faziam ressonância a sua obra poética, a qual como se sabe tem sido pouco valorizada em sua biografia. Da proposta do tema dependia a obtenção de recursos para a viagem, esclarecia o presidente da APL em 1975, e para isso contava com o governador Dirceu Arcoverde, vinculado à ARENA, também amarantino. Sempre ficara porém uma reticência pois ao fazer o convite, Arimathéa recordou a Moura o episódio do envio da passagem não utilizada. A falta de apoio oficial foi notada quando afinal em 1976 Moura aceitou o convite e compareceu a uma festa literária em Teresina (e provavelmente também em Amarante) onde realizou o lançamento de *O preconceito de cor na literatura de cordel*, recém publicado em São Paulo. O governador e autoridades não prestigiaram o historiador dos quilombos é o que diz a carta de Arimathéa datada de 15 de junho de 1976, causando constrangimento ao anfitrião. Se teria havido neste caso triagem ideológica, é a questão subliminar que permanece sem resposta, porém certamente havia

4 Cartas de Arimathéa Tito Filho a Clóvis Moura, Teresina, 29 de março e 30 de abril de 1970.

jogos de interesses político-partidários que respingavam no mundo letrado.

Não impede que os diálogos epistolares incluíssem elogios tardios e protelados constantemente ao livro *Rebeliões da Senzala*, que Arimathéa acabou por considerar “fabuloso”. Sempre recomendando ao amigo que mantivesse contato com o Piauí, Arimathéa também lhe abriu as portas da *Revista da APL*, destinada a publicar textos de autoria dos seus membros, com a finalidade de divulgar e consolidar a chamada identidade piauiense. Foi solicitado a Moura artigo sobre tema de sua escolha, que resultou na publicação de *Uma abordagem sociológica do conceito de História* em 1974 (MOURA, 1974b). Nele condensou seu entendimento teórico e metodológico da História enquanto prática interdisciplinar no âmbito das Ciências Sociais, voltada para a compreensão dos fatos históricos na dinâmica social movida pelas contradições e tendo como embasamento epistemológico a busca da objetividade. Era uma forma de driblar resistências e ao mesmo tempo expor suas concepções. O artigo recebeu de Arimathéa elogios discretos e divulgação pela imprensa, com os recortes devidamente enviados ao autor posicionado às claras no campo historiográfico marxista.

Por outro lado, Moura estava empenhado na fundação do IBEA e nele procurou inserir Arimathéa, que solicitou estatutos mas permaneceu reticente. Não parecia ter se entusiasmado com a proposta, pois sua área de interesse eram os temas regionais piauienses, literários sobretudo, e não incluíam o negro. Essa hipotética inserção do renomado piauiense no âmbito do instituto não parece ter ocorrido.

Após o decurso de quase trinta anos o episódio da posse frustrada reapareceria na correspondência de Moura, no bojo de uma consulta feita por ele sobre sua inserção na APL. Sem o patrocínio de Arimathéa, já falecido, em 1996, por razões desconhecidas, questionou a ausência de seu nome nas publicações da academia. É provável que na nova gestão da entidade tenha havido tentativa de reaproximação, o que de fato ocorreu. O contato com o acadêmico Paulo Nunes dava continuidade aos vínculos de Moura com a instituição nos mesmos moldes promovidos por Arimathéa, de troca de apreciações e louvores,

convite para publicação na revista, proposta de lançamento de *Flauta de Argila* em Amarante.

Em carta ao presidente da APL, Wilson de Andrade Brandão, em cinco de março de 1996, Moura procurou clarear sua situação de sócio honorário, pois recebera um título ao qual a entidade não atribuía validade por não constar em nenhuma ata. Novamente se pôs a campo em 29 de março seguinte, para em novo contato epistolar questionar a solução dada ao caso pela APL, que para remediar a situação complicada, decidiu em reunião validar o título de sócio correspondente. Porém a tanto ele se opôs e declarou ao presidente abrir mão “da honra concedida” e devolver o diploma “indevidamente enviado” a ele “pelo então secretário A. Tito Filho”, encerrando assim de sua parte o episódio.

No entanto, extramuros da Academia, o assunto prosseguiu na correspondência trocada em 1998 com o escritor Moura Lima, piauiense radicado no Estado de Tocantins. Num desabafo, bem ao seu estilo, no qual se percebe muita mágoa e ressentimento de eterno injustiçado, Clóvis dizia-se esquecido em sua própria terra e relatou sua versão do episódio. Bateu na mesma tecla em carta datada de dois de março desse ano enviada ao poeta Paulo Nunes, presidente da APL entre 1992-1995, após a gestão de Arimathéa. Ali reafirmou sua versão do episódio e a devolução do “misterioso título”, com o arremate muito ao seu estilo aguçado: “risque, portanto, esse item do currículo”. Os vínculos entre ambos haviam se consolidado com o prefácio deste poeta a *Flauta de Argila* : “somente os poetas podem analisar os críticos quando eles se debruçam sobre a sua obra”, disse Moura, dedicando a obra a mulheres de sua família, sua mãe, a esposa Griselda, a neta Janaína, a irmã Merita, a sobrinha Sílvia e a filha Soraya. Conseguira editor que a acolhesse sem objetar seu viés “excessivamente regional”, ou seja a Fundação Monsenhor Chaves, de Teresina. Órgão vinculado à Prefeitura de Teresina, fundado em 1986, apresentava como missão valorizar a identidade cultural e o patrimônio material histórico e artístico da capital do Estado. De sua presidente na época, Cristina Miranda Correia, veio a orelha da capa do livro.

Nessa obra pouco conhecida o rio Parnaíba e a vida que se desenrolava em suas margens reassumem o papel de protagonista que lhe foi atribuído desde *Argila da Memória*, ao lado de outros temas da identidade nordestina: a seca, o mandacaru, o pastoreio, o cadáver na rede, o pássaro preto, entre outros que reafirmam a pertença do autor à cultura sertaneja do Piauí e da qual Amarante constituía seu marco de referência. Segundo Paulo Nunes, a “realidade piauiense, dramática e avassaladora, trazendo assim para a sua poesia as aflições do homem e os outros bichos esquecidos”. Da comissão editorial que viabilizou a publicação de *Argila da Memória* também participou Cineas Santos, de quem se falará adiante.

Resultou talvez do Plano Editorial do Estado que desde 1970, por meio do Conselho Estadual de Cultura, atuava sob a batuta de Arimathéa para divulgar obras e autores piauienses. Ele ocupou um papel crucial nesse empreendimento pois era responsável pela seleção das obras a serem (re)editadas, em parceria com as editoras COMEPI (Companhia Editora do Piauí), Artenova (propriedade de Álvaro Pacheco, membro da APL) e outras mais. Sua atuação era tentacular enquanto “responsável por coordenar a seleção, a revisão e os comentários das obras literárias e históricas editadas e/ou reeditadas”. Em seu cuidadoso levantamento, a historiadora Iara Moura elencou a Historiografia acolhida, legitimada e amparada pelo Estado do Piauí e pela APL, entre as quais não se encontram obras específicas sobre o negro e por conseguinte, nem as de Moura sobre a temática. Muito mais exitoso foi o acolhimento de sua obra poética, na qual, sempre é bom frisar, a temática do negro está quase ausente. Para essa autora, “o poder público selecionava, dentro das organizações mais formais, como a APL, intelectuais autorizados para construir uma memória histórica para o Estado do Piauí”. Por essa atuação, Arimathéa foi identificado como “latifundiário da cultura piauiense” ou “monumento vivo da cultura oficial do Piauí” (MOURA, 2010, p. 143). Na década de 1980, o Projeto Petrônio Portella veio em socorro da APL nessa mesma direção, ainda sob a regência de Arimathéa, que garantiu consagração literária aos escritores por ela autorizados. E Moura certamente foi um deles, ao publicar seus poemas em diversas antologias .

Mas outros caminhos paralelos haviam sido percorridos por Clóvis e na década de 1980 ele estabeleceu outros vínculos, entre eles com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) criada em 1968 e implantada em 1971 por agregação das Faculdades de Direito, Filosofia, Odontologia, Medicina, Serviço Social e Enfermagem. Foi convidado a proferir palestras na instituição e doar obras de sua autoria para a biblioteca. Estava muito distante do alegado esquecimento. Tanto que recebeu diversos convites, alguns aceitos, outros não, e em 1999 proferiu palestra na APL, que lhe rendeu elogios não apenas como poeta mas como “lutador pelas causas justas, as mais nobres, não importa que sejam causas perdidas”, segundo Francisco Miguel em carta de 15 de março de 2000. Seria provavelmente sua última viagem a Teresina.

Envolvia-se mais e mais com o movimento negro e participava de eventos como estudioso do tema, como ocorreu em 1974 com o Colóquio Negritude e América Latina, realizado em Dacar. Tornara-se internacional, o que evidentemente acrescentava valor à sua biografia. Em outra frente de atuação, firmava-se como o historiador das senzalas e de seus movimentos de rebeldia, tema de escassa repercussão na APL, onde outra identidade piauiense era cultuada. Voltaria sua artilharia para o estudo do Mimbó.



Imagem 14 - Capa do livro de poemas *Flauta de Argila*. Arquivo pessoal da autor

Mimbó

Enquanto transitava pela cultura de letrados do Piauí, conduzido por Arimathéa Tito Filho, às voltas com a Academia Piauiense de Letras e a promoção de suas obras poéticas, acolhido pelo Plano Editorial da Secretaria de Estado da Cultura, os laços de Moura com Amarante pareciam adormecidos.

Repentinamente e contra todas as expectativas, em 1980 a leitura reportagens sobre a comunidade rural negra do Mimbó despertou no estudioso dos quilombos o desejo de conhecer mais profundamente essa realidade, perto da qual havia vivido na infância, pois o local situa-se a 16 km apenas de Amarante. Foi uma ocasião ímpar para Clóvis estudar *in loco* uma comunidade negra, que em sua infância amarantina passara talvez despercebida. Não era para menos, nessa década de 1980 impulsionada pelo movimento negro houve muita movimentação em comunidades originadas de quilombos no Piauí em defesa da titulação da posse de suas terras (TAVARES, 2008).

Por outro lado, havia iniciativas oficiais nessa direção e nelas Moura foi incluído. É o que se verifica pela convocação enviada a ele pelo professor Olympio Serra, antropólogo coordenador de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), para participar de uma reunião em outubro de 1980. A comissão à qual ele foi integrado estava encarregada de trabalhar para a instalação do Memorial Zumbi em Alagoas. Aliás, Moura já havia participado, no ano anterior, de um seminário para a criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi, em

Maceió¹. Em continuidade a essa aproximação institucional, Moura foi chamado em 1983 a integrar o grupo de trabalho da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura encarregado de definir objetivos, metas e estrutura do Museu da Abolição.

Inserido nas atividades da FNPM e desperto para a relevância da descoberta sobre o Mimbó, pois a comunidade rural passava na época por ameaça de expropriação das terras que habitava, Clóvis passou a estabelecer contatos no Piauí para obter informações. Foi dessa maneira que chegou em 1980 a Cineas Santos, que ali atuava, além de outros moradores da região. Do contato nasceu o projeto de pesquisa financiado pela FNPM em 1985. No entanto, as linhas de sua atuação como pesquisador de comunidade de negros não se confundiam com as sociabilidades piauienses já relatadas e centradas na rede construída por Arimathéa Tito Filho, que imerso nos temas da História colonial, na literatura e na poesia não demonstrava aparentemente interesse pelas histórias de quilombos. O assunto da cultura negra era no mínimo incômodo para parte das elites intelectuais, elites bem-pensantes. Foi tecida então uma nova rede que iria envolver a FNPM, ativistas e moradores do Mimbó, no contexto das políticas de reconhecimento das comunidades quilombolas, que acabariam acolhidas pela Constituição de 1988 e em políticas públicas específicas.

Entre esses colaboradores informais da pesquisa de Clóvis sobressai o amarantino Carlos Alberto Gramoza Vilarinho, jovem poeta estreante afeiçoado ao conterrâneo e incansável promotor de suas obras. Por décadas estiveram em contato mediante a troca habitual de suas produções, acrescida do noticiário local sobre os negros e a política em Teresina. Ele enviou a Moura informações sobre seus antepassados, começando por seu bisavô, Tomaz Moura, pai do avô Abdon Moura. O ancestral teria sido “escravocrata em S. Francisco do Maranhão”, e “possuidor de muitos escravos”. Abdon, seu filho, tido com uma escrava e por ele criado, tornara-se um “homem muito de bem, trabalhador e próspero”, proprietário da fazenda Boa Vista, dizia sua carta não datada ao amigo.

1 Ofícios de Olympio Serra a Clóvis Moura, Brasília, 8 de outubro de 1980 e 12 de julho de 1983.

Vieram então os contatos com Cineas Santos (Caracol, 1948-), professor de literatura, poeta, cronista, advogado, agente cultural, livreiro e editor, que vive em Teresina desde 1965, onde desenvolvia intensa atividade ². Com ele Clóvis estabeleceu contatos relevantes, que contribuíram para ampliar suas informações sobre o Mimbó. Na época, o jornalista Cineas, aos trinta e dois anos de idade, que mantinha vínculos com a comunidade negra, informou-o do que se passava ali, bem como de sua própria atuação no sentido de atender às demandas dos moradores. Embora não pertencesse aos quadros da UFPI, mantinha contatos com esta instituição a fim de promover coedições de obras consideradas de interesse para o Piauí, portanto significava um *locus* de poder e articulação da produção intelectual, sobretudo de literatura. Uma vez mais, Moura foi assim integrado à rede de sociabilidade de um intelectual mediador.

Provavelmente a iniciativa do contato coube a Moura, é o que revela a primeira carta a ele enviada, em que Cineas apresentou-se. Havia criado o jornal *Chapada do Corisco*, cujo título remetia seu leitor à primeira denominação de Teresina, jornal alternativo que não conseguiu sobreviver mais que um ano, de 1976 a 1977. Dele participaram o poeta Paulo Machado entre outros companheiros de geração. O professor Cineas também atuava na área editorial por meio da Livraria e Editora Corisco, sua propriedade, empenhada nos anos 1980 em editar autores piauienses, tanto de poesias “eruditas” quanto de folhetos de cordel. Clóvis havia lhe enviado um poema, que ele propôs publicar na série Folhetim. Não se sabe se de fato isso aconteceu - mas foi por meio dele e de sua editora que Clóvis

2 Cineas (das Chagas) Santos é professor de Português e Literatura em Teresina. Participou da criação e organização do SaLiPi (Salão do Livro do Piauí), que anualmente reunia livreiros, editoras e público leitor em torno a diversas atividades culturais, palestras, debates, oficinas e exposições. Atua no espaço cultural Oficina da Palavra, e no A Cara Alegre Do Piauí, projeto que se propõe atuar na interiorização da cultura nas áreas de música, literatura e artes plásticas. Além de ser o autor da letra do Hino do Município de Teresina, em parceria com o músico Erisvaldo Borges, foi presidente da Fundação Municipal de Cultura de Teresina - Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Recebeu em 2018 o título de professor Honoris Causa da UFPI em 2018, concedido aos professores que embora não pertençam aos quadros da universidade, tiveram atuação destacada na área cultural.

conseguiu publicar em 1982 a segunda edição de seu livro de poesia *Argila da Memória*. Essa obra tornou-se bastante conhecida nos círculos de escritores do Piauí, graças à incansável atividade de propaganda desenvolvida pelo autor e seus amigos, mediante envio de exemplares a pessoas que dispunham de acesso às páginas de jornal e outros meios de divulgação.

Além do envolvimento com a preservação do patrimônio de Teresina, Cineas Santos abordou o Mimbó como principal tema das cartas enviadas a Moura, certamente respondendo ao interesse do interlocutor. Isto porque nos anos 1980 atuou intensamente junto a essa comunidade rural situada na região do Médio Parnaíba. Seu relato tão bem informou Clóvis que parece ter sido sua principal referência para o projeto de pesquisa elaborado a seguir. Nessa correspondência fica claro que Moura não conhecia o Mimbó, havia sido apresentado a ele por Cineas, autor de uma reportagem baseada em informações colhidas entre os seus moradores mais idosos, filhos de Agostinho, “tronco mais velho da árvore que se ramifica”. Com essa reportagem lançou bases para a narrativa histórica sobre a comunidade por ele visitada diversas vezes, dizia ao interlocutor residente em São Paulo.

Em resposta às indagações do amarantino, pediu que Moura lhe enviasse “um questionário ou coisa parecida: eu nem sei por onde começar. Não tenho experiência nesse tipo de coisa”. No Mimbó não teria encontrado em sua visão de leigo em Ciências Sociais, nada de extraordinário “a não ser a capacidade de resistência daquela gente que vive em estado de miséria quase absoluta. Importante mesmo é a capacidade física das mulheres, que sobem uma ladeira (serra) de 300 m com latas d’água na cabeça”. Não encontrou na comunidade atividades de artesanato, nem mesmo de comezinhos potes e esteiras, que ao contrário do pressuposto costumavam ser adquiridos pelos seus moradores em Amarante ; dedicavam-se estes à agricultura de subsistência “como nós fazíamos e ainda fazemos em todo o Piauí”. Seu relato avança dizendo-se amigo dos moradores e conhecedor da realidade por eles vivida, como a atuação da professora que lecionava na escola ali fundada, Idelzuíta Rabelo da Paixão. Cineas teria obtido sua contratação pela Secretaria da Estadual da Cultura do Piauí, em 1980, mas ela já lecionara na primeira escola da comunidade, fundada

em 1971, posteriormente fechada e reaberta como escola estadual³. Além de relatar falta de água no local, os planos de instalação de um poço e a distorção dos problemas pela imprensa, Cineas convidou Moura a participar da luta dos moradores que enfrentavam um oponente de peso, a prefeita da cidade de Amarante:

Creio que seria interessante alguém como você procurar estudar e compreender a cultura da comunidade para ajudá-la, defendê-la da sacanagem que querem fazer com aquela pobre gente. Você certamente seria menos hostilizado pela dona da cidade .

Naquele início do ano de 1981, segundo Cineas, o principal problema enfrentado pela comunidade era disputa pela posse da terra travada entre os compradores protegidos pelos poderes locais e os negros: “A prefeita vendeu a melhor área para um tal Pernambucano que cercou tudo e desapareceu. O dinheiro deve ter saído da sudene, não? A comunidade está crescendo (como nasce menino!) e a terra minguando ...”

Esse parece ter sido o principal motivo do despertar do interesse em Teresina pelo Mimbó e ecoado na imprensa, onde oponentes digladiavam-se. Cineas revelava a polêmica trazia praticamente um chamado a Moura para engrossar as fileiras em defesa da comunidade negra, sinalizado no convite imperativo para conhecer o Mimbó: “avise quando vier”.

Lamentavelmente entre 1981 e 1984 não se tem notícia segura de contato de Moura com o Mimbó, apenas vagas referências a uma viagem a Amarante em 1983 aparecem cá e lá na documentação consultada. Em viagem a Teresina e Amarante em janeiro de 1983 para lançamento de *Argila da Memória*, aproveitou para ir ao Mimbó para melhor conhecer o modo de vida de seus moradores e “quais são os seus problemas no dia a dia”⁴. No entanto, no ano seguinte, em decorrência de contatos e informações obtidas, publicou o resultado

3 Cartas de Cineas Santos a Clóvis Moura, Teresina, 18 de outubro de 1980 e 6 de janeiro de 1981.

4 Clóvis Moura lança seu novo livro no Museu. Jornal da Manhã, Teresina, 28 jan.1983.

desse *survey* intitulado *Mimbó* no *D.O. Leitura*, editado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Ali afirmou ser duvidosa a origem da comunidade negra do interior do Piauí, ou seja, ainda não estaria suficientemente explicada, mas apresentava “características sociais e econômicas singulares, à parte das estruturas institucionalizadas”.

Na sequência, ainda em 1984, encaminhou um projeto de pesquisa à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Por meio da leitura desse projeto pode-se acompanhar a trajetória apresentada como credencial para obter o auxílio à pesquisa: seu primeiro contato com a comunidade teria ocorrido em 1980, provavelmente por meio da imprensa. Em 1983 teria ocorrido um nebuloso contato pessoal, quando esteve em Teresina para o lançamento da segunda edição do livro *Argila da Memória*. Esse contato ainda não era direcionado para pesquisa sistemática, mas parece ter sido uma espécie de sondagem para obter as primeiras informações que fundamentariam seu projeto, como honestamente apresentou à FNPM.

O alarde promovido pelos pares em Teresina em torno de sua obra literária de certo modo havia ofuscado a faina do pesquisador desenvolvida paralelamente à construção de sua figura de poeta inofensivo, que agora passara a se ocupar das dimensões social, política e econômica da posse da terra na região. O fato é que em 1984 seu projeto já delineado foi apresentado à Pró-Memória, que aprovou em 1985 o convênio entre esta Fundação e o IBEA, dirigido por Clóvis Moura, autor e gestor do projeto Comunidade rural negra do Mimbó. Para sua execução foram concedidos Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros)⁵, importância que Clóvis procurou aumentar ao longo da pesquisa, com a justificativa da defasagem causada pela inflação, que levaria em 1986 ao Plano Cruzado .

5 Ofício 003/1985 da Fundação Nacional Pró-Memória ao Presidente do IBEA. Brasília, 11 janeiro 1985. O Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 (D.O.U. de 28 fev.1986), posteriormente substituído pelo Decreto-lei 2.284, de 10.03.1986 (D.O.U. de 11 mar.1986), instituiu o Cruzado como nova unidade monetária, equivalente a um mil cruzeiros. A mudança de padrão foi disciplinada pela Resolução 1.100, de 28 de fevereiro de 1986, do Conselho Monetário Nacional. Portanto, o valor recebido equivaleria em cruzados a 4.500,00.

A leitura do projeto demonstra o conhecimento prévio de que Moura dispunha sobre o tema, desdobramento de seu antigo interesse pela presença negra no sertão do vale do São Francisco, desde a época em que residia em Juazeiro. Assim como naquele estudo embrionário, as ênfase da pesquisa recaía sobre a Antropologia cultural. O projeto encaminhado à Pró-Memória por intermédio de Olympio Serra, em 24 de janeiro de 1984, foi aprovado com o patrocínio desse antropólogo e assessor do Secretário de Atividades Culturais da Fundação. Esta instituição iniciara suas atividades em 1981 e nela o professor Olympio teve papel destacado ao coordenar o projeto Etnias e Sociedade Nacional que apoiou “iniciativas voltadas para a defesa dos valores do patrimônio negro no Brasil”. Entre elas, promoveu a mobilização nacional de lideranças negras para a criação do Memorial Zumbi(SERRA, 2005).

Conforme os termos do convênio firmado pelo IBEA, o objetivo do projeto consistia em “realização de levantamento sistemático da Comunidade Negra Rural do Mimbó através de um trabalho de documentação histórica, análise da estrutura sócio-político-econômica e estudo dos mecanismos de identificação étnica” . Sua vigência prevista iria de 11 de janeiro de 1985 a 01 de março de 1986⁶.

Vários documentos explicitam as intenções de Moura ao propor o projeto à Pró-Memória. Um dos motivos apresentados foi o ineditismo da pesquisa, que nem mesmo os pesquisadores da USP envolvidos com a temática dessas comunidades sob a orientação do professor João Baptista Borges Pereira haviam ainda realizado⁷. A referência a esse professor adquiriu no projeto uma dimensão relevante, pois não apenas serviu de credencial mas também de parâmetro para validar a proposta. Sinaliza a importância que a universidade passara a ter para Moura pois viera desse professor o alerta sobre a possibilidade de apoio federal ao projeto. E sinaliza igualmente vínculos afetivos com a região onde se situa o Mimbó, próximo a Amarante. Poder-se-ia ainda

6 Fundação Nacional Pró-Memória. Convênio com o IBEA, 1984.

7 Segundo o projeto, o professor da USP João Baptista Borges Pereira vinha desenvolvendo um projeto com sete pesquisas individuais sobre o mesmo tema nos Estados de Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso . Cf. PEREIRA, 2011.

acrescentar a facilidade de movimentos nesta cidade, onde dispunha de laços familiares e de amizade que poderiam mediar contatos com a comunidade negra até pouco tempo bastante renitente à presença de estranhos em seu interior.

Na concepção do projeto convém em primeiro lugar demarcar os parâmetros da política pública em relação às reivindicações do movimento negro no sentido de garantir a titulação das terras ocupadas por comunidades negras e ameaçadas de desapropriação por diversos modos, dada a ausência, quase unânime, de títulos de propriedade por parte de seus moradores. Dessa premissa decorriam alguns pressupostos: associar o grupo de moradores a quilombos formados por escravizados fugidos do cativeiro; evidenciar a continuidade de uma cultura de origem africana, de um certo modo de vida garantido e preservado pelo isolamento dada a localização em áreas de difícil acesso em relação à sociedade do entorno; considerar o acesso à terra como “condição material e imaterial de manutenção e sobrevivência” das comunidades que dela se apossaram e nela mantiveram-se ao longo de gerações após a abolição. Ainda não se falava em comunidade quilombola mas era recusada a denominação de “bairro rural” que havia despertado interesse acadêmico na década de 1970, no qual a obra *Bairros Rurais Paulistas* de Maria Isaura Pereira de Queiroz constituiu referência (GOMES, 2018; QUEIROZ, 1973).

Esses parâmetros evidenciam as dificuldades a serem enfrentadas em pesquisa de tal natureza, que procurava fazer uma leitura do presente a partir do passado, sendo este incerto, não documentado e desconhecido em grande parte. A complexidade do estudo era algo a ser levado em conta, daí a preocupação de Moura em informar-se o mais possível sobre seu objeto. Transpostos para o projeto, tais pressupostos resultaram em um roteiro de pesquisa que procurou traduzir essas diretrizes e ao mesmo tempo afinar-se aos cânones da Antropologia e da Sociologia em vigor na época. A primeira premissa admitida no projeto é surpreendente pois indica uma leitura não ideologizante do conceito de quilombo. O ponto de partida foi a recusa em caracterizar o Mimbó seja como quilombo ou como bairro rural, identificações substituídas pelo conceito de “comunidade rural de negros”. Não que houvesse rejeição ao conceito de quilombo, mas

Moura não enveredou pelo anacronismo que na época estava presente em identificação dessas comunidades como quilombos. Reafirmando sua tese sobre resistências ao sistema escravista, desenvolvida em *Rebeliões da Senzala*, que vinha de alcançar sua terceira edição em 1981, defendia a hipótese de se tratar de comunidade centenária, que se mantivera isolada,

(...)um nódulo de resistência social e cultural do negro e possivelmente do afro-brasileiro, unidade de resistência que deve ser conhecida e estudada cientificamente no seu potencial de preservação cultural e nos seus mecanismos de resistência social.

Essa hipótese permaneceria ao longo de seu trabalho de pesquisa e foi relatado em um texto de que se falará adiante. Provavelmente causou desconforto entre os militantes empenhados em ressignificar o conceito de quilombo em leitura adaptada aos tempos. Moura reconstruía a seu modo o conceito, sem deixar de lado os pressupostos do materialismo histórico, que no texto afloram com parcimônia.

Para evidenciar as características do Mimbó, seriam empregados na pesquisa métodos sociológicos e antropológicos de coleta de dados, expressos em um roteiro de tópicos. Sobressaiu nesse caminho percorrido *in loco* o recurso às entrevistas orais, acessível no material preservado em fichas datilografadas e preenchidas manualmente, para com elas demonstrar as pressões que atingiam a comunidade estruturada com longevidade centenária enquanto forma de resistência. Para tal, a referência metodológica a ser utilizada viria da obra de Alfonso Trujillo Ferrari, *Encruzilhada no vale do São Francisco*, de 1960. Arthur Ramos desta vez não foi lembrado na bibliografia de apoio, que demonstrava conhecimento de pesquisas mais recentes sobre o tema, porém a filiação às suas lições de método salta aos olhos do leitor das fichas cuidadosamente elaboradas. Além de evidenciar por meio da pesquisa o isolamento da comunidade em relação à região onde se situava, denominada sociedade abrangente, o projeto insistia no seu potencial de preservação cultural de origem africana decorrente do isolamento e supunha encontrar ali “lembranças da escravidão”.

Por trás dessa intenção de simples observação histórica e antropológica, permanecia a motivação mais relevante e premente:

a ameaça que pairava sobre o Mimbó diante dos avanços do capitalismo no campo uma vez que a luta pela posse da terra atingira a comunidade no confronto com as “forças dinâmicas da sociedade abrangente”. A possibilidade de invasão de suas terras - assim foi apresentado o problema - parecia iminente e caso efetivada, resultaria em desagregação da comunidade e diluição de seus 300 moradores na economia camponesa da região, num processo de assimilação que os transformaria em agregados, meeiros e assalariados agrícolas⁸.

Para realizar sua pesquisa, em janeiro de 1985 Moura encontrava-se em Amarante, acompanhado de sua segunda esposa, Griselda Martinho, que atuava como pesquisadora auxiliar. Hospedaram-se em casa situada na rua que recebeu o nome de seu avô Abdon Moura, provavelmente da família.

O que ali encontrou? Em carta a Olympio Serra, datada de Amarante, 20 de janeiro de 1985, Clóvis detalhou as dificuldades:

Estou aqui na luta para desenvolver o projeto do Mimbó, as coisas não são tão simples como pareciam. Em primeiro lugar houve uma desarticulação muito grande da comunidade: já colocaram luz elétrica, televisão e, com isto, uma população advéncia está penetrando na área. Acontece, por outro lado, que um grupo latifundiário pernambucano provou materialmente que já havia comprado as terras do Mimbó há dez anos. Há toda uma parafernália em cima disto e o próprio prefeito de Amarante procura esconder o esbulho.

Era grande a tentação de ver no Mimbó um quilombo secular que teria se mantido isolado, uma forma de resistência ao escravismo, praticamente intocado. No entanto, apoiado nas pesquisas desenvolvidas na USP, cautelosamente Clóvis adotou no projeto o pressuposto de que

(...) não se pode considerar os agrupamentos negros como quilombos o que seria, a nosso ver, uma forma ideológica de enfocar o assunto sem ter antes os elementos históricos e fatuais comprobatórios. O que, por outro lado não exclui a possibilidade de uma dessas comunidades ter nascido de um agrupamento de negros rebeldes.

8 MOURA, Clóvis. Projeto “A comunidade negra do Mimbó”, 1984 (dat.). Fundo Clóvis Moura/CEDEM.

Mas era preciso construir a narrativa histórica da formação da comunidade, o que foi feito a partir dos testemunhos orais dos descendentes dos dois primeiros casais de negros que ali se estabeleceram no final do século XIX, narrativa até o presente consagrada pela tradição oral e pela Historiografia, embora com muitos acréscimos e torneios. Ao avaliar ligeiramente a gênese do Mimbó, Moura não expressou convicção de que se tratasse de reduto quilombola. As fontes compulsadas sinalizam que ele procurava construir uma espécie de laudo histórico e antropológico, documento que posteriormente se tornaria peça fundamental nos processos de reconhecimento de comunidades quilombolas conforme previsto pela Constituição Federal em seu artigo 68, garantindo-lhes a propriedade definitiva da terra mediante emissão de títulos pelo Estado. Porém, mesmo antes da existência dessa Lei maior, a Antropologia era chamada a fazer “diagnósticos” que não apenas eram voltados para a preservação do patrimônio cultural das comunidades, mas também instrumentalizavam a luta pela terra. Esses estudos incidiam sobre a transição da situação de escravo fugitivo para a de agricultor livre e construía parâmetros de análise sobre origens e tradições das comunidades. O saber antropológico viria a ter papel decisivo na fundamentação do saber jurídico mediante uma “etnografia do modo de viver” que trouxesse a lume a continuidade cultural e sócio histórica (CHAGAS, 2001).

O tema do isolamento do Mimbó foi reafirmado por Moura com a explanação sobre a peculiar topografia de escarpas íngremes de parte do local, que dificultava as comunicações com Amarante. Mas no que tange à presença de traços culturais africanos originais, a descoberta foi surpreendente e frustrante, pois no quesito religião, os fatos sobrepuseram-se às premissas e Moura acabou por concluir, segundo as entrevistas realizadas com moradores, que o Catolicismo teria sido a primeira manifestação religiosa ali introduzida e que bater tambor ou macumba seria hábito recente: “*Chegou ao Mimbó depois do culto de Nossa Senhora da Saúde*”, em 1977, trazido por um morador que “saiu e andou por aí afora muito tempo. Foi ele quem trouxe de fora, a sugestão e as informações rituais de como bater tambor [sic]. “ Com

esse morador teria se instalado a prática três vezes por semana, nos terreiros da comunidade⁹.

Sobre títulos de propriedade da terra pertencentes aos moradores, objeto de pesquisa em cartório de Amarante, a situação confusa foi por ele apontada na comunicação-relatório em relação à chamada parte alta do território da comunidade, objeto de cobiça, invasão e ameaças de expulsão, dado serem terras devolutas ou adquiridas legalmente por terceiros, apesar da presença antiga dos negros no local.

Do ponto de vista de outras manifestações culturais, coletou e deixou registrado o pagode que consagra o boi, figura emblemática do Piauí e de seu universo agropastoril,

(...) dança típica da cidade de Amarante, mais precisamente do povoado Mimbó: É uma dança que não obedece regras e nem técnica. Dança-se aos pares, cada um procurando improvisar as mais variadas coreografias. Cantam as músicas acompanhadas por tambores
Boi estrela mangueira
Boi estrela a mangueira
Boi estrela mangueira
Quem te ensinou a cantar
Rodou, trocou no pilar café
Quero me casar, mais papai não quer.

Pagode esse que virou atração folclórica em 1986, logo após o encerramento da pesquisa, quando no encontro de folguedos realizado em Teresina, em julho, um grupo de dança do Mimbó convidado a apresentá-lo foi premiado, segundo seu amigo e informante Carlos Gramoza. O Mimbó se fazia nessa época presença ostensiva na capital do Estado e estrategicamente afirmava sua identidade africana. Por meio deste amigo, Moura acompanhou alguns desdobramentos e repercussões do caso, que se avolumava e passara a contar com a participação de partidos políticos e a reivindicar a posse de 600 hectares de terra, sendo cada hectare equivalente a dez mil metros quadrados.

9 MOURA, Clóvis. Comunicação. Cerca 1985. Texto datilografado. Fundo Clóvis Moura/CEDEM.

Se hoje a historiografia sobre as comunidades quilombolas existentes no Piauí é abundante, na década de 1980 os estudos eram raros. Sobre o Mimbó, tudo estava por fazer e as iniciativas iam a contrapelo da consagrada versão da inexistência de grande presença negra no sertão, mesmo que fazendas agropastoris estivessem rodeadas por comunidades rurais de posseiros negros que pipocavam em áreas isoladas e de difícil acesso como era o caso do Mimbó. O isolamento garantira através de gerações a continuidade da posse, evidência da complexidade do estudo do tema numa sociedade dinâmica naquela altura do século XX, quando se acirrou a disputa pelas terras assim ocupadas e tidas muitas vezes como devolutas (GOMES, 2018).

Não se pode avançar muito sobre a repercussão e aplicação prática dessa pesquisa. No entanto, a comunidade rural negra do Mimbó foi preservada e reconhecida posteriormente como remanescente de quilombo originada de dois casais de escravos fugidos e de suas famílias que formaram o núcleo de povoamento inicial. Moura não publicou os resultados, embora exista um texto de sistematização bastante aderente ao primeiro texto publicado em 1984 e destinado a ser apresentado em evento científico. Provavelmente trata-se de uma comunicação que ele pretendia - mas não o fez - apresentar ao 45.º Congresso de Americanistas realizado em Bogotá em 1985, conforme em sua carta de 7 de outubro relatou ao pesquisador colombiano Zapata Oliveira: *“terminei não participando do encontro dos Americanistas, o que foi uma pena. Iria apresentar, conforme escrevi em outra carta, uma comunicação sobre a comunidade negra do Mimbó, onde estive durante três meses”*. Como costumava ocorrer, faltou apoio institucional para a viagem.

Se o relatório serviu de “laudo antropológico” para a FNPM é algo que não se pode afirmar. Mas a polêmica sobre a origem quilombola do Mimbó persistiu e novas pesquisas foram feitas, como a de um grupo de linguistas, relatada por Carlos Gramoza, em 13 de setembro de 1993. Os especialistas teriam ido à comunidade durante uma semana para “ver se constatava[m] na fala dos moradores algum resquício de linguagem africana (...) acho que eles não constataram isso”, informou a Moura o morador de Amarante.

Somente três anos após o falecimento de Moura, ocorrido em 2003, a situação do Mimbó foi resolvida legalmente. O processo de regularização fundiária foi aberto no INCRA/PI em 2006, portanto dez anos após a realização da pesquisa *in loco* e na ficha disponível não constam dados fundamentais como área em hectares e número de famílias ali residentes (FERREIRA, 2018, p. 112). Existe também a informação de que a certificação do Mimbó como comunidade remanescente de quilombo por auto reconhecimento teria sido realizada pela Fundação Cultural Palmares, em 28 de julho de 2006, o que certamente evidencia tensões no encaminhamento jurídico da questão. Não sendo este o tema principal deste livro, fica em aberto o prosseguimento das pesquisas mas de todo modo, a participação de Moura no processo mediante seu projeto de pesquisa é omitida em praticamente todos os estudos consultados. A análise da correspondência de 1988 trocada com Carlos Gramoza permite a elaboração da hipótese de que seu estudo foi contestado por outros envolvidos politicamente no caso, gerou controvérsia e movimentação, e até críticas públicas a Moura, por não ter corroborado o chamado “mito do Mimbó”. Em decorrência, sua pesquisa caiu no esquecimento destinado aos vencidos e a comunidade conseguiu a legitimação da posse por outros encaminhamentos.

Por outro lado, a experiência dessa pesquisa apresentou outros resultados ao colocar Moura em contato direto com a realidade da vida de uma comunidade de lavradores negros pobres. Um deles foi a escrita de um folheto de cordel, publicado em 1986 com possível intenção de denúncia das condições encontradas no Mimbó. Ele estava profundamente envolvido com a dureza da vida no campo no sertão do nordeste, que o inspirou a escrever os versos publicados pela editora Corisco de Cineas Santos:

*Muitas vezes, quando a gente
tinha um defunto
parava e a terra que o guardava
mais parecia uma flor.*

*Pois o guardava chorando
E nós, depois, quando o sol
pegava a barra do monte
prosseguíamos cantando*

*com fuzil a tiracolo,
sabendo que na refrega
só vale o que fica escrito
ou que se deita no solo.*¹⁰

A *História de João da Silva e dos obstáculos que encontrou para sobreviver na “terra do amor e da fartura” ou cantoria em 8 movimentos do homem do carrascal* expressa o apego de Moura à temática da saga camponesa que o atraía desde os primeiros estudos sobre Canudos e Euclides da Cunha. História de um herói trágico, que conta sua odisseia em “tempo de descompasso no momento em que o protesto é semente mortuária (enquanto aguarda a vitória)”. História do lavrador e de sua revolta motivada pelas condições da existência, desigualdades sociais, domínio do latifúndio e luta pela terra. Obra pouco conhecida, mesmo raríssima, a *História de João da Silva*, pode ser também parcialmente conhecida pela apreciação feita por Arimathéa. Seduzido pela força do texto, enviou-lhe em 16 de fevereiro de 1986 elogios rasgados, onde a crítica social e a crítica literária mesclam-se revelando uma outra faceta de sua visão de mundo, já desencantado com a cultura elitizada:

(...) uma beleza de inteligência para escrever uma história do brasileiro aviltado - o pobre diabo que tem os grandes responsáveis pela sua miséria na qualidade de heróis [...] conta a história do brasileiro doente, comedor de abóbora, analfabeto, sem terra, rezando, mulheres pretas, cachacas, devassidão, fome, fome, fome. A história do homem brasileiro - uma história só. Alguns famosíssimos ladrões, e o assombrado cortejo dos miseráveis - uma sociedade brasileira definida oficialmente como de pobres e ricos. Gostei do livrinho - saboroso de verdade, de coragem aplaudida.

Decepcionado com o panorama cultural de Teresina, onde via triunfarem a pornografia, a libertinagem e a mediocridade, Arimathéa Tito também comentou o lançamento dessa obra de denúncia das injustiças sociais perante pequeno número de pessoas e renunciou que ela não faria carreira. De fato, a obra que parece ter sido a única tentativa de Moura de adentrar o universo do cordel como autor-

10 A saga camponesa nos versos de Clóvis Moura. Tribuna Operária, São Paulo, 3 a 9 mar.1986.

cordelista, ultrapassando sua frequência do gênero como leitor e estudioso, não obteria sucesso e tombaria no esquecimento. Seu interesse pelos folhetos datava de muito antes e havia resultado na publicação de *O Preconceito de cor na literatura de cordel*, em 1976, em São Paulo, pela editora Resenha Universitária, com prefácio de Jorge Amado. Nesta obra escrita na cidade paulista de São Carlos em 1972, quando era redator do jornal *Folha de São Carlos*, em período de grande repressão política, expôs seu entendimento sobre o papel relevante da produção cordelista como instrumento de denúncia e mobilização. Atribuiu ao cordel uma função social, que significava “elemento de comunicação coletiva e, ao mesmo tempo, como refletora - positiva ou negativa - de uma problemática social”. A expressão literária preferencialmente difundida no nordeste do país, refletiria

(...) problemas da sociedade sertaneja, as suas contradições estruturais, circulando como elemento de ligação entre os diversos grupos sociais que, através dela, vem os seus problemas projetados corretamente ou deformados, nela encontrando a sua solução algumas vezes, embora de forma meramente simbólica (MOURA, 1976, p. 5-6).

Nessa obra, a análise sociológica dos versos de cordel foi direcionada para a denúncia do preconceito contra o negro e “grupos ou camadas atingidas por problemas agudos ou crônicos, para os quais somente encontram a solução simbólica, por transferência”. Escrito, como declarou, “em condições das mais desfavoráveis”, inclusive pela repressão dirigida aos comunistas, a obra trazia uma mensagem mais abrangente e pouco detalhada de mobilização para os camponeses explorados pelo latifúndio. Passada uma década, Moura pôs se a campo para utilizar o cordel como instrumento da luta dos moradores do Mimbó. Claramente tinha como referência a teoria do peneiramento enquanto processo social contra o negro e o camponês nordestino, pois as lições do mestre Emílio Willems o haviam marcado profundamente.

Outros resultados, desta vez políticos, decorreram da pesquisa sobre o Mimbó. Sem esmorecer diante dos revezes e adversidades, Arimathéa somou esforços em torno do reconhecimento dos direitos dos moradores da comunidade e chegou a propor o nome de Clóvis Moura para a direção da Fundação Nacional Pró-Memória em

1985, é o que diz a carta enviada a ele em 16 de setembro de 1985 comunicando ter enviado ao Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira indicação do seu nome com a finalidade de defender a “justa causa piauiense”. Portanto ainda durante a realização da pesquisa em pauta, houve repercussão das atividades de Moura junto ao Mimbó, que provocaram essa indicação em contexto de disputa de versões sobre a origem quilombola da comunidade negra .

A proposição foi feita no momento em que o maranhense José Sarney assumiu a presidência da República após o falecimento do presidente eleito Tancredo Neves e promoveu uma mudança na organização dos ministérios, de que resultou a separação da pasta da Cultura do até então Ministério da Educação e Cultura, em março de 1985, com a posse de José Aparecido de Oliveira como seu primeiro titular. Em cascata vieram os rearranjos no âmbito da FNPM, criada em 1979 e extinta em 1990, e que atuava como braço executivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vinculado ao MEC. As alterações feitas em 1985 possibilitaram a indicação do nome de Clóvis Moura para ocupar a pasta do Ministério da Cultura e/ou a presidência da FNPM, com apoio do governador do Estado do Piauí, Hugo Napoleão.

Um grande *lobby* exerceu pressão na imprensa para angariar apoios de políticos, acadêmicos, docentes universitários, movimentos negros, entidades artísticas e culturais em prol dessa candidatura, no âmbito do PMDB, e que foi apresentada como a possibilidade de conciliar duas vertentes políticas, a do Estado do Piauí e a dos “movimentos negros de todo o Brasil”. A extensa lista de apoio constituída por entidades e personagens destacados no cenário acima, entre eles o governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro, os docentes da USP João Baptista Borges Pereira e Kabengele Munanga, ultrapassou o viés regionalista que reivindicava um posto para um representante do Piauí no terceiro escalão do governo. Diziam os jornais em suas matérias que a candidatura contava com também o apoio do professor Fernando Henrique Cardoso .

Além das credenciais já conhecidas como escritor, Moura havia alcançado visibilidade no movimento negro, que resultou inclusive na outorga da Medalha Anchieta pela Câmara Municipal de São Paulo, recebida por ele em maio de 1985, pela “atividade cultural e política

em prol do Negro”¹¹. Essa foi a tônica do programa de ação que elaborou com o título de “Uma conversa fraternal” e provavelmente distribuiu em busca de apoio à candidatura. Nele a palavra de ordem era democratização da entidade, em uníssonos com o contexto político, aberta à efervescência dos movimentos sociais e foi sintetizada em

(...) prioridade a projetos e pesquisas, publicações e demais atividades, naquelas áreas nas quais não venham a constituir apenas anódinas atividades acadêmicas, mas digam respeito aos interesses daquelas populações ou grupos pesquisados.[...] Apoiar as sugestões, projetos e pesquisas daqueles segmentos oprimidos e/ou discriminados como operários, camponeses, negros, mulheres, índios e homossexuais, destruindo as barreiras discriminatórias e criando uma sistemática de convivência democrática em todos os níveis da Fundação com a sociedade abrangente.

Não faltou patrocínio, mas a indicação não foi aceita pelo novo ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, que indicou Ricardo Gioglia para o cargo. Apesar do revés, a pesquisa sobre o Mimbó repercutiu também na UFPI, de onde Moura recebeu convites para palestras e cursos de extensão. Em 1995 por exemplo, foi convidado pelo Grupo Negro do Mimbó desta universidade para ir a Teresina, segundo relato peculiar de Gramoza em carta de Teresina, 27 de junho de 1995, o qual considerou o grupo ligado à Pastoral do Negro de certo modo inexperiente: “ainda não compreende o caráter político dos movimentos negros, atuam de forma muito sacerdotal, ou então de forma meramente reivindicatória”.

Passado o vendaval da militância em prol do Mimbó, em 1988, ano do falecimento da mãe de Clóvis, os laços com Arimathéa motivaram este escritor a solicitar dele, em sua carreira ascendente como sociólogo e historiador, que não se esquecesse de “gente e episódios do seu Piauí” na obra em elaboração, o *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* que seria publicado postumamente em 2004. Solicitação acolhida, com a ressalva de que necessitava de colaboração para

11 Clóvis Moura para o Pró-Memória. Jornal de Piracicaba, mai.1985. Veja-se também Clóvis Moura é indicado para a Fundação Pró-Memória. Jornal do Piauí, Teresina, 12 mai.1985; Medalha Anchieta para Clóvis Moura. Jornal da Manhã, São Paulo, 21 mai.1985.

reunir informações, sinal de que não era fácil escrever sobre escravidão no Piauí. De fato, Mimbó não está incluído entre os verbetes sobre a escravidão e quilombos formados nesse Estado.

Restou a proximidade em relação ao Ministério da Cultura, para a realização de outro projeto de pesquisa de que Moura participou, o da História Geral do Negro no Brasil, que seria coordenado por ele e os historiadores Joel Rufino dos Santos e Décio Freitas. Inserido nas comemorações do centenário da Abolição, o projeto ficou inconcluso por falta de verbas, mas resultou na publicação do volume de Moura intitulado *As injustiças de Clio*, em 1990.

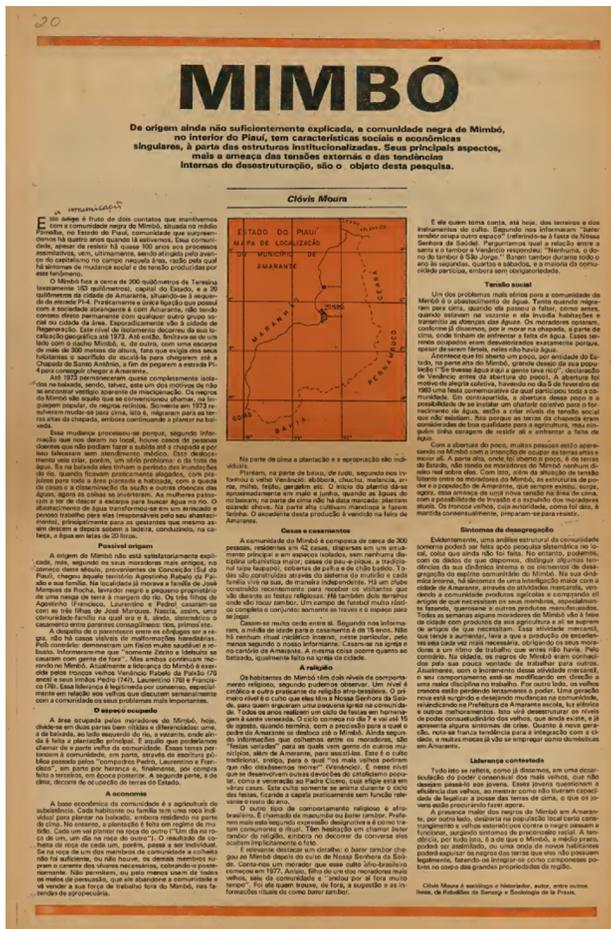


Imagem 15 – Artigo sobre o município de Mimbó, publicado no *D.O. Leitura*, suplemento da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 1984. Arquivo CEDEM.

O que se deve ler para conhecer o Brasil?

A correspondência enviada por Nelson Werneck Sodré a Clóvis Moura de 1962 a 1991 forma um conjunto significativo de vinte e sete cartas, em sua maioria datadas do Rio de Janeiro. Seu tom era amistoso, reforçado pelo compromisso com o comunismo que inspirou a camaradagem presente nas entrelinhas, nos temas abordados, na cumplicidade sobre o dito e o não dito, expressa vínculos que extrapolam a formalidade das relações. A linguagem corretíssima evidencia por parte de Sodré grande domínio do idioma nos diálogos de muita fluência e precisão informativa. Nascido em 1911, já era escritor consagrado¹ na época do início da correspondência, enquanto Moura ainda buscava o reconhecimento de sua obra, embora já contasse com três livros publicados. Sodré exerceu grande ascendência sobre ele e o “adotou”, atuou como seu orientador e padrinho junto a editores, além de divulgar sua obra por diversos meios.

Em 1962, Clóvis encontrava-se em meio a confrontos relevantes que ocorriam no campo político-partidário e passou a integrar a dissidência do partido que deu origem ao Partido Comunista do Brasil

1 Nelson Werneck Sodré (1911-1999) publicou entre outros inúmeros títulos História da Literatura Brasileira (1938); Panorama do Segundo Império (1939); Oeste (1941); Orientações do Pensamento Brasileiro (1942); Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil (1943); Formação da Sociedade Brasileira (1944); O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil (1945). Sua carreira militar foi truncada em decorrência de suas posições políticas afinadas com o PCB.

(PC do B), juntamente com Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois. Por seu lado, o general reformado do Exército Nelson Werneck Sodré ocupava lugar de destaque na intelectualidade comunista e alcançara inserção institucional relevante no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ali desenvolveu atividade didática e editorial, pois chefiava o Departamento de História que ministrava cursos de Formação Histórica do Brasil, a qual se desdobrou em produção de monografias integrantes da coleção intitulada História Nova patrocinada pelo MEC e destinadas à formação de professores. Pelo relevo de sua obra, era considerado o “historiador oficial do partido” (GUIMARÃES; LEONZO, 2005, p. 236).

Nesse ano de 1962, Moura concentrava esforços na tentativa de reedição de *Rebeliões da Senzala*, bem como na obra ensaística que estava escrevendo sobre Euclides da Cunha. O livro, apesar de pouco divulgado, constituía um marco em sua trajetória intelectual pois trazia além do tom marcadamente militante do materialismo histórico, expresso em linguagem envolvente, a novidade do tratamento privilegiado do tema da resistência negra à escravidão, que certamente não era desconhecida pelos estudiosos da História, mas adquiria nesta obra o lugar central, iluminado pelos holofotes da narrativa contundente.

A dificuldade para conseguir segunda edição da obra ocupou grande parte da correspondência em pauta. Sodré, em situação privilegiada como escritor influente junto a editoras, assumiu o patrocínio do empreendimento, assunto que iria ocupar ambos nos anos seguintes. Deu inúmeras demonstrações de boa vontade e interesse em intermediar esse projeto junto às editoras em que dispunha de acesso, como foi mais tarde reconhecido por Moura no prefácio à segunda edição do livro, quando ela finalmente foi alcançada em 1972, onde entre os agradecimentos de praxe, registrou aqueles devidos “ao escritor Nelson Werneck Sodré pelo empenho de ver terminada esta segunda edição”.

As obras que Moura escreveu foram sumariadas e enviadas a Sodré previamente à edição, para que ele as avaliasse e apresentasse sugestões, porém o diálogo nem sempre foi fácil. Em seu estilo direto, sem meias tintas, Sodré cumpria seu papel de crítico amigo porém

rigoroso e o pacto não escrito de confiança entre eles autorizava julgamentos bastante severos, temperados com pitadas de suavidade camarada. Assim foi que aprovou e estimulou a “refundição” do texto da primeira edição de *Rebeliões*, cujo valor reconhecia sem prejuízo de divergência. Sua apreciação sobre a obra sempre foi reticente quanto à forma, pois encontrava nela imperfeições a serem sanadas. Quanto ao tema, mostrou-se entusiasta e afirmou ter utilizado a obra em seus próprios estudos, em particular *Formação Histórica do Brasil* (1962), conforme expressou em carta datada do Rio de Janeiro, 17 de abril de 1962:

Seu trabalho é pioneiro; considero por escrever a história das rebeliões brasileiras, e é uma grande história. Há quem sustente não haver, no Brasil, tradição de luta camponesa. Tenho dúvidas. Parece-me, ao contrário, que há falta de historiadores das lutas camponesas. Que parece a você?

Não apenas considerou a obra fonte indispensável no assunto, mas se empenhou em promovê-la, movido pelo *habitus* da sociabilidade política e partidária, nas editoras em que tinha vínculo autorizado graças ao lugar destacado que ocupava na Historiografia. Acreditava que a reedição - uma vez que a primeira edição ficara à sombra - atenderia a público certo, interessado na “revisão do estudo do nosso passado”. A adesão ao materialismo histórico facilitava o entendimento mútuo e a valorização de seu potencial para divulgar uma nova interpretação da História do Brasil. Ambos se encontravam na mesma trincheira, em momento considerado propício para a “mudança na relação de classes”, como afirmou Sodré nos anos que antecederam o golpe de 1964. “São as forças produtivas em desenvolvimento que estão mexendo com a cultura brasileira e renovando-a”. Com tal expectativa, previa que o livro teria como público preferencial os jovens e autorizado por essa perspectiva atuou para divulgá-lo no espaço institucional de que dispunha - o ISEB.

No entanto, havia um obstáculo aparentemente incontornável, o silêncio persistente da crítica sobre a obra constituía barreira à reedição. No intuito de impedir que o autor desanimasse, Sodré afirmava que a ausência de notícias sobre o livro não deveria preocupá-

lo, computando-a à conta da “imprensa interessada no antípoda”. Constantemente estimulava Moura a continuar escrevendo, como se vê nesta carta de 1962: “a omissão da crítica reacionária deve-se a deliberado propósito: nada há que dizer a esse respeito; a da crítica progressista deve-se a dois motivos: falta de meios (revistas, jornais, críticos, espaço) e falta de compreensão”.

Paralelamente aos diálogos e estratégias editoriais em torno da reedição de *Rebeliões*, outro texto foi objeto de discussões, o ensaio sobre Euclides da Cunha de importância também reconhecida por Sodré. Moura havia anunciado a ele o estudo em andamento, prontamente aprovado pelo camarada, que por sua vez já havia abordado o tema na coleção de ensaios *A Ideologia do Colonialismo* (1961). Na referida carta demarcou território por ele já palmilhado :

“O homem está, como outros, deformado por uma apologética estreita e vulgar. Merece ser estudado amplamente. Fiz o que me era possível, sempre às pressas, com a “Revisão”, parte de um livro editado pelo ISEB, A Ideologia do Colonialismo.

la mais além, pois sendo conhecedor do tema, recomendava a Moura estudar contemporâneos de Euclides da Cunha. Subjaz em suas sugestões a convicção de que a superação do racismo só viria com a superação da dominação capitalista e chegou mesmo a enviar ao amigo um roteiro para a obra sobre Euclides, ainda em elaboração:

(...)separar o mito da realidade; situar historicamente o desenvolvimento da personalidade e da obra de Euclides; situar historicamente o conteúdo ideológico de seus autores preferidos, dos que influenciaram em sua obra. As ideias socialistas de Euclides são um produto de leituras; não derivam das condições reais em que ele viveu, por isso é que são episódicas, superficiais, desimportantes no conjunto de sua obra. Mas são um avanço, em relação ao conjunto do pensamento brasileiro da época, são antecipadoras, precursoras. Constituem um traço pessoal destacado. É preciso considerar que em vida de Euclides, as relações capitalistas no Brasil estavam apenas em início, e lento (e, portanto, o aparecimento de burguesia e proletariado).

Subitamente, em 20 de maio de 1963, a intermediação de Sodré junto à editora Civilização Brasileira parecia receber ventos favoráveis

para o acolhimento das edições de *Rebeliões* e do estudo sobre *Euclides*, pois ele com entusiasmo anunciava, quase determinava a Moura:

Pode preparar os originais de seu livro e enviar-me para que o coloque com o editor. Aguardo, também, que conclua o trabalho sobre Euclides. Tenho grande curiosidade de conhecê-lo. Não há prazos para enviar o original do ‘Rebeliões’, como solicita. Assim que me chegue às mãos, será encaminhado ao editor. Quanto ao trabalho sobre Euclides, cuja qualidade pressinto, já nada poderei afirmar, pois não tratei disso com editores.

Porém, de fato, sem que o motivo tenha sido explicitado, a situação inverteu-se e *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* teve melhor êxito, foi publicado no ano seguinte catalogado como ensaio e recebeu a chancela prestigiosa do prefácio escrito pelo renomado escritor Jamil Almansur Haddad. Pela primeira vez Moura publicava em uma grande editora, graças à intermediação de Sodré. Apesar de se tratar também de um livro inspirado pelo materialismo histórico, discutia de modo menos radical o tema do capitalismo no Brasil no bojo da tentativa de responder à questão central: teria Euclides da Cunha sido socialista ou comunista? A polêmica levantada inseria-se no panorama comemorativo do cinquentenário da morte do escritor, ocorrido em 1909 e provavelmente tornou oportuna sua publicação.

Essas iniciativas sugerem que entre 1962 e 1964 o otimismo alimentou no país projetos editoriais voltados para autores de esquerda e Moura deles se beneficiou, até que em abril de 1964, o panorama se alterou com a imposição dos atos institucionais que atingiram jornais, revistas e livros ao instalar a censura. *Rebeliões da Senzala* esperaria mais oito anos para ser reeditado.

Os anos do último governo anterior ao golpe militar constituíram um período bastante movimentado em termos de atividade editorial para Sodré, que passara a dedicar-se exclusivamente ao ofício de escritor e atividades correlatas. O tema ocupa quase todas as suas cartas, calibrado pela visão otimista de que caberia aos intelectuais reordenar a sociedade mediante seus escritos, notadamente de História. A conjuntura do governo do presidente João Goulart autorizava esse otimismo e a confiança na transformação da

sociedade em futuro próximo. A proposta de “reformas de base” - entre elas a da educação - predominou na pauta política de tendência nacionalista e, nesse contexto, Sodré ocupava-se especialmente das associações de intelectuais que considerava relevantes para a tarefa de conscientização do povo para o estabelecimento de um regime nacional - democrático. Conforme expôs a Clóvis, em todo o país “os escritores tendem a agrupar-se em organizações mais objetivas que as existentes ou passadas”; considerava o momento “propício para novos tipos de organização que permitam a participação do escritor, como tal e como cidadão, interessado nos problemas do conjunto da sociedade”. Nesse sentido, estava envolvido com a formação, no Rio de Janeiro, do Centro de Estudos Sociais, formado por “escritores de esquerda” que pretendia “ampliar os estudos marxistas”. Para esta “frente de intelectuais progressistas” havia promessa de verbas pelo governo².

Uma das atividades desenvolvidas por Sodré na época ocorreu no ISEB e a ela procurou vincular Moura. No Departamento de História desse Instituto empenhava-se em “agrupar professores, na maioria jovens, para a revisão histórica que o momento impõe”. Para essa empreitada, haviam sido chamados professores de algum modo relacionados ao PCB, recém-formados pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e ligados ao ensino médio: Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Melo, Pedro Celso de Ulhoa Cavalcanti, Rubem César Fernandes e o estudante da mesma Faculdade Joel Rufino dos Santos, indicado pelo grêmio estudantil Centro de Estudos de História. A intenção era proceder a uma revisão de textos para o Ministério da Educação, para que “o ensino de nível médio possa retirar a História do baixíssimo plano a que foi atirada”. Nesse sentido o estudo das rebeliões de escravos despertou interesse no grupo e Sodré acenou ao amigo com uma novidade: o tema ficaria a seu cargo no trabalho revisionista em andamento:

(...) o estudo das rebeliões, na amplitude que você propõe, está nos nossos propósitos. E você já o iniciou, e nos está ajudando por isso mesmo. Depois

2 Conforme as cartas de Nelson Werneck Sodré a Clóvis Moura, de 17 de abril de 1962; 20 de maio de 1963 e 21 de agosto de 1963.

das rebeliões de escravos - a seu cargo - talvez lhe interesse o estudo da Cabanagem, à espera de um intérprete do seu porte .

Com essa proposta introduzia a obra de Moura em seu círculo no ISEB e no projeto editorial, que, se concretizado, poderia dar-lhe projeção nacional de enorme amplitude, além de inserção institucional chancelada pelo MEC. Segundo o depoimento de Sodré, a publicação dessas monografias deveria contribuir para a “renovação dos estudos de História no nível médio”, que considerava “lastimável”, por acreditar que nele “a História não passava de mero arrolamento de dados, de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse”. Com a História Nova, pretendia renovar o ensino dessa disciplina mediante formação de professores com a intenção de subtraí-los à “rotina dos compêndios didáticos “ e “ampliação de perspectivas” mediante divulgação de um novo método- o materialismo histórico- que estava convencido ser adequado para “mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer lhes os espíritos” (SODRÉ, 1986, p. 121).

O empreendimento previa a publicação de dez títulos, destinados à distribuição direta aos professores: *O Descobrimento do Brasil, A sociedade do açúcar, As invasões holandesas, A expansão territorial, A decadência do regime colonial, A Independência de 1822, Da independência à República, O sentido da Abolição, O advento da República e O significado do Florianismo*. Apenas cinco deles chegaram a ser publicados e distribuídos antes que o golpe militar desarticulasse e interrompesse o projeto (SANTOS, 1993, p. 114). O texto de Moura sobre as *Rebeliões* poderia subsidiar os estudos da equipe encarregada de sua redação, como sinalizou Sodré ao camarada .A sistemática de trabalho adotada pelo grupo encarregado de redigir os fascículos da História Nova lança luzes sobre a participação de Moura no projeto:

Valendo-se de um método de elaboração socializado, os autores da História Nova dividiram o tempo histórico em episódios. Havia um relator para cada episódio, escolhido por todos e variável, encarregado de escrever uma espécie de rascunho preparatório. Cada integrante do grupo estudava e anotava essa versão preliminar, segundo suas pesquisas individuais. A seguir, a equipe se reunia para debater não só o texto proposto, mas

também as contribuições apresentadas. Após intensa discussão, era redigido em conjunto o texto definitivo, que ainda seria objeto de nova leitura e revisão (GUIMARÃES; LEONZO, 2005, p.236).

A prática descrita permite melhor compreender o tipo de inserção que Moura obteve junto ao grupo da História Nova: nas palavras de Sodré, *Rebeliões* já estava na roda das discussões e oferecia subsídios para a elaboração dos fascículos. A encomenda de texto sobre a Cabanagem reforça a hipótese de que Moura pouco a pouco era integrado ao grupo por meio da circulação de sua obra. Sodré exercia papel mediador e aglutinador entre os jovens professores, ainda com pequeno destaque intelectual no campo historiográfico diante da tarefa de renovação da História para uso didático sob o patrocínio oficial. Ressalte-se o alcance da atuação pretendida, pois os fascículos da História Nova foram distribuídos gratuitamente aos professores de História de nível médio de todo o território nacional, em escolas públicas e privadas, em parceria com a CASES - Campanha de Assistência ao Educando, iniciativa de Roberto Pontual, tornando-se assim uma orientação referendada pelo órgão governamental como subsídio para o ensino da disciplina. O projeto da História Nova deslanchou até março de 1964 e recebeu impulso ao ser objeto da Portaria do MEC 50, de 04 de fevereiro de 1964, que recomendava o uso das monografias inovadoras nas escolas, para superar:

(...) as deficiências da historiografia no sentido de apresentar aos professores de grau médio um conjunto de informações sistemáticas que os habilite a melhor preparação de seus cursos, considerando que a coleção (...) ora editada (...), contribui com importantes subsídios para que tais deficiências sejam sanadas.

Porém logo nos primeiros dias após a derrubada do governo do Presidente João Goulart, a reviravolta política atingiu em cheio o ISEB, declarado extinto em 13 de abril, pelo Decreto n. 53.884. Em maio de 1964 Sodré foi preso e viu os livros da História Nova apreendidos. Seu nome, junto ao de outros autores publicados pela Civilização Brasileira, foi incluído pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na lista dos “comunistas infiltrados” e passou a ser alvo da censura na categoria de inimigo da “revolução”. Os textos ainda em

fase de edição foram igualmente confiscados para evitar a propagação da História considerada indesejável e ameaçadora à nova ordem que se instituíra. A alternativa encontrada foi prosseguir com as reedições dos fascículos, desta feita pela editora Brasiliense, porém logo essa iniciativa foi igualmente alcançada pela censura. Entre os títulos publicados pela Brasiliense encontra-se *O sentido da Abolição*. Com essa reviravolta, o plano anunciado de incluir textos de Clóvis Moura na coleção foi suspenso, bem como congelada a tentativa de reedição de *Rebeliões* pela Civilização Brasileira.

Na prática, a sociabilidade comunista estabeleceu no período vínculos intelectuais relevantes e decisivos para Clóvis Moura. Ainda que pouco noticiada pela imprensa (*A Gazeta* de 26 dez.1969 e 9 jan.1970), graças à iniciativa do autor a obra circulou entre os amigos/camaradas e tornou-se conhecida entre escritores destacados que se manifestaram em solidariedade ao projeto da reedição. De Jorge Amado, por exemplo, recebeu a sugestão de que esta se fizesse pela editora Zahar e suas cartas oferecem indícios de que teria agido nessa direção: “Creio que uma nova edição de *Rebeliões* da Senzala, lançada pela Zahar, seria excelente. A primeira edição passou meio despercebida devido ao mau lançamento”³.

Sodré parece ter somado esforços à indicação de Jorge Amado e firme em seu propósito de patrocinar a reedição de *Rebeliões*, confirmou em 1963 a existência de condições junto à editora Zahar, criada com o objetivo de publicar livros do PCB e que se distinguiu por editar obras claramente de esquerda:

(...) existem e depende de você tal reedição. Penso que o livro é importante e, com os acréscimos que pode receber, em vista de suas pesquisas posteriores, tornar-se-á uma fonte obrigatória de consulta sobre o tema dos menos conhecidos, ainda à espera da atividade e da argúcia dos pesquisadores. Peço, pois, que providencie os originais e me envie. O editor Zahar o lançará segundo compromisso que assumiu com um amigo comum, grande admirador de seu livro. Não espere pela perfeição e exaustão dos dados informativos: mesmo no texto antigo, o seu livro merece reedição.

3 Carta de Jorge Amado a Clóvis Moura, Salvador, 26 de agosto de 1963.

Apostava na contribuição do livro para a criação de uma nova visão de mundo, que a efervescência intelectual e política do período autorizava prever e seu otimismo era igualmente elevado quanto à possibilidade de mudanças políticas no país:

avançamos muito e principalmente [...] nos vamos libertando de dogmatismos esterilizantes e estreitos. Assistimos, pelo contrário, a uma intensa curiosidade e a debates esclarecedores sobre todos os assuntos. Hoje sempre que alguém pode oferecer alguma contribuição útil ao conhecimento dos nossos problemas, é certo que encontre audiência e receptividade. A larga e extensa curiosidade sobre o marxismo é uma prova do que afirmo. O processo está se acelerando rapidamente e parte principalmente das camadas mais jovens, como é natural, mas está longe de limitar-se a essas camadas. Sou otimista, por tudo isso. Não somos mais inteligentes do que os que trabalharam antes; as condições em que trabalhamos é que são diferentes: e a realidade que nos impõe tudo isso

4.

No entanto, o plano de edição do livro pela Zahar também malogrou, ainda que patrocinado por intelectuais de peso. Após as mudanças políticas ocorridas em 1964 as dificuldades só fizeram aumentar. A correspondência de Sodré passou a ser censurada, circunstância que afetou seu conteúdo inclusive pela constante referência a essa condição que servia de alerta ao seu destinatário. Evitava discutir largamente assuntos da política e passou a mencionar esporadicamente e com precaução a conjuntura. Logo após o golpe, teve seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar que governava o país, foi impedido de lecionar e publicar escritos pela imprensa.

A recepção silenciosa e a dificuldade de reedição de *Rebeliões* continuamente levavam seu autor a duvidar do valor da obra e a externar sentimentos negativos que Sodré tentava combater. Acreditava no “livro sobre os escravos”, que em sua avaliação seria “sucesso garantido” após reformulação. O conselho foi seguido por Moura, que à espera de editor, trabalhava incorporando sugestões de Caio Prado recebidas por ocasião de sua tentativa de publicar a obra pela Brasiliense e reunia materiais para ampliar o universo analisado.

4 Carta de Nelson Werneck Sodré a Clóvis Moura, Rio, 24 de abril de 1963.

A saga da segunda edição prosseguia, com Sodré buscando brechas, insistindo em publicá-la pela Civilização Brasileira. Pedia a Moura que não se comprometesse com nenhum outro editor, pois estava dirigindo para essa editora uma coleção de livros sobre o Brasil, e considerava que *Rebeliões* deveria “obrigatoriamente” pertencer a ela, por ser a de maior distribuição em todo o país. Encorajado pela avaliação de Sodré, e quiçá com seu aval, Moura dirigiu-se diretamente ao editor Ênio Silveira em primeiro de julho de 1967 para tentar viabilizar a reedição. Na retomada de contato anterior interrompido “por motivos que escaparam à minha vontade”, oferecia formalmente seu livro à editora:

Estou terminando a segunda edição do meu livro ‘Rebeliões da Senzala’, trabalho que focaliza as lutas dos escravos durante o regime servil eufemismo sob o qual se escondia a escravidão entre nós. Terminei o primeiro volume e estou concluindo o segundo, coisa que deverá estar ultimada até setembro. O Nelson conhece a primeira edição da obra, embora deva lhe dizer que a segunda edição é praticamente obra nova não apenas pelo tamanho mas pelos elementos que acrescentou, fruto de alguns anos de pesquisa. Somente o método continua o mesmo. Gostaria de saber se há possibilidade de ver a obra reeditada. O Nelson diz que sim. Inclusive já a usou como elemento de consulta em algumas dele, o que muito me desvanece.

A resposta de Ênio Silveira na carta de 11 de setembro de 1966 salientou relações de amizade com o “nosso bom Nelson Werneck Sodré” - pretendiam viajar juntos para a Europa. Antes da partida, informava, descobrira a carta de Moura em uma pasta de documentos e se surpreendera: “como foi parar lá não sei”. Nas entrelinhas, a intermediação de Sodré não superou a necessidade de alterações na obra bem como a decisão de não a publicar:

Nosso programa editorial está completamente (grifo original) delineado até agosto de 1968, e não nos será possível introduzir-lhe modificações ou acréscimos, a não ser quando se trate de um título de sensacional interesse e grande público certo, como o seriam - por exemplo - as memórias de Juscelino Kubitschek.

Assim sendo, embora não nos recusemos a examinar seus novos originais de REBELIÕES DA SENZALA, que você enviará ao Mário da Silva Brito quando (e se) quiser, não poderemos assumir compromisso editorial a não ser, talvez, para os últimos meses do ano vindouro.

Silveira pertencia ao campo intelectual do PCB e fazia da atividade editorial território de militância no sentido de publicar obras de autores considerados “progressistas”. Manteve essa política após 1964, desafiou o regime militar e sofreu com isso consequências pesadas para sua vida pessoal e profissional: diversas prisões, tentativa de assassinato e prejuízos financeiros. Tornara-se alvo da censura que se abateu até mesmo sobre os livros editados anteriormente a 1964 e os que estavam em processo de edição. Acusado de publicar material subversivo passou por apreensão dos estoques dos livros publicados, censura prévia dos que iriam ser editados, ataque e incêndio de sua livraria no Rio de Janeiro, diminuição dos pontos de venda, restrições ao crédito bancário, acontecimentos que golpearam profundamente suas atividades editoriais. Em 1965, para preservar a editora, deixou de ser nominalmente responsável pela edição de livros e da revista *Civilização Brasileira*, porém permanecia com poder decisório. Em 1966, havia se tornado alvo habitual da repressão, inclusive pela sua rede de sociabilidade intelectual e política que incluía entre os frequentadores de sua livraria no Rio de Janeiro Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, José Honório Rodrigues, Paulo Francis, Edmundo Moniz, Antônio Houaiss e, evidentemente, Nelson Werneck Sodrê.

Como de costume Clóvis não deixou a recusa sem resposta e tratou de explicar a iniciativa, que em sua autocrítica qualificou como afoita. Para isso enveredou em 12 de setembro pela transcrição parcial da carta recebida de Sodrê de nove de agosto, com o intuito de justificar a ousadia e respaldar a iniciativa que tomara ao ser incentivado pelo amigo, que lhe garantira que a reedição se faria sem problemas na nova coleção:

Estou aguardando com natural interesse o novo texto da “Rebeliões da Senzala” - peço que não se comprometa com nenhum editor, até que eu saiba. Explico: estou dirigindo uma coleção da editora Civilização Brasileira, composta de livros sobre o Brasil, e considero que o seu, obrigatoriamente, deve pertencer a essa coleção. Penso que posso afirmar a você que a reedição do seu livro é assunto garantido na Civilização Brasileira, hoje a editora de maior distribuição em todo o país. Aguardo notícias suas a esse respeito. Espero que estejamos de acordo.

Tida como praticamente certa, a reedição naufragava diante da resposta claramente desencorajadora ; restava a Moura aceitar o revés e admitir seu engano: “(...) acreditei sinceramente que o meu trabalho já estava programado na coleção do Nelson Werneck”, daí a insistência em consolidar “em termos administrativos” a decisão tomada por este. Concluiu a carta com o conhecido jargão de que se tratava de “ossos do ofício de escritor em país semicolonial”, que resumia convicções políticas e historiográficas partilhadas no campo do marxismo.

Por outro lado, Sodré incluiu a primeira edição da obra como referência destacada em seu livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, lançado em terceira edição em 1967, pela Civilização Brasileira. Tratava-se de compilação de uma “biblioteca básica brasileira” e nela *Rebeliões* foi indicada como uma das fontes principais para os “Estudos Sociais”, na categoria de “Informação preliminar”, e apresentada como “Primeira tentativa sistemática de estudo da massa escrava e de seus movimentos de rebeldia, dissipando preconceitos e apresentando o quadro à luz de novos critérios”. Note-se que apesar desse destaque a obra não foi indicada na seção reservada aos estudos sobre a escravidão (capítulos “Tráfico negreiro e trabalho escravo “ e “A abolição”) (SODRÉ, 1997, p. 235) .

Quase três anos depois, continuava sem sucesso o projeto de reeditar o livro pela Civilização Brasileira, pois Sodré afirmava estar sem influência na editora, da qual se afastara. Quanto ao editor da Zahar, que havia sido cogitado, afirmou não ter “condições de, pessoalmente, sem interposta pessoa, entender-me com ele. Ou melhor, tenho menos condições do que você, que é o autor”. Nota-se em 1970 certa impaciência com os pedidos de intermediação, que não havia logrado atender, além da insistência na necessidade de reformulação do livro. Afinal, Sodré aguardava que Moura fizesse “uma outra obra”.

A segunda edição de *Rebeliões* sairia em 1972, reformulada, treze anos após a primeira, pela Editora Conquista, do Rio de Janeiro. Não agradou a Sodré, que desqualificou a firma, dizendo ser o editor Hersen “desprovido de capital de giro para dar estrutura de empresa à sua editora”. Tudo porque esta deixara de lhe enviar o costumeiro

exemplar de cortesia para divulgação, negligência que o obrigou a adquiri-lo, como fez questão de frisar ao autor. Provavelmente gostaria de ter sido ele o responsável pela reedição.

Araguaia, Sacco e Vanzetti: jornalismo de reportagem

Mil, novecentos e setenta e nove foi um ano de intensa atividade editorial para Clóvis Moura. A data remete aos vínculos que ele estabeleceu com o PC do B, suas campanhas e estratégias, em particular aquelas desenvolvidas nos anos de 1976-1979. Por essa época, era redator do jornal *Movimento*, onde publicou os artigos *A tragédia Camponesa de Canudos*; *Mascarados de Brancos*; *Os Combatentes traídos*; *O Diálogo da História e os Historiadores do Diálogo*; *Inconfidência Mineira: uma utopia republicana?*; *Noventa anos da abolição*; *A Ciência não está no Mundo da Lua* ; *Calabar: a traição da história*¹. Sem que se possam afirmar detalhes de sua filiação e inserção partidárias, sua obra o situa como intelectual do partido, pois desde 1962 ele havia estabelecido contatos com o grupo que deu origem ao PC do B. Em entrevista a Fábio N. de Oliveira, José Carlos Ruy, seu amigo e companheiro de militância, afirmou que ele

1 Esses artigos foram assim publicados: *A Tragédia Camponesa de Canudos*. Movimento, novembro de 1976; *Mascarados de Brancos*. Movimento, abril de 1977; *Os combatentes traídos*, Movimento, 1977; *O Diálogo da História e os Historiadores do Diálogo*, Movimento, 1977 ; *Inconfidência Mineira: uma utopia republicana*, Movimento, abril de 1977; *Noventa anos da abolição*, Movimento, 1977; *A Ciência não está no mundo da Lua*. Movimento, julho de 1978; *Calabar: a traição da história*, Movimento, setembro de 1978.

Tinha uma grande admiração por Mao Tse-tung principalmente pela atenção que o dirigente chinês dava ao problema camponês que, na ocasião, Clóvis considerava que era um dos principais também em nosso país. Além disso, sua admiração pelos chineses vinha da opção revolucionária tanto deles como do PC do B que confrontava a opção reformista da parcela comunista que havia permanecido no Partido Comunista Brasileiro (OLIVEIRA, 2009, p. 123).

A atividade editorial do PCdoB era expressiva nessa década. Contava com a editora Alfa-Ômega, fundada em São Paulo, em 1973, e importante veículo de divulgação de autores vinculados à USP. Publicava, conforme anunciado, “pensamento crítico brasileiro” especialmente na área de Ciências Humanas (REIMÃO; MAUÉS. NERY, 2015). Nela Moura publicou o *Diário da Guerrilha do Araguaia* em 1979.

A pergunta que se coloca é qual teria sido sua motivação nessa iniciativa. A obra sinaliza de modo inequívoco a proximidade entre o autor e o partido, mais precisamente do grupo que se tornaria conhecido como Dissidência, o qual passou a divulgar documentos e debates sobre a Guerrilha do Araguaia, principalmente por meio do jornal *Movimento*. Analisando a linha editorial desse jornal, Flamarion Maués transcreve o depoimento de Ozéas Duarte a ele concedido e revela importantes dimensões desses embates:

Os militantes não sabiam nem que a guerrilha havia terminado. Nós achamos que era até um dever moral nosso informar aos militantes que a realidade era essa. Então, propusemos ao jornal Movimento publicar os principais textos da discussão do Araguaia no Comitê Central. E o jornal editou o debate. O Movimento era quase como o jornal oficial dos militantes do PCdoB. E isso instaurou a crise na base do partido. É basicamente a partir dessa crise que se consolida a Dissidência (MAUÉS, 2008, p. 245).

Em outro trecho do mesmo depoimento Ozéas enfatizou o segredo que cercava as operações guerrilheiras. Além disso, após o chamado massacre da Lapa, em 1976, quando morreram os integrantes da direção nacional do partido, Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Batista Drummond, houve acirramento das divergências internas. Segundo seu relato,

(...) a Guerrilha do Araguaia havia terminado em dezembro de 1973, com o massacre do comando da guerrilha. Nós já estávamos em dezembro de 1976, ou seja, haviam se passado três anos, e o Comitê Central ainda não tinha esclarecido o problema da guerrilha, não somente não tinha reconhecido formalmente que a guerrilha havia acabado como continuava a dar notícias sobre ela(...). Portanto consideramos que era necessário convocar um congresso do partido nesse momento, para informar as pessoas do que havia acontecido com a guerrilha, dar continuidade ao debate que estava havendo e eleger um novo comitê central (MAUÉS, 2008, p. 245) ².

Em abril de 1979, a divergência transbordou com a publicação dos documentos sobre a guerrilha. Ainda no decorrer da campanha uma divulgação do movimento havia sido feita pelo jornalista Carlos Chagas, chefe da sucursal de Brasília do *Jornal da Tarde*, periódico do grupo *O Estado de S.Paulo*. Ao ser conhecido o movimento de tropas do Exército na região do Bico do Papagaio, o jornal enviou o repórter Henrique Gonzaga ao local em busca de informações. Sua reportagem, publicada em 14 de setembro de 1972, pela primeira vez revelava ao público a luta armada no Araguaia, quando já se havia iniciado seu desmantelamento (AMORIM, 2014).

Porém o sigilo sobre as operações militares e o silêncio do partido sobre a organização guerrilheira tiraram o assunto do noticiário. Somente em 1976 as discussões internas parecem ter sido mais sistematizadas, inclusive com a famosa carta de Pedro Pomar ao Comitê Central. Em 1979, aproveitando o contexto da abertura política, a editora Alfa Ômega trouxe a público uma narrativa espetacular na forma de depoimento. Sob a direção de Fernando Mangarielo, lançou o primeiro volume da série História Imediata com uma reportagem de grande êxito editorial, intitulado *A Guerrilha do Araguaia*, preparada após reportagem *in loco* pelos jornalistas Palmério Dória, Vencent Carelli, Sérgio Buarque e Jaime Sautchuk.

Logo depois viria o livro de Clóvis Moura. A ruptura do silêncio sobre a guerrilha vinha portanto de dentro do próprio partido e Moura parece ter sido naquela ocasião o intermediário entre o autor

2 Sobre este tema, veja-se POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B.* 2.ed., São Paulo: Busca Vida, 1976.

do documento original e a versão publicada. Conforme nota da editora, esse *Diário* foi oferecido pelo “sociólogo Clóvis Moura” para publicação, proposta imediatamente aceita. Foram acrescentados o Programa de 27 pontos da ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), organização que dirigia politicamente o movimento, e o Regulamento das Forças Guerrilheiras, textos estes já anteriormente publicados pela mesma editora em *A Guerrilha do Araguaia*. Ao publicar um texto reformulado do diário de um combatente, Clóvis revelou importante dimensão de sua trajetória político-intelectual, a de atuar como intelectual mediador no processo de circulação de bens culturais, produzindo novos significados que incluem a simplificação ou didatização de códigos, linguagens e conhecimentos. Seu papel na elaboração do texto final foi omitido, e a autenticidade, enfatizada. Sobre sua repercussão pode-se mencionar uma segunda edição, ainda em 1979, e uma terceira, em 1985, pela mesma editora.

Wladimir Pomar esclareceu as circunstâncias da publicação dos relatos por militantes e dirigentes e sobretudo a participação de seu pai, Pedro Pomar, membro do Comitê Central e da Executiva do partido, nesse processo de tornar pública a guerrilha:

(...) no início de 1974, quando ficou evidente que a resistência armada do Araguaia cessara como resistência organizada, Pomar considerou que o Partido deveria enfrentar corajosamente os fatos e não escamotear a verdade. Durante os anos seguintes, não só defendeu a necessidade de realizar uma autocrítica em profundidade da política voluntarista-militarista (ele a chamou muito propriamente em sua carta sobre o assunto, de blanquista), tanto no âmbito da comissão executiva e do comitê central, como de todo o Partido e publicamente. Ele demonstrou, em sua carta, o quanto prezava os camaradas que contribuíram com seu tributo de sangue na luta guerrilheira. E, por isso mesmo, considerava que a exaltação desses companheiros exigia que a lição de sua morte fosse aproveitada pelas gerações futuras (MAKLOUF; AMAZONAS; MOURA; MENDEZ, POMAR, 1908, p. 12).

DIÁRIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA



APRESENTAÇÃO DE CLÓVIS MOURA



EDITORA ALFA-OMEGA

Imagem 16 - Capa do livro *Diário da Guerrilha do Araguaia*. Arquivo pessoal da autora.

O *Diário da Guerrilha do Araguaia* foi publicado como volume 10 da série Biblioteca Alfa-Ômega de Cultura Universal, dirigida por Fernando Mangarielo. A apresentação feita pela editora justificou a publicação como continuidade de outras iniciativas, que mostravam o grande interesse e a receptividade dos leitores ao tema. Naquele momento o

abrandamento da censura e o clima de abertura e conciliação política permitiam uma fresta para a divulgação dos ”fragmentos de nossa História que foram suprimidos do conhecimento público através das eficientes tesouradas dos alfaiates da segurança nacional”. Com o intuito de conferir credibilidade ao *Diário*, a editora apresentou-o como

(...) um documento oficial elaborado pela direção das Forças Guerrilheiras do Araguaia, que traz um balanço do movimento como um todo, na voz dos que dele participaram, desde o momento em que os primeiros guerrilheiros foram morar na região, até a retirada final, após a ofensiva das Forças Armadas contra os guerrilheiros, quando o movimento foi sufocado. um documento inédito e completo da guerrilha, partido do próprio centro da organização guerrilheira.

A explicação evidencia certa fragilidade, tanto que o editor resguardou-se adicionando mais precisão às vagas referências autorais: o texto fora narrado “do ponto de vista daqueles que efetivamente fizeram o movimento”, tratava-se de “um depoimento que brota da ideologia dos que estiveram na guerrilha”. Num total de 80 páginas, sem ilustrações, o volume apresentou ao leitor uma versão condensada da campanha guerrilheira, uma vulgata que respondia ao contexto e à busca de informações . Em suma, memória construída a partir de relato em primeira mão. Moura abriu a apresentação do *Diário* com o anúncio de que a publicação significava a ruptura do “silêncio histórico” do “discurso oficial” sobre o tema que havia se tornado

(...) uma das áreas proibidas da nossa história atual”(...) “Mesmo com todos os elementos de controle autoritário, os fatos explodem e extrapolam para a opinião pública e a análise histórica, pondo em plano de debate o que fora omitido .

Pretendia, ao fazê-lo, contribuir para anular o “filtro oficial como fonte da verdade”, e assegurar o conhecimento da existência do movimento guerrilheiro . Ecoava no entanto as barreiras de silêncio que o partido impusera à divulgação da luta armada. sem explicitar qualquer vinculação pessoal com tal estratégia. Atuou como intermediário entre o relato dos acontecimentos de Xambioá-Marabá,

entregue a ele por um dirigente do PC do B (NOSSA, 212, p. 165). Tudo indica que Moura teria recebido uma tarefa partidária com direcionamentos precisos, destinada ao público externo. No *Diário* a avaliação dos erros ocorridos durante a campanha não obscurecia a convicção dos acertos. Assim como no relatório de Arroyo, sobrevivente dos confrontos, onde também persistiu a crença na continuidade da luta. Apresentou o relato como um documento histórico, e nesse sentido insistiu tratar-se de uma narrativa autêntica construída a partir do ponto de vista dos guerrilheiros, ou seja, seu valor estaria em além de tornar públicos os acontecimentos recentes, ter sido escrito “de dentro da guerrilha”. A justificativa para a publicação foi a mesma que utilizaria pouco depois na publicação do livro *Sacco e Vanzetti*:

Estamos, agora, num momento de reencontro com a memória nacional, por alguns anos bloqueada e impedida de circular e ser analisada. Não é por acaso que fatos como a Guerrilha do Araguaia e outros estão se transformando em objeto de estudo e análise, criando-se já um filão bibliográfico neles inspirado”.

Não esclareceu suas vinculações com o partido mas apresentou como História Imediata os acontecimentos recentes, de 1972 a 1974, quando ocorreu a ofensiva do Exército e o consequente desmantelamento da guerrilha, que considerava constituir “material de análise e meditação para todos os homens que pensam politicamente no Brasil”.

Segundo Wladimir Pomar relatou no livro organizado sobre Pedro Pomar, Moura foi amigo de seu pai. Relato igualmente feito na pauta da amizade foi o do próprio Moura nessa obra, a título de evocação, onde narrou terem se conhecido no ano de 1950, durante um congresso de escritores (provavelmente da ABDE) e desde então mantiveram contato, encontrando-se por algum tempo em uma “pequena praça arborizada e semi-obscura em um bairro classe média de São Paulo”. A proximidade foi bastante explícita: era “amigo, quase irmão mais velho, o companheiro Pedro Pomar”. Indicações de locais e data são imprecisas, vagas, adequadas aos tempos. Essas relações com o partido e as atividades editoriais de Moura podem ser mais bem compreendidas com a leitura da ficha de seu prontuário DEOPS. As

informações nem sempre confiáveis provêm de outros depoimentos, como o de Aldo Silva da (?), de 1977, indiciado no inquérito policial que apurava atividades do PC do B, onde mencionou ligações de Moura com o partido. Jornalista e historiador, registra a ficha, que também assinala sua vinculação ao jornal *Movimento* e esclarece que seu contato no âmbito partidário em 1975-76 era Pedro Pomar.

Apesar das incertezas, tudo indica que o relato em primeira mão em que Clóvis se baseou foi o relatório do Companheiro J, isto é, Angelo Arroyo (1928-1976), operário, membro do Comitê Central do partido, que atuou politicamente desde 1945 e participou da organização guerrilheira como membro da Comissão Militar. Dali se retirou após a terceira campanha do Exército, que em 1974 levou à derrota definitiva do movimento. Rompeu o cerco à área das operações e trouxe consigo o diário militar da campanha, utilizado para a elaboração do relatório intitulado *Gloriosa Jornada de Luta* apresentado ao comitê Central do partido logo que conseguiu sair da zona de combate. De todo modo, Moura encontrou no material que lhe foi entregue “detalhes fornecidos por fatos e pormenores, dados da região, hábitos e costumes dos seus habitantes e de personagens que participaram da guerrilha”, cuja credibilidade atribuiu à “observação participante” dos que nela se envolveram. Também reconheceu nele um valor literário por ser “apaixonado, vibrante, algumas vezes até com imagens surpreendentes”. Aliás esse estilo literário e simplificado das experiências vividas parecia ter como objetivo conquistar o leitor para a causa e aprovação para as escolhas realizadas. Portanto, a ênfase do documento estava na defesa contra acusações de que o movimento teria se desenvolvido ao largo das massas camponesas, sem obter nenhum resultado além da repressão.

Para valorizar o texto como documento histórico, foi apresentada uma citação de José Honório Rodrigues que justificava a abordagem da História do tempo presente e a transformação das narrativas em primeira pessoa em fontes confiáveis. A História como compreensão do presente, formação de consciência histórica e social e práxis política, externa no texto do *Diário* a intenção de fornecer um instrumento de transformação social. A obra se insere no jornalismo de reportagem, mas também de elaboração e divulgação de memória.

Em todos os aspectos, de mediação cultural, visto que Moura não esteve *in loco*. Não apresenta conexões com a principal diretriz dos seus escritos, destoa de seus textos literários e revela outra dimensão de sua trajetória autoral, ainda pouco estudada.

Logo após a publicação, o livro despertou a atenção dos órgãos de segurança, como seria de se esperar, segundo diversos registros detalhados desde seu lançamento, como o dossiê do SNI aberto em outubro de 1979 . Moura ali foi apresentado como “sociólogo, escritor e professor(...) por demais conhecido no meio literário, principalmente pelas diversas conferências que vem proferindo sobre a Cultura Negra”. Quanto à obra, houve recomendação do informante de que fossem adquiridos dois exemplares para análise³. Além disso, o dossiê contém anexos um exemplar do livro, cópia xerox da capa e da apresentação.

No ano seguinte, no dossiê sobre o PC do B, o livro voltou a ser objeto de investigação pela ACE/SNI, que o analisou e chegou, entre outras, às seguintes conclusões: tratava-se de documento que divulgava ideologia que visava a derrubada do poder através da luta armada - guerrilha rural. Portanto, obra de “propaganda adversa ao regime” por conter inverdades sobre as campanhas militares do Exército no Araguaia. Seu público-alvo seria a classe média intelectualizada, professores, sociólogos, historiadores e estudantes, porém o preço e o título representavam obstáculos à divulgação e compra⁴. As três edições que recebeu invalidaram o prognóstico. Os dossiês continuaram a registrar informações sobre a recepção da obra, em especial nas atividades partidárias, sobretudo debates, onde foi colocada à venda e sua leitura, recomendada aos presentes. Contribuiu para a divulgação de assunto considerado tabu nas discussões sobre movimentos populares no Brasil.

3 Dossiê Diário da Guerrilha do Araguaia. BR-DF-NA-BSB - v.8, GNC.EEE /informe confidencial n. 3272/116/ASO/79.

4 Dossiê PC do B, GNC-AAA-7900/1090.

Sacco e Vanzetti

A editora Brasil Debates foi fundada em 1979, a partir de uma decisão do Comitê Central do PC do B, pelo dirigente Ozéas Duarte de Oliveira, em meio à crise que resultou na divisão do grupo. No entanto, o pesquisador Flamarion Maués, apoiado em entrevistas obtidas com seus integrantes, alerta para sua origem controversa, difícil de deslindar devido à falta de documentos (MAUÉS, 2008). Em julho desse mesmo ano, a editora foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e logo depois lançou três títulos, entre eles *Sacco e Vanzetti*. Tornou-se veículo de expressão da Dissidência e seguia linha editorial de superação do silêncio imposto pela censura. O depoimento de Ozéas Duarte lança luzes sobre o critério de escolha dos textos a serem publicados. Segundo o editor, tratava-se de livros encomendados, além de outros resultantes de trabalhos de jornalistas. Wladimir Pomar e José Carlos Gianini faziam parte do grupo que decidiu lançar a obra *Sacco e Vanzetti* de Clóvis Moura.

Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro, é obra militante inserida na luta pela anistia dos presos políticos, a qual tomou impulso desde 1978 e mobilizou amplos setores da sociedade no bojo do processo de abertura, durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo. Resultou na assinatura, em 28 de agosto de 1979, da lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para os acusados de terem cometido crimes políticos, com isso possibilitando a volta de exilados ao país. Entre os grupos e movimentos pela anistia destacou-se a Associação Nacional de Jornais que defendia a liberdade de imprensa. O movimento começou a ser organizado em 1978, quando foram fundados os Comitês pela Anistia, em rede nacional. Agregavam militantes políticos e sociais, setores da Igreja Católica, familiares de presos políticos e exilados para obter anistia dos opositores ao regime que haviam sido afastadas de seus cargos, presos e condenados.

O contexto era de efervescência também nos meios operário e estudantil, canalizada para greves e manifestações, cujo impacto na sociedade favoreceu o movimento pela anistia. Em 27 de junho desse ano, o Presidente Figueiredo encaminhou ao Congresso um projeto de anistia que acabou sendo consolidado em lei. Era no entanto de

alcance parcial, pois excluía os presos condenados por ações armadas contra o regime, mas apesar das limitações, a lei permitiu o retorno daqueles que tiveram seus direitos políticos cassados e reparação aos que haviam perdido seus postos de trabalho.

Nesse ambiente a editora Brasil Debates publicou *Sacco e Vanzetti* em 1979, o primeiro título da coleção Brasil Memória, cujo conselho editorial era integrado por Moura, Décio Freitas, o jornalista e político Fernando Segismundo, na época presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o escritor Luiz Luna. Os convites para que os amigos integrassem o Conselho Orientador foram nada menos que peremptórios. É o que se vê nas cartas enviadas por Clóvis a Décio Freitas e a Fernando Segismundo: um editor premido pelo tempo, que com urgência solicitava aos amigos anuência em figurar no conselho editorial da coleção que estava organizando e onde publicaria seu livro. Ao primeiro deles comunicava em oito de novembro de 1979 que decidira incluí-lo no conselho da coleção “para prestigiá-la” e apresentou a qualificação da editora ao amigo, para melhor convencê-lo a aceitar: “A editora é nova, mas de um pessoal muito bom. Por seu intermédio sairá uma revista teórica de marxismo da qual você deverá obrigatoriamente ser colaborador”. De teor semelhante foi a carta datada de São Paulo, 15 de outubro de 1979, Moura que enviou a Fernando Segismundo em 15 de outubro de 1979, com o convite para integrar o Conselho da coleção pautada por linha “inteiramente de acordo com as nossas posições metodológicas. O seu nome viria valorizar o Conselho”.

Após o impacto causado pela censura instalada pelo regime militar, criara-se uma brecha para que os livros de oposição ao regime fossem publicados. Compreendiam um vasto leque de temas políticos, que incluía “clássicos do pensamento socialista, obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias contra o governo” (MAUÉS, 2008, p. 237). A atuação dos movimentos estudantil e sindical bem como a campanha pela anistia impulsionaram o movimento editorial, que além de revitalizar editoras já existentes (Civilização Brasileira, Brasiliense, Paz e Terra, Vozes), deu ensejo à criação de novas casas: Global,

Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Edições Populares, Graal, Veja e Livramento. Não obstante se pautarem pela oposição ao governo, a vinculação partidária dessas editoras nem sempre foi explícita.

Sacco e Vanzetti adotou como tema o caso célebre da execução de dois anarquistas italianos residentes nos Estados Unidos para protestar contra sua condenação e, por analogia, manifestar-se a favor da campanha pela anistia aos atingidos pela repressão durante o regime militar no Brasil. O caso ocorrido muitos anos antes, quase meio século, ao longo de 1920 a 1927 – desde a prisão dos réus até sua eletrocussão - foi aqui revisitado a partir da imprensa operária publicada na época no Brasil, a qual fez campanha pelo reconhecimento da inocência dos acusados.

O prefácio escrito por Abguar Bastos diz muito da estratégia editorial de *Brasil Debates*, empenhada em atuar como “um polo aglutinador, no limite de suas possibilidades, de intelectuais e personalidades de oposição ao governo”, conforme assinalou Flamarion Maués. O paraense Abguar Bastos Damasceno (1902-1995) ocupou diversos cargos públicos, foi político, escritor e jornalista destacado, atuou em diversos jornais no Norte do país, foi um dos fundadores e presidente da ABDE. Sua obra inclui quatro romances, uma novela folclórica, sete livros sobre assuntos históricos e literários, dois livros de poesia e um de memória. Na Apresentação, fez da obra de Moura um libelo contra a perseguição política, restrita explicitamente no caso em pauta ao anarquismo mas com referências diversas que mostravam a atualidade da luta dos que se posicionavam contra o capitalismo, e defendiam o “direito pensante” de “lutar pela vida melhor dos povos”. Apresentou Moura como “escritor sempre voltado para os temas através dos quais se vislumbram injustiças, discriminações, espoliações ou atitudes patrióticas dignas da homenagem histórica”. Lembrou aos leitores a atuação de Moura no jornalismo na linha do “humanismo consciente” expresso nas obras anteriormente publicadas. Com essa perspectiva Abguar Bastos conclamava os leitores da obra a ficarem atentos ao

(...)hábito de serem punidos por crimes diferenciados, não cometidos, pessoas que não podem ser condenados por sua maneira de pensar, só porque essa indicação de procedimento moral é politicamente contrária às regras formais do status político vigente (MOURA, 1979 b, p. 5-6) .

Para justificar a abordagem, a exemplificação alcançou até mesmo os casos Dreyfus e do casal Rosenberg, igualmente condenados em processos controvertidos, o primeiro na França, os demais nos Estados Unidos. Só não se manifestou abertamente sobre o Brasil.

Na época da publicação do livro, Moura alinhava-se com a campanha agregadora de correntes e tendências que lutava para obter a anistia. Nesta obra defendeu genericamente os operários explorados, a perseguição política e a necessidade de união de tendências e correntes para uma luta comum. Adotou como estratégia discursiva a transposição/atualização do caso para denunciar a repressão aos opositores do regime pós-1964 no Brasil. Nesse sentido, *Sacco e Vanzetti* foi por ele anunciado como “uma amostra do comportamento da classe operária brasileira diante desse crime político” conforme explicou a Fernando Segismundo em carta de 15 de outubro de 1979. Para Décio Freitas foi mais explícito e em tom de cumplicidade apresentou alguns dias depois, mais precisamente em 8 de novembro, com o habitual ressentimento contra os escritores vinculados às universidades, o pequeno livro no qual fazia

(...) um apanhado da repercussão da morte dos dois anarquistas italianos no Brasil. Não é pesquisa exaustiva, mas abre picada para, depois, um brasilianista, com todas as facilidades que eu não tive, escrever a tese para conseguir o título de PH.D.

Desenvolveu nas 80 páginas do livro a tese do erro judiciário, conforme os interesses político-partidários do momento. Um dos pontos relevantes do seu texto consiste na reiterada referência à eletrocussão dos condenados, inclusive com a publicação de uma imagem da cadeira elétrica que os fulminou, em alusão muito clara aos métodos de tortura praticados nos presos políticos durante o regime militar. Cá e lá é possível acompanhar as âncoras do seu discurso: a injustiça, o julgamento por crime comum acobertando o motivo ideológico da condenação, a reação internacional dos operários mobilizados em defesa dos acusados, independentemente da convicção política, mas sobretudo dos anarquistas. Os jornais *A Plebe* (São Paulo), *A Manhã* (Rio de Janeiro), *A Tribuna* (Santos) entre outros forneceram-lhe material para a construção do capítulo *O Clamor das*

manchetes e trouxeram os argumentos para a defesa dos condenados. Conclamava à luta coletiva contra as arbitrariedades e colocava em relevo o papel da imprensa no protesto contra o julgamento, a condenação e a execução dos anarquistas italianos imigrantes residentes no estado de Massachussetts . Por outro lado, a mensagem também era motivada pela conjuntura das greves operárias do ABC paulista de 1978 e 1979, em paralelo com aquelas que aconteceram em São Paulo e no Rio de Janeiro, em protesto contra a condenação dos dois anarquistas, ocorrida em 1927. Muito discretamente, a mensagem foi passada na Nota Explicativa, onde Moura se refere ao momento da publicação da obra:

Agora, quando estamos procurando uma retomada de contato com a memória nacional, é interessante rever como as coisas aconteceram de 1920 a 1927, lembrar o heroísmo dos trabalhadores que em número de cerca de cinquenta mil pararam praticamente São Paulo e recordar a sua intransigente posição contra a penetração do imperialismo. Somente estas razões justificam a publicação do presente trabalho que nos parece útil, esclarecedor para os trabalhadores que, no momento, estão reencontrando a sua consciência social, e, também, para estudantes que desejem se inteirar da formação e do dinamismo da classe operária brasileira (MOURA, 1979 b, p. 8).

O livro expõe um anátema contra a condenação de anarquistas acusados de crimes comuns, que não teriam cometido, e pelos quais foi feita campanha intensa nos meios operários para salvá-los da execução, em uníssonos, apesar das divergências políticas. Diversas âncoras do discurso conectam metaforicamente o passado e o presente vivido pelo autor: a reiterada menção à cadeia onde os envolvidos nas engrenagens da repressão recebiam choques elétricos, a “casa da morte” onde muitos entraram para não mais voltar, a legitimidade da luta por um projeto de esquerda para a sociedade.

A tiragem de três mil exemplares, usual na editora, rendeu a Moura 10% de direitos autorais, que não destoavam da praxe de contratos fixados com autores. A preciosa correspondência trocada entre Ozéas de Oliveira e o autor permite o acompanhamento das vendas no decorrer do primeiro semestre de 1980, quando foram comercializados 1.724 exemplares e distribuídos como propaganda

pela editora e pelo autor 210 exemplares. Ao preço de capa de Cr\$ 100,00, considerado elevado pelo editor, rendeu em adiantamentos a Moura Cr\$ 15.000,00 pagos por ocasião da entrega dos originais acrescidos de Cr\$ 5.000,00 no momento da saída do livro da gráfica em 30 de novembro de 1979. Do total dessa antecipação a editora ficou com saldo favorável de Cr\$ 4.860,00⁵. Segundo o editor, as vendas eram morosas e o preço considerado elevado perante outros do mercado. Não há mais informações sobre a carreira comercial do livro, ao qual seguiu-se logo depois, a participação de Moura na coleção Brasil Memória com a publicação de um artigo, em 1980, na obra coletiva sobre *Pedro Pomar*.

5 Cartas de Ozéas Duarte de Oliveira a Clóvis Moura. São Paulo, 23 de janeiro e 21 de julho de 1980.

Imprensa negra redescoberta

Na década de 1970 o movimento negro entendido como movimento político de mobilização racial para a luta contra o racismo e seus sustentáculos, o preconceito e a discriminação, entrou em fase de grande efervescência. Como salienta George Reid Andrews,

Um número crescente de aspirantes negros ao status de classe média tornou-se cada vez mais consciente das barreiras - e por elas exasperado - que os impediam de receber sua parcela justa dos benefícios do rápido crescimento econômico. Foi nesse ponto que teve início uma nova onda de mobilização política negra, quando, em um movimento que fez parte do processo mais amplo da abertura [política], estes negros em ascensão começaram a debater e discutir entre si os dilemas colocados por sua posição na sociedade, que não era uma democracia política nem - como iriam concluir - uma democracia racial (ANDREWS, 1998, p. 299).

Ocorreram inúmeros encontros de escritores, formação de grupos de estudos e centros culturais, exposições e fundação de jornais, enfim, mobilizações diversas. Nesse contexto desabrochou a “descoberta” da importância da imprensa negra publicada desde a década de 1910 e sobretudo sua apropriação por esta nova geração de militantes. O trabalho pioneiro de Roger Bastide de 1951 (BASTIDE, 1951) foi republicado em 1973, juntamente com outros estudos de sua autoria sobre a cultura afro-brasileira. As palavras finais de seu texto foram inspiradoras para os propósitos do movimento negro na época, ao atribuir a essa imprensa o poder de

(...) órgão da formação dos líderes: é aí que se forjam suas primeiras armas, que tateiam a opinião do povo, que se impõem ou falham. É, enfim, e sobretudo, um órgão de reivindicação, de solidariedade e de educação; de reivindicação, contra tudo o que seja em detrimento da elevação do brasileiro de cor; de solidariedade, porque somente a união poderá quebrar o preconceito de cor; de educação, porque o preto só subirá com mais instrução e mais moralidade, e com mais confiança no seu próprio valor (Bastide, 1973, P. 156).

Uma das manifestações desse interesse pelo ressurgimento da imprensa negra ocorreu em 1972, quando uma exposição de jornais foi realizada nas dependências da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, no bojo da 1.ª Semana Afro-Brasileira, promovida pela Associação Cultural do Negro¹. Pouco depois, em 1975, o *Jornal da Tarde* noticiou um projeto de entrevista coletiva sobre a imprensa negra, a ser feita pelo Instituto Laura Camargo, conduzido por estudantes universitários com a participação dos jornalistas José Correia Leite, Sebastião Gentil de Castro, Jayme de Aguiar e Henrique Cunha. O tema adquiria urgência diante da idade avançada dos jornalistas pioneiros. Dois objetivos parecem ter norteado a iniciativa: de um lado, exaltar a memória de lutas passadas que remontavam aos tempos do cativeiro, pois segundo a notícia, os jornalistas entrevistados possuíam em comum histórias de vida: “Os avós de todos haviam sido escravos. Os pais da maioria já eram negros alforriados”. No registro de suas trajetórias havia premência para que se garantisse a transmissão da herança cultural e de lutas às novas gerações. O segundo objetivo anunciado consistia em estimular o “ressurgir da imprensa negra” em São Paulo, chamado que se direcionava para uma ação integrada, “com brancos e negros trabalhando juntos pela elevação dos negros, como antigamente”. E, para maior convencimento dos leitores sobre a relevância do assunto, informava terem sido esses jornais consultados para a elaboração de teses da Universidade de Boston, nos Estados Unidos.

O tema dos jornais retornava à sociedade ampla, onde haviam sido criados e para a qual se dirigiram. Além disso, o assunto não

1 IMPRENSA negra em exposição. O Estado de São Paulo, 12 mai.1972; Os jornais dos netos de escravos. *Jornal da Tarde*, 12 jun.1975.

deixou de ser apropriado por estudos acadêmicos e tornou-se objeto de estudos acerca das práticas do movimento negro . O depoimento do militante Cuti é significativo desse percurso:

Aos poucos foi-se-me desabrochando diante dos olhos um passado recente, rico em lutas e esperanças urbanas do meu povo. Personagens diversos passaram-me a habitar a imaginação. Dentre as personalidades, militantes de outros tempos, algumas foi possível ver, ouvir e admirar. Este contato trouxe à minha geração o influxo necessário para sentirmos que não estávamos iniciando um trabalho de conscientização, mas continuando o esforço daqueles que nos tinham antecedido (LEITE, 1992, p. 11).

O evento seguinte foi a exposição realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 1977, a propósito do transcurso dos 90 anos da Abolição. Seu catálogo fornece listas detalhadas dos jornais expostos, publicados no período entre 1918 e 1965. Foi organizada por Eduardo de Oliveira e Oliveira, intelectual militante destacado do movimento negro, que desempenhou importante papel como mediador durante o período em que esteve vinculado à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, de 1975 a 1976 .Um dos resultados dessas iniciativas foi o ressurgimento da imprensa negra, que entre 1974 e 1989 publicou 22 títulos em diversas cidades do país (RIOS, 2014; PINTO, 2010).

No bojo desse percurso memorialístico, realizou-se uma sistematização do que foi possível resgatar dos jornais antigos e superou-se o obstáculo do acesso às coleções privadas. Some-se a isso a ausência de ordenação do material disponível que possibilitasse análises mais detidas. Essas circunstâncias nortearam o trabalho da antropóloga Miriam Ferrara, que recentemente esclareceu a origem do seu interesse pelo estudo da imprensa negra. Ele teria sido despertado em 1975², quando leu a notícia sobre o projeto de entrevistas acima mencionado e passou a procurar os exemplares dos jornais, entrando em contato com Jayme de Aguiar, que havia sido editor de *O Clarim d'Alvorada*. Com sua ajuda, teve acesso aos arquivos pessoais de José

2 Catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977). São Paulo, 1977.

Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Francisco Lucrécio, além da coleção do próprio Aguiar, talvez a mais volumosa entre as que haviam sido preservadas pelos veteranos jornalistas, a velha guarda de frentenegrinos.

Desse levantamento passou às entrevistas com Correia Leite e Jayme de Aguiar (fundadores e redatores de *O Clarim d'Alvorada*), Francisco Lucrécio (secretário da Frente Negra Brasileira e colaborador de seu jornal *A Voz da Raça*), Raul Joviano do Amaral (redator de *A Voz da Raça*), Henrique Cunha, Pedro Paulo Barbosa (Membro da direção da Frente Negra Brasileira e colaborador de *A Voz da Raça*), Aristides Barbosa (colaborador de *O novo Horizonte*) e Ironides Rodrigues (diretor da revista *Quilombo*) . A pesquisa resultou na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida na USP em 1981, a qual expressou sua tenacidade na heurística e catalogação das fontes, sistematizadas conforme normas da Arquivística e completadas por análise interpretativa. Fontes oriundas de séries incompletas, desgastadas pelo tempo e pelo manuseio em alguns casos, foram cotejadas com informações trazidas por outros jornais e entrevistas de histórias de vida. Do universo escolhido Ferrara selecionou 30 títulos publicados no Estado de São Paulo entre 1915 e 1963, catalogados em uma periodização mais ampla que a anterior, elaborada por Bastide. Esse arranjo documental e interpretativo viria a ser objeto de releituras (ferrara, 1985; 1986; 2016).

Outra iniciativa de resgate e preservação coube ao pesquisador norte-americano Michael Mitchell que realizou microfilmagem do conjunto denominado *The Black Press of Brazil*, depositado na Biblioteca Firestone da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Os microfilmes foram feitos nos anos 1970 e 1980 a partir de coleções de variada abrangência, que se encontravam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo e no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP. A reprodução dos jornais contou com verba do consulado americano, e segundo José Correia Leite das três cópias produzidas na ocasião, uma foi levada por Michael Mitchell para sua universidade, as demais destinadas ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e à Biblioteca Mário de Andrade ou à Biblioteca Sérgio Milliet do Centro Cultural São Paulo . Parece ter sido

um trabalho paralelo àquele realizado por Ferrara, que por diversas vezes enfatizou ter descoberto os originais das coleções consultadas.

No decorrer da pesquisa, Ferrara entrou em contato com Clóvis Moura a quem atribuiu “participação e interesse” decisivos em seu trabalho. A imprensa negra diluiu-se ao longo de sua obra e mais especificamente pode ser rastreada como recorte temático, em 1978, quando participou de esboço de projeto do IBEA, no qual pretendia desenvolver estudo sobre o negro e os órgãos de comunicação de massa. Nele o aparecimento dessa imprensa “eticamente diferenciada” foi atribuído a dois fatores: o preconceito e a “impossibilidade da comunidade negra levar aos jornais tradicionais os seus problemas, a sua vida social e cultural”³. Houve convergência de forças entre ambos, evidenciada inicialmente por ocasião da banca de mestrado da pesquisadora, realizada em 1981, com a participação de Moura e do professor João Baptista Borges Pereira,. Ambos vinham mantendo vínculos de sociabilidade intelectual motivada pelos estudos sobre o negro (PEREIRA, 2011). Poucos anos depois, em 1983, Clóvis publicou o artigo *A imprensa negra em São Paulo*, onde dialogou com a dissertação de Ferrara e a interpretação de Roger Bastide, que havia atribuído essa modalidade de expressão a membros da classe média negra. Moura acrescentou a ambos os autores sua interpretação pessoal do tema, em tom militante e contraposto aos “circuitos universitários”⁴. Ressaltou o valor dessa imprensa “de circulação restrita e penetração limitada”, por revelar a falácia da democracia racial no Brasil, já que houve a

(...) necessidade de uma imprensa alternativa capaz de refletir especificamente os anseios e reivindicações, mas, acima de tudo, o ethos do universo dessa comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor que os setores deliberantes da sociedade achavam ser estigma e elemento inferiorizador para quem a portasse (MOURA, 1984 b, p. 204).

3 MOURA, Clóvis. O negro e os órgãos de comunicação de massa. Esboço de projeto, 1978 (Arquivo CEDEM/UNESP).

4 A primeira versão do texto foi publicada com o título Organizações Negras em obra encomendada pelo CEBRAP: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius de Caldeira(org.) . São Paulo: o povo em movimento.

Ao sabor das circunstâncias, porém, Moura revelou pessimismo sobre a possibilidade de ressurgimento desses jornais nos anos 1980. Teria sido esse um “*jour de gloire*” completamente superado? Em sua análise projetiva e otimista sobre o futuro dos negros parecia subestimar o papel a ser nele desempenhado pela imprensa, ao afirmar que

(...) com a diversificação progressiva da sociedade paulista e, especialmente, da comunidade negra, parece-nos problemático um renascimento negro em São Paulo através da reativação dessa imprensa. Outros objetivos se apresentam para o negro registrá-los e enfrentá-los. A sociedade de capitalismo dependente, poliétnica e preconceituosa que se desenvolveu no Brasil está a exigir do negro uma participação na qual o específico étnico fique embutido no programa de modificações que esse tipo de sociedade está a exigir. E, a partir daí, não haverá mais necessidade de uma imprensa alternativa que defenda os interesses de uma comunidade oprimida e discriminada, isto porque terão desaparecido a opressão e a discriminação (MOURA 1980, p. 217) .

Em 1984 veio a público a edição fac-similar intitulada *Imprensa Negra*, em formato reduzido por questão de viabilidade. Foi feita pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, à época presidida por Audálio Dantas e apoiada pela Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Moura dispunha de acesso bastante largo a este órgão, que lhe abriu as portas para a publicação de artigos em diversos números de seu suplemento, o *D.O. Leitura*, vários deles encomendados. O empreendimento gigantesco de publicar na íntegra os originais editados ao longo de décadas acabou por limitar o alcance da divulgação desse “jornalismo resistente e heroico” ou “de resistência” nas palavras introdutórias de Audálio Dantas. Reduzidas as pretensões porém não a relevância da iniciativa, o resultado foi uma publicação por amostragem de 36 títulos arrolados entre 1915 e 1963, desde *O Menelick* até o *Correio de Ébano*, copiados em sua primeira página, acrescidos de comentários de Clóvis Moura e legendas de Miriam Ferrara, com destaque daqueles considerados mais combativos: *A Voz da Raça* (órgão da Frente Negra Brasileira, fundado por Arlindo Veiga dos Santos), *Getulino*, *O Patrocínio* e *Senzala*. Em 2002, nova edição da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo reproduziu os *fac-símiles* . Desta vez, a iniciativa coube à Comissão de

Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA) do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Ambas as edições constituem indícios significativos de que as pressões oriundas do movimento negro haviam alcançado órgãos do Estado, que se tornar a partícipe de um processo de conscientização da discriminação racial, questão “pensada tanto por negros quanto por brancos”, como já haviam sinalizado os organizadores do projeto de resgate da memória dos velhos militantes. Mesmo que criticadas por alinhamentos partidários conflitantes, essas e outras iniciativas realizadas no âmbito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram pioneiras na criação de agências estatais com vistas ao combate à discriminação racial.

A dissertação de Miriam Ferrara publicada em 1986, pela Universidade de São Paulo, tornou-se referência para o estudo do tema e contou com o prefácio de Clóvis Moura que lhe ressaltou o ineditismo, endossou as teses e assim qualificou a obra:

É através desse material tão rico que Miriam Nicolau procura e consegue retratar o mundo ideológico do negro paulista, as suas esperanças e o seu comportamento. Retratando um contexto de incertezas, frustrações e ambiguidades, esses jornais negros expressaram as particularidades e diferenças culturais, sociais e psicológicas dos afro-brasileiros de São Paulo (FERRARA, 1986).

E prossegue em seu estilo apaixonado, jornalístico e militante, afirmando que essa imprensa possui caráter integracionista, “uma forma alternativa de autoafirmação étnica, de redescoberta do ‘eu’ perdido ou quase perdido durante o longo período da escravidão colonial”. Nas páginas desses jornais Clóvis identificou a interlocução que procurou favorecer a solidariedade grupal entre negros em contraponto à sociedade “branca”. E sentiu-se autorizado, a partir da obra de Ferrara, a concluir que o negro paulista havia alcançado uma “visão particular” de si mesmo, uma “mundividência existencial”, expressa em um código de moral específico, na convicção de que a ascensão social ocorreria mediante educação formal, em regras específicas de etiqueta. A leitura desses jornais revelava o “negro no mundo dos brancos” em sua luta pela auto-organização e reivindicação

integracionista na cidade de São Paulo. A hipótese norteadora de suas reflexões consiste na afirmação de que

(...) todo o discurso dessa imprensa é integrativo, isto é, do negro querendo ser cidadão, conseguir integrar-se ser reconhecido como igual. Mesmo quando se refere à África (o que faz raramente) nunca é para pregar um movimento de retorno à mãe perdida, mas como um referencial de memória para mostrar que tem um passado, ancestralidade que deve ser lembrada e reverenciada. Por outro lado, as referências à África são quase que meramente simbólicas, muitas vezes míticas.

Quanto à denominada imprensa mulata, que era e ainda hoje permanece objeto de polêmica, o derradeiro escrito de Clóvis Moura sobre o tema foi o verbete inserido no *Dicionário da Escravidão*, onde retomou as interpretações de Jeanne Berrance de Castro (CASTRO, 1968, p. 5), que praticamente reproduziu. Definiu-a como jornais de reivindicação étnica dos mulatos (pardos) livres que circulavam no Rio de Janeiro durante o século XIX e sobre eles externou a opinião: “esta elite negra que se intitula mulata já procura dar as costas à grande massa que constituía a escravaria do eito e das minas e passa a reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos homens livres na ordem escravista” (MOURA, 2004, p. 199).

O professor que ensinava pelos paradidáticos

Na década de 1980 uma grande transformação no mercado editorial provocou uma guinada na produção autoral de Clóvis Moura. Ele já havia se desligado do trabalho jornalístico profissional e passou a investir na produção de livros por meio de sua empresa de pesquisa e assessoria. Com a publicação de livros paradidáticos, que alcançaram diversas edições e circulação nacional, tornou-se ainda mais conhecido e consagrado como o “historiador dos quilombos”, em parte devido à aceitação dessas obras pelo público estudantil e pelo movimento negro. Por meio dos títulos publicados pelas editoras paulistas Brasiliense, Ática e Global tornou-se também professor conforme anunciado nos volumes: *Quilombos e a rebelião negra*; *Brasil: raízes do protesto negro*; *Quilombos: resistência ao escravismo*; *História do Negro Brasileiro* e *Sociologia do Negro Brasileiro*,

A grande expansão do ensino em todos os níveis, especialmente na educação superior, com a criação de cursos e faculdades públicas e privadas, proporcionou crescimento do filão de leitores potenciais tanto de estudantes quanto de professores, que as editoras de livros didáticos passaram a disputar. Essas empresas atravessaram períodos difíceis no contexto inflacionário que levou à diminuição das vendas e ao mesmo tempo, ao deslocamento da produção para livros didáticos, cujo comércio era garantido pela parceria com o Estado por meio de subsídios, incentivos fiscais e compra direta em configurações

federais e estaduais. Vendas gigantescas foram feitas ao Ministério da Educação para distribuição gratuita em escolas públicas entre 1964 e 1985 (GALUCIO, 2009). Surgiram então os paradidáticos, que em sua linguagem atraente e simplificada, atualidade temática e função complementar ou subsidiária aos programas de ensino universitário, encontraram inúmeros compradores entre os estudantes de graduação e seus professores.

Não se tratava de manuais didáticos tradicionais ou obras alentadas resultantes de pesquisa acadêmica, mas de obras portadoras de uma didática que se pretendia renovada, portadora de evidências científicas e que auxiliariam os docentes ao desenvolverem temas de seus programas de ensino. Tais estratégias foram adotadas por editoras que se colocaram na competição pelas vendas. Além da Brasiliense e da Ática, outras mais enveredaram pelo filão dos paradidáticos, como Moderna, Atual e Cortez. A linguagem empregada foi recurso fundamental para atrair o público leitor, por ser atraente e de fácil assimilação para professores e alunos, podendo mesmo tender ao literário. Uma das características dessa produção foi a criação de coleções específicas.

O contexto da redemocratização motivou debates que levaram à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e à promulgação da Constituição Federal de 1988; teve impacto significativo sobre o ensino de História com a inclusão de temas relacionados ao negro. Entre as importantes disposições do texto constitucional, destacam-se aquelas referentes a políticas de inclusão que garantiam direitos a populações minoritárias especialmente quilombolas e indígenas, como resultado da atuação de movimentos sociais fortalecidos com a configuração política favorável aos debates. A criminalização do racismo evidenciava a atuação incisiva do movimento negro que havia empreendido revisão historiográfica por meio da recusa da interpretação da Abolição como ato de outorga proporcionado pela Lei de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, interpretação esta substituída por um enfoque que valorizava as lutas dos próprios escravizados no processo. Nesse contexto de disputas político-historiográficas, foi estabelecido o dia 20 de novembro como o dia da libertação, o Dia Nacional da Consciência Negra, associado à heroização de Zumbi dos Palmares,

que passou a ser considerado “ o negro de maior significação simbólica na construção da liberdade” e cujo falecimento foi situado por essa nova historiografia na referida data (FLORES,2007, p. 72.)¹. A defesa da igualdade racial impactaria programas escolares e a produção de materiais didáticos e paradidáticos. Seria consolidada posteriormente com a lei n. 10.639 de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do estudo de temas da cultura e da história africanas e afro-brasileiras nas disciplinas do ensino fundamental e médio, sobretudo as de História, Literatura e Artes.

A editora Brasiliense foi pioneira na modalidade ao lançar em 1979 a coleção Primeiros Passos . Segundo o editor Caio Graco Prado, que sucedeu seu pai Caio Prado Júnior na direção da empresa, essa coleção, em nova fase editorial

(...) começou com a intenção de divulgar alguns temas de conteúdo complexo, numa linguagem acessível, [e que] extrapolou todas as expectativas, atingindo em 1979, quando nasceu, até agora, milhões de leitores com mais de seis milhões de exemplares vendidos.

Entender o sucesso da coleção é simples(...)

-o texto é fluente, na primeira pessoa e em linguagem jornalística;

- a coleção admite a segunda visão: a mesma pergunta respondida, em outro livro, por outro autor (PRADO, 1990).

A primeira experiência de Clóvis Moura com esse tipo de produção aconteceu nessa editora, com a publicação de *Os Quilombos e a Rebelião Negra* na coleção Tudo é História, em 1981. A obra recebeu oito reedições até 1994, foi sucesso editorial. Sobre o autor, o livro informava aos leitores ser sociólogo, presidente do IBEA, com diversos títulos publicados sobre o tema, entre eles a terceira edição de *Rebeliões da Senzala*, nesse mesmo ano. Nessa coleção publicaram professores universitários e entre eles Moura foi surpreendentemente incluído. Começava a construir nova identidade, graças aos vínculos estabelecidos com meios acadêmicos por onde circulava, ao mesmo tempo em que divulgava amplamente o seu Instituto, o IBEA. No embalo da terceira edição de *Rebeliões da Senzala*, alcançara maior

1 Segundo este autor, a proposta do dia da consciência negra remonta à década de 1970, por atuação do poeta Oliveira Silveira, no Rio Grande do Sul.

visibilidade afinada com o crescimento do movimento negro, tanto que desde 1980 estava em negociações com a editora Global que lhe enviou o projeto de abrir uma linha editorial sobre a “raça negra e os consequentes problemas da negritude”. Em resposta, Moura propôs *Brasil: raízes do protesto negro*, seu segundo título paradigmático publicado em 1983 e cujos direitos autorais lhe foram pagos até 1988, conforme carta da editora de 20 de julho de 1988.

Não se tem notícia de possíveis discordâncias na parceria entre Clóvis e a Brasiliense até 1987, quando a correspondência trocada entre as partes explicitou problemas com o recebimento de direitos autorais. Do editor Caio Graco veio uma circular datada de 19 de maio de 1987, com explicações sobre o atraso no pagamento e as dificuldades passadas pela editora em decorrência do Plano Cruzado. De fato, o ano de 1987 foi particularmente crítico para o mercado editorial devido à diminuição das vendas e para superar a crise, foi decisivo o investimento nos livros didáticos, que receberam apoio do Estado.

Para Moura o recebimento de direitos autorais constituía recurso significativo em seu orçamento, tanto que reagiu contra a situação deficitária do recebimento de valores a que considerava fazer jus como autor. A carta sem data (provavelmente um rascunho) destinada ao editor denota o seu já conhecido temperamento explosivo e a reação irada diante da frustração. Ressalte-se que resguardada a “amizade” entre ambos, Moura queixava-se do atraso de três meses no pagamento semestral dos direitos autorais, já corroídos pela inflação, fato que o ameaçava de “desmoralização profissional”. Dizia:

Recebi, pelo Correio, o demonstrativo de vendas do meu livro “Os quilombos e a rebelião negra”, já em 7.ª edição, correspondente ao período de janeiro a junho do presente ano, com um total de Cz\$ 62.098,40 de direitos autorais. Na mesma remessa vinha uma papeleta informando-me de que o dinheiro correspondente estaria à minha disposição a partir do dia 15/09/88, quase três meses portanto após a prestação de contas semestral.

Num país que convive com uma inflação mensal de 25% não é possível que uma editora que fatura a 30 e 60 dias para os seus clientes livreiros retenha, por quase três meses, uma importância já inteiramente defasada pela inflação durante o semestre.

Em nome da dignidade profissional, Moura devolvia ao editor a “papeleta” da prestação de contas e quanto ao cheque correspondente aos direitos autorais, valor àquela altura bastante corroído pela inflação, deveria ser “destinado àquilo que você achar melhor”. Provavelmente em decorrência desses percalços, a oitava e última edição de *Os Quilombos e a Rebelião Negra* só ocorreria alguns anos depois, em 1994, quando se encerrou essa parceria editorial. A editora havia perdido a liderança de que desfrutava no mercado, mesmo após ter recorrido ao lançamento de novos títulos. Quanto ao livro de Moura, é provável que a diminuição generalizada das vendas tivesse atingido também sua comercialização.

Nesse interregno, ele já havia sido aceito pela editora Ática para escrever outras obras paradidáticas e nela publicaria três títulos na coleção Princípios. Na época, esta casa amparava-se bastante na venda de livros didáticos e paradidáticos, com grande sucesso de vendas, ao contrário da situação da Brasiliense, em franco descenso. Fundada em 1964, logo a Ática tornou-se a maior editora de livros didáticos e outros produtos do nicho de educativos e suas transações incluíram a exportação de livros para Venezuela, Nigéria, Senegal e outros países da África de língua portuguesa, além de Portugal (HALLEWELL, 2012). Organizou as séries de títulos de paradidáticos Fundamentos e Princípios, que iriam contribuir para a divulgação da produção acadêmica inacessível ao grande público, em versão simplificada ou didatizada. Princípios surgiu sob a direção dos professores Benjamin Abdalla Júnior e Samira Youssef Campedelli e lançou como primeiro volume a obra de Affonso Romano de Sant’Anna, *Paródia, paráfrase e Cia*. Seu projeto editorial previa títulos sobre temas variados conectados com os currículos dos cursos de graduação, escritos por autores representativos em sua área de conhecimento. Destinavam-se ao público de estudantes universitários e sua estrutura deveria ser a de uma aula temática do programa da disciplina visada. Conforme declarado em edição comemorativa de seus 30 anos de existência, a série propunha-se servir de “apoio ao estudo de terceiro grau” e para tanto se dedicou a “fornecer informações básicas sobre determinados pontos do programa acadêmico (...) Livros curtos, de abordagem

rápida e com preço reduzido” caracterizaram a série que publicou mais de 250 títulos (PAIXÃO, 1995).

O primeiro contrato assinado por Moura com a Ática e devidamente registrado em cartório 16 de maio de 1986 destinava-se a viabilizar a publicação de *Quilombos - uma forma de resistência ao escravismo*, título posteriormente alterado para *Quilombos - resistência ao escravismo*. Sua primeira edição saiu logo no ano seguinte, em 1987, na coleção Princípios, seguida de reedições em 1989 e 1993. Em 1988 publicou *Sociologia do Negro Brasileiro* e no ano seguinte, *História do Negro Brasileiro*. As reedições dessas obras evidenciam o sucesso de Moura como autor de paradidáticos nas décadas de 1980-1990, no bojo das comemorações do Centenário da Abolição. Sua prática jornalística cotidiana não seria estranha a esse sucesso por inspirar-lhe veredas textuais diretas e objetivas, com boa dose de apelos bem direcionados, como a explicitação de episódios de violência contra os escravizados, detalhadamente descritos. Ação, reação, sofrimento estavam presentes em suas páginas transmissoras de discurso mobilizador para a militância do movimento negro, na medida em que exaltava o protagonismo negro na História.

Nos livros da série Princípios a apresentação do autor afirmava sua identidade de “sociólogo, jornalista e professor do Ensino Superior de São Paulo”, além de ser “um dos principais estudiosos da cultura e dos movimentos negros no Brasil”, informação comprovada pela lista de obras já publicadas por ele, com destaque para *Rebeliões da Senzala*. Tal estratégia de apresentação ressaltava sua proximidade do ensino superior, que aparecia como credencial perante o público de estudantes universitários e professores. Correspondia também ao título de doutor com notório saber concedido pela USP em 1982, conforme a Ata da 107.a reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A proposta feita pelo professor João Baptista Borges Pereira recebeu 22 votos a favor e uma abstenção. Essa configuração autoral era reforçada pela estrutura da composição de todos os volumes da série, que incluía um aparelho crítico constituído por um reduzido vocabulário explicativo de termos complexos do texto, além de pequena bibliografia comentada. Tratava-se de recurso didático que em menos de 100 páginas em formato pequeno, praticamente de

bolso, situava o leitor no tema eleito. Mais do que isso, as indicações bibliográficas permitem traçar o emaranhado das sociabilidades intelectuais do autor, seus compromissos e suas adesões.

Os tratos comerciais com a Ática parecem ter sido tranquilos no início da parceria, pois Moura recebeu direitos autorais referentes à tiragem da primeira edição de *Quilombos - resistência ao escravismo*, calculada em três mil exemplares, para acerto de contas semestral. No entanto, a conta é mais complexa, como sugere uma planilha de vendas que permite acompanhar parcialmente a dinâmica editorial e o destino da obra: Estoque inicial - 4 456; Vendas - 688; Publicidade - 201; Estoque - 3 563; Venda acumulada até 31/12/87 -1 118. Seu êxito na editora foi grande ao ponto de publicar três títulos em curto período e de ter sido cogitado para indicação ao Prêmio Jabuti, conforme carta de 24 de maio de 1989 enviada pela gerente de Relações Públicas da casa, Vera Helena Hoexter Esaú:

Vimos através desta, solicitar que nos envie seus dados biográficos atualizados, com a maior brevidade possível, até o dia 10 de junho. Estamos inscrevendo seu nome para concorrer ao PRÊMIO JABUTI 89, promovido pela Câmara Brasileira do Livro (...).

Independentemente de ele ter sido de fato indicado ao prêmio ou não, em março de 1991 recebeu convite para submeter nova publicação, praticamente encomendada por João Guizzo, gerente editorial:

Estou entrando em contato com você para comunicar-lhe que a Editora Ática está preparando o lançamento de uma nova série de livros na área de História. Trata-se de uma coleção de pequenos livros sobre os principais conflitos armados da História brasileira: guerras, revoluções, insurreições, guerrilhas, etc. Como você já é autor da casa, está convidado a participar deste novo projeto. No caso de haver interesse de sua parte, entre em contato comigo por carta ou por telefone. A coleção terá um coordenador, com o qual você será colocado em contato oportunamente”.

O editor solicitava “sigilo total sobre o projeto” e o contato com o coordenador ocorreu, porém seu resultado é desconhecido já que

o título não foi publicado. Logo a seguir, em maio de 1991, com a alteração no corpo editorial da Ática, uma carta foi enviada a Moura solicitando eventuais correções em sua obra, provavelmente *História do Negro Brasileiro*, para nova edição, com o claro objetivo de alcançar alunos de graduação. O novo editor dos livros chamados universitários, Nelson dos Reis, em carta datada de 4 de janeiro de 1991 esclarecia tratar-se de coleção que continuaria contemplando desde

(...) os chamados livros instrumentais, voltados à formação de estudantes de 3.o Grau, até as obras de caráter mais tipicamente ensaístico. Deveremos, contudo, privilegiar num primeiro momento a edição de textos cuja aplicabilidade à graduação é mais acentuada.(...) Pedimos aos autores que nos indiquem os nomes das disciplinas (incluindo as de diferentes campos do conhecimento) para as quais seus livros serão indicados. Alertamos que esta informação tem destacada importância no trabalho de ampliação das possibilidades de divulgação e venda.

Era um filão promissor mas permanece desconhecida a resposta de Moura. A definição das disciplinas e dos campos do conhecimento onde o título poderia alcançar maior inserção fazia parte da estratégia comercial de envio de livros para professores, a fim de que fossem avaliados. O leque de opções divulgado em seus livros destacava Antropologia, História, Política e Sociologia. No entanto, poucos anos depois, a editora passou a adotar outra atitude em relação à obra *Sociologia do Negro Brasileiro*. A partir de 1995 e até 2003 as relações contratuais deterioraram-se e com o argumento de vendas muito reduzidas do título, a Ática comunicou-lhe a decisão de se desfazer, isto é, destruir o estoque dessa obra, avaliado em 2000 exemplares, justificada pela baixa venda anual em torno de 100 exemplares e a dificuldade para manter o estoque, dado o dispêndio com o armazenamento. Além do distrato, oferecia a Moura a possibilidade de aquisição dos exemplares em estoque a preço de custo, proposta recusada pelo autor, que reagiu energicamente acusando a parceira de faltar-lhe ao respeito ao atribuir-lhe a responsabilidade pela redução das vendas e sugerindo a doação dos volumes a instituições culturais a serem por ele indicadas. A pendência arrastou-se e em 2003, pouco antes do seu falecimento, novo título teve o contrato distratado pela editora, a *História do Negro Brasileiro*.

Em 1991, outra editora voltada para os livros didáticos e paradidáticos, a Moderna, manifestou interesse em publicar suas obras, por meio de uma carta-convite datada de 23 de outubro desse ano, assinada por Pascoal Soto e José Carlos de Castro. Desta vez, a linha editorial voltava-se para o ensino de primeiro e segundo graus, com o objetivo de

(...) proporcionar ao aluno, de forma agradável e atraente, a reflexão e o debate das ideias, e uma participação mais efetiva na realidade que o cerca, através de uma visão mais aprofundada e abrangente dos principais assuntos abordados pelos livros didáticos ou que venham a ser de interesse geral.

Não se sabe se ele atendeu ao convite, porém nada publicou nesta editora.

Livros e o movimento negro

Em suma, percebe-se pela atividade editorial na área de paradidáticos que o mercado respondia positivamente às atividades do movimento negro que sugeria temáticas novas, bem como às mudanças ocorridas nas propostas de educação básica e no campo historiográfico. O contexto da redemocratização em torno da Constituinte ensejou grande liberdade do ponto de vista das concepções políticas presentes nas obras paradidáticas uma vez que as editoras, ao se verem livres da censura, abriram espaços para uma pluralidade de abordagens, de que Clóvis Moura beneficiou-se. O Centenário da Abolição foi igualmente propício à publicação de textos correlatos, em diversas interpretações. A bússola das editoras era a vendagem dos livros e não necessariamente seu viés ideológico, embora se possa dizer que a revisão historiográfica em curso nos anos 1980 esteve presente na seleção dos títulos.

Seus livros paradidáticos contribuíram para o espraiamento de uma visão da história do negro no Brasil cujo epicentro situava-se na resistência à escravidão, bem como na denúncia de sua exclusão persistente na época contemporânea. Na impossibilidade de mensuração quantitativa, pode-se no entanto dizer que suas obras

alimentaram a militância do movimento negro e ofereceram respostas afinadas com suas pautas. Entre elas, a elaboração de projeto de lei pelo deputado federal Abdias Nascimento em 1983, que propunha ação compensatória para o afro-brasileiro, devida em decorrência da secular discriminação. Entre outros pontos, o projeto de lei embora não vitorioso na época, propunha também a incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino, à literatura didática e paradidática, além da introdução da História das civilizações africanas e do africano no Brasil (MAHLECKE, 2001). Outros passos importantes foram o decreto do governo brasileiro de 1984 reconhecendo como patrimônio histórico a Serra da Barriga, onde situou-se o Quilombo dos Palmares. Quatro anos depois, foi criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Fator relevante e de grande influência para ao ensino de História foram as alterações curriculares destinadas ao ensino de primeiro e segundo graus tanto a nível nacional quanto estadual, promovidas na década de 1980. No Estado de São Paulo a aprovação de novas propostas curriculares foi acompanhada por inflamadas discussões públicas sobre a História a ser ensinada. Novos temas e novos documentos passaram a ser valorizados no movimento de renovação da Historiografia e a proposta de ensino temático emergiu com muita força como alternativa ao ensino de primeiro e segundo graus baseado na visão processual e sequência cronológica de períodos. A proposta curricular aprovada em 1986 respondia a essas diretrizes. A escola idealizada não deveria ser apenas reprodutora do saber produzido em outras instâncias, a exemplo da universidade, mas caberia a ela estimular a reflexão e a pesquisa histórica em postura crítica, "a partir das experiências sociais vividas pelos alunos e professores no presente" (FONSECA, 2003, p. 92 e 123. Temas antes ignorados ou considerados marginais passaram a ocupar lugar privilegiado na Historiografia, como as lutas e resistências no âmbito dos mundos do trabalho. Não é difícil associar as propostas inovadoras à dinâmica dos movimentos sociais que emergiam em diversas frentes de luta, entre eles o movimento negro, e que faziam do reconhecimento da diversidade social sua bandeira .

Faz muito sentido portanto considerar que os paradidáticos publicados por Moura no período responderam positivamente a essa conjuntura educacional. Sua abordagem da História sob a ótica do materialismo histórico bastante datada não pareceu constituir entrave à sua difusão nas escolas e universidades, ainda que uma renovação no campo marxista estivesse em andamento com os aportes da Historiografia social inglesa, sobretudo de E.P. Thompson e E.Hobsbawm em seus estudos sobre os mundos do trabalho.

Por seu lado, a universidade, tendo na formação de professores para a educação básica um de seus direcionamentos, integrou-se a esse movimento por meio de docentes que passaram a escrever os livros paradidáticos e didáticos, o que constituiu igualmente um vínculo entre os diversos níveis da educação no país. Cabia a esses docentes especialistas um lugar privilegiado na produção do saber histórico a ser repassado aos demais níveis. O professor da educação básica seria o elo de transmissão desse conhecimento, seja pela implementação de programas de ensino, seja pelo uso de publicações específicas em sala de aula ou em sua formação. Desenvolveram-se um discurso e a correspondente prática de integração entre os níveis educacionais, com a finalidade de promover mudanças no ensino de História.

As conexões entre os paradidáticos de Moura e as demandas do movimento negro na década de 1980 estão presentes em alguns temas de seus livros. A partir do primeiro, *Os quilombos e a rebelião negra*, a argumentação foi construída tendo como ponto de partida o pós-abolição, melhor dizendo a situação do negro na sociedade brasileira contemporânea. O diagnóstico era claro e vinha sendo tratado ao longo de outras obras, embora aqui afluísse com contundência. Considerava necessário resgatar a dívida da sociedade brasileira para com os descendentes dos escravos dada a persistência das antigas relações escravistas. No entanto, essa tese, embora estrutural, não ocupa grande espaço na obra, cujo cerne ainda era constituído por dois momentos da História do negro no Brasil, a escravidão e a abolição, que forneceram o grande painel para o tema contundente. Moura defendia com coerência em relação a toda sua obra anterior a tese da não passividade do escravizado e ressaltou sua participação em lutas e resistências individuais e coletivas ao sistema, as quais

teriam promovido seu “desgaste”. Rechaçava interpretações da democracia racial, contrapondo a ela a afirmação de que o escravo dinamizou o sistema por meio do abandono do trabalho, da formação dos quilombos, do banditismo quilombola e da participação em revoltas de cunho político contra o domínio colonial e imperial. Se a abolição não resultou de sua ação direta, se não houve um projeto dos escravizados para a nova sociedade não-escravista, deveu-se ao distanciamento entre o movimento abolicionista e o ativismo rebelde dos negros, apesar da atuação dos abolicionistas radicais como Luís Gama, Antônio Bento e Silva Jardim entre outros. Nessa concepção, o movimento abolicionista teria excluído o negro do processo, por temer protagonismo violento incontrolável.



Imagem 17 – Capa da 5.a edição do livro paradidático *Os quilombos e a rebelião negra*. Arquivo pessoal da autora.

Embora Moura reconhecesse Palmares como o maior e mais importante dos quilombos, tecendo páginas sobre sua estrutura e funcionamento, não chegou na obra aqui analisada à exaltação de Zumbi - o único personagem relacionada aos quilombos e insurreições que mereceu uma ilustração no livro, feita por de Manoel Victor, nas páginas internas. O líder quilombola foi representado como figura forte, posado em busto, mas não destoou significativamente em representatividade do rei Ganga Zumba. Ao tratar do tema, certamente Moura contribuiu para legitimar a construção do suporte para o Dia Nacional da Consciência Negra. O berimbau que ilustra a capa do livro condiz com a valorização dos movimentos de rebeldia, sem remeter direta e explicitamente ao sofrimento, pois apresenta uma nova estética, com cores vivas e alegres, em lugar das habituais imagens representativas de castigos e sofrimentos. Dela não está ausente uma leitura da prática da capoeira como forma de resistência, onde o instrumento de percussão marca o ritmo da luta e do jogo, pois o arco do berimbau é atravessado por uma flecha que metaforicamente simboliza a rebeldia. Além de descrever minuciosamente a complexa organização econômica, social, política e cultural de Palmares, Moura insistiu em seu caráter republicano - ainda que contraditoriamente regido por monarquia - e em seu estatuto paradigmático para os tempos que corriam de embrião de uma nova nação livre das relações escravistas.

Quanto ao Zumbi, recusando a versão do seu suicídio, que considerava lendária, apresentou o líder da última fase da longa existência do quilombo como “a síntese da capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República, o seu herói-símbolo, porque sintetizou, na sua biografia, a biografia do seu povo, pelo qual deu a vida” . Teria perecido em combate na luta contra os paulistas comandados pelo anti-herói, o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

Já em outro livro, *História do Negro Brasileiro* a tônica historiográfica retoma e aprofunda o tema do pós-abolição em obra mais elaborada, coesa e fundamentada. A tese que a norteia é a exclusão do negro da divisão da riqueza por ele criada; não se tratava mais do africano transferido compulsoriamente e sim do negro brasileiro . Sua História

“confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social”. Seguindo essa linha de argumentação, mesmo que a narrativa comece com a consagrada vinda dos primeiros escravos da África, logo envereda por uma leitura peculiar do negro como o “grande povoador” do Brasil, estratégia discursiva que causa admiração porque desse território aparentemente vazio o indígena foi apagado, bem como a história da colonização pelos portugueses, que levou à sua escravização e aniquilação. Em concepção bastante simplista, afirmou na obra o protagonismo colonizador do negro em exaltação heroica: “O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados”. Prosseguindo nessa leitura, retomou com licença poética o mote de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e apresentou o negro como o “semeador de cidades, através da formação de núcleos quilombolas em âmbito nacional” e o construtor de um projeto de nação em Palmares onde sua humanidade seria recuperada.

Neste texto o recorrente conceito de quilombagem significou “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional”, sob a forma de resistências das quais o quilombo foi a forma mais importante, sua “unidade básica”. Assinala também a existência da cultura de resistência dos negros à cultura do opressor branco, que persiste até a atualidade como “instrumento de autodefesa dos oprimidos social e economicamente”. O tema mais polêmico do livro remete ao processo abolicionista, sua condução e seus desdobramentos, onde retoma e aprofunda os argumentos anteriores, acrescidos pela associação entre racismo e capitalismo dependente pós-abolição:

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barganha para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado perdurando até hoje.

Tais afirmações estavam afinadas com as pautas do movimento negro: faltava ao negro cidadania e a democracia racial brasileira

não passava de mito. O espaço concedido na obra a este movimento sugere que ao publicá-la havia grande proximidade entre o autor e as reivindicações e interpretações a ele vinculadas. Clóvis tornou-se um intelectual mediador junto ao público escolar e universitário, um professor que por meio dos paradidáticos expressava seu compromisso com as reivindicações em pauta na década de 1980.

Finalmente, veio *Sociologia do negro brasileiro*, objeto de polêmica acima mencionada com a editora e merecedor de um olhar mais detido. Trata-se de um libelo contra a historiografia acadêmica que Moura considerou não comprometida com a práxis da mudança da situação do negro na sociedade brasileira. Nele retrçou seus primeiros passos de adesão à Antropologia cultural para reafirmar e aprofundar a operacionalização do conceito de luta de classes para rejeitar o conceito de aculturação e seus desdobramentos, que havia aprendido com Arthur Ramos. Nesta obra subiu o tom da denúncia e passou a expor sua discordância ao considerar o antigo mestre expressão de visão tradicional que ao estudar o negro como objeto de pesquisa acadêmica, fazia dele “cobaia sociológica daqueles que dominam as ciências sociais, tradicionais, brancos ou negros”, simplesmente “objeto de laboratório”, ou seja, de um conhecimento estaria deturpado pela “ideologia do colonialismo”.

O alvo preferencial nesta obra de combate localiza-se em Gilberto Freyre e seus seguidores, atacados com linguagem contundente. *Sociologia do negro brasileiro* é obra de militância historiográfica bastante condizente com o contexto em que foi escrita e publicada, em torno do centenário da Abolição, que inspirou revisões e debates acalorados em torno da chamada interpretação culturalista da escravidão. Moura incluiu nela crítica às obras de Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) e Katia de Queiroz Mattoso publicada no suplemento *Folhetim*. A crítica a esta historiadora foi mais branda do que a endereçada ao professor da Universidade Federal Fluminense, mas em ambas desferiu ataques à transformação do estudo do negro em teses e estudos acadêmicos, onde a concordância com a ideologia dominante afastaria o direcionamento da práxis e resultaria em posições paternalistas, filantrópicas e alienadas sobre a situação do escravo na sociedade.

Tinha como referência nem sempre explícita a defesa da utilização do conhecimento engajado para a transformação social.

As teorizações de Ciro Cardoso sobre o modo de produção escravista colonial forneceram o pano de fundo para a polêmica, desdobrada na réplica do autor criticado, que se destacava na revisão historiográfica do campo marxista nessa época. Entre os ataques mais contundentes feitos por Ciro Cardoso, estava a identificação em Moura, de um “ufanismo um tanto infantil” no tratamento das lutas de escravos contra seus senhores e sua inclusão entre os que aplicam metodologia da História e posições ideologizantes em que “já se sabe de antemão o que se vai demonstrar, e a História se transforma em mera ilustração de teses tidas a priori como verdadeiras e incontestáveis” (CARDOSO, 1982).

Paradoxalmente, o livro foi publicado no mesmo ano em que Moura recebeu o título de professor com notório saber pela USP, passando assim a integrar formalmente o universo acadêmico tão criticado, com livre acesso a participação em bancas e eventos diversos como palestras e cursos, o que aliás já vinha fazendo na USP, na UNICAMP e outras universidades no Nordeste e no Sul do país e mesmo no exterior. Entre as múltiplas homenagens que nelas recebeu, houve o Seminário 40 anos de Rebeliões da Senzala, organizado na UNICAMP pela professora Sílvia Lara, em 1999.

Palmares, Zumbi e as Injustiças de Clio

As obras paradigmáticas de Clóvis Moura foram relevantes para a consolidação da memória do quilombo de Palmares e do seu líder Zumbi, que resultou na instituição da data de 20 de novembro comemorativa da Consciência Negra, a partir de demandas do movimento negro. Uma abordagem do percurso historiográfico permite compreender a rede referencial que ele estabeleceu nessas obras e iria ampliar posteriormente. Sua pesquisa sobre o tema não parece avançado muito além da consulta a fontes documentais manuscritas transcritas por revistas de institutos históricos, arquivos e pela historiografia específica, como reconheceu explicitamente. No entanto, o que importa aqui é verificar as conexões historiográficas que estabeleceu para a construção dessa memória histórica.

De Décio Freitas, veio a palavra definitiva sobre Palmares e seu grande personagem, Zumbi. Autor polêmico, sobretudo por não indicar com precisão as fontes portuguesas que teria consultado, empreendeu pesquisas importantes sobre o tema. Suas obras foram bem recebidas nas décadas de 1970 e 1980, em especial *Palmares: la guerrilla negra* (publicado em 1971 em Montevideu, durante seu exílio), traduzido para o português em 1972, com o título de *Palmares: a guerra dos escravos*, objeto de seis reedições consecutivas que atestam sua aceitação por um público militante.

Como ressalta Flávio Gomes, trata-se de uma obra que ao longo de suas reedições e reescritas, delineou uma nova interpretação do

famoso quilombo e de seu principal líder, nas páginas que Freitas escreveu sobre sua formação e destruição. O apoio documental em tema tão controverso quanto impreciso veio de impressos e manuscritos localizados em acervos do Rio de Janeiro, Recife e Maceió, em especial o relatório feito na época da repressão ao quilombo pelo governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida. No levantamento heurístico realizado por Freitas, muito contribuíram as fontes publicadas pelas revistas do IHGB, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, na época empenhados em importante trabalho de preservação da memória histórica. Além disso, ele utilizou a coleção Studart de documentação colonial, abrigada em instituições do Ceará, e os documentos coligidos pelo historiador português Ernesto Ennes em arquivos lusitanos.

A partir da segunda edição do livro, o leitor foi informado de que pesquisas também haviam sido feitas em Portugal no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Distrital de Évora. E assim sucessivamente, a cada reedição a obra foi acrescida de novas informações e novos documentos sobre a figura sedutora, enigmática e nebulosa de Zumbi e seu quilombo, que desafiavam os historiadores. Freitas revisou a biografia do líder quilombola desde seu nascimento em Porto Calvo, em 1655, até sua morte em 1695 e apresentou aos leitores o menino aprisionado em uma comunidade palmarina. Teria passado à tutela de um padre, batizado, criado e educado por ele até que aos 15 anos de idade fugisse para Palmares, mudasse de nome e se casasse com uma mulher branca. A saga não comprovada por documentação fidedigna foi motivo de polêmica historiográfica e os floreios da história do herói-mártir do ponto de vista de seus feitos militares permaneceram na semiobscuridade (GOMES, 2011).

Não obstante a polêmica, foi reconhecido o mérito do autor. Para Flávio Gomes, a obra de Freitas foi inovadora porque “enterrou definitivamente a tese do suicídio de Zumbi, abordou a existência de ‘escravidão’ no interior de Palmares e divulgou uma versão da biografia sobre Zumbi”. A correspondência trocada com Moura traz indícios de que o historiador gaúcho frequentou os arquivos portugueses

em busca de nova documentação, após ter publicado a primeira edição de *Palmares: a guerra dos escravos*. Em 1974, viajou à Espanha e a Portugal para realizar pesquisa, que em suas palavras, na carta datada de Porto Alegre em 9 de outubro de 1974, seria “um mergulho nos arquivos lusitanos, em busca de material sobre as revoltas escravas e, especialmente, sobre o tema que pretendo desenvolver em obra que almejo venha a ser a definitiva de minha vida: O Modo Escravista de Produção Brasileiro (grifos originais).” Tratava-se, segundo Décio, de um esforço de “reconstituição sistemática do nosso modo de produção escravista(...) a chave da História brasileira”. Tal definição, que entendia ser de cunho metodológico, parecia-lhe imprescindível para a superação das “especulações metafísicas”. Essas foram suas preocupações explícitas no momento da viagem, no entanto não indicou ao amigo intenção de aprofundar o conhecimento sobre Palmares ou Zumbi, pois, escrevendo já há algum tempo sobre as revoltas escravas, afirmava já ter reunido abundante material. A carta seguinte, escrita em Lisboa em 22 de novembro de 1974, transmitiu o entusiasmo experimentado pelo pesquisador ao entrar ao entrar nos arquivos portugueses:

Não só nossa história principia aqui, como está aqui. Encontro-me em Portugal faz mês e meio, revolvendo estes riquíssimos e indispensáveis arquivos. Sinto-me recompensado, pois julgo haver feito alguns achados importantes, na verdade, da maior importância para a nossa história. Daí, grandes projetos e grandes ambições.

E mais não revelou sobre sua pesquisa, mantendo-se cautelosamente fechado em copas, durante cerca de dois meses. Um comentário solto revela inesperado e surpreendente ponto de contato entre ambos os historiadores: o desprezo pelo imigrante, que Moura vinha manifestando em suas análises sobre a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Freitas, em um arroubo justiceiro, expôs na missiva sua idiosincrasia preconceituosa no bojo do encantamento pelo povo lusitano:

Em termos turísticos, Portugal é uma maravilha. Povo inteligente, educado e bastante mais culto que nós. É com espanto que verifico quão falsa ideia fazemos dos portugueses, isso baseados nos imigrantes que, seja qual for a raça, não valem mesmo nada.

O diálogo epistolar coincidiu com a segunda edição de *Rebeliões da Senzala* e a primeira edição brasileira de *Palmares: a guerra dos escravos* e havia se iniciado com uma carta de Décio a Clóvis, datada de Porto Alegre, 9 de abril de 1974. Desde então definiu-se o padrão das conversas entre pares, que girou em torno das pesquisas projetadas, realizadas e publicadas, com as habituais trocas de obras, resenhas, indicações, comentários e sugestões. Exemplo peculiar do modo como se cruzavam as trajetórias está na carta de 11 de agosto de 1976, onde Freitas revelou que, ao fazer pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontrou vestígios da passagem de Moura pela instituição: “quando estive na Biblioteca Nacional em busca de material, na seção de manuscritos, encontrei referências às suas buscas”. Em fascinantes diálogos rendilhados, aflora o encantamento com as pesquisas que estavam realizando.

Desde o início, afinidades políticas e historiográficas os aproximaram, pois em 1974 Moura havia publicado uma resenha sobre a obra de Décio no *Jornal de Debates*. Além disso, estava envolvido em pesquisa sobre revoltas camponesas, especialmente a dos Muckers ocorrida em São Leopoldo (atual Sapiranga) no Rio Grande do Sul. Para realizá-la, solicitou a Décio auxílio na localização de fontes. Era o tempo da guerrilha do Araguaia, que motivava o interesse por movimentos dessa natureza no Brasil. Entre 1974 e 1976 Moura solicitou ao amigo auxílio para intermediar a publicação de *Sociologia da Práxis*, junto à editora Movimento, onde ele dispunha de acesso, mas esbarrou em dificuldades apresentadas pela editora como financeiras. O editor solicitou que lhe fossem enviadas algumas páginas para uma avaliação inicial do trabalho que acabou sendo recusado. À guisa de desculpa ou de consolação, Décio posteriormente diria, ao ter notícia da publicação do livro em 1976 no México, que “parece ser mais fácil ser editado no estrangeiro que no seu próprio país”, lembrando-se talvez de sua própria experiência com a primeira edição de *Palmares: a guerra dos escravos*.

A interlocução entre Clóvis e Décio foi rica, intensa e muito motivada por questões historiográficas. Partilhavam a mesma geração, quase a mesma idade e vinculações decisivas ao marxismo em sua formação, presentes em projetos de escrita da História e sua

conexão com a sociedade. Por meio dela tem-se acesso ao projeto historiográfico de Moura já expresso em *Sociologia da Práxis* e citado por Freitas em carta de 24 de julho de 1975:

Temos pela frente toda a reformulação da nossa história social e nós somos aqueles que temos de fazê-la. Não por sermos mais inteligentes que os outros. Nada disto. Mas, simplesmente porque temos a nosso favor a coincidência entre o nosso pensamento e o dever. Daí podermos chegar ao conhecimento e não à alienação.

Os ecos da *Sociologia da práxis* estão muito presentes nessa reflexão, na qual a certeza de estar do lado correto da vida, da política, da história e de sua escrita era inabalável. A resposta de Freitas veio no mesmo tom:

Palavras belas e sábias, que eu às vezes tento encontrar quando me esforço para fazer amigos compreenderem o quanto é importante a reformulação da nossa história social. Confesso que a incompreensão chega a ser quase desanimadora. Mesmo entre os nossos amigos, a alienação é enorme e se mascara com uma verborragia cansativa sobre os mínimos detalhes da história das revoluções estrangeiras, sem nenhum interesse pelas lutas do nosso povo”.

Os desviantes desse modo de pensar e dessa tarefa entendida como missão do historiador eram taxados por Freitas de pensadores “pequeno-burgueses”, mesmo que *soi-disant* marxistas, ou seja, incorriam no maior erro traduzido em insulto segundo a cultura política em que estavam imersos. De matiz nacionalista, a crítica aos autores brasilianistas, igualmente compartilhada com Moura, atacava “as monografias dos gringos” e seus “achados” sem novidades.

Durante certo tempo, mais precisamente até 1976, nada aflora nos comentários de Freitas sobre as obras do amigo, além de elogios motivados por concordância com pontos de vista e interpretações. Por meio da correspondência pode-se traçar o percurso de *Rebeliões da Senzala*, livro até então praticamente desconhecido no Rio Grande do Sul, de *Preconceito de cor na literatura de cordel* e de artigos que Moura vinha publicando no jornal *Movimento*. Mas a divergência veio. Ficou por conta de um artigo de Moura sobre Nina Rodrigues, objeto de

longas e minuciosas considerações críticas de Freitas, conhecedor das insurreições baianas e da documentação pertinente, assunto igualmente estudado por Moura, embora em menor profundidade, mas em quem reconhecia competência historiográfica para aclarar dúvidas. Inclusive, por um desses percalços inerentes ao ofício de historiador, ao realizar sua própria pesquisa, chegara à informação de que Moura tivera em mãos na Biblioteca Nacional um documento relevante, um acórdão que esclarece a data da revolta de 1814 . Em sua faina detetivesca inspirada por amor à polêmica, Freitas comentou : “Segundo o encarregado da seção de manuscritos, este acórdão esteve em suas mãos e a seu pedido ele chegou a traduzir uma parte. Diz que não terminou a tradução porque você não mais apareceu” . Esta carta, datada de Porto Alegre, em 23 de setembro de 1976, equivale a um “puxão de orelha” em Moura e nela a divergência alcançou também o uso do termo “negro”, empregado correntemente com certa plasticidade por Moura e que para Freitas

(...) assume um caráter mistificador e, num certo sentido, racista. Nem todos os escravos eram negros e nem todos os negros eram escravos. Quanto a estes, você sabe, havia os que também eram senhores de escravos, ou então se achavam a serviço do sistema. Creio que isso é metodologicamente da maior importância.

O derrame de agressividade não parece ter abalado as relações entre eles, pois Clóvis continuou a usar a obra de Freitas como referência, especialmente nos seus livros paradidáticos, reconhecendo nele o valor de especialista e evidenciando sua própria atualização bibliográfica em sintonia com um autor muito festejado na época pelo movimento negro. Uma leitura dessas obras publicadas entre 1981 e 1989, acima abordadas, sugere adesão crescente às teses de Freitas e sua incorporação à narrativa sobre os quilombos, inclusive como indicação de leitura aos estudantes. Ao lado do inevitável e sempre referenciado Edison Carneiro, Freitas acabou sendo trazido ao centro das referências com a apreciação crítica sobre *Palmares: a guerra dos escravos* que iria constituir apoio decisivo para a escrita de *Quilombos - resistência ao escravismo*, publicado por Moura em 1987. A obra foi assim apresentada aos estudantes:

O mais completo, sistemático e atualizado trabalho sobre a República de Palmares. O autor, conhecedor de documentos inéditos sobre Palmares, reescreve sua realidade com dados esclarecedores sobre sua estrutura interna, especialmente sobre o grupo família, as técnicas agrícolas e a estrutura administrativa (MOURA, 1987, p. 93).

A parceria entre eles manteve-se ao longo de décadas e um dos seus resultados foi o convite enviado por Moura a Freitas, em 1979, para fazer parte do Conselho Editorial da Coleção Brasil-Memória. Freitas foi nele incluído, dando assim prestígio à primeira obra da série, a reportagem sobre Sacco e Vanzetti, já abordada.

A História Geral do Negro no Brasil

Na sequência, ocorreu o surpreendente de ambos com um terceiro personagem nesta rede de sociabilidades, ou melhor, de retomada de contato com Joel Rufino dos Santos. Ele era conhecido de Moura desde os tempos de juventude, quando Nelson Werneck Sodré coordenou o projeto da História Nova. Mantiveram contatos na década de 1970, quando Rufino desenvolvia um projeto de história do futebol brasileiro, para o qual solicitou ajuda de Moura. Anos depois, participaram do Conselho Geral do Memorial Zumbi que deveria ser instalado em área a ser desapropriada na Serra da Barriga.

Houve desdobramentos historiográficos desse reencontro. O trio de historiadores participou de projeto de uma História Geral do Negro no Brasil, no âmbito do programa 100 Anos de Abolição, instituído durante o governo do Presidente José Sarney. Sua intenção era reunir a abundante produção historiográfica já existente sobre o tema, mas com a diretriz de “descartar a um tempo os esquematismos sociológicos e os empirismos fatológicos (...) resgatar a história concreta na sucessão dos fatos históricos, em sua infinita complexidade”. A diretriz metodológica anunciada era tranquilizadora sobre posicionamentos ideológicos, pois a única referência mencionada foi a obra clássica de Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos*. Nada de marxismo ortodoxo ou heterodoxo, estratégia evidente para tornar o projeto palatável ao Ministério da Cultura.

O projeto foi inicialmente encaminhado em 26 de agosto de 1987 por Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos ao Ministro Celso Furtado, assessorado em Assuntos Afro-Brasileiros por Carlos Alves Moura. Tratava-se de um projeto amplo de escrita de oito volumes por historiadores convidados e a ele, em momento e circunstâncias desconhecidas, Clóvis Moura foi agregado e com entusiasmo passou a elaborar um texto para a publicação. No entanto, o tempo transcorria rapidamente, de modo que por insuficiência de verba e exiguidade de prazo o projeto foi inviabilizado, sem que se possa avaliar ações e reações¹. Restaram registros registrados alguns contatos realizados durante o ano de 1988 entre a equipe coordenadora da obra e o Ministro, cuja pauta incluiu solicitação de liberação urgente da verba para pagamento dos coordenadores, além de despesas já realizadas. Inicialmente havia sido solicitado o pró-labore no valor de CZ\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil cruzados) para o desenvolvimento conjunto do trabalho, demanda feita no contexto favorável do amplo movimento em torno do centenário da Abolição, que recebeu apoio oficial. O texto apresentado pelos historiadores ao assessor de Assuntos Afro-brasileiros do Ministério informava:

(...) ao estabelecermos os custos do projeto, dizíamos que os coordenadores trabalhariam em regime de dedicação exclusiva e que, em face disto, fariam jus a uma remuneração equivalente de um professor universitário em nível de doutorado em regime de trabalho equivalente.

No entanto, por questões burocráticas e administrativas a verba que iria cobrir o pró-labore e demais despesas dos coordenadores, no valor de quatro milhões de cruzados, sofreu um atraso ponderável, fato que impossibilitou o cumprimento das demais etapas do cronograma.

Os prazos estabelecidos ficaram, assim, inteiramente prejudicados. No entanto, somente em agosto de 1988 houve a remessa dessa verba, através do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, o que deveria ter acontecido logo após a entrega do anteprojeto.

Esse repasse de recursos para a cobertura do pró-labore dos coordenadores e despesas gerais já estava, como é óbvio, completamente defasado em consequência da inflação.

1 Minuta de carta de Clóvis Moura, Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos ao Ministro da Cultura, s/d.

O assunto continuou a ser tratado com Carlos Alves de Moura, já modificada a equipe com uma informação adicional: Griselda Martinho, esposa de Clóvis e funcionária da Junta de Justiça do Trabalho em São Paulo, foi agregada à equipe como assessora. Foi solicitado seu afastamento das funções que desempenhava para que participasse deste e também de outro projeto, o Dicionário da Escravidão², a essa altura incluído nas tratativas com o órgão público.

Informações mais consistentes sobre o projeto foram publicadas no livro de Moura *As injustiças de Clio - o negro na historiografia brasileira*, em 1990. Desfeita a parceria entre os três historiadores organizada para o empreendimento, que naufragou em sua intenção de produzir oito volumes, Clóvis publicou individualmente um balanço historiográfico, em suas palavras um “ensaio” decorrente de estudos destinados inicialmente à primeira parte da História Geral do Negro no Brasil. O motivo da publicação em separado não foi apresentado aos leitores, mas o patrocínio do projeto pelo Ministério da Cultura sim. A insuficiência de verbas pode ter sido o principal motivo, porém não se excluem outras divergências no âmbito do projeto concebido por seis mãos. Em entrevista guarnecida de sugestiva foto em que aparece com uma pasta contendo o manuscrito em mãos, Clóvis registrou pelo jornal *Correio Braziliense* o momento da entrega do seu livro à Fundação Palmares e anunciou a suspensão do projeto, sem esperança de continuidade³. Nenhuma menção foi feita aos demais participantes.

O caráter ensaístico anunciado por Moura confirma-se na leitura dessa obra editada pela Oficina de Livros, de Belo Horizonte, na coleção Nossa Terra, onde já haviam sido publicados outros títulos de obras e autores próximos ao PCB⁴. De modo geral, trata-se de um

2 Cartas de Clóvis Moura ao Centro de Estudos Afro- Brasileiros em Brasília, São Paulo, 8 de março de 1989 e a Carlos Alves de Moura, coordenador do Programa Centenário da Escravidão (sic), São Paulo, 18 de abril de 1989 .

3 A revisão da História pela ótica dos Negros. Entrevista de Clóvis Moura a Regina Delcastagné. *Correio Braziliense*, Caderno 2, Brasília, 21 jan.1990, p.3.

4 A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, de Raimundo Santos; Breve História do PCB, de José Antonio Segatto; Comunistas em céu aberto, de Michel Zaidan Filho; Estado e burguesia no Brasil, de Antonio Carlos Mazzeo; Capitalismo e revolução, de Nelson Werneck Sodré; A esquerda e o movimento operário, v.2, org. por Celso Frederico; A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB, de Marcos del Roio; Cultura

percurso historiográfico de revisão de obras existentes sobre o negro no Brasil. Seu ponto de partida situa-se na concepção de História-ciência construída com conceitos fundamentais do materialismo histórico, em síntese rápida e impressionista, associada à interpretação do protagonismo do negro na sociedade contemporânea e no regime da escravidão. Pode-se afirmar que se trata de obra propedêutica para a projetada coleção, estruturada na denúncia da deformação eurocêntrica, racista, preconceitos e julgamentos de valor negativos presentes nos livros analisados, considerados clássicos, a partir de Frei Vicente do Salvador até Oliveira Vianna. Segundo Moura, essa historiografia “jamais colocou o negro como agente histórico-social dinâmico, quer como indivíduo, quer como grupo ou segmento”. Em suma, seriam obras portadoras da ideologia colonialista.

A ela contrapôs uma proposta de “resgate” desse protagonismo motivada pelo centenário da Abolição, com a finalidade de “restaurar a verdade histórica sobre o negro no Brasil e a sua dinâmica no contexto da atual sociedade brasileira”. Antes de tudo, externou uma releitura dos autores condenados porém não citados, apresentada vagamente como antagônica da “produção universitária mais recente”, que considerou perniciosa por ver o negro “passivo como escravo e biologicamente inferior como cidadão”.

Em busca da conexão entre História-ciência e práxis, amparado talvez por um bosquejo sobre a obra de Antonio Gramsci, apresentou alguns historiadores que considerou “intelectuais orgânicos do sistema escravista” e que não por acaso faziam parte de suas redes de sociabilidades: Geraldo M. Coelho (*História e ideologia: O IHGN e a República*); Almir de Andrade (*Formação da sociologia brasileira*), Luís Carlos Lopes (*O espelho e a imagem*), José Otávio (*Historiografia e história*) e Martiniano J. Silva (*Racismo à brasileira*). De uma só penada, excluiu toda a importante obra produzida nas universidades brasileiras, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, para ressaltar autores pouco conhecidos, mas com os quais partilhava afinidades políticas. Essa postura revisionista militante esteve presente nos balanços historiográficos e nas indicações de leituras que apresentou nos livros paradidáticos e no conjunto de sua obra produzida desde essa época. Seu objetivo principal era, antes de tudo, contribuir enquanto

e sociedade no Brasil, de Carlos Nelson Coutinho e O fascismo cotidiano, de Nelson Werneck Sodré.

historiador do presente para “criar em nosso país uma democracia social, política e econômica que terá o seu coroamento com uma democracia racial”. Esses argumentos já estavam presentes em *História do Negro Brasileiro*, de 1982, e deles não se distanciou na abordagem do negro no pós-abolição e da quilombagem como “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional”. Desdobrado, o conceito apresenta o negro como agente de mudança social, seja no passado seja na contemporaneidade, por meio da resistência cultural e da participação política em lutas diversas pela cidadania.

Um doutor com notório saber

Logo após o retorno da viagem a Dacar, Clóvis Moura fundou na cidade de São Paulo o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas - IBEA, muito provavelmente inspirado nas atividades desenvolvidas pelo CEAO de Salvador, com o qual mantinha contatos intensos. Tanto que logo comunicou a boa nova ao presidente desta entidade, Guilherme de Sousa Castro, e procurou estabelecer parceria com os antropólogos, sociólogos, historiadores a ela vinculados. Buscou com essa estratégia obter apoio para suas iniciativas, no Brasil e no exterior, conforme a experiência com o colóquio de Dacar lhe havia sinalizado, já que ali sua participação se fizera por meio do CEAO e de seus membros vinculados à UFBA, enfim, das sociabilidades acadêmicas nucleadas em Salvador.

A fundação do IBEA agregou intelectuais participantes da Associação Brasileira de Escritores (ABE), fato que permitiu à nova entidade utilizar espaços deste entidade. Participaram do primeiro grupo de fundadores Eduardo de Oliveira (militante do movimento negro, professor, advogado, escritor) e Antônio Fernandes Neto (advogado e jornalista), envolvidos com reflexões e práticas sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Logo vieram agregar-se a eles outros interessados e em 17 de junho de 1975 ocorreu a reunião de fundação da entidade. A liderança de Clóvis na associação manteve-se desde o início e foi seu presidente ao longo de décadas, até seu falecimento. A entidade contou ainda em sua primeira diretoria com Aristides Barbosa (vice-presidente), José Pellegrini (secretário),

Sebastião Camargo (tesoureiro), Henrique L. Alves (tesoureiro) e Oswaldo de Camargo (coordenador cultural). O conselho fiscal era integrado por Geraldo Campos de Oliveira, João Chiarini, M. da Penha Guimarães, Ibiapá Martins e José Correia Leite.

A agregação de intelectuais acadêmicos e jornalistas, além dos ativistas do movimento negro foi possível graças à delimitação ampla dos objetivos da associação, conforme declarados em seus Estatutos. Ela se propunha atuar sem fins lucrativos, embora necessitasse da contribuição de seus membros, para conseguir

*(...)realizar cursos, estudos, congressos, simpósios, mesas redondas, edições de livros, pesquisas e debates sobre tudo aquilo que se relacionar com o Negro Brasileiro e a sua problemática. Procurará interessar a comunidade negra pelos seus problemas, assim como ligará e procurará aproximar as universidades dessas comunidades, fazendo com que os estudos que estão sendo feitos pelas primeiras passem a ter uma função operacional no sentido de resolver os problemas das relações inter-raciais no Brasil*¹.

As práticas do IBEA contemplaram essas propostas . em aparente contradição ao que Moura vinha manifestando em suas obras, ou seja, seus combates cada vez mais exacerbados contra os intelectuais acadêmicos, que considerava afastados da realidade social brasileira. De fato, a legitimação acadêmica do instituto seria decisiva para a realização das atividades projetadas e sua aceitação mais ampla, pois não se configurou como nicho de organização de frente do movimento negro, na época já fracionado em diversas tendências, mas mesclou a militância nesse território com outras estratégias que incluíam a cooptação ampla de escritores ligados à imprensa, políticos e intelectuais acadêmicos, desde que comprometidos com a pauta inicialmente proposta. Disso dependeria o objetivo afirmado nos seus Estatutos de “manter contato e intercâmbio com entidades, personalidades, universidades do Brasil e do Exterior, além dos organismos que se ocupam, em qualquer das suas formas, do problema do Negro e da sua situação”. Esse escopo foi particularmente acarinhado em relação à África, por meio de

1 IBEA. Estatutos, 1975 (minuta).

busca de parcerias e contatos com as “nações africanas, no sentido de incentivar as relações Brasil/África”. Angola e Moçambique foram o alvo preferencial dessa diretriz, sem que se descuidasse do Senegal, onde Moura já havia estabelecido contatos por ocasião do congresso de Dacar. O contexto de 1974-75 favorecia a aproximação das ex-colônias portuguesas que haviam alcançado a independência, mas além disso também houve contatos com Cuba.

A ressalva expressa nos Estatutos de não se tratar de organização vinculada a partidos políticos, religiosos ou econômicos tinha evidente intenção aglutinadora de seus simpatizantes e filiados, porém na prática não ocorreu exatamente dessa maneira, pois uma rápida consulta à lista de seu quadro de associados e às atividades desenvolvidas sugerem proximidade estreita com o campo político marxista, tanto que logo o IBEA despertou a atenção dos órgãos de segurança que monitoravam diversos de seus participantes, a começar pelo seu presidente. Ademais, a presença do escritor e jornalista José Carlos Ruy na secretaria do Instituto, em seus primeiros anos de funcionamento não deixava dúvidas sobre essa proximidade. Quanto aos militantes do movimento negro, reuniu entre outros os da velha guarda, como José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Aristides Barbosa, jornalistas e ativistas desde a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931, além de outras lideranças como Geraldo Campos de Oliveira, Henrique L. Alves, Oswaldo de Camargo e Eduardo de Oliveira.

A proposta do IBEA contemplava a anunciada Sociologia da práxis, pela qual Moura vinha se empenhando como estratégia de superação do racismo, da discriminação e da exclusão do negro na sociedade brasileira. Em outras e mais explícitas palavras, tratava-se de um esforço para desenvolver

(...)campanhas de valorização do Homem negro, lutar contra o preconceito de cor, a perseguição racial em todas as suas manifestações, especialmente no mercado de trabalho. Apoiar todas as campanhas contra discriminação de cor, nacionalidade, credo político e religioso.

Para atingir tais objetivos o IBEA propunha um amplo espectro de ações que incluía a organização de exposições para evidenciar “a

contribuição do Negro e das culturas africanas no desenvolvimento da cultura e da sociedade do Brasil”; criar um amplo banco de informações sobre o mesmo tema (inclusive com a gravação de histórias de vida) e criação de um museu da escravidão no Brasil. A proposta de “prestar assessoria cultural e científica a entidades ou pessoas interessadas pelos problemas do Negro nos seus diversos aspectos e se encontrem fazendo pesquisas ou elaborando estudos sobre o assunto” renderia muitos frutos com as parcerias posteriormente estabelecidas. Para viabilizar este objetivo, foi projetado um departamento de pesquisa, que buscaria os “fundos necessários” a suas atividades.

O IBEA atuou em conjunto com a ABE da qual Moura fazia parte enquanto membro da diretoria, promovendo palestras, cursos, lançamento de livros e desenvolvimento de projetos de pesquisa. O tema do negro e sua situação no Brasil foi a tônica nessas atividades, que reuniram palestrantes acadêmicos da USP e de outras instituições universitárias, alguns atingidos pelo AI-5, especialmente os da chamada Escola Paulista de Sociologia, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, além de Oracy Nogueira, Eduardo de Oliveira e Oliveira e outros vinculados ao movimento negro. O Serviço Nacional de Informação (SNI) e o DEOPS seguiram atentamente as atividades realizadas nas dependências da ABE, organizando dossiês detalhados sobre participantes, temáticas abordadas e público alcançado, bem como sua reação às propostas apresentadas. Os registros destes órgãos de informação suprem importante lacuna na documentação disponível produzida pelo próprio IBEA.

O primeiro evento, emblemático de sua fundação, foi o curso sobre Uma visão dinâmica do Negro brasileiro, ministrado na forma de conferências de 6 a 16 de outubro de 1975 por :Fernando Henrique Cardoso (O negro como instrumento de trabalho); Oracy Nogueira (O preconceito de cor e seus efeitos); Raul Joviano do Amaral (As culturas negras importadas - o negro como civilizador); Clóvis Moura (A função social das religiões negras); Aristides Barbosa (Mecanismos de barragem contra o negro); Florestan Fernandes (A situação do negro no Brasil - perspectivas) e Octávio Ianni (O negro, de escravo a proletário). Eduardo de Oliveira e Oliveira havia sido cogitado para o tema A negritude no Brasil e a visão da África como nova pátria, mas

não se pode ter certeza de sua participação, pois seu nome aparece riscado na lista elaborada pelos organizadores do evento.



Imagem 19- Logotipo do IBEA – Arquivo CEDEM.

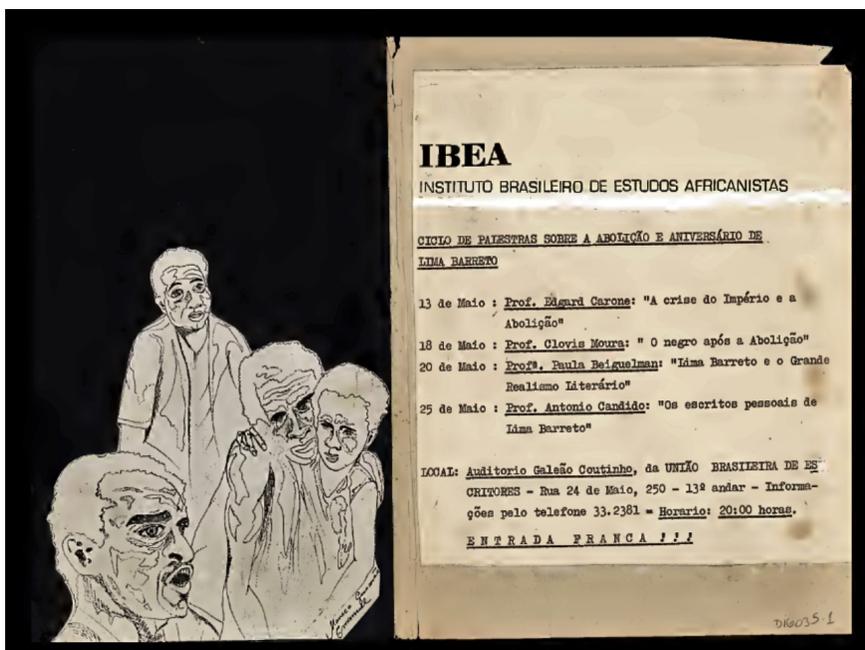


Imagem 20 - Programa de Ciclo de Palestras organizado pelo IBEA. Arquivo CEDEM.

Um documento inédito, sem data ou assinatura, datilografado em papel timbrado do IBEA, permite outra leitura da proposta do Instituto, revela tensões e disputas . Trata-se do texto *Como situar o problema do negro no Brasil*, quatro páginas datilografadas onde pontos fundamentais da concepção e atuação do IBEA foram pautados. O diálogo de duas direções visava tanto o movimento negro, talvez melhor dizendo suas multifacetadas diretrizes, quanto o campo político das

esquerdas. O primeiro ponto da discussão - pois parece tratar-se de documento orientador de algum debate - consiste no enfrentamento da chamada “posição culturalista”, enfaticamente combatida:

Há necessidade de se começar a pesquisar e interpretar a situação do negro e de seus descendentes diretos no contexto da sociedade competitiva atual fugindo-se da posição culturalista que se prende fundamentalmente à análise do mundo religioso do negro, dos seus costumes originários, indumentária, cozinha, etc. Isto que já vinha da escola histórico-cultural está, no momento, levando a que jovens negros acreditem que esses padrões são fundamentais no processo e procurem se auto afirmar individualmente dentro daquilo que é meramente exterior e não exprime mais (ou muito pouco) nenhum valor que funcione como elemento capaz de libertar o negro da situação de marginalização e proletarização em que se encontra.

É possível localizar ao menos um endereço para essas afirmações bastante incisivas, provavelmente trata-se de expressão contrária ao movimento da Negritude. Embora não evidente, o antagonismo pode ser inferido se considerado que este movimento, bastante difundido nos anos 1970, não alcançou unanimidade no ativismo negro no Brasil. Pouco antes da fundação do IBEA, Moura já havia se manifestado por ocasião do congresso de Dacar contra o conceito conforme visto acima; no texto em análise percebe-se o peso da discussão sobre sua validade como orientador da práxis negra. Esse movimento de luta contra o racismo pretendeu resgatar elementos da ascendência africana como estratégia para desenvolver a autoestima e a afirmação de identidade dos afrodescendentes. Nesse sentido, construiu um discurso identitário que deveria contribuir para a resistência contra o racismo e a discriminação. Foi bastante difundido entre estudantes e resultou na valorização da estética e da cultura africanas em suas manifestações diversas, especialmente bailes, blocos, escolas de samba, práticas de capoeira e de candomblé. A denúncia do racismo ia em direção contrária a qualquer perspectiva integracionista ou assimilacionista, ao buscar as raízes africanas dos afrodescendentes. Houve uma releitura da África orientada para o “ser negro” e a valorização de sua ancestralidade. O continente africano emergia nessa perspectiva como marco simbólico de origem, com

representações positivas (KOSSLING, 2007, p. 196-198). Em lugar dessa busca das raízes culturais africanas que construiu uma “África mítica”, o documento do IBEA propunha uma leitura do *problema do negro brasileiro* na contemporaneidade:

(...) de favelas, cortiços, mocambos, alagados, pardieiros, casas de cômodo, porões, etc., e não nos movimentos e/ou atitudes que surgem entre jovens universitários negros. A grande problemática está no nível dos negros marginalizados, proletarizados e não entre os privilegiados que frequentam as universidades.

Dessas colocações resultou o direcionamento da análise de conjuntura/estrutura orientada pelo conceito de luta de classes e seu encaminhamento para a união entre os negros e demais despossuídos na sociedade capitalista. Corresponde ao que Moura intitulou a segunda fase de sua trajetória intelectual, a qual incluía os “movimentos projetivos”. No texto militante, cuja autoria permanece incógnita, são perceptíveis traços do seu estilo de redação, preciso, correto e exacerbado, em confronto com outras correntes do movimento negro e sobretudo contrário à estetização do protesto, em caminho talvez folclorizante. A sociologia da práxis não poderia ser mais explícita na denúncia do “duplo perigo” que ameaçaria o encaminhamento da luta:

- a) *De continuar a ver-se o problema do negro como tema universitário e não como problema a ser resolvido, e*
- b) *Circunscrever-se esse problema ao nível de camadas privilegiadas negras que, nas universidades, criam e procuram criar ideologias elitistas e elitizantes, num plano estético e de autoafirmação individual sociopsicológica que nada mais são do que posições escapistas na projeção e na vivência do problema”.*

O caminho da ascensão do negro aos estudos universitários ainda não se colocava como necessidade para a superação da desigualdade social. Dito isto, a delimitação do âmbito de atuação do IBEA dependia da definição do denominado “dilema racial brasileiro”, livre de “veredas formalistas e acadêmicas que a nada conduzem”, que

levaria à extensão do “protesto negro” em todo o país. Na redação didática e mobilizadora, o documento prossegue com uma série de questões a respeito desse ponto fulcral que rejeitou o paradigma da negritude localizado no movimento *Black Power* nos Estados Unidos. Sem deixar de estar atento à luta pelos direitos civis naquele país, o IBEA manteve o foco da luta pela mesma causa no Brasil em suas especificidades. Em outras palavras, discutia estratégias próprias de luta contra o racismo no Brasil:

Seriam atitudes formais ou sofisticadas de camadas negras que procuram imitar o comportamento do negro nos Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, vestir-se como negro africano? Seria a da intelectualidade negra que está, no momento, procurando descobrir onde se encontra a face mais importante do dilema? Seria nas camadas mais proletarizadas e marginalizadas que constituem a maioria esmagadora da população negra no Brasil? Seria a junção da força social que essa população representa com os intelectuais que, no momento, procuram situar onde se encontra o dilema racial?

A solução apresentada no documento distanciou-se da busca da “mobilidade social individual” para propor a união das

(...) camadas proletarizadas de todas as etnias brasileiras e da intelectualidade (negra e/ou branca) que procura situar o dilema racial dentro do contexto de uma problemática mais abrangente, ou seja, da situação das camadas oprimidas da sociedade brasileira.

A proposta não deixava de reconhecer a existência de problemas específicos dos negros, como o preconceito de cor manifesto no mercado de trabalho, no casamento Interétnico, na inferiorização da mulher. Raça e classe eram consideradas como duas faces da mesma moeda, a saber, a exploração e a exclusão. E finalmente, em consequência e síntese, sendo o negro o elemento mais oprimido da sociedade, necessitava uma visão da sua situação global para situar-se no processo como aquele que “tem condição de ser o centro polarizador contra quaisquer medidas que procurem conservar esses preconceitos, discriminações e barragens para usá-los no sentido de impedir a ascensão social massiva do negro”. A luta proposta

era global, dos oprimidos contra opressores, dominados contra dominadores e mobilizou ativistas sociais e acadêmicos.

O livro publicado por Moura em 1977, apesar da interrogação colocada no título *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, não deixava dúvidas sobre seu posicionamento na época da fundação do IBEA. O primeiro artigo nele apresentado, intitulado *Um dilema axiológico*, trazia resultados da pesquisa empírica sobre discriminação e barragem realizada na cidade de São Carlos, onde ele residiu no início dos anos 1970, quando foi diretor do jornal “*Folha de São Carlos*. Esses resultados foram apresentados em forma de curso ministrado no Clube Flor de Maio, entidade associativa de negros nessa cidade. Nele discutiu a tese de que o negro foi considerado bom escravo enquanto sob o regime de cativo se manteve dócil e conformado com sua situação. Já no período pós-abolição, ao não aceitar a marginalização à qual foi lançado, motivava julgamento negativo como mau cidadão. O segundo texto ampliou a comunicação apresentada no Colóquio em Dacar, em 1974, com o título *O Negro na emancipação da América Latina*, tema de certo modo marginal em suas pesquisas. Já no terceiro capítulo apresentou proposta mais radical, ao abordar o negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade competitiva, também escrito em 1974 para ser apresentado ao CEAO, o que acabou não ocorrendo por ausência de condições para a realização da sua viagem a Salvador.

Nesses três artigos que compõem o livro, a temática das rebeliões da senzala passou para o segundo plano, pode-se dizer para um foco secundário embora sempre presente e rememorado quando seus textos tratavam dos castigos físicos aos quais eram submetidos os escravizados. A tônica mudou da ênfase no período do escravismo para a situação do negro no pós-abolição. O passado foi lembrado na medida de sua relevância para o presente e o futuro da população negra do país, que embora liberta do cativo, era marginalizada pelos procedimentos de peneiramento e barragem limitadores da cidadania. na sociedade capitalista brasileira.

O texto que encerra a coletânea é bastante esclarecedor da postura militante de Moura por essa época, pois insistia na necessidade de organização dos negros em grupos específicos e diferenciados,

orientados pela consciência de classe. Bem distante da “volta à África”, do “saudosismo africanista”, Clóvis recusou o paralelismo cultural entre o negro no Brasil e o da África e delineou uma radical proposta de futuro : “a reivindicação de uma nova situação que deveria partir do negro não como tal mas como classe inserida na dinâmica de luta”, ou seja, da consciência do “problema social global” onde se inseria “no mesmo nível das classes oprimidas de um modo geral, na sociedade capitalista”. Outra luta, muito mais abrangente, era a sua proposta e nela a produção do conhecimento sobre o negro na área das Ciências Sociais deveria avançar para que não fosse estéril e ideologizante, superando “estudos e pesquisas que nenhuma influência exerceram no seu cotidiano”.

Estabelecidos os marcos de referência da atuação do IBEA, na prática as atividades foram variadas. Conforme relatório apresentado por Moura, consistiram em palestras, entre elas aquelas tematizadas em Lima Barreto, com participação dos professores universitários Antônio Candido e Paula Beiguelman. Em 1993, realizou-se a Semana Arthur Ramos. Além disso, Moura participou por intermédio do IBEA de eventos culturais e acadêmicos relacionados ao negro e ao preconceito racial. Entre eles destaca-se o 20.o Encontro Anual da Latin American Studies Association (LASA), em 1977, aonde compareceu como convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e apresentou a comunicação Contribuição do Negro às Artes no Brasil. Além do Encontro, realizado em Houston (Texas), foi convidado enquanto presidente do IBEA, a visitar outras universidades norte-americanas e a estabelecer contatos com seus alunos, docentes/pesquisadores, entre eles o brasilianista Thomas Skidmore, autor da obra consagrada *Preto no Branco*. O convite oficial foi transmitido pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John H. Crimmins e garantiu-lhe transporte, estadia e manutenção durante o período da visita, que incluiu as universidades Stanford (Califórnia), Wisconsin - Madison, Howard Johnson (Washington, D.C.), além da Division of Human Rights da ONU.

Outro importante direcionamento das atividades do IBEA foram as pesquisas. Em 1976, Moura coordenou estudo sobre Marginalização do Negro em um município do grande São Paulo - São

Bernardo, em convênio com a Prefeitura. Seu objetivo era demonstrar como o dinamismo econômico e social de um município considerado o de maior crescimento no Brasil na época não teve condições de absorver a mão de obra negra e com isso propiciou o aparecimento de favelas. Sob sua coordenação foi também celebrado o convênio entre o IBEA e a Fundação Nacional Pró-Memória para execução do projeto Comunidade Negra rural do Mimbó, no Piauí, em 1985, já abordado.

UNICAMP e Fundação Ford

A movimentação de Moura nos anos 1970-1980 para garantir suporte para suas pesquisas caminhou para além do âmbito do IBEA, embora utilizando esta instituição como meio de acesso ao universo acadêmico, especialmente o paulista. Um desses direcionamentos foi a aproximação da UNICAMP por meio do contato com o professor José Roberto do Amaral Lapa, que iria desempenhar importante papel nessa trajetória. Tudo parece ter começado com uma resenha do livro de Lapa, *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea* (1976) feita por Moura e publicada no jornal *Movimento*. Sua veia de polemista manifestava-se novamente.

Após ter enviado resposta a essa resenha, Lapa tinha em vista a reedição do livro e convidou Moura a publicar em apêndice sua crítica, juntamente com as de outros pesquisadores especialistas em Historiografia, Francisco Iglésias (UFMG) e Nilo Odália (UNESP). O debate sobre a Historiografia brasileira aproximou o docente da UNICAMP, que também desenvolvia pesquisa na área da escravidão, e o historiador das rebeliões escravas. A parceria seria aprofundada com intercâmbios acadêmicos importantes, devidamente documentados pelo zelo minucioso de arquivista que orientava as atividades do professor Lapa. Na nova edição publicada em 1981, o livro passou a ter como título *Historiografia Brasileira contemporânea*, acrescido pelo apêndice denominado *Debate*. No seu artigo *O diálogo da História e os historiadores do diálogo*, Moura exerceu em plenitude sua inclinação à polêmica em mais um de seus combates pela História orientada pela Sociologia da práxis, desferindo ataques à Historiografia que considerava focada nas micro análises e dissociada dos “agentes coletivos” da história. Foi

sua resposta às críticas de Lapa às relações entre História e ideologia, à exaltação de heróis e ao mesmo tempo, a defesa da História como ciência com uma função social, a de se encontrar “com todas aquelas classes e camadas interessadas em adquirir consciência histórica” (MOURA, 1981). O diálogo prosseguiu e em 1985, as discussões giraram em torno do tema O negro e a cidadania, já com vistas às transformações que a Constituinte anunciava. As comemorações do Centenário da Abolição suscitaram um sem número de iniciativas e entre elas o projeto longamente cultivado por Clóvis, o Dicionário da Escravidão no Brasil, tomou corpo quando obteve em 1987 auxílio da Ford, amparado pelas sociabilidades acadêmicas tecidas com a UNICAMP.

Os contatos com o antropólogo Peter Fry, vinculado a essa universidade, datavam de uma década, ao menos desde 1978, quando Clóvis participou como debatedor na Semana de Atividades sobre Relações Sociais, realizada no IFCH/UNICAMP, em sessão denominada Escravidão e Resistência. Fry desenvolvia na época, estudos sobre política e religião africanas, relações raciais e línguas africanas no Brasil. Na sequência, em 1980 Moura foi convidado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, da mesma universidade, a enviar material informativo sobre suas pesquisas, para ser divulgado em *CONCH Magazine*, revista de Sociologia, cultura e literatura africanas, de Nova York, em um número especial sobre o estado dos estudos sobre África em diferentes países. No ano seguinte, ele recebeu convite para participar como debatedor da mesa redonda intitulada A política do significado da África no Brasil e do Brasil na África, coordenada por Peter Fry.

A proximidade em atividades acadêmicas no âmbito da UNICAMP encorajou Moura a enviar seu projeto do Dicionário da Escravidão à Fundação Ford, onde Fry era assessor de programas e dirigia desde 1981 o programa de Direitos Humanos e Justiça Social (BROOKE; WITOSHYNKY, 2002). O projeto foi aprovado em 1987, pela via institucional do IBEA e recebeu o auxílio de U\$ 18.500 (dezoito mil e quinhentos dólares) - bastante modesto se considerada a dinâmica das dotações para instituições de pesquisa na época - e deveria ser executado em doze meses. Mesmo tendo acumulado

informações durante décadas de pesquisa sobre o tema, Moura não conseguiu cumprir o prazo estipulado e solicitou a Lapa intercessão junto a Peter Fry, no duplo sentido de obter sua prorrogação, além do aumento da verba para seu desenvolvimento. O projeto era de fato ambicioso por sua abrangência inicial, pois englobava a escravidão negra e a indígena.

A estratégia adotada para sustentar a demanda de Clóvis - supostamente por sugestão de Fry - foi de que “reconhecidas autoridades no campo das Ciências Sociais” escrevessem à Fundação “recomendendo a necessidade dessa prorrogação e o valor da pesquisa”. Lapa atendeu à solicitação de enviar carta de recomendação no sentido de concessão de mais um ano para o desenvolvimento da pesquisa. A carta enviada por ele a Fry constitui um documento importante sobre as sociabilidades acadêmicas de Moura, que embora não fizesse parte dos quadros de uma universidade, fora valorizada com a obtenção do título de doutor com notório saber concedido pela USP em 1982, onde contava com o apoio do professor João Baptista Borges Pereira. Vejamos seu teor:

Campinas, 21 de janeiro de 1988

Meu caro Peter Fry

Venho solicitar-lhe e à Fundação Ford a prorrogação pelo prazo de um ano do projeto DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, entregue à competência do Dr. Clóvis Moura, sociólogo que é nacionalmente reconhecido como um dos nossos grandes especialistas do tema da escravidão africana no Brasil.

A iniciativa dessa Fundação vem sendo aguardada pela comunidade científica com especial interesse, pois resultará com certeza numa obra de referência obrigatória com singular alcance para o ensino e a pesquisa no país.

Trata-se de um tipo de pesquisa que demanda realmente um volume de trabalho muito grande em fontes primárias e secundárias e cujos padrões científicos ficariam prejudicados pelo prazo exíguo de doze meses que lhe foi concedido.

Resultaram dessas iniciativas a prorrogação do prazo de seis meses para a conclusão da pesquisa e a concessão de verba adicional de U\$ 6000 (seis mil dólares), que igualmente revelaram-se insuficientes, não mais alterada, apesar do novo recurso apresentado. Moura tentou

ainda caminhos alternativos e encaminhou solicitações de apoio ao projeto para outras instituições: Fundação Safra, Fundação Cultural Palmares, Fundação Cultural Nestlé e Sindicato dos Metroviários. Sua demanda ao CNPq recebeu apoio dos professores Kabengele Munanga, congolês radicado no Brasil, e Octávio Ianni. Entre todas, a Fundação Palmares parece ter sido a única a acolhê-lo em 1992, com o estabelecimento de convênio com a União Brasileira dos Escritores (UBE), a ser desenvolvido e executado pelo associado Clóvis Moura. Os percalços para o recebimento da verba outorgada por essa fundação tiveram como contrapartida a definição de um novo e definitivo limite para a temática do Dicionário. Deixando de lado a escravidão indígena, na qual de fato ele não era especialista, consolidou-se como *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*.

A parceria com Amaral Lapa foi bastante significativa por proporcionar a Moura suporte institucional à pesquisa. O professor colocou à sua disposição os arquivos do Centro de Memória da Universidade (CMU) e seu acervo de documentos sobre a escravidão negra em Campinas, arquivados na UNICAMP. Direcionou Moura com sutileza para redução das pretensões do projeto no sentido de limitar o Dicionário à escravidão negra e ao mesmo tempo, convidou-o a participar de atividades do CMU, notadamente aquelas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Afro-Brasileiros, por ele dirigido. O projeto ali desenvolvido com apoio do CNPQ pesquisava Escravidão e classes populares - estudo da prática da escravidão pelas classes populares na cidade de Campinas, na segunda metade do século XIX. Seu foco principal voltava-se para a análise do pauperismo urbano numa sociedade escravista em expansão, considerado em dois aspectos, a vida cotidiana dos escravos e o corpo dos escravos. Incluía estudos sobre suicídio, enforcamento, condições de vida, vestuário, saúde, crianças, crime e escravidão. Novas dimensões da escravidão passavam a ser objeto da Historiografia brasileira no bojo das reflexões sobre a abolição, conforme carta de Amaral Lapa a Moura datada de 3 de maio de 1989 esclarecia.

No ano seguinte, 1990, novamente a pareceria tomou forma de texto, com a publicação de artigo de Moura no primeiro número da revista *Resgate* lançada pelo CMU, na seção Debates sobre Abolição

(MOURA, 1990b). Nele retomou afirmações anteriores ao fazer uma avaliação pessimista da historiografia produzida em torno do Centenário da Abolição. Mais uma vez ateou fogo à polêmica ao afirmar, com evidente exagero e muito ressentimento, a falta de acolhimento pelas editoras à produção desvinculada da universidade, ou seja àquela de autoria de intelectuais negros ou independentes. A afirmação surpreende por ter sido ele próprio acolhido na produção paradidática, além de nas décadas de 1980-90 ter alcançado diversas edições e reedições de suas obras. Nesse mesmo diapasão costumava externar outro aspecto da produção acadêmica que o desagradava, conforme correspondência enviada a Alberto da Costa e Silva em agosto de 1989, onde criticou os

(...)estereótipos maçantes, monocórdios e chatos da produção acadêmica. Essa literatura na qual ninguém tem estilo, repete estruturas convencionais de exposição e faz o leitor mergulhar num rio de tédio. Nessa produção não há amor, paixão, vivência, finalmente aquilo que transforma a realidade em alguma coisa que a transcende.

De fato, o Dicionário não teve fácil aceitação pelas editoras . A Fundação Palmares, dirigida por Joel Rufino dos Santos, que havia aceitado em 1995 publicar a obra, não satisfaz o autor ao encaminhar os originais já concluídos à revisão, e após atritos, Moura decidiu retirar o livro dessa entidade. Somente veio a ser publicado em 2004, pela Editora da USP, após o falecimento de seu autor principal, pois a essa altura, a autoria havia incorporado o trabalho de assistente de pesquisa feito por sua filha Soraya.

O Piauí no Dicionário ou a viagem redonda

Depois de tantas peripécias nas sociabilidades piauienses e fiel à promessa de não se esquecer do seu Estado natal no *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, essa presença foi contemplada em alguns verbetes, com exceção da comunidade rural negra do Mimbó, cuja exclusão possivelmente traduziu a polêmica que envolveu a pesquisa de Moura sobre sua identidade quilombola .

A abertura do livro inicia-se com o fim da escravidão, por meio do verbete abolição, seguido pelos correlatos abolicionismo, abolicionistas. O texto foi encaminhado para a valorização das lutas e resistências dos escravos para culminar com o verbete Zumbi, ponto de convergência da lógica textual afinada com a construção narrativa polarizada da História vigente a partir da década de 1980. A temática dava continuidade à rejeição do estereótipo do negro passivo ao exaltar um personagem combativo. Valorizava positivamente a identidade dos descendentes de escravos a partir de direcionamentos do movimento negro, que culminaram com a instituição do dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, data atribuída à morte do herói palmarino. Nas palavras do autor, Zumbi foi “herói nacional da resistência reivindicatória dos movimentos e grupos negros do Brasil” e o símbolo maior de sua historiografia militante. Sua existência histórica era afirmada prudentemente pela documentação trabalhada por Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos, suas maiores referências na elaboração deste verbete.

Com apoio bibliográfico amplo e diversificado em arco abrangente dos clássicos da Historiografia e à sua renovação na época, a obra traduz um longo percurso do autor desde seus primeiros estudos até sua atualização com novos enfoques, sem perder no entanto o fio condutor demarcado desde a publicação de *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, insurreições e guerrilhas desdobram-se em verbetes alentados acrescidos de temas ligados às campanhas e aos movimentos abolicionistas. Entre os autores mais visitados e referidos, Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*), Arthur Ramos (*O negro na civilização brasileira* e *A aculturação negra no Brasil*), Pierre Verger (*Fluxo e refluxo do tráfico dos escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos*), Evaristo de Moraes (*A campanha abolicionista*), José Alípio Goulart (*Da fuga ao suicídio ; O regatão; Da palmatória ao patíbulo*), Vicente Salles (*O negro no Pará*), João Dornas Filho (*A escravidão no Brasil*), João José Reis (*Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês*), Mário Maestri Filho (*O escravo no Rio Grande do sul*), Oswaldo Orico (*O tigre da Abolição*), e o surpreendente José Sousa Bernardino (*Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*). As conexões com esses autores demandam um estudo mais aprofundado mas pode-se afirmar que a obra apresenta

um roteiro da trajetória historiográfica de Moura, incluiu autores clássicos que marcaram sua formação intelectual desde a juventude, aos quais foi acrescentando, sobrepondo e por vezes criticando obras específicas sobre o processo abolicionista, configurações regionais do sistema escravista e insurreições, com ênfase na Bahia.

Os temas específicos sobre o Piauí contemplam atividades abolicionistas, como a sociedade Libertadora Piauiense, criada em Teresina em 1883 e que desenvolveu campanhas de libertação de escravos, conforme o historiador pernambucano F.A. Pereira da Costa, em *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Registrou a presença de quilombos no Piauí mas ressaltou a insuficiência de estudos históricos e de bibliografia sobre a escravidão nesse Estado. Apesar de seus insistentes apelos aos amigos letrados de Teresina, não obteve muito material de consulta, ao contrário da abundante bibliografia sobre a Bahia, onde os estudos sobre a escravidão haviam alcançado desenvolvimento notável, na proporção do relevo da presença de africanos na região. Ou mesmo sobre o Pará e o Rio Grande do Sul, onde historiadores amigos haviam desenvolvido estudos que foram utilizados na elaboração desta obra. A partir de Odilon Nunes (*Os primeiros currais*), Luiz Mott (*Piauí colonial*) e cronistas delineou aspectos da escravidão nas fazendas de gado do sertão, deixando patente que ele próprio não desenvolveu estudos sobre quilombos na região, apesar de registrar sua existência, conforme apontada apela historiografia específica:

A história da escravidão no Piauí ainda está por escrever. Dispomos de trabalhos parciais, que esclarecem aspectos da sua contribuição para a “riqueza comum”, mas o trabalho definitivo ou que sirva de fonte permanente ainda não foi elaborado. Baseamo-nos, portanto, em obras parciais, que abordam tendencialmente o problema (MOURA, 2004. P. 310).

As reedições do livro de percurso conturbado registram a relevância da obra e o acerto do investimento de Clóvis Moura em sua realização e seu acolhimento pela Editora da Universidade de São Paulo com apresentação do professor João Baptista Borges Pereira evidencia inserção do autor no universo da produção acadêmica, que tanto criticou.

Epílogo

No rio Parnaíba as cinzas de Clóvis Moura foram jogadas logo após seu falecimento aos 78 anos de idade, em 24 de dezembro de 2003, na cidade de São Paulo, segundo depoimento de sua filha Soraya a Gustavo Orsolon de Souza. Estava doente fazia algum tempo e acabara de receber a última homenagem em vida, com a publicação de depoimentos sobre sua vida e obra organizada por Luiz Sávio de Almeida (ALMEIDA, 2003). O acontecimento foi notícia nos dois maiores jornais da capital paulista, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*¹ mas atendendo à sua disposição, não houve velório de corpo presente, e poucos amigos compareceram para a despedida, entre eles João Pedro Stedile do MST, o professor Kabengele Munanga da USP e o jornalista e militante do movimento negro José Carlos Ruy (SOUZA, 2015). O poeta de Amarante retornou às origens nordestinas, sua identidade mais profunda, após um périplo ancorado durante décadas no Estado de São Paulo, onde teve inserção intelectual destacada.

Após longa trajetória de sociabilidades, combates e consagrações, a pluralidade e a riqueza de sua vida ficaram registradas no grande acervo de cartas trocadas com correspondentes do Brasil e do exterior, letrados e não letrados. Papéis sofisticados se acumulam em pilhas sobre mensagens e cartas escritas em simples folhas arrancadas de

1 Morre o historiador Clóvis Moura. *O Estado de S. Paulo*, 24 dez.2002; Morre em São Paulo o historiador Clóvis Moura, *Folha de São Paulo*, 24 dez.2003.

cadernos, verso de recibos e notificações diversas, conservados no arquivo de uma vida, hoje integrado ao CEDEM. Ofícios cotejam cartas de camaradagem e missivas enviadas por admiradores desconhecidos louvando-lhe a obra e/ou solicitando julgamento e apoio para a divulgação de seus próprios escritos, em prosa e verso.

Ao fim e ao cabo, pouco sabemos de sua vida pessoal, sobre a qual foram disponibilizados registros esparsos, já que não deixou diários ou autobiografia: o primeiro casamento com Iracema, ocorreu em 1954, e o segundo, com Griselda, em 1982. Entrevistas concedidas a jornalistas e pesquisadores a partir dos anos 1980, quando alcançou consagração em torno das comemorações do centenário da Abolição, pouco enfocam sua intimidade, como seria de se esperar da pessoa reservada que ele foi. Nelas se constrói a figura do sociólogo/historiador e jornalista, muito mais que a de poeta e cronista, identidade conservada em um nicho só acessível em detalhes aos amigos cultivadores da mesma seara. A dimensão da militância política no interior dos combates pelo negro brasileiro é a que sobressai e se sobrepõe às demais.

Ao longo de sua vida, as poucas narrativas biográficas e autobiográficas que elaborou evidenciam permanente construção, desconstrução e reconstrução de identidades, ao sabor das flutuações dos diversos contextos, sociabilidades e inserções partidárias, para chegar ao fim a uma identidade de dupla face, comunista e negro, nesta ordem. Essa identidade materializou-se nos projetos de pesquisa e em publicações, além da divulgação de seu pensamento em eventos de diversa natureza, desde os acadêmicos até aqueles destinados ao público ligado a movimentos sociais. Não atuou como mero simpatizante ou eleitor, foi militante com grande envolvimento na cultura comunista, da qual incorporou normas e valores específicos. Multifacetado e polivalente, foi versátil escritor de diversos gêneros, da poesia à crônica, do noticiário de jornal aos incontáveis artigos sobre temas variados publicados em revistas acadêmicas, literárias e da chamada grande imprensa. A abundância e a riqueza dos testemunhos dessa trajetória invalidaram desde o início da pesquisa a tese de que teria sido um marginal em relação ao mundo acadêmico. Sociabilidades e trocas intelectuais importantes, além de contatos

institucionais fizeram de sua trajetória uma peculiar modalidade, a de intelectual que mesmo sem ter feito carreira na universidade, na qual jamais se inseriu profissionalmente, alcançou inserção referendada no meio. Sua obra foi produzida fora da academia, é bem verdade, porém não marginalizada pois encontrou receptividade e o reconhecimento do seu valor, especialmente a partir da década de 1980 - e de tal modo que se tornou incontornável nas referências bibliográficas de teses, dissertações, livros e artigos.

Dessa riqueza de uma vida complexa, resulta a complexidade de uma palavra definitiva sobre sua obra. Aproximações diversas tem sido feitas e no entanto, dimensões inesperadas sempre aparecem e “sobram” nos relatos em que até hoje se pretendeu dar conta de sua biografia. Novas veredas estão à espera de novos intérpretes, a exemplo da sua característica veia polemista, sempre envolvido em polêmicas nas quais entrava com afinco e combatia com vigor, por vezes em contradição com seus escritos e com posições tomadas no campo intelectual. Decorre que a narrativa linear, de difícil adoção em qualquer biografia, neste livro foi definitivamente abandonada para privilegiar temas que conectam vida e obra, ou seja, os campos intelectual e político articulados com sua produção. Impossível deixar de atribuir à dimensão política o papel de centralidade em seus escritos, mesmo que tenha assumido posições mutantes e de difícil deslindamento.

Um breve balanço do conjunto de sua obra histórica e sociológica traz de início o selo de “historiador dos quilombos”, que tanto a Historiografia quanto o movimento negro consagraram. Decorre da frequência do tema em sua obra, que resultou em julgamento cristalizado de que teria revolucionado a Historiografia nos estudos sobre o negro no Brasil. Sem a pretensão de efetuar aqui um tribunal historiográfico, é preciso abordar o lugar ocupado por Moura na Historiografia sobre a escravidão e sobre o negro no Brasil, pois são temas distintos e foram assim tratados por ele, embora com a mesma matriz comum, a persistência do escravismo estrutural multissecular e seus efeitos na continuidade da sociedade brasileira pós-abolição.

Em balanço historiográfico sobre a escravidão brasileira, Rafael de Bivar Marquese (MARQUESE, 2013) desenvolve reflexão que pode

auxiliar a deslindar esse emaranhado de louvores e críticas em torno da questão. Ao tematizar um longo período dos anos 1930 à década de 1970 ele apresenta uma área em que se poderia inscrever Moura, a dos estudos que associaram a escravidão ao capitalismo, interpretação em que em sua obra acabou por se fixar após algumas hesitações quanto à presença do feudalismo no Brasil, visíveis na primeira edição de *Rebeliões da Senzala*. O campo historiográfico marxista foi propício a esta leitura que seguiu os cânones da análise do modo de produção capitalista e da luta de classes como fator primordial de seu dinamismo.

Se tomada por esse ângulo, a obra de Moura certamente não foi pioneira, pois havia sido precedida por outras que igualmente valorizaram o protagonismo negro rebelde no período da escravidão sob o prisma do materialismo histórico. De Aderbal Jurema (*Insurreições negras*, 1935) a Edison Carneiro (*O quilombo dos Palmares*, 1947) e outros mais, o tema vinha sendo pontualmente frequentado, mas o projeto ambicioso de Moura visou construir uma obra com temática nacional em abordagem ampla das lutas pela liberdade como fator dinâmico do sistema.

A elas Clóvis juntou água no moinho que lentamente girava em águas revoltas das interpretações da Antropologia cultural e da tese da democracia racial referida à obra consagrada de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), a qual considerava a sociedade escravista organizada em formato patriarcal. Coerentemente com seus parâmetros analíticos, atribuiu lugar central à luta entre senhores e escravos expressa em movimentos de rebeldia que promoveram ação de “desgaste” do sistema escravista, o qual no entanto só chegou ao fim com a ação do movimento abolicionista.

A partir da década de 1970 um novo horizonte historiográfico descortinou-se com a entrada em cena de novas interpretações nascidas inclusive do próprio campo da historiografia de base marxista, sempre empenhada em desvendar as características do capitalismo que admitiu em sua estrutura a escravidão. A obra de Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, publicada em inglês em 1944 e traduzida no Brasil em 2011, constituiu referência. Temas como a existência do comércio triangular de escravizados entre África e as

Américas descortinaram novas possibilidades de análises das relações de produção do mundo colonial. Nos anos 1970, novas interpretações surgiram no contexto que Marquese descreve em termos estruturais:

No plano global, o esgotamento das formas políticas tradicionais da esquerda e no pós-1968 (o que inclui o colapso posterior do Leste europeu), o surgimento de novos atores políticos (feminismo, movimento negro, minorias, etc.), o avanço das reformas neoliberais, a crise do estruturalismo, do marxismo e das chamadas “grandes narrativas”, a virada linguística, o discurso pós-moderno, no plano local, a crise econômica dos anos 1980, a redemocratização do país, a consolidação do sistema de pós-graduação e a profissionalização em escala nacional do ofício do historiador (MARQUESE, 2013, p. 228).

Novos conceitos foram desenvolvidos como o fundamental modo de produção escravista colonial, no qual Moura realizou algumas incursões, em especial na comunicação apresentada em Dacar, onde tangenciou a questão. Interpretações estruturais da escravidão brasileira passaram a ser questionadas e perderam espaço para a história social da escravidão, cujo maior referente foi a obra de E.P. Thompson, rapidamente difundida nos centros de pesquisa das universidades brasileiras, em especial a UNICAMP. *A formação da classe operária inglesa* (1963) e *A miséria da teoria* (1978) abriram novas perspectivas centradas na recusa dos modelos pré-estabelecidos e na valorização da chamada experiência concreta dos trabalhadores, o que foi logo transposto para estudos sobre a escravidão no Brasil, que não mais operou apenas na forma binária de escravidão versus resistência, violência e castigo, mas se abriu para outros temas do cotidiano e do “fazer-se” da vida dos escravizados, até mesmo para certas formas de acomodação e pactos ou negociações, foram evidentemente rechaçados pela historiografia de matriz marxista ortodoxa. Mas estava lançado um novo olhar, o das estratégias de sobrevivência, “ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo” (QUEIROZ, 1998, p. 108).

Pode-se considerar uma hipótese plausível que os combates de Moura contra a Historiografia acadêmica tiveram também como antagonista a história social do marxismo inglês, thompsoniana, uma vez que o início desse seu posicionamento crítico coincidiu com a difusão

do novo modelo analítico. Ao combater essa historiografia Moura não chegava a explicitar os motivos teóricos da divergência, exceto pela chave de leitura fornecida pela Sociologia da práxis pois lhe parecia que a história social e cultural da escravidão diluía o protagonismo do escravo, do qual irredutivelmente não abria mão. Mesmo assim, sem abdicar de suas posições teóricas e enfoques preferidos, conseguiu uma inserção entre os historiadores da UNICAMP e da USP envolvidos em projetos sobre a escravidão e com eles construiu sociabilidades acadêmicas de grande importância para sua produção, em especial para o desenvolvimento do projeto do *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* e sua publicação. Fazia nesse ambiente o necessário e reconhecido contraponto que alimentava os debates presenciais ou por meio de artigos com suas discordâncias e críticas aos novos rumos da Historiografia, que nessa época voltava-se para pesquisas inovadoras sobre o tema da senzala e seus desdobramentos. Não avançou mais sobre o tema do antagonismo fundamental entre escravos e senhores desde a terceira edição do livro que o consagrara, parecia ter chegado ao limite das possibilidades ou de seu interesse em tema tão vasto quanto exigente de acuradas pesquisas em amplitude nacional caso desejasse realizar eventual renovação da abordagem que o havia consagrado. Não se fechou porém à inovação. Seus contatos com historiadores como Stuart Schwartz, que desenvolveu em suas obras (*Segredos internos-engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1988 e *Escravos, roceiros e rebeldes*, 1992) a tese do “binômio resistência e acomodação”, indicam que estava atento a novas interpretações inclusive pelas citações presentes em sua obra, atualizando o diálogo historiográfico. O que não significou absolutamente mudança de perspectiva. Houve tímidas atualizações e não alterações significativas de enfoque. Um movimento de outra natureza foi feito no sentido da incorporação à sua obra de novas pesquisas no âmbito da Historiografia de inspiração marxista ortodoxa, onde se destacou o tema do quilombo de Palmares e de seu herói Zumbi. Essa foi a nova pauta de seus trabalhos históricos, sempre tendo em vista o negro no pós-abolição, organizado ou não pelos movimentos sociais específicos.

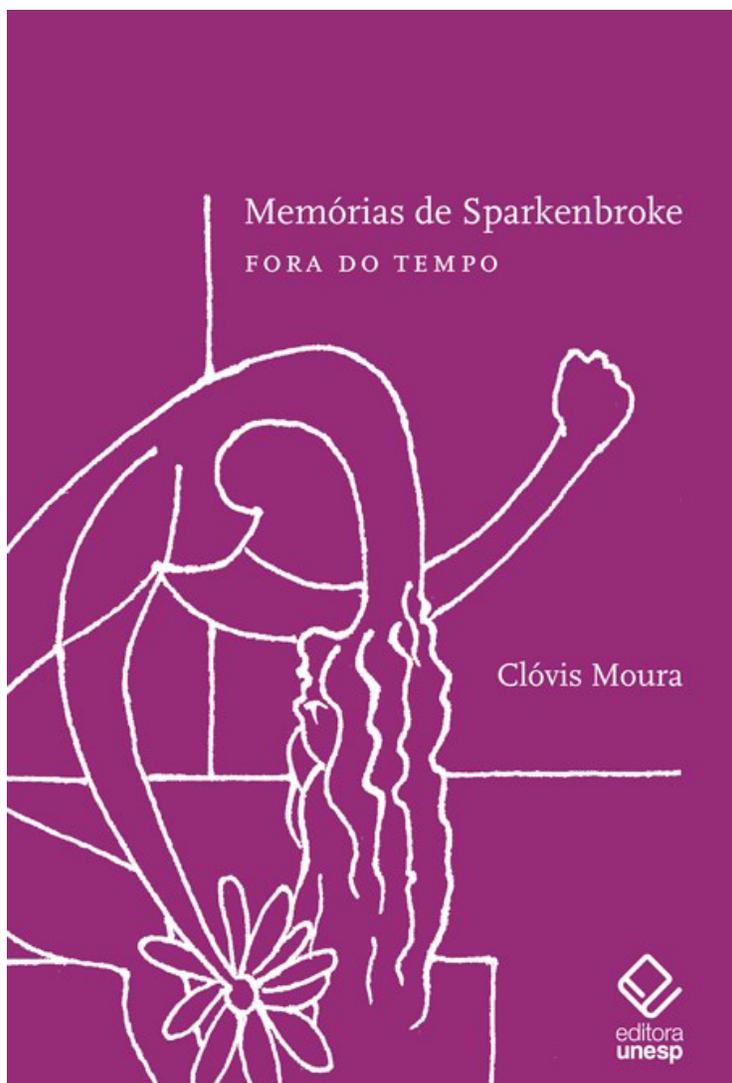


Imagem 21 - Capa do livro de crônicas *Memórias de Sparkenbroke – Fora do tempo*, publicado postumamente em 2018 . A ilustração da capa é de autoria de Clóvis Moura. Arquivo pessoal da autora.

Referências

OBRAS DE CLÓVIS MOURA

Livros

Âncora no Planalto. São Paulo: Editora do Brasil, 1964 a.

Argila da Memória. Teresina: Ed. Corisco/Secretaria da Cultura do Estado do Piauí, 1982 a.

Bahia de todos os homens. Salvador: BDA, 1992.

Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983 a.

Dialética radical do negro. São Paulo: Ed. Anita, 1994.

Diário da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979 a.

Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Duelos com o infinito. Teresina: SEDUC, 2005.

A encruzilhada dos orixás. Problemas e dilemas do negro brasileiro. Alagoas: EDUFAL, 2003.

Espantinho na feira. São Paulo: Fulgor, 1961.

Flauta de Argila. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1982 b.

História de João da Silva. Teresina: Ed. Corisco, 1984 a.

História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.

Imprensa Negra. Estudo crítico de Clóvis Moura e Legendas de Miriam N. Ferrara. São Paulo: IMESP, 1984 b.

Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964 b.

As injustiças de Clio na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990 a.

Manequins Corcundas. São Paulo: Ed. Ítalo-Latino-Americana Palma, 1977 a.

Memórias de Sparkenbroke. Fora do Tempo.Org. de Teresa Malatian, Sonia Troitiño e Cleber Santos Vieira. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

O Negro: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977 b.

O negro no mercado de trabalho. São Paulo: Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra, 1986.

O preconceito de cor na literatura de Cordel. São Paulo: Ed. Resenha Universitária, 1976.

Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Quilombos - resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

Os Quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001 a.

Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959 b.

A República de Palmares e o seu significado sócio-político. Ed. Assembleia Legislativa de São Paulo, 1995.

Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro. São Paulo: Brasil Debates, 1979 b.

A Sociologia posta em questão. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2001 b.

Sociologia da práxis. Ed. Siglo XXI, México, 1977 c.

Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

Antologias poéticas de que participou

Antologia Poética Piauiense. S/c/e, 1992.

Antologia de Sonetos Piauienses. Brasília: Senado Federal, 1980.

Caminheiros da Sensibilidade. Teresina: Ed. Destaque, 1967.

CARVALHEIRO, Maria Thereza (org.). *Nova Antologia Brasileira da Árvore*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo/ Livraria Ed. Iracema, 1974.

GONÇALVES, Wilson Carvalho (org.). *Antologia dos Poetas Piauienses*. Teresina, s/c/e, 2006.

MACIEL, Nilto (org.). *Grito, logo existo*. São Paulo: Ed. da Revista Literatura, 1992.

MATOS, Miguel de (org.). *Antologia poética piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

A Poesia Piauiense no século XX. Teresina: Ed. FCMC/Imago, 1995.

POMERANTZEFF, Alexis(org.) *Anthologie des jeunes Poètes Brésiliens*. Paris: Ed. Encre vives, 1969.

O Rio : Antologia Poética. Teresina: Ed. Corisco, 1980.

Violão de Rua (II) - RJ: Civilização Brasileira, 1962.

Artigos

Abolição. *Resgate*. Campinas, v.1, n.1, jul./dez./1990 b, p. 197-109.

Uma abordagem sociológica do conceito de História. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.1, ano 49, 1974 b, p. 63-73.

O diálogo da História e os historiadores do diálogo. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea. (A História em Questão)*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 227-231.

Escravidão, colonialismo, imperialismo, racismo. *Afro-Ásia*. Salvador, 14, 1983 b, p.124-135.

A grande insurreiçã dos escravos baianos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 1958, p. 166-178.

Libertas que sera tamem. *O Potiguar* . Natal, 12 out.1939.

Negritude: uma soluçã, nunca um dilema. *Jornal de Debates*, 1974 a.

Notas sobre o negro no sertã. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 24, 1959 a, p.167-179.

Organizações Negras . In: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius de Caldeira(org.) . *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda/Petrópolis: Vozes, 1980, p. 143-170.

O poeta e o medo. *Caderno da Bahia*, Salvador, 4, 1949, p. 9.

Entrevistas

Um breve depoimento. Uma aproximaçã ao marxismo. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.) . *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió, ed. UFAL, 2003, p. 9-14.

Entrevista a Lina de Albuquerque. *Jornal do Brasil*, 19 abr.1988, lauda original datil.

A revisã da História pela ótica dos Negros. Entrevista de Clóvis Moura a Regina Delcastagné. *Correio Braziliense*, Caderno 2, Brasília, 21 jan. 1990, p.3.

Bibliografia

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.

AMORIM, Carlos. *Araguaia, histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ANDREWS, George Reid. *Branços e Negros em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond. de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ARBEX, Luciana Bueno Marta. *Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, USP/FFLCH, 2012.

AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e paisagens do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952 (Coleção Brasileira).

BACELAR, Jeferson. Uma pedagogia do viver. In: BACELAR, Jeferson. e PEREIRA, Cláudio (org.). *Vivaldo da Costa Lima: intérprete do Brasil*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. A imprensa negra no Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia*. FFLCH/USP, n. 2, Estudos Afro-Brasileiros, 2. serie, 1951, p.50-78.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Arquivo Arthur Ramos*. Inventário analítico. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

BOAS, Gláucia Villa. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville. A sociologia de Emílio Willems entre fronteiras. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, 12 (2), nov. 2000, p. 171-188.

BORGES, Jafé (coord.). *Salvador era assim*. Memórias da Cidade. Salvador: IGH da Bahia, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1998.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, Darwin ; MOTA ; SILVA. *Cidade de Salvador*. Caminho do encantamento. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958. Prefácio de Jorge Amado.

BROOKE, Nigel e WITOSHYNSKY, Mary (org.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil : uma parceria para a mudança social*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Ford Foundation, 2002.

CARDOSO, Ciro F. Resposta a Clóvis Moura, um sociólogo apressado. *Folhetim*, 30 mai.1982.

Cartas de Pierre Verger para Vivaldo da Costa Lima, 1961-1963. *Afro-Ásia*, Salvador, 37, 2007, p. 241-288.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A imprensa mulata. *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo*, 2 nov.1968.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Notícia de uma pesquisa em África. *Afro-Ásia*, Salvador, 1, 1995, p. 41-56.

Catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977). São Paulo, 1977.

Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, 1, 1965, p. 125-128.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, jul. 2001, p. 209-235.

Clóvis Moura a caminho do Senegal. *A Folha*, São Carlos, 15 nov.1973.

Clóvis Moura é indicado para a Fundação Pró-Memória. *Jornal do Piauí*, Teresina, 12 mai.1985.

Clóvis Moura lança seu novo livro no museu. *Jornal da Manhã*, Teresina, 28 jan.1983.

Clóvis Moura para o Pró-Memória. *Jornal de Piracicaba*, mai.1985.

Clóvis Moura participará de congresso. *A Folha*, São Carlos, 17 nov.1973.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do simbólico. In: *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson, v.1. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais; Campinas: UNICAMP. 1987, p. 14-26.

COUCH, William Terry. *These are our lifes*. The University of North Carolina Press, 1939.

De todo o mundo, visitantes deixam colaboração no IPACBA. *Monumento*, Salvador, v.2, n. 11, jan.-fev. 1981.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERRARA, Miriam Nicolau. Sobre o Acervo. In: *Imprensa negra paulista*. uspnet.usp.br/imprensa negra. Acesso em 14 dez.2016.

_____. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1986. Prefácio de Clóvis Moura.

_____. A imprensa negra paulista (1915/1963). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5, n. 10, mar./ago. 1985, p. 197-207.

FERREIRA, Patrícia Macedo. *Avaliação da política de regularização fundiária de territórios quilombolas no Estado do Piauí: o caso da comunidade Contente*. Dissertação de Mestrado, UFRN, Natal, 2018.

FLORES, Hélio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. *Tempo*, v.11, n. 21, 2007, p.65-81.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. 7.ed., Campinas: Papyrus, 2003.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresariais e militância política*. Tese de Doutorado, UFF, Rio de Janeiro, 2009.

GARCEZ, Angelina N.R. e SENA, Consuelo Pondé de. *Juazeiro*. Trajetória histórica. Juazeiro, 1992, s/c/e.

GOMES, Flávio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares*. Histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Rodrigo Portela. *Quilombos, constitucionalismo e racismo: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí*; Dissertação de Mestrado em Direito, UNB, 2018.

GROBA, Tiago Santos. *Um lugar ao sol*. Caderno da Bahia e a virada modernista na Bahia. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2012.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal e LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História*, São Paulo: USP, 149, 2005, p. 235-251.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. 3.ed., São Paulo: EDUSP, 2012.

IBGE/CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951.

Imprensa negra em exposição. *O Estado de São Paulo*, 12 mai.1972.

Informações. *Afro-Ásia*, 12, 1976, p. 247-251.

Juazeiro, um exemplo de cooperação democrática. *O Momento*, Salvador, 27 jun.1946.

Os jornais dos netos de escravos. *Jornal da Tarde*, 12 jun.1975.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob a vigilância do DEOPS/SP(1964-1983)*. USP, dissertação de mestrado, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. (A História em Questão). Petrópolis: Vozes, 1981.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante: depoimentos e artigos, colhidos por Luís Cuti*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

LEMOS, Andréa. A Editora Brasiliense e a oposição à ditadura civil-militar brasileira. *Revista Crítica Histórica*. Maceió, ano V, n. 10, dez./2014, p. 178-193.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 5, v. 2, 1987, acesso HTML em 6 jun.2017.

LUNA, Pe. José Gilberto de. *Pessoas e coisas de Juazeiro numa época*. Memória viva de fatos vividos. s/d; s/c/e.

MAHLECKE, Sabina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, nov. 2001, p. 197-217.

MAKLOUF, Luiz; AMAZONAS, João; MOURA, Clóvis; MENDEZ, Arnaldo. *Pedro Pomar*. São Paulo; Brasil Debates, 1980.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, dez. 2013, p. 223-253.

MAUÉS, Flamarion. Livros contra a ditadura. A editora Brasil Debates e a dissidência do PC do B. *Perseu*, São Paulo, n. 2, ano 2, 2008, p. 235-265.

_____. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos Avançados*. USP, 28(80),2014, p. 91-104.

Medalha Anchieta para Clóvis Moura. *Jornal da Manhã*, São Paulo, 21 mai.1985.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcanti. Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa. *Varia História*, Belo Horizonte,, v. 27, n. 46,dez. 2011, p. 711-732.

MESQUITA, Erika. Clóvis Moura. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 337-356.

Morre o historiador Clóvis Moura. *O Estado de S.Paulo*, 24 dez.2002.

Morre em São Paulo o historiador Clóvis Moura. *Folha de São Paulo*, 24 dez.2003.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia Piauiense: relações entre a escrita histórica e instituições político-culturais* . Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2010.

MOURA, Francisco Miguel de. Mensagem poética de Clóvis Moura. *O Dia*, Teresina, 5/6 dez. 1971.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin . *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac-similar do jornal. São Paulo: FUSP; Fundação Ford; Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Bárbara B.R. do. *História, cidade e literatura em A.Tito Filho (1970-1975)*. Teresina, Dissertação de Mestrado, UFPI/Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2015.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Niterói, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Direito da Universidade Federal Fluminense, 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas de. Brancos e pretos em Angola. *Afro-Ásia*, Salvador, n.1, 1965, p. 33-39

OLIVEIRA, Waldir Freitas de; LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos- de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

PAIXÃO, Fernando (org.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

PALESTRAS. *A Tarde*, Salvador, 10 nov.1992.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. *Revista USP*, São Paulo, n.89, mar./mai. 2011, p. 278-284.

_____. Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. *Estudos Avançados*, USP, 8(22), 1994, p. 249-253.

_____. Estudos Antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. XXIV, 1981, p. 63-74.

PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências. In: CORREA, Mariza. Traficantes do simbólico. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson, v.1. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais; Campinas: UNICAMP. 1987, p. 27-116.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B*. 2.ed., São Paulo: Busca Vida, 1976.

POMAR, Wladimir. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

PRADO Júnior. Caio. Métodos Sociológicos. *Fundamentos*. São Paulo, 1948, p. 23-28.

PRADO, Caio Graco. *Folheto informativo sobre a "Coleção Primeiros Passos"*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 103-118.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942.

REIMÃO, Sandra; MAUÉS, Flamarion e NERY, João Elias. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. *Intercom - RBCC*. São Paulo, v. 38, n.1, jan./jun.2015, p. 169-190.

REIS, J.J. (org.), *Escravidão & invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Uma reunião de alto gabarito científico: Colóquio sobre Negritude e América Latina. *A Tribuna*. São Carlos, 17 fev.1974.

RIDENTI, Marcelo. Jorge Amado e seus camaradas no círculo comunista internacional. *Sociologia & Antropologia*, UFRJ, v. 1, n. 2: 165-194, 2011.

RIOS, Flávia Mateus. *Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, 2014.

ROSSI, Gustavo. *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Ed.da UNICAMP, 2015.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Prefácio à 28. edição de *A rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

A saga camponesa nos versos de Clóvis Moura. *Tribuna Operária*, São Paulo, 3 a 9 mar.1986.

SANTANA, Carla Patrícia Bispo de. *Caleidoscópio: percurso intelectual e a estreia de Heron de Alencar como crítico literário no jornal A Tarde (1947-1952)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras da UFBA, Salvador, 2003.

SANTOS, Eduardo Oliveira. *Intelectuais comunistas e a revista Fundamentos: afirmação e atenuações das diretrizes partidárias (1948-1955)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFFRJ, 2016.

SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil (1963-1993)*. São Paulo: Loyola, 1993.

SERRA, Ordep. Movimentos negros: uma experiência. *Afro-Ásia*, Salvador, 33, 2005.p. 169-205.

SINGER, Paul e BRANT, Vinicius de Caldeira(org.) . *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda; Vozes, 1980.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. “Prefácio”. In WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira*. Tradição e transição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961, p. 5-8.

_____. *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. 3. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOTERO, Edilza. Os candidatos do povo: o PCB e a construção da representação do candidato “popular” (1945-1948). *Anais do 38.o Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, 2014.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. Entre traças e poeira: Clóvis Moura e um breve estudo de sua biblioteca particular. *Revista Ars Histórica*, n. 10, jan./jul. 2015, p. 100-117.

_____. *Rebeliões da Senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. Seropédica: Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2013.

TAVARES, Dailme Maria da Silva. *A Capela e o Terreiro da Chapada*. Devoção mariana e encantaria de Barba Soeira no Quilombo Mimbó, Piauí. Dissertação de mestrado, UNESP, Marília, 2008.

TITO Filho, Arimathéa. Caderno de Anotações, *Jornal do Piauí*, Teresina, 29 fev.1971.

TRAVANCAS, Isabel et al. (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 229-248.

VAILLANT, Alain e THÉRENTY, Marie-Ève. *1836 : l'an 1 de l'Ère médiatique*. Paris : Nouveau Monde Éditions, 2001.

VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura. O preconceito racial e o “branqueamento brasileiro”. *O Jornal*, Alagoas, 18 fev.1995.

WILLEMS, Emílio. “Dezoito anos no Brasil. Resumo de atividades didáticas e científicas”. In: CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico. História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson, v.1. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais; Campinas: UNICAMP, 1987, p. 117-127.

_____. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. *Autobiografia*. Acervo Oracy Nogueira. IFCS-UFRJ, 1983.

_____. Peneiramento e seleção. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, LII, 1938, p. 233-242.

_____. Problemas de uma sociologia do peneiramento. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, LXV, 1941, p. 5-65.

_____. *Cunha - tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo, 1947.

WILLEMS, E. e BALDUS, H. *Dicionário de Etnologia e Sociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

ZNANIECKI, Florian. *El campesino polaco em Europa y em America*. BOE, 2006.

Sobre a autora

Teresa Malatian

Mestre em História pela PUC São Paulo, doutora em História pela USP, Livre docente em Historiografia pela UNESP/Franca e titular na mesma disciplina nesta unidade. Atualmente aposentada, participa como voluntária na categoria de docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Realizou pesquisas nas áreas de História política do Brasil República, Historiografia e História de intelectuais.

Publicou os livros *Os Cruzados do Império* (Contexto, 1990); *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade* (EDUSC/FAPESP, 2001); *Império e Missão. Um novo monarquismo brasileiro* (Companhia Editora Nacional, 2001); *D.Luís de Orléans e Bragança, peregrino de impérios* (Alameda/FAPESP, 2010); *O cavaleiro Negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira* (Alameda/FAPESP, 2015); *O Príncipe Soldado* (Linotipo Digital, 2019). Foi uma das organizadoras da obra póstuma de Clóvis Moura, *Memórias de Sparkenbroke - fora do tempo* (Editora UNESP, 2018). Tem publicado diversos capítulos de livros e artigos em periódicos científicos da área de atuação.

ISBN: 978-65-88108-54-3



editora.uespi.br



Editora e Gráfica - UESPI